

A psicologia no
Brasil:
Teoria e pesquisa

2

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2022

A psicologia no
Brasil:
Teoria e pesquisa

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

2



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A psicologia no Brasil: teoria e pesquisa 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 A psicologia no Brasil: teoria e pesquisa 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-967-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.674220702>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa*, reúne neste volume dezoito artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas do saber psicológico.

A Psicologia enquanto campo teórico-metodológico traz em suas raízes tanto a especulação filosófica sobre a consciência, a investigação psicanalítica do inconsciente, quanto a prática dos efeitos terapêuticos da medicina e em especial da fisiologia.

E, desse ponto de partida se expande a uma infinidade de novas abordagens da consciência humana, creditando ou não algum poder para o inconsciente como plano de fundo.

A presente coletânea trata de algumas dessas abordagens em suas elaborações mais atuais como podemos ver nos primeiros capítulos em que se tratam do inconsciente em suas relações com os corpos, as contribuições socioeducativas entre outros olhares para o que é abarcado pelo psiquismo humano.

Em seguida temos alguns temas situacionais de nossa realidade imediata quanto aos efeitos psicológicos do isolamento social e o medo da morte.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CARNAVALIZAÇÃO BAKHTINIANA E “O AUTO DA COMPADECIDA”: A COMICIDADE COMO DENÚNCIA SOCIAL E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Larissa de Souza Ferraz

Alice Oliveira Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207021>

CAPÍTULO 2..... 14

FEMINISMO DECOLONIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA NA BASE DE DADOS SCOPUS

Lucas da Costa Souza

Milena Rafaela Souza Silva

Carla Gabrielle Galvão Melo

Eleci Teresinha Dias da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207022>

CAPÍTULO 3..... 26

RESGATAR E TRANSFORMAR: UM GRITO DE SOLTURA QUE ECOA NO BRASIL

Alanna Beatriz de Paula Alves

Juliana Santos Graciani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207023>

CAPÍTULO 4..... 35

NECROPOLÍTICA NO ESTADO BRASILEIRO: QUEM DEVE VIVER?

Maíry Aparecida Pereira Soares Ribeiro

Ondina Pena Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207024>

CAPÍTULO 5..... 42

O DIREITO A RESPIRAR DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Hugo Gabriel de Souza Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207025>

CAPÍTULO 6..... 50

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXOS DA PANDEMIA

Alessandra Chaves da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207026>

CAPÍTULO 7..... 62

IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE EMOCIONAL DE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA

Emily Lemes Moisés

Maura Fernandes Sernichiario

Fernando Faleiros de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207027>

CAPÍTULO 8..... 74

ADOLESCÊNCIA E VIVÊNCIA DO VAZIO EXISTENCIAL EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL

Anna Julia Fontana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207028>

CAPÍTULO 9..... 89

AS INTERVENÇÕES SOCIAIS EXTERNAS AO QUILOMBO E O IMPACTO DESTA NA AUTOESTIMA DA MULHER AFRODESCENDENTE

Mariane Rodrigues Duarte

Fabricao Malaquias Pereira

Gabriela Buchli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207029>

CAPÍTULO 10..... 111

LAZER COM REFUGIADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (SOCIALIZAÇÃO EM UMA NOVA ETAPA DA VIDA)

Bárbara Cardoso da Costa Santos

Madalena Pedroso Aulicino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070210>

CAPÍTULO 11..... 122

ENVELHE (SENDO) EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Nathália dos Santos Dutra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070211>

CAPÍTULO 12..... 138

PRÁTICAS DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Marcos Alexandre Alves

Josiane Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070212>

CAPÍTULO 13..... 151

MOVIMENTOS E COLETIVOS DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE ENQUANTO AGENTES DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Bianca Rocha Fiuza Sátiro

Maria Vanessa de Souza Araújo

Nara Raysa de Souza

André de Lima Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070213>

CAPÍTULO 14..... 156

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE POLICIAIS MILITARES: REFLEXÕES

PSICOSSOCIAIS A PARTIR DE CONTEXTOS EDUCACIONAIS E DE TRABALHO

Maria de Fátima Quintal de Freitas

Dênis Wellington Viana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070214>

CAPÍTULO 15..... 174

ITINERÁRIOS DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA E A FAMÍLIA DE USUÁRIOS DE UM CAPS DE BELÉM: CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA

Renata Raiol Magalhães

Lucivaldo da Silva Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070215>

CAPÍTULO 16..... 185

ANÁLISE DA PERSONALIDADE DE UMA EQUIPE DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO PELO TESTE PALOGRÁFICO

Camila Espíndula da Silva

Bianca De Bem Lucas

Edinara Bellini Taetti

Josemara dos Santos Rodrigues

Suélen Rocha Centena Pizarro

Andreia Quadros Rosa

Lenise Alvares Collares

Stefânia Martins Teixeira Torma

Suzana Catanio dos Santos Nardi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070216>

CAPÍTULO 17..... 196

EPIDEMIOLOGIA OU INDÚSTRIA DE AUTISMO? ANÁLISE DOS EFEITOS PROVOCADOS PELA MUDANÇA NO DSM-V E A BUSCA DE PRÁTICAS TERAPÊUTICAS PARA A “CURA DO AUTISMO”

Alcione do Socorro Andrade Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070217>

CAPÍTULO 18..... 208

O QUE PREDIZ O ENVOLVIMENTO PARENTAL NAS ATIVIDADES ESCOLARES?

Myrian Machado de Paula Silveira

Vinícius Junio Goes da Silva

Leonardo Vasconcellos Munayer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070218>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 216

ÍNDICE REMISSIVO..... 217

CAPÍTULO 1

CARNAVALIZAÇÃO BAKHTINIANA E “O AUTO DA COMPADECIDA”: A COMICIDADE COMO DENÚNCIA SOCIAL E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 06/11/2021

Larissa de Souza Ferraz

Universidade Federal de Pernambuco,
Departamento de Psicologia
Recife- PE
<http://lattes.cnpq.br/7950023165098960>

Alice Oliveira Ferreira

Universidade Federal de Pernambuco,
Departamento de Psicologia
Recife- PE
<http://lattes.cnpq.br/5348217861318317>

RESUMO: O presente trabalho foi construído a partir do entendimento da arte enquanto instrumento criativo potente para perspectivar a realidade e ampliar as formas de compreensão sobre a mesma, podendo assim se configurar enquanto ferramenta de discurso interligada às vivências presentes no contexto sócio-político de um determinado grupo social. Dentro dessa concepção, o filme “O Auto da Compadecida” surge enquanto uma obra cinematográfica nacional que se serve da comicidade para manifestar as problemáticas sociais presentes nas regiões interioranas do Nordeste. Partindo dessa perspectiva, esse estudo pretende realizar um exercício de aproximação entre o conceito de carnavalização discutido por Mikhail Bakhtin e a película “O Auto da Compadecida” dirigido por Guel Arraes, inspirado na obra do autor Ariano Suassuna, escrita em 1955. Bakhtin se

utiliza das manifestações presente no carnaval medieval e renascentistas no intuito de transpor os elementos carnavalesco para a literatura - elaborando assim o conceito de carnavalização-, trazendo assim a satirização como forma de tensionar as estruturas responsáveis por sustentar as desigualdades sociais. Construímos a discussão relacionando a carnavalização literária com a narrativa do filme, acompanhando o desdobrar da história de João Grilo e Chicó, a qual se utiliza de elementos cômicos como forma de trazer à tona as dificuldades enfrentadas no interior nordestino. Diante disso, temos os objetivos de identificar e analisar as denúncias sociais expostas na narrativa dos personagens centrais, bem como compreender a reelaboração do sofrimento através da comicidade. Para tal, utilizamos o método da Análise Crítica de Discurso (ACD) com o intuito de trazer à tona as problemáticas sócio-políticas presentes no contexto do interior nordestino expostas na película. Ao nos debruçarmos sobre a narrativa, foi evidenciada a sua potencialidade em perspectivar as vivências dentro dessa realidade social, trabalhando tais problemáticas de maneira a ampliar o reconhecimento e legitimação dessas demandas sociais no cinema nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Carnavalização, Auto da Compadecida, Comicidade, Resistência Política.

BAKHTIN'S THEORY OF CARNIVAL AND “O AUTO DA COMPADECIDA”: HUMOUR AS A WAY OF SOCIAL PROTEST AND POLITICAL RESISTANCE

ABSTRACT: This study was built upon the

understanding of art as a powerful instrument to explore perspectives of reality and expand one's ways of understanding it, thus being able to establish itself as a tool for discourse connected to the experiences present in the socio-political context of a given social group. Within this concept, the film "O Auto da Compadecida" appears as a Brazilian cinematographic work that uses humour to express the social issues present in the countryside of the Brazilian northeast. From this perspective, this study intends to carry out an exercise of approximation between the concept of carnivalization discussed by Mikhail Bakhtin and the film "O Auto da Compadecida" directed by Guel Arraes, inspired by the work written by Ariano Suassuna in 1955. Bakhtin is inspired by the manifestations present in the carnivals from the Renaissance and medieval times in order to transpose the carnivalesque elements to literature - thus elaborating the concept of carnivalization -, and bringing satirization as a way of tensioning the structures responsible for sustaining social inequalities. We structure the discussion relating literary carnivalization with the narrative of the film, which uses comic elements as a way to bring to light the difficulties faced in the northeastern countryside. Therefore, we have the objectives of identifying and analyzing the social denunciations exposed in the narrative, as well as understanding the re-elaboration of suffering through humour. For this, we used the method of Critical Discourse Analysis (CDA) in order to establish the socio-political issues present in rural northeast Brazil exposed in the film. As we look at the narrative, it becomes evident its potential for putting experiences within this reality into perspective while articulating with the issues at hand in such a way that allows for broader recognition of these social demands in the national cinematographic scene.

KEYWORDS: Carnival, Auto da Compadecida, Humour, Political Resistance.

1 | ARTE, COMÉDIA E POLÍTICA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Partindo do entendimento da arte enquanto instrumento criativo potente no que concerne à possibilidade de expandir a compreensão da realidade, o presente trabalho se estrutura a partir do interesse em realizar uma aproximação crítica em torno do cinema nacional e a sua capacidade de trazer à tona as vivências presentes no contexto sócio-político que demarcam os diferentes grupos sociais que compõem a população brasileira. Dessa forma, a arte se insere nesse trabalho enquanto ferramenta de atuação política, na medida em que compreendemos que esta relação se dá não apenas como forma de representação ou reprodução do sistema social, mas também como uma possibilidade de tensionamento, reelaboração de sentidos e transformação social, entendendo que a arte se estrutura a partir dos elementos materiais que compõem a cultura e o percurso histórico no contexto dentro do qual se insere (CANCLINI, 1982).

Congruente a isto, o filósofo russo Mikhail Bakhtin desenvolve sua discussão estética a partir da compreensão desta enquanto elemento que se constrói inerente e embebida na cultura e história de um determinado contexto (FARACO, 2011). O autor se pauta em uma análise materialista para compreender como os elementos estéticos presentes em um determinado espaço trazem à tona as diferentes dinâmicas e relações que permeiam um determinado contexto, destacando o atravessamento político que demarca

principalmente as artes. Dentro dessa perspectiva, uma das discussões desenvolvidos por Bakhtin se entrelaça com a materialização do carnaval medieval e os elementos satíricos - carnavalescos - que são transpostos para a construção literária, pautando assim o conceito de carnavalização, que será posteriormente aprofundado ao longo deste trabalho.

Visto isso, ao nos debruçarmos sobre as diferentes realidades que se fazem presentes em território nacional, optamos por realizar uma discussão em torno das vivências que nos afetam enquanto atuantes dentro da Psicologia, pensando acerca do nosso compromisso social e político diante de questões singulares e coletivas, tendo também em vista que tanto a produção acadêmica, quanto a produção artística, não se desvinculam dos nossos afetos, guiando nossas percepções e compreensões de mundo. Ademais, destacamos nosso interesse em trazer à tona as demarcações culturais que nos atravessam enquanto mulheres nordestinas, pensando em uma teoria e prática que se dá de maneira contextualizada e aproximada das vivências que constroem os nossos entornos.

Ao partir das questões supracitadas, elegemos o filme “O Auto da Compadecida” como material de análise para o vigente trabalho, percebendo na obra a sua potencialidade em abordar de forma crítica temáticas sociais pertinentes que perpassam a realidade do interior nordestino, ao mesmo tempo em que se utiliza da comicidade não apenas como forma de entretenimento, mas também como ferramenta de denúncia política e social. Vale também destacar o alcance massivo da obra e o seu grande impacto no cinema brasileiro, oportunizando assim expandir o reconhecimento das problemáticas que se manifestam no interior nordestino para o grande público à nível nacional, apontando para a complexidade das questões que estruturam as vivências do grupo social em questão, ao mesmo tempo em que traz uma nova maneira de olhar para essa realidade sem perder as possibilidades evidenciadas nas formas de existir e resistir às condições impostas.

Ao tratar da tragicidade das mazelas sociais que atravessam esse contexto de maneira cômica, a película se alinha com a compreensão de que a ironia, o riso e a comicidade podem ser poderosos dispositivos tanto para a crítica social mordaz, quanto para escapar das angústias da vida humana (DAL-SASSO, 2008). Seja como for, o riso e o cômico nos possibilitam enxergar a realidade através de uma perspectiva irreverente que coloca em xeque o mundo ao nosso redor e nosso lugar dentro dele. Com isso, é possível descortinar o que existe por trás das aparências e expor as hipocrisias dos sistemas de dominação que atravessam o cotidiano e se camuflam de senso comum.

Em Freud (1905), a comicidade pode atuar enquanto um mecanismo de defesa diante das aflições inerentes à condição humana. Destarte, o satírico e o risível têm a capacidade de tornar mais palpáveis questões que normalmente seriam rejeitadas dos espaços sociais comuns por serem considerados tabus, estratégia esta que atua muitas vezes como forma de silenciar narrativas e denúncias das problemáticas que demarcam grupos socialmente marginalizados. Dentro dessa perspectiva, o riso está enraizado na

cultura, exercendo uma função social comunicativa que se insere tanto como forma de aproximação e pertencimento, como também uma maneira de representar e confrontar antagonismos e discriminações (DAL-SASSO, 2008).

Ao cômico cabe então a possibilidade de se configurar como instrumento político ao oportunizar o tensionamento de estruturas opressivas, expandido formas de perspectivar e atuar na realidade (FERREIRA, 2021, p.32). Ademais, se faz importante ressaltar a potencialidade da arte ao operar em diferentes formas de se subjetivar e construir subjetividades, sendo assim uma ferramenta que permite não apenas representar determinada realidade, mas também expandir a compreensão sobre a mesma, bem como aproximar encontros entre o diverso. De tal forma, a arte se relaciona com a realidade objetiva expandindo as diferentes maneiras de se estar no mundo e de compreender as vivências que a ocupam, além do seu caráter criativo na fomentação de estratégias de mudanças (DORNELAS, 2020).

Na tentativa de ampliar a compreensão sobre as capacidades dos instrumentos artísticos, ressaltamos que estes não se reduzem meramente a um resultado das contingências culturais, mas também se inserem como transformadores ao não se limitarem em acordos sociais normativos, resgatando assim as singularidades presentes em um determinado grupo e/ou espaço. Partindo dessas questões, encontramos nas artes e na comicidade a possibilidade de se perspectivar, reconhecer e identificar problemáticas presentes em um dado espaço sociopolítico, entendendo que a produção artística também se estabelece como uma ferramenta cultural de construção e reconstrução de subjetividades nas dimensões intrapessoal e interpessoal.

Diante disso, o trabalho em questão se estrutura a partir de uma imersão na obra cinematográfica “O Auto da Compadecida”, baseada na peça teatral de mesmo nome criada pelo escritor Ariano Suassuna, e na teorização do filósofo Mikhail Bakhtin acerca da carnavalização, no intuito de realizar uma aproximação entre o conceito teórico e o roteiro do filme. Dessa forma, nosso estudo objetiva identificar e analisar as denúncias sociais expostas na narrativa dos personagens da película, bem como compreender a reelaboração do sofrimento através da comicidade.

2 | O LUGAR DO “AUTO DA COMPADECIDA” NA CULTURA BRASILEIRA E O PROJETO ESTÉTICO DO MOVIMENTO ARMORIAL

Apesar de termos eleito o filme como material de análise para o estudo em questão — dado o impacto nacional e maior acessibilidade à produção audiovisual por parte da população —, se faz importante entender a respeito dos pensamentos do autor da obra literária que embasa a película para compreender em que contexto se deu a sua criação. Dessa forma, em 1955 o escritor Ariano Vilar Suassuna lança a peça teatral chamada “Auto da Compadecida”, a qual virá a ser eternizada como sua grande obra-prima. Conhecido

como um dos maiores dramaturgos e escritores brasileiros, o paraibano Ariano Suassuna escreveu a obra em formato de auto e já dava indícios do que seria seu grande projeto estético desenvolvido posteriormente.

A peça trazia influência das tradições ibéricas medievais aludindo à um “resgate da herança cultural ibérico-brasileira presente nos rituais e festas populares religiosos ou profanos que remontam à tradição espetacular do teatro europeu medieval e moderno” (RABETTI, 2005, p.63) e que, através de um processo gradual de assimilação e transformação, foram se manifestando enquanto parte constituinte das expressões artísticas e culturais do Nordeste brasileiro. Ao se utilizar dessas influências e, ao mesmo tempo, ressaltar o seu regionalismo ao fundamentar suas histórias no contexto do sertão nordestino, Ariano já nos comunicava os elementos essenciais para o desenvolvimento de sua identidade artística, política e estética: o entrelaçamento entre a cultura erudita e a popular, e a incorporação da comicidade enquanto elemento essencial para a construção narrativa (RABETTI, 2005; TEIXEIRA & OLIVEIRA, 2017). Com isso, Ariano desenvolve o que será uma das histórias mais estimadas da dramaturgia brasileira, nos apresentando uma narrativa marcada pela seca, pela desigualdade social e pelo descaso governamental, porém também pelo elemento cômico, pela fantasia e pela coragem dos mais humildes.

A posteriori, surge o Movimento Armorial seguindo uma tradição de valorização da cultura e da identidade nacional que vinha se fortalecendo no meio artístico e intelectual pernambucano, emergindo em 1970 como um dos movimentos culturais mais importantes da contemporaneidade. Em resposta à influência cada vez maior da “cultura de massa” norte-americana, esse grupo de artistas e intelectuais recifenses se propuseram a desenvolver uma arte erudita com identidade decisivamente brasileira, tendo como base de inspiração o Brasil profundo e a cultura popular, com especial atenção ao sertão nordestino. (BRITO, 2005). Tendo Ariano Suassuna como seu principal representante, o Movimento Armorial abarcou diversas formas de manifestações artísticas como a tapeçaria, a xilogravura, a escultura, o teatro, a literatura e a música, com destaque para o Quinteto Armorial, grupo instrumental formado em Recife na década de 70 que uniam a arte erudita e as raízes populares nordestinas em suas composições.

Dessa forma, Ariano Suassuna não idealizou apenas um movimento artístico diverso, mas sim uma revolução cultural e estética que tensiona os limites entre a erudição e o popular, não só entrelaçando esses dois conceitos, mas principalmente negando a existência de uma hierarquia entre eles e desafiando aqueles que insistem em desmerecer a cultura popular brasileira para exaltar a suposta superioridade da cultura norte-americana e europeia. Observamos isso com o próprio nome escolhido, uma vez que Armorial faz referência aos brasões que distinguiam as famílias nobres durante a Idade Média na Europa, denotando o desejo de aproximação entre essas raízes que constituem o povo brasileiro para a criação de uma arte erudita fundamentada na cultura popular brasileira (PIRES, 2020).

Em suas aulas-espetáculo, Ariano Suassuna falava de temas diversos, mas o que sempre ficava evidente em suas explanações era seu profundo amor e respeito pelo povo brasileiro em sua diversidade, sobretudo seu senso de humor mesmo diante das diversidades do cotidiano. “O povo brasileiro é extraordinário”, disse ele em uma aula-espetáculo realizada no Sindicato de Professores de São Paulo em setembro de 2011, se referindo às anedotas e histórias jocosas criadas pelo povo. De acordo com Ariano, nossa vontade de rir e de fazer rir, além de nossa característica mais admirável, é nosso “superpoder” diante de nossa história tão marcada pela exploração e pela desigualdade. Citando Molière, dramaturgo francês e mestre da comédia satírica, Ariano nos diz que “Não existe tirania que resista a gargalhadas que lhe deem três voltas em torno” e explica que “é por isso que os tiranos temem os autores cômicos” (SUASSUNA, 2011).

3 I O CARNAVAL E A CARNAVALIZAÇÃO LITERÁRIA EM BAKHTIN

Nascido em Moscou, o filósofo e crítico literário Mikhail Bakhtin, ao longo de sua vida conviveu com diferentes línguas e culturas, o que lhe possibilitou ter contato com diversas realidades, constituindo assim uma característica marcante em sua obra ao tratar de diferentes formas de compreensão de mundo (FIORIN, 2008, p.9). Ao formular sua tese de doutorado, Bakhtin abrange o conceito de carnavalização, já brevemente introduzido em sua obra “Problemas da Poética de Dostoievski” (1981), o qual se baseia nas manifestações presentes no carnaval medieval e renascentista, retratando esse evento festivo como uma fantasia de liberdade e inversão de hierarquias e, assim, transpondo esses elementos carnavalescos para a construção literária (SOERENSEN, 2011).

Em seus estudos, Bakhtin percebeu que durante o período festivo ocorria uma dissolução das identidades individuais através do uso de máscaras e fantasias, as quais proporcionavam que todos compartilhassem de uma posição de igualdade em meio a um sentimento comum de fazer parte do coletivo (SOERENSEN, 2011). Esse momento se constituía em uma alegre relativização da realidade capaz de destronar tudo que é elevado, rígido e imutável, tornando possível a transfiguração de figuras de poder e a quebra momentânea das relações hierárquicas. Dessa maneira, era possível o marginalizado apropriar-se do lugar de privilégio e se sentir capaz de ridicularizar as figuras de autoridade, se opondo ao sério, ao medo, à discriminação e ao dogmatismo das instituições de poder.

Durante as manifestações carnavalescas medievais, a atmosfera de fantasias e máscaras abriam espaço para o povo se apropriar de lugares que lhes eram negados durante todo o ano e nas demais festas oficiais. Assim, Bakhtin define como características do ritual carnavalesco, a experiência de um momento utópico de liberdade, as suspensões das hierarquias e a dissolução de fronteiras possibilitando um contato mais familiar e coletivo entre as pessoas. O carnaval se constituiu como uma segunda vida do povo, exterior à Igreja e ao Estado - instituições marcadas fortemente pela hierarquia. Essa

inversão momentânea parodiava a vida cotidiana, as leis e os próprios costumes religiosos da época, em uma mistura entre vida real e arte, sério e cômico (GUERREIRO, 2019). O carnaval se torna, então, uma chance de revelar os aspectos mais profundos da realidade social, inclusive suas características mais perturbadoras.

A eliminação provisória das diferenças individuais durante as festividades, também tornou possível a criação de um vocabulário tipicamente carnavalesco em que a essência do espírito do carnaval se transportava para a língua falada, através do uso de obscenidades, injúrias e grosserias que, se mostravam ao mesmo tempo humilhantes e libertadoras, viabilizando assim, um nivelamento social e abolição de regras, estabelecendo diferentes possibilidades de convivência. (SOERENSEN, 2009). O riso foi um elemento muito importante para a unificação da diversidade das manifestações carnavalescas, por ser um facilitador da comunicação entre as pessoas, além de servir como instrumento de manifestação coletiva contra a seriedade e a repressão da cultura oficial e dos poderes, perpassando fronteiras e levantando denúncias sobre a vida cotidiana através da ridicularização de seus aspectos de dominação. Para Bakhtin (1999, p.77):

“a liberdade do riso, como qualquer outra liberdade, era evidentemente relativa; seu domínio se alargava ou diminuía alternadamente, mas não foi jamais interdita”

De tal maneira, o carnaval se expressa como uma oportunidade da própria vida ser representada sem restrições, como uma paródia da vida ordinária que reverte imposições e expõe realidades sem censura através do riso. Isto posto, os elementos carnavalescos não só tensionam o caráter compulsório das estruturas sociais dominantes, mas também rompem momentaneamente de forma singular com mecanismos de controle que atuam cotidianamente nas vivências de grupos sociais marginalizados.

Apesar de não se constituir como uma forma de apresentação teatral, Bakhtin (1999) considera que as manifestações carnavalescas atravessam esse universo artístico, transitando entre realidade e fantasia, sendo a própria vida real representada em elementos performáticos. Sendo assim, o autor russo procurou estender a análise do fenômeno para além das práticas populares, se voltando para a análise do uso da linguagem carnavalesca presente em obras literárias, atentando para as novas possibilidades de compreender as relações humanas ao trazer à tona as vivências represadas pelas supremacias sociais e ressaltando a representação de realidades que subvertem concepções hegemônicas.

Diante dessas questões, pretendemos fazer uma análise da obra “O Auto da Compadecida” de Ariano Suassuna à luz do conceito de carnavalização proposto por Bakhtin, em uma tentativa de relacionar seus principais elementos com a construção da obra em questão. Escolhemos trabalhar com esse conceito devido a importância de atentar para uma nova forma de compreensão de mundo, a qual abre visibilidade para o povo em posição menos privilegiada da sociedade e aborda a comicidade como forma de criticar os problemas sociais sustentados por estruturas rígidas de desigualdade. Partindo

disso, elegemos o filme baseado na obra de Ariano Suassuna para fazer um exercício de aproximação com o conceito de carnavalização, visando fomentar uma discussão acerca de como a película se utiliza do cômico para abordar grandes questões que atingem o nordeste brasileiro, como também ela consegue lançar-se no desafio de denunciar estruturas dominantes responsáveis pela manutenção dessas dificuldades.

4 | METODOLOGIA

No intuito de realizar uma imersão crítica em cima da película supracitada, visando levantar uma análise acerca da correlação entre a narrativa, os elementos carnavalescos presentes no roteiro e o conceito teórico de carnavalização, utilizamos o método da Análise Crítica de Discurso (ACD), posto que esta compreende as práticas discursivas de forma diretamente relacionada com as estruturas sócio-políticas vigentes em um determinado contexto (MAGALHÃES, 2001). Ao elegermos a ACD como método de análise, partimos do entendimento de que os discursos presentes nos diferentes meios de comunicação se desenvolvem de maneira inerente às práticas históricas, culturais, políticas e econômicas.

Partindo desse pressuposto, consideramos que as narrativas presentes nos instrumentos artísticos também são capazes de nos apresentar acerca das vivências que constituem uma determinada realidade. Assim, ao partirmos da ACD para estruturar uma análise do roteiro do filme “O Auto da Compadecida”, acreditamos ser possível trazer à tona as problemáticas sócio-políticas presentes no contexto do interior nordestino expostos na construção das narrativas apresentadas na produção cinematográfica em questão, bem como fundamentar nossa compreensão acerca desta como instrumento político.

5 | ANÁLISE

A obra de Ariano Suassuna, como supracitado, foi escrita em forma de auto, gênero que representa uma manifestação popular que tinha como objetivo abordar a vida dos santos e tratar de temas de cunho tanto religiosos quanto profanos. Nos autos, encontramos personagens que apresentam diversas características e atitudes essencialmente humanas, como a luxúria, a hipocrisia e a virtude (ATAÍDE, 2007). Suassuna, em sua genialidade, traz essa qualidade popular dos autos medievais e constrói uma história baseada na literatura de cordel, nas vivências dos mais humildes e na sátira das figuras de poder presentes na região do interior nordestino. Dessa forma, o filme, enquanto adaptação para o cinema, buscou trazer esses elementos presentes no texto para o audiovisual.

Lançada no ano 2000, a película traz a história de João Grilo e Chicó, dois homens pobres que ao longo da história se utilizam da esperteza e da trapaça para contornar as dificuldades do cotidiano e sobreviver às condições de misérias em que estão inseridos. Como elementos carnavalescos, os personagens apresentam o vocabulário fortemente marcado

e característico do povo do interior nordestino, além de trazer o recurso da ridicularização explorado em cima de personagens que representam as posições e instituições de domínio social como a Igreja e os grandes fazendeiros, figuras de autoridade presentes no contexto no qual o filme se baseia. Em diferentes momentos, há a presença de um rompimento diante às representações socialmente construídas dessas figuras de poder, ao expor as falsas idealizações em cima das hipocrisias e ganâncias desses personagens.

Logo no início da produção, temos presente os elementos do sagrado e da fé popular sendo exploradas em prol do lucro das figuras religiosas da região, representadas pelo padre e pelo bispo. A cena de abertura nos mostra o padre contando cobiçosamente o dinheiro levantado a partir da exibição do filme “A paixão de Cristo”, trazendo já nesse primeiro momento, a crítica ao enriquecimento de figuras religiosas em cima da fé alheia. A hipocrisia e a ganância por parte desses personagens voltam a ser expostas em demais momentos do longa, principalmente quando são solicitados por João Grilo a realizar o enterro da cachorra de Dora, esposa do padeiro da região. O padre acha o pedido um absurdo, porém prontamente aceita quando João Grilo o engana ao dizer que a cachorra pertencia ao Major Antônio Moraes, um poderoso fazendeiro. Para completar a cena, o padre fica ainda mais satisfeito quando João Grilo informa que a cachorra tinha um testamento em que deixava dinheiro para a Igreja. Dessa forma, vemos ser retratado de maneira cômica não só a hipocrisia e a ganância desses personagens, mas também sua subserviência diante de figuras de autoridade, evidenciando que suas ações se direcionam em acordo com os interesses dominantes, e não necessariamente em prol do povo e dos fiéis em consonância com a religião.

Posteriormente, somos apresentados a dois personagens fundamentais para a trama: Dora, a esposa adúltera, e Eurico, o padeiro. Nesse casamento marcado pela traição, podemos observar a ridicularização do ideal de “cabra macho”, uma vez que durante toda a obra, Dorinha em suas relações extraconjugais, se coloca sempre um passo à frente do marido, ao mesmo tempo em que o Padeiro é um personagem que, por mais que sempre esteja tentando se reafirmar no modelo de masculinidade hegemônico pautada na dominação e na coragem, constantemente acaba sendo colocado em um lugar de submissão diante da esposa. Além disso, na dinâmica do casal, também temos a ideia de santidade do casamento sendo satirizada. Podemos observar essa questão em uma cena em que o padre, ao tentar intervir na relação, adverte Dora: “lembre-se: o casamento é uma invenção de Deus!”, sendo rebatido por João Grilo: “só que o Diabo acrescentou o chifre”.

Ainda a respeito da ideia de “cabra macho”, esse padrão de masculinidade também é satirizado por outras figuras masculinas ao longo da narrativa como Vicentão, o valentão da cidade e o Cabo Setenta, o militar. Em um certo momento da obra, ambos são desafiados por Chicó para um duelo em frente à Igreja, com o objetivo de impressionar Rosinha, filha do poderoso fazendeiro Major Antônio Moraes. Depois de muitas provocações e ameaças, quando chega o momento do confronto, o valentão e o militar acabam fugindo do duelo por

medo. No desfecho da cena, Chicó, apesar de ser assumidamente covarde, é tido como o vencedor do confronto, enquanto os dois personagens considerados os mais “cabras machos” da cidade, se omitem da briga. Os cenários citados salientam, não só uma representação cômica e satírica dessa visão de masculinidade, mas também a inversão das relações de poder que estão dentro das expectativas sociais.

Ademais, destaca-se também a relação patrão-empregado, sendo o patrão representado nas figuras de Eurico e Dora e o empregado nas figuras de João Grilo e Chicó. O personagem do padeiro espelha a imagem da pequena burguesia que explora a classe trabalhadora os colocando em condições subumanas de sobrevivência para acumular capital. Isso fica evidenciado nas cenas em que João Grilo se queixa: “três dias eu passei em cima de uma cama com febre e nem um copo d’água me mandaram!” denunciando sua situação de marginalização e o descaso dos patrões. Dessa forma, João Grilo, se utilizando de sua esperteza para contornar os abusos dos patrões, aproveita-se da ganância cega de Eurico e Dora ao vender a eles um gato que “descome dinheiro”, deixando evidente a enganação ao expressar para Chicó: “Pra uma pessoa cuja única fraqueza é bicho e dinheiro, não vejo nada melhor que um bicho que descome dinheiro”. Com essa cena, observamos o uso do humor carnavalesco através da utilização de um elemento tão grotesco quanto um gato que “descome dinheiro”, com o objetivo de ridicularizar e escancarar a tamanha ganância dos patrões que caem na artimanha de João Grilo.

Se faz importante ainda ressaltar o uso da imagem dos cangaceiros, – vistos como consequência das dificuldades e desigualdades enfrentadas no sertão –, o que se insere uma crítica latente ao descaso com o povo dessa região, sendo colocados em lugar de desafio às autoridades que sustentam essas estruturas de violações. Na história, a presença desses personagens será necessária para o desenrolar da cena final de julgamento, após as mortes causadas pela invasão dos cangaceiros à cidade. Como uma forma de inversão de valores, característica forte da carnavalização, o julgamento dos personagens principais - João Grilo, Dora, o Padeiro, o Padre, o Bispo e o Cangaceiro - é realizado ao colocar todos em posição de igualdade e determinar a sentença a partir dos pesos de seus pecados.

Ainda no desenrolar do julgamento, a cena traz Jesus como um homem negro, rompendo com a estética imaginária construída de Cristo como homem branco, característica padrão dos indivíduos dominantes na sociedade, além de também impactar com as falas da Compadecida que fazem alusão à realidade enfrentada no interior nordestino. Dentre essas falas, a personagem destaca a esperteza do João Grilo como arma para combater sua pobreza, a subserviência da igreja com os ricos e descaso com os pobres, trazendo para o cômico a possibilidade do mesmo em atuar como um recurso de enfrentamento e reelaboração das condições de sofrimento. Em contrapartida, o diabo se insere como uma figura representante do punitivismo social, de caráter repressivo e simplista, desconsiderando os contextos que perpassam as ações dos personagens. Frente a isso, a Compadecida enquanto símbolo de compaixão e compreensão, leva em

consideração as complexidades que atuam e demarcam as nossas possibilidades de ser. Nessa perspectiva, a personagem concede também o perdão ao cangaceiro Severino, entendendo que suas ações e pecados foram consequências das diversas violências e violações que atravessaram a sua história.

6 | CONCLUSÃO

Nesse exercício de aproximação, observamos que a relação entre a película baseada na obra de Ariano Suassuna e o conceito bakhtiniano de carnavalização, se faz presente na exploração do cômico como forma de desestruturar relações hierárquicas e denunciar as desigualdades sociais, na medida em que ambos se utilizam da satirização para denunciar e expor a realidade. Destarte, o riso, tanto na obra quanto no conceito, são meios para expressar vivências e tensionar violações normatizadas, atuando assim como um instrumento de caráter subversivo. Partindo disso, ressaltamos a relevância do conceito bakhtiniano em viabilizar as diversas formas de compreensão e relações de sujeitos que estão colocados à margem da sociedade, ressaltando também os recursos que estão presentes nesses grupos sociais como possibilidades de estratégia política.

Ao nos debruçarmos sobre a análise, ainda se faz evidente a potencialidade da obra em perspectivar as problemáticas vivenciadas dentro dessa realidade, de forma a trabalhar tais questões ampliando o reconhecimento e a legitimação dessas demandas sociais aos olhos do grande público em território nacional. De tal forma, o instrumento artístico abordado ao longo deste trabalho, ressalta as possibilidades que são inerentes à arte em sua capacidade de expandir vivências, ao não reduzir o contexto abordado como algo passivo diante das diferentes estruturas socioeconômicas que sustentam as dificuldades expostas, trazendo para os seus protagonistas a capacidade de contornar os desafios. Tal questão se explicita na marcante fala entoada pela Compadecida “A esperteza é a coragem do pobre”.

Ademais, foi possível evidenciar na obra cinematográfica os elementos carnavalescos ao se utilizar do humor, do grotesco, do sagrado e do profano como estratégias para contornar as dificuldades impostas pelas circunstâncias sociais apresentadas na narrativa. Destarte, a obra utiliza da comicidade como forma de lidar com o pesar das vivências, sem apagá-las em sua tragicidade, atuando enquanto ferramenta que possibilita desenvolver uma reelaboração do sofrimento, dando para este um sentido impulsionador que possibilita não só existir, mas também resistir ao utilizar do cômico como instrumento político de tensionamento, denúncia e transformação.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, S. R. **A Irreverência Social nas Obras Auto da Barca do Inferno, de Gil Vicente, e o Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna.** *Psicanálise & Barroco Em Revista*, v. 5, n. 1, p. 87–95, 2007.

BAKHTIN, M. M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: 14 Forense Universitária, 1981.

BAKHTIN, M. M. **A cultura popular da Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRITO, A. P. L. **Ariano Suassuna e o movimento armorial: cultura brasileira no regime militar, 1969-1981**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2005.

CANCLINI, N. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DAL-SASSO, S. M. **O humor e a ironia no Auto da Compadecida**. Muriaé, MG: Revista Científica da Faminas, v.4, n.2, p. 97-112, 2008.

DORNELA, R. U. **Entre o real e o imaginário: a ficção literária como apreensão do mundo**. Rio de Janeiro, RJ: Palimpsesto, v. 19, n. 33, p.108 - 121, 2020.

FARACO, C. A. **Aspectos do pensamento estético de Bakhtin e seus pares**. Porto Alegre: Letras de Hoje, v. 46, n. 1, p. 21-26, 2011

FERREIRA, A. L. R. **O riso na luta: comicidade, política e transgressão**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, c. 1, 2021.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FREUD, S. **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. In:Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v.7, 1905.

GUERREIRO, A. S. **A carnavalização no cinema: uma abordagem a partir do ideário bakhtiniano**. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 18, n. 38, p. 153-171, 2019.

MAGALHÃES, C. M. **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG. c. 1, p.15-30. 2001.

MIRANDA, D. **Carnavalização e a multidimensionalidade cultural**. São Paulo, SP: Revista Sociologia, 1997.

PIRES, C. **Breves notas sobre o Movimento Armorial**. Rio de Janeiro: LUGAR COMUM, n. 59, 2020.

RABETTI, B. **Teatro e comicidades: estudos sobre Ariano Suassuna e outros ensaios**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.

SOERENSEN, C. **A profusão temática em Mikhail Bakhtin: dialogismo, polifonia e carnavalização**. Revista Travessias, v. 3, n. 1, 2009.

SOERENSEN, C. **A carnavalização e o riso segundo Mikhail Bakhtin**. Revista Travessias, v. 5, n. 1, 2011.

SUASSUNA, A. Raízes Populares da Cultura Brasileira. In: **AULA-ESPETÁCULO: SINPROSP**, 2011, São Paulo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mtQZ-YkaQS4>>. Acesso em: 6 nov. 2020

TEIXEIRA, J. N.; OLIVEIRA, P. C. **Movimento Armorial: A dualidade entre o erudito e o popular**. Revista de Literatura, História e Memória, v. 13, n. 22, p. 163–174, 2017.

CAPÍTULO 2

FEMINISMO DECOLONIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA NA BASE DE DADOS SCOPUS

Data de aceite: 01/02/2022

Lucas da Costa Souza

Milena Rafaela Souza Silva

Carla Gabrielle Galvão Melo

Eleci Teresinha Dias da Silva

RESUMO: A perspectiva do feminismo decolonial reivindica a desconstrução de leituras hegemônicas sobre a mulher e o discurso de feministas oriundas dos países historicamente dominantes, reavalia a proposta e a ideia do feminismo global, considerando as experiências de mulheres prejudicadas pelo racismo, classismo, pela heterossexualidade e pela geopolítica decorrente da colonialidade global. A pesquisa objetivou analisar a produção científica sobre Feminismo Decolonial na base de dados *Scopus*. A metodologia teve característica quantitativa, descritiva, documental e bibliográfica, usando o Programa VOSviewer como ferramenta de análise. Foram analisados 48 artigos no período de treze anos, de 2007 a 2020. Os resultados revelam que palavras-chave mais usadas foram: Feminismo Decolonial, Gênero, Feminismo e Interseccionalidade. As referências demonstram que os países que mais publicaram Foram: Estados unidos, Brasil e Canadá, assim evidenciando que as pesquisas estão situadas no Norte Global, fazendo com que pesquisadores se desprendam da sua língua local para cumprir exigência do Norte. Constatata-

se que as pesquisas nesta área estão apenas iniciando, mostrando que esforços estão sendo feitos para conter os privilégios da comunicação e da produção de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Decolonial. Bibliometria. Decolonial.

ABSTRACT: The perspective of decolonial feminism claims the deconstruction of hegemonic readings about women and the discourse of feminists from historically dominant countries, reassesses the proposal and idea of global feminism, considering the experiences of women harmed by racism, classism, heterosexuality and by geopolitics arising from global coloniality. The research aimed to analyze the scientific production on Decolonial Feminism in the Scopus database. The methodology had quantitative, descriptive, documental and bibliographic characteristics, using the VOSviewer Program as an analysis tool. Forty-eight articles were analyzed over a period of thirteen years, from 2007 to 2020. The results reveal that the most used keywords were: Decolonial Feminism, Gender, Feminism and Intersectionality. The references show that the countries that published the most were: the United States, Brazil and Canada, thus showing that the researches are located in the Global North, causing researchers to detach themselves from their local language to fulfill the North's requirements. It appears that research in this area is just beginning, showing that efforts are being made to contain the privileges of communication and knowledge production.

KEYWORDS: Decolonial Feminism; Bibliometrics; decolonial.

INTRODUÇÃO

O colonialismo é derivado da palavra latina “colônia”, que significa terras novas para o cultivo. O termo refere-se a “práticas, teorias e atitudes relacionadas ao estabelecimento e manutenção de um império” (CASHMORE, 2000, p.130). Assim, as colônias ficavam sob o controle de um Estado com soberania política em relação território conquistado, além de imposição ideológica de “superioridade cultural”.

A opressão colonial procedeu de modo consideravelmente diferente para mulheres e homens; as mulheres foram duplamente colonizadas, submetidas ao poder da dominação colonial e a específica dominação patriarcal (SPIVAK, 2010; MOHANTY in MEZZADRA, 2008). O colonialismo foi um movimento de dominação e esta mentalidade colonial permaneceu/permanece viva e efetiva, circunstâncias que construíram o conceito em direção ao feminismo decolonial.

O movimento feminista surge pelo esforço por direitos iguais aos homens, seguindo a lógica iluminista europeia de universalização dos direitos e igualdade. A proposta do feminismo decolonial é cessar com qualquer noção universal comum do feminismo, haja visto que as experiências de vida e as histórias das mulheres são culturalmente diferenciadas, além de outra opressão: o racismo colonial.

O termo ‘Feminismo Decolonial’ surge pela María Lugones, feminista e filósofa argentina, em “Colonialidad y género” (2008). Segundo a autora, existe uma sistematização moderna e colonial eurocêntrica de gênero que ignora as categorias de raça e classe, o qual existem os humanos; no caso, o homem branco, titular da razão e inteligência; a mulher branca, propagadora da dominação colonial e da mentalidade soberana; e os não-humanos, que são os índios e negros. Além disso, ela diz que as indígenas e as negras não estão representados em nenhuma classe. Portanto, ela critica as teorias feministas generalizantes, que exclui mulheres com singularidade relativas à raça e classe, e, para cessar essa dominação colonial é preciso construir um feminismo decolonial capaz de construir esferas representativas dos oprimidos da modernidade e colonialidade em relação ao gênero. (LUGONES, 2007, p. 193)

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral trazer ao conhecimento o feminismo decolonial, pretendendo mensurar a contribuição do conhecimento científico derivado das publicações sobre a temática. Para isso, foi utilizada a técnica bibliométrica, que se trata de uma fonte de informações para a predição de enfoques e abrangências futuras da produção de documentos em determinada área de conhecimento, de acordo com NICHOLAS e RITCHIE (1978). Assim, surge a seguinte questão central da pesquisa: Como está a produção de artigos científicos sobre o feminismo decolonial no repositório com obras nessa temática, no período de 2000 a 2020.

Desse modo, a relevância do presente estudo consiste em contribuir para a disseminação do conhecimento científico do feminismo decolonial, construído especialmente

para dar visibilidade maior às mulheres duplamente vítimas dos padrões patriarcais advindos da imposição do colonialismo, e o estudo se justifica pela necessidade de corroborar com o desenvolvimento de novas pesquisas, além de fomentar mais engajamento ao movimento e possibilitar a oportunidade de construções epistemológicas em que mulheres oprimidas pela colonização possam ser representadas e terem outras possibilidades.

BIBLIOMETRIA: CONCEITOS E TEORIA

A expressão 'Bibliometria' estabeleceu-se de um vocábulo criado por Hulme anteriormente, denominada "bibliografia estatística". Em seguida, o termo foi colocado e criado por Otlet, em 1934 (PRITCHARD, 1969; VANTI, 2002; ARAÚJO, 2006). Entretanto, de acordo com Alvarado (2007) a bibliometria já era praticada em diversos estudos de diversas áreas da ciência e vários lugares antes do significado do termo.

A bibliometria trata-se de um método de pesquisa que consiste na busca de produções literárias dentro de uma área de conhecimento, sendo um de seus principais objetivos metodizar as produções acadêmicas dentro da área estabelecida. Para CHUEKE, G. Vouga; M, AMATUCCI (2015, p. 1) as revisões sistêmicas literárias, como a bibliometria serve para esquematizar as origens dos conceitos existentes, expondo as relevantes teorias utilizadas para apurar os assuntos e verificar os métodos usados em trabalhos anteriores.

No entanto, este método de estudo vai muito além, oportunizando por exemplo que possamos identificar autores dos mais consagrados aos mais recentes em determinada área do conhecimento, localização territorial possibilitando saber onde houve maior ou menor número de publicações, isso se dá devido as várias clivagens que podem ser realizadas nesta metodologia. Segundo Araujo (2006, p. 12) no início a bibliometria era orientada a quantificação de livros, e aos poucos foi se orientado para outros formatos de estudo de produção literária como artigos onde posteriormente passa a verificar a produtividade de autores e estudo de citações.

Na bibliometria existem três leis fundamentais, sendo elas lei de Bradford que trata da disseminação e da relevância de periódicos em determinada área do conhecimento. Segundo Araújo (2006, p. 14). Esta lei nasce com o objetivo de saber qual a proporção na qual os artigos de um assunto específico ocorriam em periódicos reservados a outros assuntos, estudando a disseminação dos artigos em termos de variáveis de proximidade ou afastamento. A lei de Zipf tem como finalidade principal demonstrar a regularidade de palavras em um definido texto. Formulada em 1949 e que descreve a relação entre palavras num determinado texto suficientemente grande e a ordem de série destas palavras (contagem de palavras em largas amostragens) Araújo (2006, p. 16). A terceira denominada lei de Lotka retrata o efeito da produção dos escritores em uma área de estudo. Lotka descobriu que uma larga proporção da literatura científica é produzida por um pequeno número de autores, e um grande número de pequenos produtores se iguala, em produção,

ao reduzido número de grandes produtores Araújo (2006, p. 13)

De acordo com Araújo (2006), a bibliometria é uma ferramenta quantitativa e estatística com propósito de medir os números de produção e propagação do conhecimento científico, tendo como um dos focos iniciais analisar a produção científica. Hodiernamente, essa metodologia tem se popularizado devido à crescente quantidade de produzida e disponibilizada de dados bibliográfico, e possuir uma concepção sistemática e resumida facilita a compreensão e até mesmo instrui para caminhos de pesquisa futuramente.

Antes de proceder uma bibliometria é relevante compreender parcialmente sobre o tema que será desenvolvido para conseguir determinar as palavras chaves, que abordam o essencial questão da pesquisa. Em seguida, deve determinar os filtros de busca, entre eles estão: período de publicações de pesquisas (ano), idioma da publicação, área e subárea e se são somente artigos publicados em periódicos ou em anais de eventos. Posteriormente, direciona-se às bases de dados, as mais utilizadas para pesquisas bibliométricas são Web of Science (Thomson Reuters) e Scopus (Elsevier), que são preparadas para pesquisas bibliométricas com diversas informações aprofundadas.

Dessa forma, a expressão bibliometria representa a aplicação de expressões matemáticas e técnicas estatísticas para analisar como está a elaboração científica de certa área do conhecimento, facilitando a investigação da ligação entre a contribuição da pesquisa e os fatores referentes ao problema da pesquisa e do meio da investigação, através de métodos estatísticos, como a correlação, a análise fatorial e regressão.

FEMINISMO DECOLONIAL: CONSTRUINDO UMA NOVA PERSPECTIVA

O conceito de decolonialidade é esclarecido a partir da compreensão de que com o fim do colonialismo, a divisão do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquia étnico-racial da população não mudaram significativamente, ao contrário, o que tem ocorrido é uma passagem do colonialismo moderno à colonialidade global. E o feminismo decolonial, retomando a premissa da opção decolonial e dos feminismos críticos, oferece uma nova perspectiva analítica para uma compreensão mais abrangente das relações derivadas de raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica de forma interligada.

O feminismo decolonial é um movimento em crescimento e aprimoramento que declara uma reavaliação da proposta e da ideia do feminismo global, diante do que considera sua tendência ocidental, branco e burguês. O nome foi proposto pela primeira vez por María Lugones, socióloga, feminista nascida na Argentina, que participou por alguns anos do movimento feminista de cor, atraída por causas indígenas e pela retomada do pensamento latino-americano decorrente do giro decolonial, que significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. É a partir da junção entre a perspectiva da interseccionalidade (conceito sociológico preocupado com as interações e marcadores sociais nas vidas das minorias), e

o projeto de investigação da modernidade/ colonialidade, que Lugones elabora a proposta de um feminismo decolonial. O outro marco é estabelecido pelo sociólogo Aníbal Quijano, e que é fundamental para análise de Lugones sobre o modelo de poder global capitalista, relacionado ao termo da colonialidade do poder, que é essencial para o trabalho sobre a colonialidade do saber e do ser e a decolonialidade.

Para o sociólogo peruano Anibal Quijano (2000), a relação entre modernidade-colonialismo-capitalismo-mundial se cria um padrão mundial de poder, que se definiu como colonialidade do poder, outro conceito importante que resgata o feminismo decolonial, que significa relações sociais de exploração/dominação/ conflito em torno da disputa pelo controle e pela dominação, incluindo o conhecimento e a autoridade, e dos seus instrumentos de imposição. Para Quijano, esse padrão mundial se baseou em torno da ideia de raça, que impulsionou uma classificação racial/étnica: índios, negros, amarelos, brancos, mestiços; e uma classificação geocultural: América, África, extremo e Próximo Oriente, Ásia Ocidental e Europa.

María Lugones (2008), embora considere parte da ideia de Quijano sobre a colonialidade, ressalta que a raça não é a única razão da *colonialidade do poder*, mas também o gênero e, portanto, a heterossexualidade. Por outro lado, Lugones aponta que Quijano assume uma noção que analisa como o gênero, um tipo de relacionamento humano reservado ao homem branco europeu privilegiado e a sua companheira, que serve como reprodutora da espécie. Para Lugones, o dimorfismo sexual, ou seja, masculino e feminino, é forma de diferenciação usada aos povos colonizados e escravizados. A socióloga feminista ainda propõe que o gênero é uma classe que está ligada à concepção de humanidade imposta pela modernidade ocidental, que se inicia com o debate de análise se os índios e os negros, seriam humanos, visto que, as fêmeas e os machos colonizados não eram nem mulheres nem homens, assim, não eram considerados humanos no colonialismo.

Sob esse viés, o porto-riquenho Nelson Maldonado Torres (2007) estabelece a definição de *colonialidade do ser*, conceito importante que relembra o feminismo decolonial, que declara a negação da humanidade à algumas populações (principalmente indígenas e afrodescendentes) consideradas como um empecilho à cristianização e à modernização, e essa negação tem sido argumento para escravizá-los, tirar seus direitos, discriminá-los ou até mesmo assassiná-los.

De acordo com LANDER (2000), a modernidade ocidental eurocêntrica também gerou uma *colonialidade de saber*, outro conceito importante que resgata o feminismo decolonial, a qual diz respeito a um tipo de racionalidade técnica-científica, epistemológica, que se declara como o modelo válido de produção de conhecimento para o resto da civilização. Nessa visão, esse conhecimento deve ser neutro, objetivo, universal e positivo.

Nessa perspectiva, origina-se uma grande narrativa universal, na qual a Europa e os Estados Unidos são centros geográficos e a motivação do movimento temporal do saber, em que subestimam, ignoram, excluem, silenciam e tornam invisíveis os conhecimentos

das populações subalternizadas. A colonialidade do poder, do ser e do conhecimento, é a parte ruim da modernidade ocidental, em que manifesta o feminismo como proposta emancipatória aparentemente para “todas” as mulheres. Essas concepções têm sido pautas para o feminismo decolonial, mas os pensamentos que emergiram das práticas políticas coletivas dos feminismos críticos e contra hegemônicos foram uma das principais fontes.

Dessa forma, classes que têm sido essenciais para o feminismo global são problematizadas pois partiram da generalização da submissão das mulheres analisando apenas o gênero (de um aspecto binário e heterocentrado), sem considerar experiências de mulheres prejudicadas pelo racismo, pela inclinação de valorização de certas classes sociais, pela heterossexualidade e pela geopolítica.

O que se designa “feminismo descolonial”, conceito proposto pela feminista argentina María Lugones (2008), tem duas fontes importantes, os feminismos críticos e o contra hegemônicos. Ou seja, as críticas feministas feitas pelo feminismo negro e pelo feminismo hegemônico em sua universalização do conceito de mulher e, assim, revela a natureza racista, classista e heterocêntrica, necessitando de uma visão feminista mais abrangente e inclusiva. Assim, o feminismo decolonial opõe-se diretamente ao feminismo liberal, cuja as pautas são relativas à igualdade no mercado de trabalho e à liberação sexual, desconsiderando a divisão e as desigualdades entre as mulheres.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa biométrica, quantitativa, descritiva, documental e bibliográfica com uso da ferramenta VOSviewer para analisar a temática pesquisada, onde foi realizado o levantamento na base de dados *Scopus*, uma das maiores bases de trabalhos científicos internacionais.

Este trabalho está categorizado por meio da bibliometria que considera: Ano da publicação; base de dados; autor e área de atuação, titulação e instituição de vínculo; local de origem do estudo; idioma e quantitativo de referência

As referências analisadas provem da base de dados *Scopus*, assim analisando um período de 13 (treze) anos, usando a equação Booleana para extração dos documentos TITLE-ABS-KEY (“Decolonial Feminism”) AND (LIMIT-TO (PUBYEAR, 2020) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2019) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2018) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2017) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2016) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2015) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2014) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2011) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2010) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2007) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE, “ar”).

Critérios	
Inclusão	Exclusão
A temática deve estar relacionada à Feminismo Decolonial, assim obtendo essas informações a partir de uma leitura sistemática dos títulos e resumo dos artigos.	A temática não está relacionada à Feminismo Decolonial
Somente artigo Científicos	Não ser artigos científico
Artigos publicados entre 2000 a 2020	Data diferente da predefinida

Tabela 1- Critérios de inclusão e exclusão

Fonte 1- Elaborado pelos autores (2021)

Por meio dessa estratégia de busca, leitura sistemática e critérios de inclusão e exclusão descritos na tabela 1, foram recuperados 84 documentos e, após serem submetidos ao processo de identificação do artigo, 48 referências foram filtradas, avaliadas e incluídas na revisão sistemática e serão analisadas pelo programa VOSviwer (Figura 1).

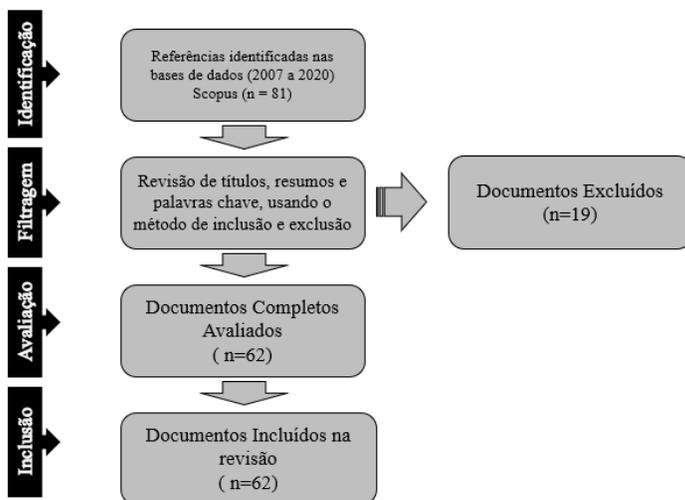


Figura 1- Etapas da Pesquisa

Fonte- Elaborado pelos autores (2021)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As buscas demonstram que os principais autores que publicaram sobre Feminismo Decolonial são: Khader, Almendra e Boonzaier, ambos respectivamente com 3,2,2 documentos cada, quanto aos demais autores publicaram 1 documento apenas, conforme demonstrado na figura 2

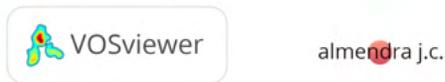


Figura 2- Autores mais relevantes

Fonte- Dados da Pesquisa conforme o VOSviewer (2021)

Utilizando a ferramenta *Scopus* para mapear a produção por ano foi evidenciado que o tema Feminismo Decolonial começou no ano 2007 onde foi encontrado apenas 1 artigo, e depois desta data até o ano de 2009 não se obteve nenhum documento científico abordando a temática, apenas a partir de 2010 que as publicações sobre o tema voltaram à base internacional assim demonstrando uma tendência de alta, visto que em 2020 foram escritos 27 artigos.

Os países que mais publicaram sobre o assunto são os Estados Unidos com 30 artigos, tornando o país com maior número de publicação e ficando em destaque. Depois temos o Brasil com 7 artigos e Canadá com artigos publicados, os demais países publicaram 3 documentos ou menos, assim evidenciado na figura 3. Com esses dados podemos refletir que os países do Norte Global são os que mais publicaram estudos sobre Feminismo Decolonial, assim usufruindo do Sul Global apenas como fornecedor de *insight* e conhecimento, conforme (COMAROFF e COMAROFF, 2012, p.1)



Figura 3- Países mais relevantes

Fonte 1- Dados da Pesquisa conforme o VOSviewer (2021)

Com uso da ferramenta VOSviewer foi analisado as Co-words mais citadas, onde foi evidenciado que as palavras-chaves mais utilizadas foram: Decolinal Feminism (Feminismo Decolonial), Gender (Gênero), Feminism (Feminismo) e intersectionality (Interseccionalidade), ambas respectivamente com 32,10,7 e 7 ocorrências, apresentadas na figura 4.

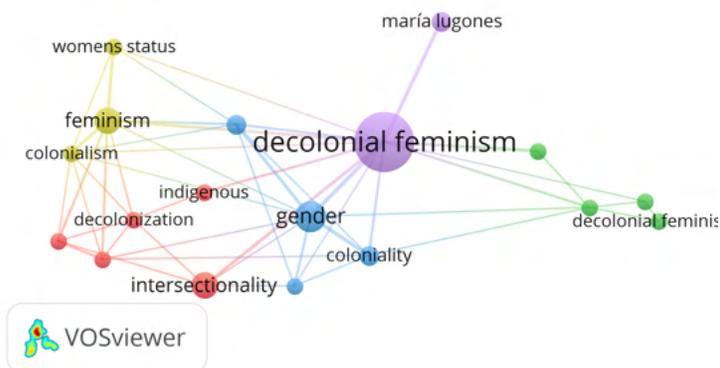


Figura 4- Teia das Palavras chaves mais citadas

Fonte - Elaborado pelos autores conforme o programa VOSviewer (2021)

Com base nos dados coletados evidencia-se que as pesquisas sobre a temática estão situadas em países do Norte Global, assim o autores do Sul Global são marginalizados

e tem que se desprender da sua língua local para cumprir exigências do Norte, com isso criando um preconceito colonial que segundo Santos (2016, p.26) “constitui a chave da compreensão da dificuldade que a Europa tem de aprender com o mundo, de reconhecer histórias, práticas, saberes e soluções para além da história e das teorias, alegadamente universais, produzidas no ocidente”. Diante desses fatos, decolonizar o conhecimento é uma forma, segundo Santos (1995, p.508) “Aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar o quantitativo de produções a respeito do tema feminismo decolonial, pretendendo mensurar a contribuição do conhecimento científico derivado destas publicações. O estudo foi realizado através da pesquisa bibliométrica usando técnicas quantitativas e qualitativas, utilizando a ferramenta VOSviewer. A pesquisa se deu dentro da base de dados Scopus, delimitando-se um período de 20 anos das publicações que, posteriormente, passaram por uma leitura sistemática.

O baixo quantitativo de artigos encontrados, mostra que este é um tema recente no meio científico, visto que sua abordagem foi tardia, iniciada em 2007 na base de dados. Os resultados mostram que os estudos produzidos vêm agregando a temática ampliando o conhecimento sobre a mesma, no entanto, podemos observar que os estudos sobre feminismo decolonial em sua maioria se concentram no norte global, já que a maior parte das produções sobre o tema são realizadas e publicadas em países como os Estados Unidos. Tem-se como limitações desta pesquisa o uso de apenas uma base de dados, bem como as reduzidas discussões por conta do modelo do documento, aconselha-se para futuros estudos e o uso de outras bases de dados para uma possível ampliação das fontes, bem como a expansão para outros tipos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, Rubén Urbizagástegui. A bibliometria no Brasil. **Estudos**, p. 91-15, jul./dez. 1984.

ALVARADO, Rubén Urbizagástegui. **A bibliometria**: história, legitimação e estrutura. Para entender a ciência da informação. Salvador: EDUFBA, p. 185-217, 2007.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evoluções históricas e questões atuais. **Em questão**, v.12, n. 1, p. 11-32, jan/jun. 2006.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Selo negro, p.130, 2000.

CHUEKE, Gabriel Vouga; AMATUCCI, Marcos. O que é bibliometria? Uma introdução ao fórum. **Revista eletrônica de negócios internacionais**: internext, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-5, mai/ago. 2015

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. **Theory from the South: Or, How Euro-America is Evolving Toward Africa.** 2845. ed. Estados Unidos: Paradigm Publishers, 2012.

DEVALLE, Susana BC; LANDER, Edgardo. Edgardo Lander (comp.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires e Caracas: Clacso y Unesco, 2000.

LUGONES, María. **“Colonialidad y Género”.** Tabula Rasa. Bogotá, Colombia, n.9, 73-101, 2008.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género: Hacia un feminismo descolonial, en:** Género y Descolonialidad. Mignolo, W. (comp.). Buenos Aires: Del signo, 2008.

LUGONES, María. **Heterosexualism and the colonial/modern gender system.** Hypatia, v. 22, n. 1, p. 186-219, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser:** contribuciones al desarrollo de un concepto, en: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco/Pensar/Siglo del Hombre Editores, 2007.

MOHANTY, Chandra Talpade. **“Bajo los ojos de Occidente: saber académico y discursos coloniales”.** In: MEZZADRA, Sandro (Org.). Estudios postcoloniales: Ensayos Fundamentales. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

NICHOLAS, David; RITCHIE, Maureen. **Literature and bibliometrics.** London: Clive Bingley, 1978.

PIMENTA, A.A. *et al.* A bibliometria nas pesquisas acadêmicas. **Scientia:** revista de ensino, pesquisa e extensão, v.4. n. 7, p.1-13, 2017.

PRITCHARD, Alan et al. **Statistical bibliography or bibliometrics.** Journal of documentation, v. 25, n. 4, p. 348-349, 1969.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina, en:**

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma nova visão da Europa:** aprender com o Sul. Revista Sociologias. Porto Alegre: ano 18, nº43. 2016, p. 24-56

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice.** O Social e o Político na Pós-Modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUSA, E. D. S. *et al.* Mapeamento da produção científica internacional sobre intensão empreendedora. **Revista de gestão e secretariado:** revista GeSec, São Paulo, v. 10, n.3, p. 114-139, set/dez. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.

VANTI, Nadia Aurora Peres. **Da bibliometria à webometria**: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da informação*, v. 31, p. 369-379, 2002.

CAPÍTULO 3

RESGATAR E TRANSFORMAR: UM GRITO DE SOLTURA QUE ECOA NO BRASIL

Data de aceite: 01/02/2022

Alanna Beatriz de Paula Alves

Estudante do curso de Psicologia na
Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU
São Paulo-SP
<http://lattes.cnpq.br/1828430248427119>

Juliana Santos Graciani

Doutora em Psicologia Social PUC e
Professora da Graduação em Psicologia na
Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU
São Paulo-SP
<http://lattes.cnpq.br/3170779220325338>

RESUMO: A Jornada de Junho de 2013 trouxe fatos para serem observados e analisados, os grandes movimentos sociais e grupos jovens que estiveram presente nos atos, demonstraram uma vontade de lutar por direitos sociais e principalmente trazer poder popular para além das instituições. O presente artigo tem como objetivo trazer reflexões sobre a construção dos tipos de grupo e a importância das manifestações. Será feito uma revisão bibliográfica sobre o assunto, além de analisar a teoria de Kurt Lewin (1973) e sua relação com os atos, trazendo considerações sobre o pensamento de Martín-Baró (1989) sobre a emancipação. Como resultados encontramos diversas formas de mobilização e liderança para construir e combater as desigualdades e as insatisfações proporcionadas pelo poder.

PALAVRAS-CHAVE: Kurt Lewin, Manifestações, Liderança, Poder popular.

RESCUE AND TRANSFORM: A CRY OF RELEASE THAT ECHOES IN BRAZIL

ABSTRACT: The June 2013 Journey brought facts to be observed and promoted, the large social movements and youth groups that were present at the events, demonstrated a willingness to fight for social rights and especially to bring popular power beyond institutions. This article aims to bring reflections on the construction of the types of groups and the importance of manifestations. A bibliographical review on the subject will be made, in addition to analyzing Kurt Lewin's theory and its relationship with acts, bringing considerations about Martín-Baró's thought on emancipation. As a result, we found different forms of mobilization and leadership to build and combat the inequalities and dissatisfactions brought about by power.

KEYWORDS: Kurt Lewin, Manifestations, Leadership, Popular power.

INTRODUÇÃO

O Brasil está numa luta constante por sobrevivência, com altos e baixos. É possível ver a desigualdade social presente em todos os campos, com a divisão entre a população fica cada vez mais grave a situação. O país possui um histórico muito importante para observar e analisar as lutas populares e o poder do povo, mas ao mesmo tempo, é possível ver o avanço do populismo e o autoritarismo que traz articulações perigosas para a sociedade, causando uma polarização.

Em junho de 2013 houveram grandes manifestações desencadeadas por insatisfação contra o governo, revolta popular e apropriação do movimento no qual se deu através dos avanços das manifestações, os papéis e discursos acabaram se confundindo e trazendo diversas participações que não favoreceram os atos e contribuíram para o crescimento da direita e extrema direita no decorrer da história do país, Löwy (2015) investiga sobre como a direita conservadora se articula no país e tem como discurso o combate à corrupção, no qual se identificam como os salvadores da pátria e como única possibilidade de melhoria, os golpes militares. Segundo Secco (2013, p.176):

Na manifestação de 20 de junho, a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes "cidadãos de bem" de verde-amarelo aplaudiam. O número de participantes no país foi o maior até então. Mas começou a cair logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. (SECCO, 2013, p.176).

Apesar de terem consequências ruins, é fundamental valorizar o momento por terem surgido indivíduos políticos e pensadores sociais, onde atuam como militantes até os dias atuais, para combater o autoritarismo e a luta por uma sociedade mais popular e menos elitista.

O fato do protesto ser algo legítimo, não garante que os manifestantes não sofram violência. Inicialmente, a mídia atacou a população que foi às ruas naquele período com o uso da linguagem, na qual pode ser utilizada como ferramenta de dominação e de excesso de poder, se configurando através da manipulação e alienação (Lane, 2006), trazendo uma imagem distorcida sobre os fatos e motivos que estavam sendo debatidos, além de concluir que lutar para o bem-estar social é vandalismo. A polícia que esteve presente em alguns atos de junho, pode ser encontrada dentro das violências estruturais, por ter um papel de soberania dentro da sociedade, no qual a polícia traz uma imagem de conciliador e impossível de trazer danos para a população, na realidade exercer uma atitude de dominação e agressividade, essas brutalidades existem através de uma ordem social estabelecidas com base em interesses de um certo grupo social.

É necessário refletir sobre isso e estudar a trajetória dos sujeitos dentro de grupos e coletivos nas manifestações que abalaram o país, trazer esse tema à tona colabora para uma reflexão, retomar a consciência e a conscientização para reforçar e emergir mudanças significativas para o fazer do psicólogo dentro do contexto social e político. Importante para uma evolução pessoal e grupal, que facilita e melhora a qualidade de vida do sujeito, levando em consideração todos os aspectos sociais, econômicos e sociais. Vai ser imprescindível às obras e os estudos de Kurt Lewin (1973,1988) e Martín-Baró (1989) para investigar as experiências e a totalidade de fatos coexistentes na sociedade, ampliando a visão sobre o campo dinâmico e a relação dos indivíduos.

Os grupos sociais e seus subgrupos são fenômenos sociais no qual são realizados

através da relação com o outro, com a construção do ser e de suas conexões, com isso, todas as partes da estrutura são de extrema importância para compreender a formação do sujeito nas divergências do seu potencial ou no fortalecimento do mesmo, Lewin (1988, p.222) estabelece uma fórmula para a relação do comportamento do indivíduo com o ambiente:

Para entender o comportamento preditivo, a pessoa e seu ambiente devem ser considerados como uma constelação de fatores independentes. Chamamos a totalidade desses fatores como o espaço vital (EV) desse indivíduo, e escrevemos $C = F(P, A) = F(EV)$. O espaço de convivência, conseqüentemente, inclui tanto a pessoa quanto seu ambiente psicológico. (LEWIN, 1988, p.222, tradução nossa).

Dentro da teoria de Kurt Lewin (1988), ele compreende que em uma sociedade de privilégios, o grupo de minorias se articulam e se veem como interdependentes que podem utilizar a força dos membros para uma emancipação social, para isso acontecer, se faz necessário todos estarem em sincronia, além de saber como fazer isso em conjunto e verificar como se dá o uso das ferramentas de comunicação para estabelecer uma relação entre os membros dos grupos. Martín-Baró (1989) trouxe contribuições para pensar uma psicologia emancipatória com a participação do poder popular para combater tipos de opressões e, trazer consciência percebendo as artimanhas e que estão fortalecendo os grupos elitistas.

Diante do cenário atual, existe uma deseducação proposital para manter certos grupos no poder. Com a pesquisa, vai ser possível trazer uma problematização sobre o aumento dos conflitos sociais, com duas questões centrais: Como o indivíduo se torna grupo e depois vão à rua? Como é essa organização dentro da teoria de Kurt Lewin?

OBJETIVO GERAL

Analisar sobre a construção do sujeito nas manifestações da Jornada de Junho de 2013 dentro da teoria de Kurt Lewin (1988) e refletir sobre atuação do psicólogo no apoio ao poder popular e emancipação social.

METODOLOGIA

Uma das finalidades é o estudo sobre a dinâmica de grupo de Kurt Lewin (1973), com isso, explorar os conceitos de sócio-grupo e psico-grupo que tem como objetivo respectivamente: uma aproximação de indivíduos que formam um grupo para alcançar um resultado específico, de forma mais definida. O outro é formado por indivíduos que têm aproximações mais afetivas, mais centrado nos próprios membros. A compressão dessas ideias tem como propósito, direcionar para um olhar mais prático o funcionamento dos processos grupais dentro da sociedade.

Com a colaboração das obras de Martín-Baró (1989), a intenção é encontrar

colaborar com a desnaturalização das opressões, processo de libertação, tendo novas alternativas para a práxis que colabora para um entendimento e mudança no comportamento social, fazendo todo o grupo se movimentar e engajar por uma busca de sintonização com todo o resto, conseqüentemente, mudar a estrutura que colabora com a estagnação e os desentendimentos grupais.

A pesquisa foi realizada de forma exploratória, trabalhando com métodos bibliográficos para alcançar uma visão mais ampla sobre o assunto, com objetivos específicos e levantamento qualitativo.

Dentro desse modelo, foi dividida em etapas para estabelecer um estudo mais eficaz: será averiguado mais profundamente sobre a teoria de campo, espaço vital e dinâmica de grupo de Kurt Lewin (1973), para definir as movimentações principais e trazer um entendimento mais minucioso sobre os processos grupais, com a junção de informações sobre as articulações e mobilizações, utilizar as obras de Martín-Baró (1989) como os conflitos sociais estão presentes e se estabelece e a importância do psicólogo nesse contexto, e com isso, concluir de forma geral o que foi possível observar durante o processo e quais são os assuntos mais pertinentes que a pesquisa pôde levantar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para se encontrar e se identificar em um campo social, se faz necessário que o indivíduo encontre e perceba como funciona a sua personalidade e seus valores que constituem sua totalidade dinâmica, com isso, é estabelecido um “eu social”, no qual se estabelece a relação com o outro, onde se compartilha e fortalece seus valores. Na personalidade também existe um “eu público”, no qual fortalece os contatos sociais, executam atividades em massa e trabalham coletivamente. Esses dois tipos que constituem a personalidade não são estáticos, pois estão em constante movimento e se faz necessário em contato com o próximo.

Neste sentido, todos os aspectos do indivíduo influenciam na construção de si, além de trazer uma bagagem sócio-histórica, onde se constitui sua identidade com base em significados estabelecidos pela sociedade e pelo próprio indivíduo. Analisar o sujeito dentro de um grupo não faz com que a subjetividade do indivíduo desapareça, ao contrário, só é possível determinar um grupo levando em consideração o espaço vital das pessoas que o constrói. Os hábitos do indivíduo dentro de um coletivo ou um grupo social já estabelecido é fortalecido com a força topológica existente, servem como impulsos ou ajudam a construir um limite em algumas situações.

O campo psicológico do indivíduo é um fenômeno determinante para o comportamento, no qual é estabelecido suas experiências e no entendimento de outros acontecimentos, isso impacta na forma como é visto as condições atuais do campo presente (Lewin,1988). Dentro da teoria, foi investigado a relação do sujeito nos grupos e o papel

nas manifestações, principalmente as lideranças. Para o autor, entender o comportamento desses grupos e do indivíduo atuante, é necessário compreender o cenário como um todo, sendo interdependentes. Na teoria topológica, de Lewin (1973, p.31) onde se aplica o espaço vital, o autor entende que

Uma situação consiste no qual é possível e no que não é possível para a pessoa nessa situação. Cada mudança de situação psicológica de uma pessoa significa justamente isso: certos eventos são agora “possíveis” (ou “impossíveis”) que eram previamente “impossíveis” (ou “possíveis”). (LEWIN, 1973, p.31).

Dependendo do momento em que o sujeito se encontra, não vê motivos para participar de manifestações, se não houvesse injustiça social, eventos como estes seriam impossíveis de acontecer, já que a situação no qual indivíduo, dentro do seu espaço vital, se encontraria, não passaria por conflitos sociais, mas para isso, é importante considerar as forças psicológicas que estão empregadas no campo. Dentro do campo social, o indivíduo depende das relações de distribuições de forças que está estabelecida naquele campo, para que consiga direcionar essas forças para um resultado esperado, no qual seja benéfico. Um dos elementos importantes para causar é estabelecer essa relação entre o comportamento e força, no qual a força resultante direciona o comportamento.

Há uma relação de valência positiva relacionada com a necessidade de atrair o que deseja e aumentar a probabilidade de ação do comportamento do indivíduo, dito isto, “a valência de uma atividade depende em parte do seu significado e, portanto, da estrutura cognitiva” (Lewin, 1988, p.85), o sujeito pode não ter vontade de atuar de forma política dentro da sociedade de uma maneira individual, mas quando está dentro de um grupo, o significado pode ser outro, alterando o comportamento do mesmo no ambiente. Outra forma que aumenta a probabilidade de atividade de um grupo e reforça seus hábitos está relacionado com o sistema de valores que o grupo estabelece, esses valores possibilitam as mudanças do grupo, mas também está relacionado a resistência à mudança.

Lewin (1973) entende as mudanças grupais como sendo estabelecidas por três etapas: descongelar, substituir e congelar padrões do grupo. Respectivamente, significa que o grupo necessita de um choque emocional para que tenha um “ligamento”, para isso acontecer, precisa que tenha um acontecimento que cause forças no campo social, o próximo se refere ao estabelecimento de novas ordens de se organizar para que consiga congelar novamente. Todas as etapas precisam ser feitas de forma organizada e pensada coletivamente, se for realizada com êxito, aumenta a probabilidade de mudança no indivíduo e maior acolhimento na nova fase.

Uns dos atritos mais presentes são as lutas que envolvem o lado sócio-econômico, isso inclui as manifestações no Brasil que aconteceram em junho de 2013 exigindo o fim do reajuste de 20 centavos na tarifa do transporte público, conhecida como a Jornadas de Junho por ter levado milhões à rua e durante vários dias do mesmo mês, além de ser

marcante para a história do país e trazer consequências para os dias atuais. Os atos que aconteceram no Brasil inteiro, teve uma grande diversidade de pessoas e coletivos nas passeatas, onde se alcançou pessoas contra formas de governança que estava sendo imposto e outras pessoas que se designavam como salvadores da pátria, ditos patriotas, com o objetivo de elaborar uma imagem e construir uma figura da direita no país como o único lado bom e incorrupto.

Analisando com mais precisão as manifestações que aconteceram em junho de 2013 até o presente momento, cada ato há diversos grupos e militantes, as construções são variadas, aqueles que já atuavam (militantes) antes mesmo dos atos, onde a aproximação dos indivíduos estão ligados de forma afetiva, pensando nos membros e na relações que eles têm entre si (psico-grupo), um outro exemplo de grupo visível no ato é aquele que está sendo formado apenas para cumprir determinada função, então participar do ato e pedir pelo fim da tarifa ou até mesmo mostrar suas insatisfações com o governo é um jeito de organizar-se entre si com um objetivo único, que vai para além das relações grupais (sócio-grupo).

Apesar dos grupos serem caracterizados de forma diferente, para que consiga realizar as tarefas, é importante que tenha motivação através de estímulos, essa motivação só é capaz de oferecer mudanças se vier acompanhada de ações, esse conjunto pode mudar o grupo e o contexto que está situado por muito tempo dependendo da decisão tomada pelo coletivo.

Essa dinâmica de grupo se dá através de alguns componentes no qual Kurt Lewin (1973) trabalhou e Mailhiot (1998) menciona como formas de comunicação grupal, alguns desses componentes que são importantes para serem analisados nos atos são de emissor e receptor, esse primeiro componente refere-se ao sujeito que divulga a mensagem de forma inteligente, na qual os sujeitos (receptores) de dentro dos atos consigam captar, essa captação nas manifestações é feito através de um código público, isto é, “sua mensagem seja captada pelo maior número possível de receptores, utilizará um conjunto de símbolos inteligíveis para todos aqueles que ele quer atingir.” (Mailhiot, 1998, p. 78), geralmente isso é passado através de gritos de ordem, onde são pré-determinadas em cada coletivo.

Apesar de haver os emissores e receptores específicos, houve figuras políticas e militantes que ocuparam esses papéis de forma mais generalizada, com o avanço das manifestações, os interesses foram se diversificando, mudando o foco que o Movimento Passe Livre iniciou e, principalmente, as mensagens que foram passadas nos atos.

Cada um possui uma maneira de liderar a frente de cada movimento, dificilmente encontra-se um grupo autocrático em uma manifestação pela democracia e por direitos populares. Dentro dos atos onde constam diversos coletivos, as lideranças variam de acordo com a ideologia de cada um, a maioria que luta por uma sociedade mais justa tem como forma de se organizar a liderança democrática, vindo de movimentos mais comuns aos movimentos anarquistas, essa maneira de articular tem como objetivo, segundo

Jacobsen (2007, p.45):

Construir o processo decisório com base nas opiniões e visões partilhadas entre os atores sociais nele envolvidos. A grande vantagem da aplicação do estilo de liderança democrática, no processo de condução de organização de produção ou mesmo de grupos de interesse afins, é a possibilidade de despertar o interesse e o compromisso coletivo. (JACOBSEN, 2007, p.45).

Para além das manifestações das Jornadas de Junho de 2013, faz-se necessário avaliar suas consequências nos tempos atuais com um governo diferente, a partir das eleições à presidência da república, onde Jair Bolsonaro tomou posse em 2019. Neste sentido, podemos observar aquilo no qual Martín-Baró (2017, p. 278) descreve como guerra psicológica, onde é colocado em ação sempre que o povo se manifesta e o sujeito vai à luta para construir um futuro diferente, que vai contra as ideias do Governo. Essa guerra se dá através de elementos de repressão, atingindo o psicológico do sujeito, com isso, querendo fazer com que ele se sinta inseguro, acreditando que nenhum coletivo revolucionário tem poder ou que não tenha espaço para combater qualquer tipo de fascismo.

A militância construída naquela época sofreu um forte ataque nos dias atuais, grande parte da população acredita que a culpa de acontecimentos posteriores à 2013 foram causados por uma juventude indignada com a tarifa de ônibus, mas que demonstrava insatisfação muito mais profundas. Mostrar descontentamento com a forma que o governo estabelece as condições sociais e pessoais do indivíduo, no qual está ligado diretamente e indiretamente com a saúde mental dos cidadãos, dá espaço para que o indivíduo seja uma pessoa ativa e que luta por políticas públicas e condições de vida que priorize a saúde, a dignidade e, principalmente, o direito a vida.

CONCLUSÕES

A teoria de Lewin (1973) traz aspectos importantes fatores para compreender a dinâmica no processo de formação de grupo e estabelecimento de atividades entre os membros, para além disso, promove a subjetividade no espaço vital de cada indivíduo e construção em movimentação de sociedade e sujeito.

Para a construção do social e dos movimentos sociais dentro de manifestações potentes e com milhares de pessoas, é relevante entender o papel de cada grupo, além de compreender que a maioria dos sujeitos dentro da sociedade encontra-se em um estado alienação, onde os seus deveres do cotidiano contribui para uma despersonalização e falta de consciência psíquica, agora para uma construção em conjunto, é necessário entender que “o grupo é mais do que a soma de suas partes, quando há modificação de uma das partes, a estrutura grupal se modifica, o grupo é uma realidade irreduzível aos indivíduos que o compõem.» (BENEVIDES, 2009, p. 98), e o papel desempenhado por cada membro, o psicólogo como um pesquisador e um ser atuante, tem a função de compreender e colaborar para uma emancipação do coletivo e quebrar as amarras que tem com uma

ideologia neoliberal, para isso, é fundamental:

O horizonte último de nosso quefazer... deve ser a libertação de nossos povos: uma libertação da exploração econômica, da miséria social e da opressão política, uma libertação para construir uma sociedade nova, baseada na justiça e na solidariedade. (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 82).

Vale ressaltar que apesar das divergências em organização, para uma luta social, se unir é uma forma de pertencimento. É importante voltar e olhar para o passado para compreender os motivos do presente, com isso, ver a construção de lutas populares e o ser humano como sujeito político. Nos dias atuais, há diversas discussões em relação à figura autoritária que repercute no país, e a necessidade da construção do ente crítico e envolvido com coletivos e se fortalecem juntos. Para isso, é fundamental que os psicólogos sociais se vejam como um profissional ético político e que busque uma emancipação da consciência do cidadão, fazendo com que ele possa contribuir para uma sociedade popular e mais justa.

Neste sentido, Martín-Baró (2017, p.28) destaca alguns pontos fundamentais do psicólogo em uma sociedade revolucionária no qual:

Atender as necessidades sentidas no processo de enfrentamento. Atender a angústia, o pânico, o stress coletivo. [...] Ajudá-lo a enfrentar a situação de repressão selvagem, de desumanização social e tirar proveito disso para seu crescimento humano e social. (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 28).

Com isso, é imprescindível trabalhar junto com o povo que luta contra toda forma de opressão, fazendo com que todos os indivíduos tenham condições para ter uma saúde mental adequada, que não seja mais uma questão de privilégio, além de trazer construir um processo revolucionário e emancipação social e mental. É importante se ver como um indivíduo no coletivo e o coletivo no indivíduo sempre em movimento e interdependentes, no qual se transforma com as mudanças sociais, através disso, consiga alcançar resultados e prazeres de forma coletiva e fortalecendo a própria personalidade naquele ciclo social.

REFERÊNCIAS

BARROS, Regina Benevides. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre -RS: Sulina, 2009.

JACOBSEN, Alessandra L., JUNIOR, JOÃO B. C. e MORETTO, Luís. **Administração** (Introdução e teorias). Florianópolis: SEAD UFSC, 2006, 106 p.

LANE, Sílvia e MAURER, Tatiana. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, v. 3, 2017. 87 p.

LANE, Sílvia, MAURER, Tatiana e CODO, Wanderley. **Psicologia social: o homem em movimento**, São Paulo: Brasiliense, 1985. 220 p.

LEWIN, Kurt. **Princípios de psicologia topológica**, São Paulo: Editora Cultrix e Editora da Universidade São Paulo, 1973. 244 p.

_____. **La teoría del campo en la ciencia social**. Barcelona: Editorial Paidós, f. 154, 1988. 308 p.

LÖWY, Michael **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. Tradução de Deni Alfaro Rubbo e Marcelo Netto Rodrigues. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2015, v. 00, n. 124, pp. 652-664. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>>. Acesso em: 05 out. 2021.

HARVEY, David *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, f. 56, 2015. 120 p.

MAILHIOT, Gérald Bernard. **Dinâmica e gênese dos grupos**: Atualidade das descobertas de Kurt Lewin. 1 ed. Editora Vozes, 2013. 248 p.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia**: Estudos psicossociais. Editora Vozes Limitada, v. 3, f. 168, 2017. 336 p.

_____. **O papel do Psicólogo. Estudos de Psicologia** (Natal) [online]. 1997, v. 2, n. 1, pp. 7-27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>>. Epub, 16 mai. 2001. Acesso em: 09 out. 2021.

_____. **Poder, ideologia y violencia**. Trotta Editorial S A, f. 196, 2002. 392 p.

MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. **Psicologia social e processo grupal**: a coerência entre fazer, pensar e sentir em Sílvia Lane. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2007, v. 19, n. spe2, pp. 76-80. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500022>>. Acesso em: 07 out. 2021.

SECCO, L. **As Jornadas de Junho**. In: MARICATO, E. (Org.). **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 71-78 p.

WAINER, João. **Junho**: o mês que abalou o Brasil. Direção: S.I. Paris Filmes, 2014. (72min). Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/junho:-o-mes-que-abalou-o-brasil/t/Yc1qzTnm6H/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

NECROPOLÍTICA NO ESTADO BRASILEIRO: QUEM DEVE VIVER?

Data de aceite: 01/02/2022

Maíry Aparecida Pereira Soares Ribeiro

Doutoranda em Psicologia – UCB-Brasília; Mestre em Educação- PUC-Goiás; Especialista em Estudos Linguísticos e Literários-UFG; Especialista em Letramento Informacional-UFG; Graduada em Letras Português-UFG; Graduada em Letras-Libras-UFG; Professora das Licenciaturas do UNIGOIÁS; Estatutária da Secretária de Estado da Educação, Cultura e Esporte de Goiás

Ondina Pena Pereira

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília e pos-doutorado em Psicologia Social na Université du Québec à Montreal. É professora adjunta da Universidade Católica de Brasília. Pesquisa a área de saúde e sua relação com as ciências humanas e a filosofia; a psicanálise e suas relações com a sociedade; epistemologias em psicologia; a psicologia e a interculturalidade; teorias de gênero e feminismo; imagens técnicas e teoria do simulacro; clínica política

...é impossível defender direitos humanos sem ao menos uma vez ser ser humano. O que é ser, humano?
Thiago Minagé

RESUMO: A dignidade humana é um direito Universal, embasado na Constituição Federativa

Brasileira de 1988, adquirido desde o nascimento, devendo ser garantido pelo estado. Mas, este direito tem realmente sido aplicado? Esse texto objetiva problematizar essa suposta garantia, lembrando acontecimentos históricos como: o golpe militar de 1964; o Holocausto brasileiro, ocorrido no hospital psiquiátrico Colônia (1903 e 1980); e a recente crise da pandemia da Covid-19, onde se percebe que o Estado brasileiro, ao contrário de ratificar a Dignidade como característica intrínseca e distintiva de todo ser humano, atua de forma a manter os privilégios, a desigualdade e a desumanidade. Índios, pobres, negros, desertores, velhos e loucos têm direitos, mas somente na Lei. Portanto, a promoção da Dignidade da Pessoa Humana se torna uma luta contra a Necropolítica de um Estado Soberano, por meio de uma ação contínua e diária se se pretende um tratamento humanizado de todos e a construção de um Estado promotor da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Necropolítica. Estado. Soberania. Vida. Morte.

ABSTRACT: Human dignity is a universal right, founded on the Brazilian Federal Constitution of 1988, purchased since birth, and must be guaranteed by the state. But, was this right really applied? This objective text aims to resolve this guarantee, recalling historical facts such as: the military coup of 1964; the Brazilian Holocaust, which took place at the psychiatric hospital in Cologne (1903 and 1980); and a recent pandemic crisis in Covid-19, where the Brazilian State is perceived, as opposed to ratifying a dignity as an intrinsic and distinctive characteristic of every human being, acts in a way to maintain privileges,

inequality and inhumanity. Indians, poor, black, deserts, old and crazy have rights, but only in the Law. Therefore, the promotion of the Dignity of the Human Person becomes a fight against the Necropolitics of a Sovereign State, through continuous and daily action, to consider a humanized treatment of all and the construction of a state that promotes life.

KEYWORDS: Necropolitics. State. Sovereignty. Life. Death.

INTRODUÇÃO

A dicotomia entre a economia e a vida é o pilar que se pauta o estado brasileiro, resultado, ao longo da sua história, de uma por uma necropolítica que fere a dignidade da pessoa humana.

Vale ressaltar que durante a constituição do estado brasileiro, há marcas e manchas de brasileiros e brasileiras, que foram dizimados ou pelo próprio estado ou pela sua omissão, como se pode constatar em relação aos povos indígenas, às mulheres, ao povo negro e aos pobres.

Neste sentido, esse paper objetiva discutir alguns genocídios os quais o Estado se omitiu em relação à proteção da vida de seus cidadãos, corroborando para que o capital sobrepujasse à vida humana.

DESENVOLVIMENTO

A necropolítica no Estado brasileiro fere a dignidade da pessoa humana que é um princípio que fundamenta a República Federativa do Brasil, pois ela é intrínseca ao ser humano desde o seu nascimento, por isso, o seu conceito é o núcleo exegético do cenário jurídico brasileiro, sendo, portanto, o parâmetro norteador da justiça brasileira.

Assim, deve-se entender a Dignidade da Pessoa Humana como um valor moral e espiritual o qual todo o ser humano possui, sendo esse preceito constituinte do Estado Democrático de Direito; por essa razão, a exigência do cumprimento pelo Estado da aplicação prática desse direito Universal.

Mas como é possível a aplicação prática desse direito? A resposta é simples e paradoxal, pois o cerne dessa aplicação são os Direitos Humanos os quais foram criados para tutelar os direitos fundamentais, precisamente na Constituição Federativa Brasileira de 1988, cujo artigo 6º apresenta os parâmetros de aplicação dos Direitos Humanos, a saber:

“Art. 6º São direitos sociais à educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, se o Estado em sua soberania assegurar e proporcionar a plena fruição desses direitos fundamentais, conseqüentemente, preservar-se-á dignidade da

pessoa humana. O que nem sempre é possível, pois, como se pode verificar na história brasileira, há exemplos de descumprimento desses parâmetros basilares da Legislação. Conforme Konder Comparato (2017), a gênese dualista, de um lado os capitalistas e a igreja e de outro o povo, da organização do Estado brasileiro sempre pautou em privilégios, ratificando a preservação de direitos individuais, em detrimento dos direitos naturais.

Nessa acepção, Achille Mbembe (2016) parte do pressuposto que a expressão máxima da soberania reside em grande medida no poder e na capacidade do Estado determinar quem pode viver e quem deve morrer. Logo matar ou deixar viver constitui os limites da soberania e seus atributos fundamentais, portanto, ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder.

Por conseguinte, se torna evidente por que a manutenção do interesse desse grupo (Estado e seus agregados capitalistas) sobrepõe-se ao da maioria, ou seja, do povo, corroborando para a preservação de seus privilégios e, conseqüentemente, da desigualdade social, de forma que há uma supressão dos Direitos Humanos pelo Estado.

Outro exemplo a ser citado é o genocídio dos índios brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população indígena brasileira (IBGE) representava, em 2012, só 0,4% da população total brasileira. Esses dados evidenciam que, desde o início da colonização do Brasil, os índios sofreram uma redução de 99,6% da população geral do país. Em 1500, o número de índios nas terras brasileiras era em torno de 10 milhões, segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e hoje só restam, aproximadamente, 817.963 mil índios.

Neste sentido, Luis Ruffato (2016), por meio dos dados coletados no relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), aponta que, no ano de 2014, 138 índios foram assassinados devido a conflitos com invasores em seus territórios, contudo não se há registro da interferência do poder público para protegê-los. 21 índios adultos faleceram, pois não tiveram acesso ao sistema de saúde. Não constam programas de saúde preventiva para a população indígena, cuja doença mais comum que causa óbito é a gripe, responsável por 15,3% das mortes entre os índios adultos.

Outra causa é a mortalidade infantil da população indígena que atinge índices gigantescos, 41,9 crianças mortas por mil nascidas quando a média nacional é a metade 22 crianças mortas por mil nascidas vivas. Os números do Data SUS registram que a principal causa de óbito entre crianças indígenas de até nove anos de idade é a desnutrição. Vale ressaltar que esse grupo apenas representa sozinho 55% do total de mortes por desnutrição no Brasil. Logo, esses dados comprovam o genocídio que ocorre em relação aos índios brasileiros.

Por conseguinte, a necropolítica se faz presente desde a infância até a fase adulta da população indígena, pois os indígenas são desassistidos pelo poder público, abandonados à própria sorte, resultando em outra causa de mortes: o suicídio, este entre os indígenas alcança proporções alarmantes, a média do Brasil é de 5.3 suicídios por 100 mil habitantes,

todavia a incidência entre os indígenas atinge uma média de 9,6 para cada 100 habitantes, em alguns municípios da Região Norte, há 30 suicídios por 100 mil habitantes. Dados da Organização das Nações Unidas denunciam que a causa da taxa de suicídio entre os indígenas é devido ao contexto de discriminação, marginalização, colonização traumática e perda das formas tradicionais de vida que resultam em sentimento de isolamento social.

O que se percebe é que o direito fundamental à vida é desrespeitado pelo próprio Estado Soberano, quando se torna, mais do que omissivo, promotor indireto da matança do povo indígena, quando não assegura a sua proteção quanto à presença de invasores em suas terras, ou seja, quando não os protege, ao contrário, dá cobertura a latifundiários que cada vez mais ampliam seus domínios territoriais, de acordo com a ideologia de assimilação dos povos indígenas proferida abertamente pelo governo atual. A história oficial esconde os dados mais do que conhecidos daqueles que acompanham de perto as lutas dos indígenas.

Outro exemplo claro de necropolítica foi o fato de que o Golpe Militar de 1964, na sua própria trama inicial, dá a perceber o interesse de grupos. Tal como afirma Comparato (2017) que “Na gênese do golpe de Estado de 31 de março de 1964, encontramos a profunda cisão lavrada entre os dois grupos que sempre compuseram a oligarquia brasileira: os agentes políticos e a classe dos grandes proprietários e empresários.[...]”. Segundo esse autor, os empresários e igreja manifestaram imediatamente apoio às Forças Armadas a fim que depusessem os governantes em exercício substituindo por outros que lhes representassem seguindo a velha tradição histórica.

Dessa forma, Estado, Igreja e empresários mantiveram e mantêm privilégios, em desacordo visível com o que afirmam os direitos e garantias fundamentais da pessoa humana. As vidas nada significam para os agentes do poder ditatorial, pois durante a Ditadura Militar, segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), houve 434 mortes ou desaparecimentos forçados. Destas 434 mortes, 191 pessoas foram assassinadas; 210 tidas como desaparecidas e 33 foram listadas como desaparecidas, mas depois seus corpos foram encontrados. Reforçando o lado aviltante do Estado que de acordo com o relatório da CNV “Os homicídios eram cometidos pelos órgãos de segurança com uso arbitrário da força em circunstâncias ilegais, mesmo considerado o aparato institucional de exceção criado pelo próprio regime autoritário, iniciado com o golpe de 1964”(BRASIL, 2014).

Neste mesmo sentido, verifica-se o descumprimento máximo dos Direitos Humanos no caso que ficou conhecido como o holocausto brasileiro, conforme narra a pesquisa da jornalista Daniela Arbex, publicada no livro “Holocausto brasileiro”, ocorrido no hospital psiquiátrico Colônia em que “Sessenta mil pessoas perderam a vida no Colônia. As cinco décadas mais dramáticas do país fazem parte do período em que a loucura dos chamados normais dizimou, pelo menos, duas gerações de inocentes em 18.250 dias de horror. Restam hoje menos de 200 sobreviventes dessa tragédia silenciosa.” (ARBEX, 2013, p. 24)

As vidas foram ceifadas com a anuência do Estado, da Igreja e da própria sociedade,

sobre o que Arbex (2013) afirma

[...]. Por isso, a Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar. (p.23-24)

O que se percebe historicamente é que a aplicação de fato do direito à dignidade humana ratificada na legislação brasileira nunca houve efetivamente, pois o Estado sempre esteve a serviço de grupos determinados, mesmo que acreditemos no seu dever de ratificar a Dignidade como característica intrínseca e distintiva de todo ser humano. O Estado, ainda que em determinados momentos e nas mãos de governos populares, garanta condições materiais para o respeito à dignidade, encarna, na maioria das vezes, o próprio algoz, atuando de forma a manter os privilégios, a desigualdade e a desumanidade.

Agora, em 2020, em pleno auge do Neoliberalismo, difundido pelos pensadores neoliberais que se apoiam em teóricos como Friederich Hayek (2010), que publicou *O caminho da servidão*, no qual desenvolve a premissa de que toda forma de intervenção estatal constitui um sério risco para a liberdade individual e o já conhecido Milton Friedman, vemos o receituário neoliberal produzir impacto direto na existência global, deixando os países mais pobres, mais excludentes, mais desiguais.

Enfim, onde os direitos da comunidade deveriam prevalecer, surgirão, ao contrário, políticas de fortalecimento de uma sociedade de indivíduos, na qual alguns dentre eles, os privilegiados, estarão a salvo nas crises. Isso é evidenciado com a pandemia da Covid-19, diante da qual o Estado Soberano reage minimizando os riscos, transformando-a em arma letal. Eis o que o então o Ministro da Saúde, Nelson Teich (UOL, 2020) afirma que diante da limitação financeira se tem a necessidade de fazer escolhas, assim entre uma pessoa idosa com doença crônica e um adolescente, a escolha, obviamente, recairá em cuidar do adolescente, já que embora o gasto possa ser o mesmo o adolescente ainda terá uma longevidade maior em detrimento da pessoa velha.

Discurso ratificado pelo Presidente da República, I ,na contramão das orientações da Organização Mundial de Saúde e das grande maioria dos países, que compreenderam que a melhor forma de combater o vírus é o isolamento social, afirma que é somente uma “gripezinha” e que

A economia não pode parar. Afinal de contas, não basta termos meios, se não tivermos como levá-los ao local onde serão usados, bem como os profissionais têm também que se fazer presentes nesses locais [...] Então estamos acertando para que um Estado não aja diferente dos outros e que não bote em colapso o setor produtivo.(EXAME, 2020)

E ainda –

Olha só, deixa eu falar para vocês aqui o que eu vejo que está acontecendo com as informações que eu tenho. Esse vírus é igual uma chuva, vai molhar 70% de vocês, tá certo? Isso ninguém contesta, que toda nação vai ficar livre de pandemia depois que 70% [da população] for infectada e conseguir os anticorpos. Ponto final. Agora desses 70%, uma pequena parte, que são os idosos e quem tem problema de saúde, vai ter problema sério, vai passar por isso também. O que estão fazendo é adiar para ter espaço nos hospitais. Mas tem um detalhe: a sociedade não aguenta ficar dois, três meses parada, vai quebrar tudo - declarou Bolsonaro, logo após um apoiador lhe dizer que "pilantras" estão ocupando a Câmara dos Deputados, o Senado e o Supremo Tribunal Federal (STF). (O GLOBO, 2020)

Conclui-se que a soberania do Estado brasileiro consiste na escolha entre as vidas que importam e as que não importam, quem é descartável e quem não é, e, com isso, provocar a destruição máxima de pessoas vulneráveis. Assim, o Estado, que deveria assegurar a igualdade de Direitos, escolhe quem tem "Direitos", inclusive o de Viver.

Índios, pobres, negros, desertores, velhos, loucos... têm direitos? Sim, têm, mas na Lei, na qual os direitos humanos são fundamentais e conexos ao direito natural; na prática, não cumpre os deveres fundamentais que asseguram a todas as pessoas proteção contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano que lhes garanta condições existenciais mínimas para uma vida saudável, ao contrário... porém

"[...] abre-se a última grande encruzilhada da evolução histórica: ou a humanidade cederá a pressão conjugada da força militar e do poderio econômico-financeiro, fazendo prevalecer uma coesão puramente técnica entre os diferentes povos e Estados, ou construiremos enfim a civilização da cidadania mundial, com respeito integral aos direitos humanos, segundo o princípio da solidariedade ética." (COMPARATO, 2008, p.70)

Portanto, a promoção da Dignidade da Pessoa Humana se torna uma luta dantesca contra um Estado Soberano mortal, é uma ação contínua e diária resultando na humanização de **todos** e conseqüentemente, na construção de um Estado verdadeiramente justo e democrático no qual **Todos Sejam Iguais tanto na Lei quanto na Prática.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição do estado brasileiro desde a sua Gênese ostenta os rastros de sangue dos seus cidadãos. Este Estado Soberano cujo dever é promover a vida de todos e todas, a sua produção, reprodução e desenvolvimento fomentam a destruição de muitos. O política da morte torna-se basilar uma vez que não ampara os seus cidadãos. Faz uso de uma necropolítica cuja racionalidade Mortífera é valorizada pelo sistema econômico, portanto, a proteção se dá ao capital e não à vida. Logo, os vulneráveis se tornam cada vez mais vulneráveis sucumbidos à própria sorte, privados da proteção estatal. Assim, segundo essa lógica quem não ganha dinheiro não vive, o valor da vida se torna secundário ao dinheiro, o poder do Capital se torna primazia em relação à Vida.

REFERÊNCIAS

A economia não pode parar por Coronavírus diz Bolsonaro. **Exame**, 20 de março de 2020. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/economia-nao-pode-parar-por-coronavirus-diz-bolsonaro-a-empresarios/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

'Esse vírus é igual uma chuva, vai molhar 70% de vocês', diz Bolsonaro a apoiadores. O GLOBO, São Paulo, 3 de abril de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/esse-virus-igual-uma-chuva-vai-molhar-70-de-voces-diz-bolsonaro-apoiadores-1-24349253>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. 1. Ed. - São Paulo: Geração Editorial, 2013.

AZEVEDO, Reinaldo. (2020, abril 17) Teich escolheria mandar velhos morrer em casa para reservar UTI a jovens. **UOL**, 2020 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/04/17/teich-escolheria-mandar-velhos-morrer-em-casa-para-reservar-uti-a-jovens.htm?cmpid=> Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>>Acesso em: 15 abr. 2020.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro**. Disponível em: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos_comunicacao/Cinquenten%C3%A1rio%20do%20Golpe.pdf. Acesso em: 10 jun. 2017

RUFFATO, Luis. Os índios, nossos mortos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/13/actualidad/1468422915_764996.html. Acesso em: 10 de julho de 2017

O DIREITO A RESPIRAR DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Data de aceite: 01/02/2022

Hugo Gabriel de Souza Vaz

RESUMO: Esse texto foi construído diante do contexto brasileiro de ser um dos epicentros globais da pandemia de COVID-19 no ano de 2021, onde um série de ações necropolíticas alinhadas ao uma lógica perversa do neoliberalismo assassinam parcelas vulneráveis de nossa população. Apoiado nos conceitos de Achille Mbembe, podemos analisar o discurso que articula a crise sanitária brasileira, as demandas das elites econômicas, a atual configuração da gestão estatal de investimentos públicos e perceber como se expressa a lógica necroliberal que vai de encontro aos interesses da população. A invisibilização das vulnerabilidades, a corrupção governamental, a precarização da saúde, sucateamentos dos serviços públicos, negacionismo científico, a subnotificação epidemiológica se somam ao racismo estrutural a fim de normalizar, normatizar e naturalizar as mortes da população pobre, negra e periférica.

PALAVRAS-CHAVE: Necropolítica, COVID-19, Pandemia, Necroliberalismo.

ABSTRACT: This paper was constructed in the face of the Brazilian context of being one of the global epicenters of the COVID-19 pandemic in the year 2021, where a series of necropolitical actions aligned with the perverse logic of neoliberalism murder vulnerable portions of our population. Based on Achille Mbembe's concepts,

we can analyze the discourse that articulates the Brazilian health crisis, the demands of the economic elites, the current configuration of the state management of public investments, and understand how the necroliberal logic that goes against the interests of the population is expressed. The invisibilization of vulnerabilities, government corruption, precariousness of health, scrapping of public services, scientific negationism, epidemiological underreporting add up to structural racism in order to normalize, normalize and naturalize the deaths of the poor, black and peripheral population.

KEYWORDS: Necropolitics, COVID-19, Pandemic, Necroliberalism.

EIXO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: INTERVENÇÕES DO ESTADO, MODOS DE NORMATIZAÇÃO DA VIDA E PRÁTICAS DE DISSENSO

Este eixo temático tem como proposta discutir sobre a intervenção do Estado na defesa dos direitos humanos a partir das políticas públicas, sem desconsiderar, no entanto, a importância de refletirmos sobre normatizações produzidas através das políticas públicas, delimitando como devemos agir enquanto sujeitos. Desta maneira, o foco deste eixo é debater implicações psicopolíticas das políticas públicas que visam minimizar as relações de desigualdade presentes nas sociedades contemporâneas, englobando trabalhos sobre:

construção e implementação de políticas públicas; necropolítica; práticas estatais e direitos humanos.

GT 18 | Poder, Territórios e modos de subjetivação: Estado, políticas públicas e direitos humanos no contexto da pandemia

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem objetivo de fazer uma análise do artigo “Direito Universal a Respiração” do filósofo camaronês Achille Mbembe vinculado com a situação política do Brasil. Um ensaio que articula as ciências sociais e os conceitos desenvolvidos por Mbembe com a atual crise sanitária brasileira. De acordo com Senhoras (2020), as epidemias são parte inerente de um mundo cada vez mais globalizado e com alta circulação humana. Elas geram uma série de vulnerabilidades biológicas com potencialidade de se tornarem pandemias globais, o que exige dos Estados Nacionais uma cooperação mútua em prol do fortalecimento da saúde pública internacional. Dentro desse contexto podemos falar do coronavírus que segundo a OMS (2020), em março de 2020 ganhou o status de pandemia ao transpassar as fronteiras do país de origem e ser detectado em diversos países. (apud MELO e RODRIGUES, 2021, p.137). Em abril de 2020, Mbembe começa seu texto *Direito Universal a Respiração* com a fatídica previsão acerca da COVID-19 no mundo:

especialmente nas partes do mundo onde os sistemas de saúde foram devastados por anos de abandono organizado, o pior ainda está por vir. Na ausência de leitos hospitalares, respiradores, exames em massa, máscaras, desinfetantes à base de álcool e outros dispositivos de quarentena para as pessoas já afetadas, serão muitos aqueles que, infelizmente, não passarão pelo buraco da agulha. (MBEMBE, 2020, p.2)

Tais palavras exemplificam muito bem a situação de completa ausência de direitos marcados pela redistribuição desigual da vulnerabilidade em que a população brasileira vive durante a pandemia de COVID-19. Diante a emergência de saúde podemos ver como através das políticas públicas, discursos ideológicos e a gestão de investimentos deste governo há uma forte articulação necropolítica, de modo que a precarização das condições se agravam proporcionalmente a maior nível de vulnerabilidade da população.

NECROPOLÍTICA, RACISMO E CORONAVÍRUS

De um ponto de vista da periferia, Achille Mbembe desenvolve sua teoria da necropolítica, na qual analisa e critica as perversidades do capitalismo neoliberal da atualidade. São avaliados os limites do funcionamento dos dispositivos foucaultianos, onde a noção de necropolítica pode ser considerada como uma progressão lógica das políticas capitalistas, em que seu sistema passa a descartar massas humanas em larga escala por serem dispensáveis no modo de reprodução e produção de riqueza: a destruição material dos corpos humanos, taxando indivíduos e populações como portadores de vidas

matáveis. Então, nas palavras de Mbembe (2018a), o Estado se comprometeria a “civilizar” os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar em si: “destruição máxima de pessoas e da criação de ‘mundos de morte’, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de mortos-vivos” (MBEMBE, 2018)

Apesar de o vírus, a primeira vista, parecer frear o projeto de extensão infinita do mercado que transforma humanos em dispositivos plásticos, tendo como consequência as destruições de ecossistemas, o consumo desenfreado, a globalização e as ações nefastas das empresas que visam o lucro acima de tudo, ao analisarmos mais profundamente vemos que seu impacto se mostrou muito mais prejudicial a camadas específicas da sociedade. Mbembe (2020) nos alerta que ao nos concentrarmos naqueles que morreram podemos encontrar a característica distintiva de qualquer tempo a “cor”. Podemos logo comentar que qualquer discurso que diga que há um caráter democrático no vírus é falacioso, pois o racismo reforça a fragilidade das comunidades negras, pobres e periféricas.

Enfatizamos que a necropolítica de Estado, potencializada pelo racismo estrutural que baliza nossa sociedade, não foi arrefecida pela errônea leitura de que o vírus teria um caráter democrático ao atingir ricos ou pobres, brancos ou pretos. Pelo contrário, o contexto tem revelado que ações necropolíticas e racistas foram aprofundadas. A necropolítica aparece justamente no fato de que o vírus não afeta a todos de maneira igual. (MELO, 2021, p.135)

Este é um claro pronunciamento de como sistema capitalista se funda na distribuição desigual de oportunidade de viver e morrer, as escalas de risco para os indivíduos negros são bem mais elevadas graças as desigualdades de acesso as condições básicas de sobrevivência devido a má gestão por parte do governo dos recursos públicos. Num sistema vil de retroalimentação, a necropolítica é aprofundada pelas discrepâncias sociais ocasionadas pelo racismo, que por sua vez amplia as diferenças entre as classes. Podemos inferir sobre caso brasileiro que segundo as análises de Vandenberghe e Véran (2020) e de Melo e Rodrigues (2021), a síntese das práticas neoliberais, autoritárias e profascistas do Governo Bolsonaro potencializa a necropolítica do Estado. Nas palavras de Santos (2020), a pandemia de COVID-19 apenas agrava a situação já muito instável das populações vulneráveis ao redor do mundo. As ordens para execução das ações necropolíticas mostra a distância entre os governantes e a população, os políticos não se dão conta da realidade da morte de outrem, da putrescibilidade alheia pois não a contemplam como possibilidade real em seu cotidiano. Então o vírus escancara o projeto de poder de morte por meio do corpo da espécie humana, em seus pilares: a falha do processo de transformar este em corpo-objeto; o racismo nas políticas do poder público e a crise permanente estrutural do capitalismo que legitima a degradação dos direitos humanos. Algo bem explicado nas elocuições de Santos (2020), algumas vulnerabilidades sociais que estavam presentes antes da crise sanitária foram amplamente agravadas com o fortalecimento dela. As medidas

de distanciamento e isolamento social colocaram em evidência problemas estruturais que vitimam grupos específicos, contradizendo a ideia de que o vírus e os seus desdobramentos atingiam igualmente pessoas de qualquer classe social, gênero ou raça.

Em geral, a América Latina é composta por países que não conseguiram formar boas bases estruturais de políticas públicas que promovam a inclusão social de grande parte da população em conjunto com seu desenvolvimento econômico. Segundo Melo e Rodrigues (2021), a pandemia concretiza o entendimento de que as políticas públicas podem significar maior ou menor agravamento das condições de vulnerabilidade sociais para os grupos mais desamparados da sociedade, em especial, para a população negra. Há dados que demonstram a maneira o qual o Governo Bolsonaro vem lidando de maneira inexorável com o povo. O trecho abaixo corrobora com tais afirmações:

(...) agenda de austeridade reflete na maneira como o país vem gestando os investimentos públicos em prol da emergência sanitária, de modo que, dentre as dez maiores economias mundiais, o Brasil mobilizou o percentual mais baixo de seu PIB (11,2%) no enfrentamento a COVID-19. (MELO e RODRIGUES, 2021, p.144)

Uma clara contraposição dos seus discursos de aumento do gasto estatal e da diminuição das políticas fiscalistas do governo.

(...) evidencia-se a oposição entre um discurso claramente economicista, que privilegia o bom andamento da máquina econômica, em detrimento dos efeitos deletérios que possam gerar na saúde pública e vida da população, especialmente a de baixa renda; e outro que se pretende humanista ao colocar a vida humana, numa escala de importância, acima de quaisquer efeitos econômicos negativos. (DA SILVA, 2020, p. 362)

Os recursos disponíveis são utilizados para outros fins que não tem o propósito de beneficiar a população, mas sim proteger o mercado e a economia acima da vida humana. A lógica neoliberal do estado brasileiro acentua a ação do poder sobre a vida e a morte das pessoas. Alinhada a normalização do racismo na política brasileira as intervenções do Estado visam decidir quem morre, as maneiras que morrem e os mecanismos que definem como as pessoas deverão morrer. Segundo Foucault (2014), a biopolítica se expressa nos mecanismos que calculam os riscos dos processos biológicos e o controle das operações do corpo que visam regular e intervir no controle da população ordenando as suas funções - que pode ser exemplificada por Hilário (2014): “aqui se trata de produzir a vida também, mas de produção de vida em coletividades”.

O poder disciplinar centra-se no corpo do indivíduo, de modo a extrair dele docilidade e produtividade. Por sua vez, nas formas de expressão do biopoder, o campo de incidência do poder passa a ser a população, tomada como um conjunto de elementos dotados de regularidades e constâncias (FOUCAULT, 2006, p. 100)

Então, o alinhamento da teoria de Foucault e Mbembe é o uso do poder social e político para ditar as formas que as pessoas podem viver, gestão das variáveis que incidem

sobre a vida humana e a gerencia das maneiras que as pessoas devem morrer.

É, portanto, em nome da defesa da população, tomada em seu caráter biológico (defesa da espécie, da vida, da raça) que o Estado exerce seu poder de morte (por meio das guerras, por exemplo) ou, mais cotidianamente, faz a gestão da vida e da morte, por meio dos cálculos de fecundidade, natalidade, morbidade, mortalidade etc. e das ações que incidem diretamente sobre tais fenômenos. (DA SILVA, 2020, p.365)

Quando o Presidente Bolsonaro defende o fim do distanciamento social; retomada do trabalho; não utilização de máscara; o falso tratamento precoce de COVID-19; descrédito e desincentivo à vacinação ele está causando pragmaticamente a morte. Nesse contexto de ação, o Governo Bolsonaro está seguindo o preceito do neoliberal de Foucault (2014), a lógica do capitalismo opera segundo uma lógica que seleciona aqueles que podem ser descartados. Segundo Vandenberghe e Vérán (2020), é preciso acreditar que a guerra biológica é a continuação da política econômica e que os mortos alimentam oportunamente suas reformas. Nos territórios periféricos é onde os efeitos da necropolítica são mais visíveis e causam menos comoção social, pois são acompanhados de um discurso de segurança pública e um sentimento de merecimento, precisamente exemplificados por Mbembe (2018). O capitalismo produz zonas de exclusão e de morte dos não mais “necessários” para o mercado, verdadeiro estado de exceção, utilizado para gerenciar e se livrar dos corpos que o sistema capitalista não consegue absorver. Uma das formas que a necropolítica age sem matar diretamente é não fornecer o cuidado e tratamento aos doentes, demonstrado pela maior porcentagem de óbitos de pretos e pardos em relação a população branca indicada pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da PUC-Rio segundo Da Silva (2020); e negar auxiliar nas condições básicas de sobrevivência como por exemplo foi a má distribuição e os investimentos hipossuficientes no auxílio emergencial. A ação não isonômica da agenda do Estado potencializou os efeitos nefastos da pandemia, pois é a negligência total com as vulnerabilidades e as demandas específicas da periferia. Essas ações de caráter atroz visam justamente cobrir as margens da sociedade num plano Necroliberal.

O privilégio dado a economia em detrimento das vidas humanas e condições básica de civilidade é chamado “economia necropolítica” e é ilustrado:

(...) ao tratamento dado aos problemas econômicos relacionados à pandemia da Covid-19, levando em conta a gestão da vida e da morte e seu peso na gestão da produção e distribuição de riquezas. A economia política, desidratada em seu conteúdo social, político e histórico e “enjaulada” pelos pressupostos neoliberais do livre mercado, aponta para um tipo de gestão do Estado em que se sobressai a governança econômica em detrimento dos efeitos sociais nefastos que essa possa gerar no contexto de crise. Quando avaliamos o cenário em que se dá tal gestão, trata-se de um problema morbidamente prático. Poderíamos talvez falar em economia biopolítica da pandemia, mas falamos em necro para evidenciar a naturalização, e até normatização da morte, caracterizada por um ponto de vista neoliberal” (DA

A vida dos trabalhadores, seus empregos e segurança sanitária da população concorrendo diretamente contra os interesses da economia capitalista, dos donos dos meios de produção, circulação e distribuição de mercadorias. Uma supervalorização da economia onde a reprodução dos interesses particulares esteja acima do interesse geral com a pauta argumentativa de defesa da propriedade privada e do livre-mercado sobrepujando o bem-estar comum: “Que alguns (muitos) possam vir a morrer é o preço pago para a manutenção da ordem econômica.” (DA SILVA, 2020, p.369) “(...) e a manutenção da instrumentalização do outro; da utilização do outro em benefício de interesses pessoais, em detrimento do bem-estar ou não do resto da sociedade” (DA SILVA, 2020, p.369). O custo humano se transforma num elemento ingrediente natural da economia neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia desvendou que o Estado Brasileiro é um assassino, ora provocando diretamente a morte de indivíduos subalternizados, ora mal gerenciando a distribuição de riqueza de forma a fazer morrer alguns. A crise sanitária evidenciou as falhas e insuficiências da arquitetura do capitalismo financeiro que explora ao limite as camadas mais baixas da população e quando elas não são mais úteis as descartam. Em nome do lucro, o sistema se utiliza do Estado para cortar investimentos sociais, privatizar e promover desmontes de instituições e do serviço público. O modelo de Governança Neoliberal em vigência é um modelo falido do ponto de vista da justiça social e ambiental, marcado pela austeridade, degradação dos direitos humanos e naturalização da morte do outro: “(...) para nossa própria sobrevivência, é imperativo restituir a todo vivo (incluindo a biosfera) o espaço e a energia de que precisa.” (MBEMBE, 2020, p.8)

Mbembe nos convoca a luta pelo direito universal a respiração:

“Se houver guerra, portanto, ela não será contra um vírus em particular, mas contra tudo o que condena a maior parte da humanidade à cessação prematura da respiração, tudo o que ataca sobretudo as vias respiratórias, tudo que, durante a longa duração do capitalismo, terá reservado a segmentos de populações ou raças inteiras, submetidas a uma respiração difícil e ofegante, uma vida penosa. Para escapar disso, contudo, é preciso compreender a respiração para além de seus aspectos puramente biológicos, como algo que é comum a nós e que, por definição, escapa a todo cálculo. Estamos falando, portanto, de um direito universal à respiração. Como aquilo que é a um só tempo fora do solo e nosso solo comum, o direito universal à respiração não é quantificável. Não pode ser apropriável. É um direito em relação à universalidade não só de cada membro da espécie humana, mas do vivo como um todo. Deve, portanto, ser entendido como um direito fundamental à existência. Como tal, não pode ser objeto de confisco, e escapa à toda soberania porque sintetiza o princípio da soberania em si mesmo.” (MBEMBE, 2020, p.9-10)

O projeto de mudança está em novas formas atuação políticas e perspectivas populares descolonizadas que não se orientem pela racionalidade da elite e tenha como objetivo formar redes de solidariedade que não só pressionem o poder público, mas que auxiliem numa parceria conjunta a criação de condições mínimas necessárias de suporte às populações vulneráveis – a ultrapassagem das fronteiras da solidariedade imediata para a formação de uma solidariedade social capilarizada. Nas palavras de Mbembe (2014) acerca de Fanon (2005) uma comunidade descolonizada, em que os subalternos, movimentos sociais, populares etc., reivindicam formas não institucionais de participação e integração social, em que a riqueza e o conforto não sejam concretizados instrumentalizando o outro, mas em parceria com o outro.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Alexandre. **A população negra e Covid-19: crises e conflitos pelo direito de respirar**. ABEP. 2020.

DA SILVA, Marcelo Martins; DA SILVA, Eliane Alves. **O Brasil frente à pandemia de COVID-19: da bio à necropolítica. Confluências** Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 22, n. 2, p. 361-383, 2020.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. **Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo**. Psicologia, v. 26, n. 3, p. 877-900, 2014.

FANON, Frantz **Pele negra, máscaras brancas**. 1ª. Edição 1951. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1ª. Edição 1961. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

Vandenberghé, Frédéric; Véran, Jean-François. **Fios do Tempo. O autoritarismo desconfinado de Jair Messias Bolsonaro** – por e. Ateliê de Humanidades. Disponível em: <<https://ateliêdehumanidades.com/2020/05/22/fios-do-tempo-o-autoritarismo-desconfinado-de-jair-messias-bolsonaro-por-frederic-vandenberghé-e-jean-francois-veran/>>.2020

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. **É preciso defender a sociedade**. Curso do Collège de France (1975-1976). Tradução de Carlos Correia M. de Oliveira. Lisboa: Livros, Brasil, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Seguridad, território, población**: curso en el Collège de France: 1977-1978. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2006. p. 485.

MBEMBE, Achille. (2018 a). **Necropolítica**. N-1 Edições.

MBEMBE, Achille.(2018b). **Crítica da Razão Negra**. N-1 Edições.

MBEMBE, Achille. (2018c). **O Fardo da Raça**. N-1 Edições. Série Pandemia. Tradução de Sebastião Nascimento.

MELO, André de Oliveria Sena; RODRIGUES, Mariana Nogueira. **Pandemia e Estado Necropolítico: um ensaio sobre as Políticas Públicas e o agravamento das vulnerabilidades da população negra frente ao COVID-19**. Revista Fim do Mundo, n 4, p. 133-154, 2021

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020

SENHORAS, Eloi Martins. **Coronavírus e o papel das pandemias na história humana**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 1, n. 1, p. 31-34, 2020.

CAPÍTULO 6

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXOS DA PANDEMIA

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 03/11/2021

Alessandra Chaves da Silva

Professora do corpo docente do curso de Psicologia da Universidade de Cuiabá – UNIC Campus Primavera. Residente na cidade de Primavera do Leste/MT
<http://lattes.cnpq.br/8916884160590780>

RESUMO: A violência contra crianças e adolescentes é considerada um problema de saúde pública e violação dos direitos humanos, e geram graves consequências no desenvolvimento saudável das mesmas. A violência sexual é uma prática que infelizmente ainda acontece em todo o Brasil, e para que o país enfrente e supere essa grave situação, é preciso conhecer e debater sobre o problema. Com o intuito de apresentar a comunidade civil dados e informações acerca do tema, realizou-se um levantamento bibliográfico a partir de cartilhas e estudos publicados, sendo possível identificar quem são os mais vulneráveis diante dessa problemática, apresentando informações estatísticas sobre vítimas e agressores. Em tempos de isolamento, pesquisas apontam que criança e adolescentes confinados em suas residências se tornam ainda mais vulneráveis a esta prática.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual infantil; abuso sexual; violência contra crianças e adolescentes.

SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS: REFLECTIONS OF THE PANDEMIC

ABSTRACT: Violence against children and adolescents is considered a public health problem and a violation of human rights, with serious consequences for their healthy development. Sexual violence is a practice that unfortunately still happens throughout Brazil, and for the country to face and overcome this serious situation, it is necessary to know and discuss the problem. In order to present data and information on the subject to the civil community, a bibliographic survey was carried out based on booklets and published studies, making it possible to identify who are the most vulnerable to this problem, presenting statistical information on victims and aggressors. In times of isolation, research shows that children and adolescents confined to their homes become even more vulnerable to this practice.

KEYWORDS: Child sexual violence; sexual abuse; violence against children and adolescents.

INTRODUÇÃO

O dia 04 de junho que foi instituído o Dia Mundial Contra Agressão Infantil, criado pela ONU em 1982. Essa data surgiu como um lembrete a todas as vítimas infantis de agressão. A violência sexual contra crianças e adolescentes infelizmente é uma prática que ainda ocorre em todo o mundo, e para enfrentar essa situação faz-se necessário conhecer bem

o problema.

Através da Lei 9.970, foi instituído o dia 18 de maio como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, essa data faz alusão ao caso da criança Araceli, que no dia 18 de maio de 1973 desapareceu sendo encontrada somente no sexto dia. A menina de oito anos foi encontrada sem vida, seu corpo abandonado em um terreno baldio denunciava que fora espancada, estuprada e drogada. Seu corpo havia sido desfigurado com ácido.

O caso aconteceu na cidade de Vitória/ES. Os suspeitos pelo crime foram absolvidos e o processo acabou sendo arquivado. Araceli não teve a justiça que merecia, mas sua história trouxe a luz a necessidade de se estar atentos a situações as quais muitas outras crianças e adolescentes se encontram. “A morte de Araceli, no entanto, serviu de alerta para toda a sociedade brasileira, exibindo a realidade de violências cometidas contra crianças. Pela brutalidade e truculência, a data do assassinato tornou-se um símbolo da luta contra essa violação de direitos humanos” (Brasil, 2021). Essas datas nos chamam a refletir sobre a necessidade de proteção e de educação das crianças que se encontram em fase de construção e desenvolvimento.

Com o intuito de apresentar a comunidade civil dados e informações acerca do tema proposto, realizou-se um levantamento bibliográfico a partir de cartilhas e estudos publicados, sendo possível identificar quem são os mais vulneráveis diante dessa problemática, apresentando informações estatísticas sobre vítimas e agressores.

DO ADULTO EM MINIATURA AO SUJEITO DE DIREITO: BREVE HISTÓRICO SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA

Em toda a história humana crianças e adolescentes foram expostos ao abandono, violência e maus-tratos, nem sempre tendo seus direitos respeitados enquanto seres em desenvolvimento. Passando a ser reconhecidos como sujeitos de direito somente a partir da Constituição Federal de 1988, ao qual as crianças e adolescentes passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, devendo receber proteção integral por parte do Estado. No ano de 1990 através da Lei n.º 8.069, de 13 de julho do mesmo ano, é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tendo como objetivo a proteção e garantia de direitos destes.

O termo infância é originado do latim *in-fans*, que se refere a sem linguagem. Já o termo adolescência também originado do latim *ad (para) + olescere (crescer)*, temos o significado de “crescer para”. Por esta ótica temos a noção de que estes termos trazem a ideia de desenvolvimento, de preparação para algo que virá a ser. Quando nos propomos a pensar em tais termos, naturalmente pensamos no recorte etário, porém, nem sempre foi assim. Se traçarmos uma linha histórica, veremos que existem diferentes concepções históricas, filosóficas e teóricas que definem a infância e a adolescência.

Partindo da história social da criança, perceberemos que anteriormente não havia

uma diferenciação entre os períodos de desenvolvimento humano, assim, durante a Idade Média as crianças eram vistas como adultos em miniatura, que necessitavam de alguns cuidados básicos, a relação social entre estas e os adultos era igualitária, facilitando a exploração e os maus tratos às mesmas. Ariès (1981, p. 18) afirma que a criança durante muito tempo “não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim, homens de tamanho reduzido”.

Neste período também não havia o costume de enumerar a idade, prática que só vai vigorar com o surgimento da sociedade moderna e industrial, ao qual a identificação das idades está relacionada ao espaço urbano e das relações de trabalho. Para Ariès (1981) a ausência do sentimento de infância e o sentimento materno pode ser observada diante dos altos índices de mortalidade infantil, bem como pela prática de infanticídio que ocorriam na Idade Média e que eram encarados com naturalidade.

A criança inicialmente, após superada a fase em que necessitada de cuidados básicos, é encarada então como uma miniatura do adulto. Em resumo, durante esse período da história, as diferenças entre os adultos e as crianças se davam apenas no tamanho, na medida em que apresentavam maior independência física, passavam a realizar trabalhos, auxiliando no sustento da família assim como os adultos.

A adolescência por sua vez não era uma fase conhecida nesse período, uma vez em que a juventude denotava força da idade, não havendo lugar para a adolescência. Tal termo passa a ser usado como sinônimo de criança até o século XVIII, onde a noção de infância encontrava-se ligado ao conceito de dependência. Dessa forma, infância e adolescência não estavam relacionadas a prática de atividades de lazer e estudos.

De acordo com Ariès (1981), o sentimento de infância começa a surgir entre os séculos XVI e XVII quando as crianças começam a ser distinguidas dos adultos. Nesse período as crianças passam a ser vistas como seres dóceis, afetuosas e carismáticas. Os moralistas passam a se preocupar com a formação moral, disciplinar e costumes destas, pois “recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar” (Ibidem, p. 105). Posteriormente, a família passa a ocupar esse lugar, “tudo o que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação – a criança havia assumido um lugar central na família”. (Ibidem)

Mas, apesar desse “lugar central” ainda hoje observamos muitas crianças e adolescentes que são vítimas ao abandono, violência e maus-tratos, não sendo considerados suas condições peculiares de seres em desenvolvimento. A violência contra crianças e adolescentes acompanha a trajetória humana desde os mais antigos registros.

No que se refere a políticas de proteção às crianças e adolescentes, no Brasil, em 1927 surge o Código de Menores, que considerava a negligência, abandono e violência contra crianças e adolescentes crimes. Tal documento empregou o termo menor, que se

referia aquelas crianças e adolescentes que se encontravam em situações de carência material ou moral, além de infratores. Comumente, o termo menor ainda é muito utilizado para se referir a indivíduos com idade inferior a dezoito anos. Em virtude de seu significado histórico que carrega uma conotação negativa, o termo caiu em desuso no meio acadêmico e entre aqueles que atuam na proteção dos direitos das crianças e adolescentes (Frota, 2007).

O Código de Menores, reformulado em 1979, previa como dever do Estado somente a assistência à criança e adolescentes em situação irregular, aludindo àqueles que se encontravam em condição de maus-tratos, abandono, ou praticassem infrações. Tais sujeitos eram concebidos “como seres incapazes, não sujeitos de direitos nem deveres, não autônomos” (Brambilla e Avoglia, 2010, p. 101).

Em 1988 a Constituição brasileira prevê nos artigos 227 e 228 as bases para o surgimento do ECA.¹ A partir daí as crianças e adolescentes passaram a ser entendidos como: sujeitos de Direitos, ou seja, são pessoas que têm direitos garantidos pelas leis brasileiras, que devem ser respeitadas por todos. Pessoas em desenvolvimento, pois ainda não atingiram a maturidade de uma pessoa adulta, nem fisicamente e nem psicologicamente. O mesmo vale para a sua sexualidade, que também não deve ser tratada como a sexualidade de uma pessoa adulta. Pessoas que precisam ser protegidas integralmente, a proteção de crianças e adolescentes precisam ocorrer em todos os aspectos da sua vida. Não basta, por exemplo, garantir apenas a alimentação, é necessário garantir também a saúde, a educação, a segurança e todos os seus direitos.

CARACTERIZAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Existem várias formas de violência contra crianças e adolescentes. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) define violência como: O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Duas são as formas de violência mais comuns as quais as crianças e adolescentes se encontram expostos: a violência estrutural e a violência intrafamiliar. A primeira se dá em decorrência das questões econômicas e sociais aos quais crianças e adolescentes são expostos, podendo muitas vezes ser “naturalizada”. A segunda é ocorre na esfera privada, podendo ser encontrada em todas as classes sociais. É entendida como: “[...] toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra” (Brasil, 2001, p. 15). Nessa relação se configura uma “aliança solidária”, de modo que

raramente um deles comete a violência sem a cumplicidade silenciosa do outro, sendo incomum que o cônjuge não agressor denuncie a violência.

Dentro da violência intrafamiliar, os tipos de violência mais comuns aos quais crianças e adolescentes se encontram são: a violência física, violência sexual, violência emocional ou psicológica e a negligência. De maneira breve iremos apresentar o conceito de cada uma (Guerra, 2011). A violência física é caracterizada pelo uso intencional da força física, causando à criança e adolescente danos, desde leves até permanentes, podendo deixar, ou não, marcas evidentes. A violência sexual é qualificada como sendo aquela em que todo e qualquer ato ou jogo sexual, no qual o agressor se encontra em um estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado, em comparação a vítima. A violência emocional ou psicológica por sua vez, ocorre em situações em que um adulto deprecia a criança e/ou adolescente com insistência, prejudicando o processo de autoaceitação e acarretando sofrimento mental ao mesmo. Abrange ameaças, humilhação, desvalorização, chantagem, ridicularização, isolamento social, manipulação afetiva, exploração, omissão de carinho, negar atenção e supervisão. Por fim, a negligência, esta se configura no ato de omissão dos pais ou responsáveis em prover as necessidades físicas e emocionais da criança e adolescente, por exemplo, a falha em alimentar adequadamente a criança e/ou adolescente. Todavia, a omissão se caracteriza como uma violência apenas está para além das possibilidades socioeconômicas dos pais ou responsáveis. Insta salientar que em todas as formas de violência aos quais criança e adolescentes possam vir a ser tornar vítimas, podem resultar em danos físicos, psicológicos, prejuízo ao crescimento, desenvolvimento e maturação das crianças, afetando o crescimento saudável das mesmas.

A violência a qual se objetiva a tratar aqui é a violência sexual. Esta pode ocorrer por meio do abuso sexual e da exploração sexual. O primeiro visa a utilização da sexualidade da criança e/ou adolescente nas práticas de qualquer ato sexual buscando a satisfação própria. A segunda, as práticas sexuais são mediadas pelo lucro, objetos de valor ou outros elementos de troca.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma prática que infelizmente ainda acontece em todo o Brasil, sendo atualmente considerada um problema de saúde pública além de uma violação de direito. Tal prática gera graves consequências nos âmbitos individual e social. E para que o país enfrente e supere essa grave situação, é preciso conhecer e debater sobre o problema. (Brasil, 2018).

Para tanto, com o intuito de apresentar a comunidade civil dados e informações acerca do tema, realizou-se um levantamento bibliográfico a partir de cartilhas e estudos publicados, identificando quem são os mais vulneráveis diante dessa problemática, apresentando informações estatísticas sobre vítimas e agressores.

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA

O Boletim epidemiológico publicado pelo Ministério da Saúde no ano de 2018 mostra que entre os anos de 2011 e 2017, o Brasil teve um aumento de 83% nas notificações gerais de violências sexuais contra crianças e adolescentes. Sendo que a maioria das ocorrências, ocorreu dentro de casa e os agressores eram pessoas do convívio das vítimas, geralmente familiares. O estudo também mostra que a maioria das violências são praticadas mais de uma vez.

Dentre as violências sofridas por crianças e adolescentes, o tipo mais notificado foi o estupro, com 35.983 (62,0%) do total de 58.037 notificações de crianças e 67.523 (70,4%) do total de 83.068 notificações de adolescentes. O levantamento ainda aponta que o maior número de casos de violência sexual acontece com crianças entre 1 e 5 anos (51,2%) e adolescentes entre 10 e 14 anos (67,8%). O estudo mostra que os homens são os principais autores de violência sexual tanto contra crianças quanto com adolescentes. Conforme gráfico abaixo é possível observar o perfil das notificações realizadas.

O relatório produzido pelo Disque 100 aponta que do total de registros de denúncias contra violação de direitos humanos, 55% (86.837) das denúncias se referem a crianças e adolescentes, o que corresponde a um aumento de 14% se comparado a 2018. Vemos ainda que a violência sexual é a quarta violência mais praticada contra crianças e adolescentes, e que 45% dos casos acontece na casa da vítima e 28% na casa do suspeito, reforçando ainda mais a ideia de que o agressor faz parte do círculo de convivência da vítima. O serviço de proteção justifica que o aumento dos dados se deu pelo aprimoramento do serviço ofertado.

O ponto que se destaca nesses dados é o fato de que a maioria das ocorrências de violência sexual denunciadas dentro do período pesquisado ocorreram dentro da residência das vítimas. Acontece que desde março de 2020 estamos vivendo um período atípico, ao qual as crianças e adolescentes, em grande parte, encontram-se fora do âmbito escolar e de outros espaços que compõe a rede proteção a este público. Devido a pandemia causada pela Covid-19 o afastamento de crianças e adolescentes da rede de proteção vem dificultando as denúncias de violência sexual sofridas.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Instituto Sou da Paz e o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), realizaram um estudo objetivando a verificação dos possíveis impactos gerados em virtude do isolamento social na ocorrência e na notificação da violência sexual contra criança e adolescentes. Os dados foram obtidos através de solicitação do MPSP à Secretaria de Estado da Segurança Pública, ao qual foram analisadas ocorrências de estupro de vulnerável registradas pela Polícia Civil do Estado de São Paulo durante o período de janeiro de 2016 a junho de 2020.

Conforme aponta o referido relatório, os dados analisados denunciam uma queda

significativa dos casos registrados de estupros de vulnerável¹ entre 24 de março e 30 de junho de 2020, quando comparados com o mesmo período do ano anterior. As denúncias que vinham crescendo nos últimos anos, no primeiro semestre do ano de 2020, correspondente ao primeiro período de isolamento em decorrência da pandemia da Covid-19, apresentou uma redução brusca de cerca de -15,7%. O estudo aponta que nos meses de abril houve uma queda de -36,5%, em maio -39,3%, se comparado com as notificações realizadas em 2019 nos mesmos períodos.

Contudo, se tratando de um crime que predominantemente ocorre dentro do âmbito doméstico, esses números não remetem necessariamente a uma efetiva diminuição dos casos, mas pelo contrário, aponta para uma possível dificuldade em realizar denúncias, visto que nesse contexto de pandemia o isolamento social se fez necessário. As instituições envolvidas na coleta desses dados alertam para o risco de acréscimo das subnotificações dos crimes sexuais que envolvem pessoas mais vulneráveis, como crianças e adolescentes.

Nossa hipótese – de que os estupros não diminuiriam, mas as denúncias sim – leva à triste constatação de que há um grande número de meninas e meninos que foram ou estão sendo vítimas de violência sexual, ocultos pela ausência das denúncias. Essa violência tem consequências para suas vítimas, para sua saúde física e mental, que se tornam tanto mais graves quanto mais tempo passa sem que recebam atenção e tratamento. (MPSP, 2020, p. 42)

Com as medidas tomadas para a contenção da contaminação do vírus da covid-19, instituições que funcionariam como parte da rede de proteção à crianças e adolescentes, como as escolas e instituições de base comunitária, encontram-se fechadas ou afastadas do convívio social destes, alerta-se para a dificuldade de identificação dos casos de violência sexual, principalmente aqueles que ocorrem entre crianças e adolescentes, aos quais segundo o relatório supracitado, tendem a aumentar.

Nossa análise aponta, portanto, para um provável aumento da subnotificação desses casos de estupro. Considerando outros fatos conhecidos da dinâmica da violência sexual contra meninos e meninas, esse resultado não surpreende: as escolas, espaço mais comum onde eles e elas são acompanhados fora de casa, foram fechadas; o contato com adultos fora do círculo familiar imediato diminuiu bastante, para a maioria. Outros espaços importantes para a construção de vínculos de confiança com adultos fora de casa, como CCFV (Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) e cursos e atividades extra curriculares, culturais e esportivos, também ficaram indisponíveis. Mais distantes de espaços e pessoas em condição de observar sinais de violência, as possibilidades de denúncia para as vítimas, ou por elas, diminuem muito. (Ibidem.)

Diante desses dados, se faz necessário repensar as estratégias de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Diante do novo cenário ocasionado pela pandemia do novo coronavírus, uma das principais formas aderidas para frear a contaminação é o confinamento. Diante disso, uma parcela da população, crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, se encontram em

situação de risco ainda maior, convivendo de maneira mais próxima aos seus agressores.

O MPSP em parceria com o Instituto Sou da Paz, realizou um levantamento de dados acerca das ocorrências de violência sexual ocorridas no Estado de São Paulo, o estudo “representa um esforço de apontar uma das consequências dos eventos de 2020 – o aumento dos casos não denunciados de violência sexual” (Ibidem, p. 41), o estudo ainda refere que os registros policiais apontam somente para o início de uma série de violação de direito contra crianças e adolescentes, uma vez em que grande parte dos ocorridos permanecem oculto nas subnotificações.

Mas qual a importância de se tratar sobre esse assunto? O art. 4º do ECA, assegurado pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988, aponta que: “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. O Estatuto ainda garante que crianças e adolescentes devem ser protegidos de toda forma de: negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A denúncia dos casos de violência contra crianças e adolescentes pode ajudar meninas e meninos que estejam em situação de risco. Em toda situação de violência, deve haver uma intervenção de qualquer pessoa que conheça do fato. O Artigo 13 do ECA prevê que “os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”.

Insta salientar a importância das instituições que compõe o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente (SGDCA) a se preparem para receber uma demanda reprimida, ao qual se manteve oculta pela pandemia.

As instituições diretamente responsáveis pelas medidas de proteção de crianças e adolescentes – conselhos tutelares, polícias, sistema de justiça – precisam ter atenção especial para procurar e proteger as vítimas mantidas ocultas pela pandemia, especialmente as que ainda estão expostas a risco. Precisam garantir que elas serão ouvidas, e que não estarão sujeitas a nenhum tipo de retaliação ou revitimização. É preciso ampliar e fortalecer o atendimento especializado e sua capacidade de atender a demanda de uma numerosa população vulnerável à violência sexual e cujo enfrentamento exige políticas e ações efetivamente integradas (MPSP, 2020, p. 43).

Ao se pensar no conteúdo trazido art. 4º do ECA, conforme citado anteriormente, observamos que a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como qualquer outra violação de direito, é um dever de todos nós. É preciso estar atento a alguns sinais dados pelas crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, bem como dar credibilidade ao relato da criança e/ou adolescente, haja vista que a reação da família pode contribuir para amenizar os efeitos da violência sofrida. De acordo com Santos e Dell’aglio

[...] o receio em contar as experiências de abuso pode estar associado ao medo da rejeição familiar, ao fato da família não acreditar em seu relato, ao medo de perder os pais ou ser expulso de casa, de ser o causador da discórdia familiar ou, ainda, à falta de informação ou consciência sobre o que é abuso sexual.

Conforme Carvalho (2013), a partir de alguns sinais é possível identificar se a criança e/ou adolescente vêm sendo vítima de algum tipo de violência sexual, como a mudanças em seu padrão comportamental conforme citados abaixo.

Uma das características da violência sexual é que comumente esta costuma ser praticada por familiares ou pessoas próximas da família. O primeiro sinal é a mudança comportamental da criança e/ou adolescente, que ocorre de maneira imediata e inesperada, em alguns casos a mudança pode ser em relação a uma pessoa ou a uma atividade em específico. Outro aspecto refere a comportamentos mais infantilizados por parte dos adolescentes, apresentando uma regressão em seu desenvolvimento, ou seja, quando este apresenta comportamentos infantis que já abandonou anteriormente.

Ainda voltado para o aspecto comportamental, observa-se a mudança de hábitos, também de forma repentina, como alterações no sono, falta de concentração, aparência descuidada, entre outros. Demonstração de interesse por questões sexuais, brincadeiras de cunho sexual e uso palavras ou desenhos que se referem às partes íntimas.

Quanto aos aspectos físicos, os sinais mais evidentes de que a criança e/ou adolescentes estão sendo vítimas de violência sexual são marcas de agressão, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Essas são as principais manifestações que podem ser usadas como provas à Justiça. O abuso sexual pode acarretar ainda em sintomas psicossomáticos, como dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e dificuldades digestivas, que na realidade têm fundo psicológico e emocional. Muitas vezes a criança e/ou adolescente vítima de violência sexual também são expostos a outros tipos de violação de direito, como situações de maus tratos e negligência.

No âmbito escolar também é possível observar alterações na conduta da criança que nos servem como ponto de atenção, como por exemplo, a baixa frequência escolar sem justificativas, ou baixo rendimento causado por dificuldade de concentração e aprendizagem. Outro ponto a de destacar é baixa participação em atividades escolares e a tendência de isolamento social. Cabe ressaltar que aquele infante que carece de supervisão e apoio emocional da família estão mais expostos a situação de vulnerabilidade.

Quanto a postura do abusador, é comum que este faça um pacto de silêncio com a vítima, fazendo uso de ameaças física e mental, além de chantagens. Outra forma de manter o silêncio é o uso de presentes, dinheiro ou outro tipo de material para construir uma boa relação com a vítima. É essencial explicar à criança que nenhum adulto ou criança mais velha deve manter segredos com ela que não possam ser compartilhados com pessoas de

sua confiança. O abusador muitas vezes manipula emocionalmente a criança, que não percebe ser vítima e, com isso, costuma ganhar a confiança fazendo com que ela se cale.

A violência contra crianças e adolescentes pode afetar o seu desenvolvimento saudável de diversas formas, afetando seu desenvolvimento neuronal, levando a severas consequências para o desenvolvimento da criança, incluindo prejuízos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais. As vítimas podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, transtornos alimentares e dissociativos, enurese, encoprese, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e transtorno do estresse pós-traumático (TEPT). Aumento em 12 vezes o risco para alcoolismo, abuso de drogas, depressão e ideação suicida, e de 2 a 4 vezes maior para tabagismo e doenças sexualmente transmissíveis. Isolamento social e comportamentos autodestrutivos, sensação de culpa e alterações emocionais, relacionadas ao medo, vergonha, tristeza, raiva e irritabilidade. (Borges e Dell'aglio, 2008) (Sanchez et. al., 2019)

A criança e adolescente necessitam ter uma rede de apoio ao qual possam desfrutar de uma relação de confiança e respeito, para que possam exercer o diálogo aberto e aprender a distinguir as situações de risco aos quais possam estar expostas, de maneira que tenham condições para se protegerem.

O Art. 18 do ECA preconiza que: “É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Assim, dizemos que toda criança tem direito a ter uma infância segura, e em decorrência da pandemia faz-se ainda mais necessário fortalecer e capacitar a rede de proteção às crianças e adolescentes de forma que se possa oferecer um atendimento humanizado e eficaz.

As denúncias podem ser feitas junto ao Conselho Tutelar municipal; Disque 100; nas instituições de ensino, com os professores, orientadores ou diretores; Delegacias especializadas ou comuns; Polícia Militar, Federal ou Rodoviária Federal; Número 190.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas de distanciamento social, incluindo o fechamento de escolas, ainda tem afetado grande parcela da população estudantil. Diante desse novo cenário imposto pela pandemia da Covid-19, a maior parte das crianças têm permanecido tempo integral em suas casas. Protegidos do vírus, mas expostas a outro tipo de ameaça: a violência e violação de direitos. O lar, onde deveria ser local de abrigo e proteção, para muitas crianças e adolescentes se mostra um lugar hostil, um local de risco para integridade física e psicológica, uma vez em que afastadas da rede de proteção, estas muitas vezes necessitam conviver na presença daqueles que a violentam.

A escola tem se mostrado uma grande aliada contra a violência infantojuvenil, pois vêm compondo a rede de proteção à criança e a adolescente. Além do mais, a educação

ainda é a maneira mais eficaz de combater o problema, a educação sexual cumpre um papel importante de ensinar as crianças e adolescentes a diferença entre os toques, conscientizando estes de que seus corpos a eles pertencem, sendo que ninguém tem o direito de lhe tocar sem permissão, bem como explicar o que é abuso sexual. Falar de sexualidade não ensina as crianças e adolescentes a ter relação sexual precocemente, mas sim a distinguirem quando estão diante de uma situação de violência sexual.

Desta forma, concluímos que a família e principalmente a escola tem papel fundamental no enfrentamento à violência infantil. Por se tratar de um fenômeno que ocorre na maioria dos casos dentro do seio familiar, a escola entra como instituição componente no auxílio pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes, possibilitando a estes um espaço de fala, assim como realizando o acolhimento a possíveis vítimas de violência.

REFERÊNCIAS

1. ARIÈS, P. (1981). **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara.
2. BORGES, J. L. & DELL'AGLIO, D. D. (2008). **Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos**. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 371-379. Recuperado em: 13 de maio, 2021, de <https://www.scielo.br/j/pe/a/vzB7BZxdqrbmKZC7dkdmXhb/abstract/?lang=pt>
3. BRAMBILLA, B. B. & AVOGLIA, H. R. C. 2010. **O Estatuto da criança e do adolescente e a atuação do psicólogo**. *Informação*, ano 14, nº14, p.102 – 121. Recuperado em: 10 de maio de 2021, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoinfo/v14n14/v14n14a07.pdf>
4. CARVALHO, F. L. et al. [b] (2013). **Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa [b]**. Brasil, 2013, 20f. Recuperado em 30 de abril de 2021, em https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf
5. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. Recuperado em 10 maio 2021, de <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>
6. Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente – SNDCA/MMFDH. (2021). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021. Recuperado em 18 de maio de 2021, em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>
7. Equipe da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH). (2020). **Disque 100 Relatório 2019**. Brasil, 2020. Recuperado em 01 de maio de 2021, em https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/junho/balanco-anual-disque-100-atendeu-2-7-milhoes-de-ligacoes-em-2019/copy_of_Relatorio_Disque_100_final.pdf
8. FROTA, A. M. M. C. (2007). **Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção**. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 144-157. Recuperado em 05 de maio de 2021, em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n1/v7n1a13.pdf>

9. GUERRA V. N A. (2011). **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 7ª ed. São Paulo: Cortez.
10. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Recuperado em 15 de maio de 2021, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Art.%205%20Nenhuma%20criança%20ou,omissão%2C%20aos%20seus%20direitos%20fundamentais.
11. Lei n. 9.970, de 17 de maio de 2000. (2000). Institui o dia 18 de maio como o dia nacional de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Recuperado em 15 de maio de 2021, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9970.htm
12. Ministério da Saúde. (2018). **Boletim Epidemiológico Secretaria de Vigilância em Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. ISSN 9352-7864. Volume 49 | Jun. 2018. Recuperado em 20 de abril de 2021, de <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/janeiro/02/2018-067.pdf>
13. MPSP. Instituto Sou da Paz / Unicef. (2020). **Análise das ocorrências de estupro de vulnerável no Estado de São Paulo**. São Paulo: MPSP.
14. Organização Mundial de Saúde. (2002). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS.
15. SANCHES, L. da C., ARAUJO, G. de, Ramos, M., ROZIN, L., & RAULI, P. M. F. (2019). **Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública**. Revista Iberoamericana De Bioética, (9), 1-13. Recuperado em 10 de maio de 2021, e m <https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/view/9654/10420>
16. SANTOS, Samara Silva dos e DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil**. Psicol. Soc. [online]. 2010, vol.22, n.2 [cited 2021-04-30], pp.328-335. Recuperado em 01 de maio de 2021, em <https://www.scielo.br/lj/psoc/a/q39qMLgvCyXGjKYkVmjyTDh/?format=pdf&lang=pt>
17. Secretaria de Políticas de Saúde. (2001). **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço** – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Recuperado em 10 de maio de 2021, de https://bvsmms.saude.gov.br/bvsv/publicacoes/cd05_19.pdf

CAPÍTULO 7

IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE EMOCIONAL DE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 12/11/2021

Emily Lemes Moisés

Acadêmica, Curso de Psicologia, Centro
Universitário UNIGRAN Capital

Maura Fernandes Sernichiario

Acadêmica, Curso de Psicologia, Centro
Universitário UNIGRAN Capital

Fernando Faleiros de Oliveira

Professor Doutor, Curso de Psicologia, Centro
Universitário UNIGRAN Capital
Campo Grande – MS

RESUMO: A presente pesquisa se propôs a investigar a saúde emocional de universitários de uma universidade de Campo Grande/MS/Brasil no contexto da pandemia do COVID-19. Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos: Questionário COVID (criado para este estudo) e SRQ-20. Participaram 195 alunos, e os principais resultados são os que seguem – (i) características sociodemográficas: mulheres, idade média de 26,9 anos, solteiras, residem com os pais, 56,0% possuem rendimento inferior a R\$ 2 mil, e 44,5% relataram redução da renda em decorrência da pandemia; (ii) sobre COVID: 81% desmotivados pelo distanciamento dos colegas e professores e 63,5% exaustos após um dia de atividades remotas; (iii) sobre transtornos mentais comuns: 67,2% possuem suspeição de quadros sintomáticos e estudantes que estão

na primeira metade do curso possuem maior suspeição (71,4%) que os alunos que cursam a segunda metade (61,8%). Correlacionando os instrumentos se pode perceber que os itens que demandam maior atenção para as possíveis intervenções futuras são os que tratam de: alterações no sono; dores de cabeça; cansaço constante; dificuldade de concentração; nervosismo, tensão e preocupação; e, sentimento de tristeza. Conhecendo os principais fatores de impacto na saúde emocional da população estudada e considerando que a saúde mental é o estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar as próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro e contribuir com a sua comunidade, se faz premente traçar estratégias de prevenção, acolhimento e/ou tratamento, de modo a sensibilizar e desenvolver recomendações para acolher e confrontar impactos da pandemia, e buscar uma postura mais criativa ou de enfrentamento a tais situações adversas como caminhos para a construção de planos e ações que façam frente ao sofrimento psíquico desses estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde emocional. Universitários. COVID-19. Pandemia.

IMPACTS OF THE PANDEMIC ON THE EMOTIONAL HEALTH OF UNIVERSITY STUDENTS IN A BRAZILIAN HIGHER EDUCATION INSTITUTION

ABSTRACT: This research aimed to investigate the emotional health of university students at a university in Campo Grande/MS/Brazil in the context of the COVID-19 pandemic. Therefore, the following instruments were used: COVID

Questionnaire (created for this study) and SRQ-20. 195 students participated, and the main results are as follows - (i) sociodemographic characteristics: women, average age of 26.9 years, single, living with their parents, 56.0% have an income of less than R\$ 2 thousand, and 44.5% reported reduced income as a result of the pandemic; (ii) on COVID: 81% disheartened by the distance from colleagues and teachers and 63.5% exhausted after a day of remote activities; (iii) on common mental disorders: 67.2% are suspicious of symptomatic conditions and students who are in the first half of the course are more suspicious (71.4%) than students who are in the second half (61.8%). By correlating the instruments, it can be seen that the items that demand greater attention for possible future interventions are those dealing with: sleep disorders; headaches; constant tiredness; difficulty concentrating; nervousness, tension and worry; and, feeling of sadness. Knowing the main impact factors on the emotional health of the population studied and considering that mental health is the state of well-being in which the individual is able to use their own skills, recover from routine stress and contribute to their community, it is urgent to outline prevention, reception and/or treatment strategies, in order to raise awareness and develop recommendations to embrace and confront the impacts of the pandemic, and seek a more creative posture or to face such adverse situations as ways to build plans and actions that face the psychic suffering of these students.

KEYWORDS: Emotional health. College students. COVID-19. Pandemic.

1 | INTRODUÇÃO

Vivemos uma situação de crise e emergência, com reflexos sociais, econômicos e na saúde física e mental das populações, especialmente as mais vulneráveis. As políticas e ações governamentais dedicam-se às possibilidades de contenção e mitigação dos efeitos biológicos e letais da doença. Em situações de confinamento e isolamento condicionados à pandemia, é saliente a necessidade de promoção de ações voltadas ao comportamento seguro, com destaque para o cumprimento de regras e ao autocuidado.

Diante dessa situação emergencial, onde a população se viu obrigada a mudar toda a rotina, aplicando o distanciamento e isolamento social, pode-se considerar que há um sofrimento psicossocial em diferentes formas e gravidade. As mudanças inesperadas, o novo normal, causaram medo e pânico na sociedade, podendo gerar um aumento significativo em relação aos Transtornos Mentais Comuns (TMC), especialmente fadiga e agressividade, estresse agudos, episódios de pânico, a manifestação de preditores de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade, não apenas nos profissionais, mas na população, de modo geral. (BAO et al, 2020; BROOKS et al., 2020).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar os impactos psíquicos da pandemia do Covid-19 na qualidade de vida de estudantes de uma instituição de ensino superior da cidade de Campo Grande/MS, bem como identificar a prevalência de sintomas relativos à saúde emocional desses universitários e delinear estratégias de enfrentamento para minimizar impactos da pandemia nesse contexto.

Assim, a saúde emocional se mostra complexa devido a sua multifatorialidade de

causas relacionadas aos diversos motivos que podem levar ao adoecimento, destacando os inúmeros transtornos mentais causadores desse fato, os quadros causados ou potencializados pela pandemia e como propor modelos diagnósticos pode permitir, além da caracterização geral dos fatores frente a uma situação ímpar como essa, formas de prevenir, favorecer ou orientar à saúde e segurança psíquica dos estudantes.

Neste sentido, este trabalho visa contribuir para a ampliação do conhecimento acerca dos impactos da pandemia na saúde emocional de universitários, por meio de um diagnóstico em alunos de ensino superior na cidade de Campo Grande/MS/Brasil que permita o planejamento de programas de promoção e prevenção à saúde mental do grupo em questão.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Todas as pandemias são geradoras de forte impacto social, econômico e político, por exemplo, a pandemia de gripe do início do século XX (1918-1919) que se revelou uma das mais mortíferas, tendo afetado uma em cada três pessoas em nível mundial, o que corresponde a cerca de 500 milhões de pessoas; em Portugal terá sido responsável pela morte de cerca de 2% da população (SOBRAL; LIMA, 2018).

Já a doença provocada pelo novo coronavírus, a *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19) foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China, e em janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou-a como uma emergência em saúde pública de interesse internacional. Já em março de 2020, a epidemia passou a ser considerada uma pandemia pelo diretor-geral da Organização Mundial de Saúde, uma vez que a doença tinha provocado, até aquela data, mais de 118 mil infectados em 114 países e 4.291 mortes. Se em 1918-1919 a prioridade não assentava em conhecer os efeitos psicológicos da pandemia, em 2020, além de todos os esforços da comunidade científica para se chegar à etiologia e ao tratamento da COVID-19, as respostas à questão têm sido várias e têm implicado áreas muito diversas do conhecimento. (MAIA; DIAS, 2020).

Torna-se relevante o cuidado com os estudantes, por estarem em processo de formação e transformação social, e estão suscetíveis aos riscos da mudança brusca ocorrida no contexto e das incertezas causadas pela pandemia. Assim, é importante promover estudos para aperfeiçoar o ambiente universitário em contato direto com seus usuários. As funções psicossociais do ensino superior, relacionadas com as condições entre meio ambiente e condições de ensino, do senso de pertencimento do indivíduo, da sua organização de tempo para realizações das tarefas postas, pode mostrar os impactos de como o ensino se torna central na constituição de pessoas e respectiva representação social (MINARI; GUIMARÃES, 2019).

É importante observar também as estratégias para manutenção de contatos no momento de distanciamento social, e o compartilhamento de sentimentos como a empatia

e a solidariedade. Para os contatos, é usar a tecnologia ao próprio favor, respeitando limites e possibilidades do ambiente no qual se insere o teletrabalho. Manter-se empático seja com pessoas conhecidas como familiares, colegas de trabalho, que apresentam sintomas da doença ou com outras pessoas não próximas, independente de raça, gênero, nacionalidade. (BROOKS et al, 2020; ORNELL et al, 2020).

O Transtorno Mental Comum, também classificado como transtorno mental não psicótico, é designado às pessoas que sofrem mentalmente e apresentam sintomas somáticos como irritação, cansaço, esquecimento, redução da capacidade de concentração, ansiedade e depressão. As projeções mundiais para 2030 são no sentido de incluírem estas perturbações entre as mais incapacitantes do ser humano. No Brasil, a prevalência oscila entre 28,7% a 50% e é considerada alta por estudiosos na área, em especial entre o gênero feminino e idosos. (LUCCHESI; SANTANA, 2014).

Assim, a Saúde Emocional é o estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar as próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro e contribuir com a sua comunidade (OMS, 2002).

Nesse sentido, detectar de forma precoce, tendências de comportamento do aluno, considerando as possíveis circunstâncias, a fonte de estresse na vida universitária desempenha um papel importante, quais são os riscos da educação dos alunos, na maioria dos casos, esses riscos se estenderão a sua carreira. Portanto, preste atenção à saúde dos alunos, principalmente à saúde mental. Isso não é apenas uma preocupação para os profissionais de saúde mental; essa questão deve incluir gestores, professores, educadores, assistentes sociais, e deve ser divulgado e reconhecido por instituições de ensino superior e o ambiente de aprendizagem no geral, requer pesquisa científica e rigorosa para formular ações mais tarde.

Para tanto é importante destacar que a conclusão do ensino médio, ou a retomada dos estudos após longo tempo afastado do ambiente escolar, abre caminho para um novo ciclo na vida dos alunos, a chegada à universidade é marcada como um momento de celebração, uma vez que através da graduação o aluno construirá a sonhada vida profissional (ANSOLIN et al, 2014).

Essa nova fase traz consigo novas exigências e novas rotinas de estudo, de sono, e de vida social, podendo se apresentar como um fator de estresse, depressão e ansiedade, pois o aluno está vivenciando algo novo em sua vida acadêmica, em seu meio social, e essa nova fase requer autonomia e responsabilidade. A chegada a Universidade por si só pode ser ansiogênica, pois ela traz diversas mudanças na vida pessoal e social do estudante. Contudo, temos um agravante para a saúde emocional do indivíduo em razão de estarmos vivendo um período pandêmico o isolamento social, distanciamento, ações de saúde pública, medidas econômicas, desemprego, grande número de mortes, geram altos níveis de estresse, depressão e ansiedade (NOGUEIRA, 2017).

O olhar e a preocupação com a saúde emocional de universitários vêm sendo

analisada recentemente e requer da universidade um projeto de prevenção e tratamento para que os acadêmicos consigam passar por essa fase sem maiores danos a sua saúde emocional. Existem fatores de risco na continuidade dos estudos que podem impactar na saúde mental desses estudantes como as questões socioeconômicas – que podem levar a desistência dos estudos –, a depressão e os sentimentos de incapacidade para a conclusão do curso, a ansiedade, pois a preocupação e o medo do que ainda está por vir, tende a gerar prejuízos na concentração. O estresse entra nessa lista também trazendo desequilíbrio emocional e baixa produtividade (ANSOLIN et al, 2014; GOMES et al, 2020).

Conciliar estudo e trabalho não é uma tarefa fácil, pois requer tempo e dedicação, contudo é possível sim fazer com que essa rotina árdua não traga malefícios à saúde do estudante, por meio de mudanças de estilo de vida e adaptação ao meio acadêmico, gerando uma melhor qualidade de vida, portanto, controlar o estresse e a saúde mental é tão importante quanto cuidar da saúde física neste momento (CARLETO et al, 2018).

Instituições de Ensino Superior devem adotar estratégias para aliviar o sofrimento psicológico dos alunos. Deve ser criado ou aprimorado um centro de apoio psicológico para os alunos acessíveis para que possam cuidar de sua saúde mental na situação atual. O uso da tecnologia pode não só ajudar as aulas remotas, mas também fornecer esse suporte para os alunos, que é um serviço online possível que pode ajudar mais visitas sem ter que reabrir a universidade e retornar aos cursos presenciais (PADOVANI et al, 2014).

Pesquisas e levantamentos também se fazem necessários para monitoramento e tomada de decisão, analisando quais as melhores medidas como estratégia para adaptação aos momentos de incerteza tomando como exemplo experiências bem-sucedidas e utilizando dados científicos como base para formular medidas voltadas para a futura educação e saúde biopsicossocial.

3 | METODOLOGIA

Pesquisa exploratório-descritiva realizada de forma online em 1 (uma) única etapa, considerado o período e os impactos vivenciados pela população frente às questões da pandemia do novo coronavírus e foram seguidas todas as exigências da Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, referente à ética na pesquisa com seres humanos. A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, por meio do CAAE nº 37334520.1.0000.5159 e Parecer nº 4.374.589.

Os instrumentos foram acompanhados de termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) online, com apresentação da pesquisa, para informar o propósito do estudo, a participação livre e voluntária, o caráter anônimo dos questionários, o tratamento confidencial da informação e o uso de mensagens eletrônicas individuais que chegarão aos participantes de modo a proteger sua confidencialidade e acompanhamento dos passos da pesquisa, e foi realizada em uma IES da cidade de Campo Grande, no estado de Mato

Grosso do Sul.

Foram participantes da presente pesquisa, universitários da Instituição de Ensino Superior selecionada, contatados por meio de e-mail institucional, respeitados os critérios de inclusão (ser aluno com matrícula ativa, em qualquer um dos cursos, da referida IES) e exclusão (ser egresso; estar sem vínculo com a IES no semestre da realização da pesquisa; solicitar saída do protocolo a qualquer momento).

Os resultados foram analisados com os *softwares* livres R e R-Studio com os pacotes psych e nlme para as análises apresentadas a seguir. Os procedimentos observaram a aprovação em Comitê de Ética para posterior aplicação dos instrumentos na população foco, e, após a coleta, realizar a análise de dados, concluir o trabalho escrito (visando apresentação em Congressos e publicações) e efetuar a devolutiva dos resultados à amostra participante, visando desdobramento da avaliação em ações futuras.

Diante do exposto, foram aplicados os seguintes instrumentos: (a) **Self Report Questionnaire (SRQ-20)**: tem por objetivo detectar a suspeição da prevalência de TMC. Tem 20 questões dicotômicas (sim/não) que avaliam a presença de sintomas físicos (quatro questões) e de distúrbios psicoemocionais (16 questões, 3 grupos sintomáticos). Para esse estudo o ponto de corte será de sete ou mais respostas alteradas (≥ 7) e para avaliação descritiva do SRQ-20 será utilizada a proposta de agrupamentos (HARDING et al, 1980; IACOPONI, MARI, 1989; GONÇALVES, 2016); e, (b) **Questionário COVID-19**: construído especificamente para esse estudo.

A coleta foi realizada no período de 11 de novembro a 11 de dezembro de 2020, foi possível estabelecer os seguintes resultados gerais após a análise dos dados: houve 228 participantes que iniciaram os procedimentos de participação do protocolo, dos quais sete não aceitaram o TCLE e 26 concordaram em participar, mas não responderam nenhuma questão além do Termo, sendo excluídos da base analisada.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram validados e analisados 195 protocolos completos, cujos principais resultados foram os seguintes: 74,5% das participantes são do sexo feminino, 69,7% solteiras, 98% não são pessoas com deficiência, 58% moram com os pais e apresentam idade média de 26,9 anos, (itens analisados por Teste de uma Proporção com p-valor $<0,0001$).

Ainda nos dados sociodemográficos, 51% dos entrevistados fazem o curso de graduação em psicologia, não houve participantes do curso de Design, e os estudantes se encontram distribuídos uniformemente (50%/50%) entre ingressantes (metade inicial do curso) e concluintes (metade final do curso), sem alterações estatísticas a se destacar.

Quanto a renda e rotina, se observa que 56,5% do total de entrevistados possui rendimentos familiares de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e para 44,5% deles houve redução de rendimento ocasionada pela pandemia. Para 68,5% não se relata rotina

adequada para estudos em casa, 79,5% sentem alguma dificuldade de estudar em casa e 60,5% estudam até duas horas por dia (testes de uma Proporção, $p < 0,005$).

Ariño e Bardagi (2018) reforçam a necessidade de promover ações da IES para instrumentalizar os estudantes, de preferência logo ao início de curso, a gerenciar a vida acadêmica, de modo que consigam estabelecer rotinas de estudo e não menosprezar ou negligenciar horas de sono e lazer afim de suprir as demandas universitárias, permitindo que se vivencie o período de maneira positiva, minimizando a possibilidade de sofrimento ou adoecimento por tais fatores.

Quanto aos contatos sociais mediados por soluções tecnológicas, se observa que o distanciamento da turma aponta para a desmotivação (81%), o cansaço (63%) e a dificuldade nos estudos (73%), ainda que a maioria tenha mantido a rede socioafetiva com familiares, amigos e colegas de trabalho (80%), utilizando principalmente o Google Meet e o Whatsapp para manter a socialização (92% e 88%), respectivamente (Teste de uma Proporção, $p < 0,0001$).

Para outros temas abordados é possível relatar que: (i) 56% relataram conhecimento sobre a universidade disponibilizar equipe especializada para suporte psicológico; (ii) 62,5% relataram que o teletrabalho é uma tendência atualmente; (iii) 75,5% dos entrevistados afirmaram que fariam atendimento psicológico de forma *online*; (iv) 85% apontaram como vantagem no estudo em casa a redução de deslocamento e como desvantagem manter o foco nessa modalidade de estudo; e, (v) 60,5% apontaram a falta de proximidade com as pessoas como um dificultador do processo de estudo remoto (testes de uma proporção, $p < 0,005$).

Quanto aos impactos da pandemia na saúde e na qualidade de vida dos entrevistados foi possível observar que: (i) as reações físicas em decorrência de sobrecarga emocional foram relatadas de forma significativa por 60% dos entrevistados (teste de uma proporção, $p = 0,0006$); (ii) ainda que 69% se sintam saudáveis de forma geral (Teste de uma proporção, $p < 0,0001$); e, (iii) os principais sintomas observados ao longo da pandemia (teste de uma proporção, $p < 0,0001$) foram – a alteração no sono; a dificuldade de concentração; os sentimentos de nervosismo, tensão, preocupação e tristeza; e a dificuldade de realizar tarefas cotidianas com satisfação.

Para a análise global dos resultados do SRQ20, se considera que participantes com (7) ou mais pontos tem transtornos mentais comuns (TMC) rastreados. Foi possível notar que para **67,2%** dos entrevistados a pontuação foi maior ou igual a sete pontos ($SRQ20 \geq 7$) o que denota que a maioria possui quadros sintomáticos de TMC. Outra análise aponta que se avaliada a suspeição por etapa do curso – ingressantes (primeira metade da graduação) ou concluintes (segunda metade da graduação) – respeitando as diferenças de tempo entre cada curso de graduação da IES pesquisada, os estudantes que estão na primeira metade do curso ($n=98$) possuem maior suspeição (71,4%) que os alunos ($n=97$) que cursam a segunda metade (61,8%) – (Teste de uma proporção, $p < 0,0001$).

Esses valores totais, ou por tempo de entrada no curso, são superiores a diversos estudos realizados com estudantes de nível superior, antes da pandemia (**34,1%** - FACUNDES, LURDEMIR, 2005; **35,7%** - ANSOLIN et al, 2015; **39,9%** - PADOVANI et al, 2014 e GOMES et al, 2020; **43,5%** - CARLETO et al, 2018) o que aponta a necessidade de se buscar ações para confrontar essa demanda.

Para destacar em quais quadros sintomáticos houve resultados estatisticamente significativos, e buscar maior assertividade na construção do enfrentamento a tais TMC, se apresenta a tabela 1.

	N	%	p-valor
HUMOR DEPRESSIVO-ANSIOSO			
Sente-se nervoso, tenso ou preocupado?	161	82,6	<0,0001
Sente-se triste ultimamente?	120	61,5	0,002
SINTOMAS SOMÁTICOS			
Tem dores de cabeça frequentemente?	110	56,4	0,0048
Você dorme mal?	122	62,6	0,001
DECRÉSCIMO DE ENERGIA VITAL			
Você se cansa com facilidade?	128	65,6	<0,0001
Tem dificuldades de ter satisfação em suas tarefas?	137	70,3	<0,0001
Sente-se cansado todo o tempo?	119	61,0	0,003
PENSAMENTOS DEPRESSIVOS			
Tem perdido o interesse pelas coisas?	121	62,1	0,001

Tabela 1 – Resultados SRQ-20 por quadros sintomáticos

Pode-se notar que alguns itens apresentam resultados significativos como o item: Sente-se nervoso, tenso ou preocupado? que registrou 82,6% dos entrevistados, ou o item: Tem dificuldade de ter satisfação com suas tarefas? que registrou 70,3% dos entrevistados. E nota-se ainda que há uma divisão entre os itens de acordo com os grupos de sintomas. Esses resultados se correlacionam aos do questionário COVID ($r=0,69$) para convalidar os tópicos e demonstrar possíveis caminhos para o direcionamento das ações de combate aos sintomas e fortalecimento da saúde mental do grupo pesquisado.

Poucos estudos exploraram os impactos da COVID-19 e da quarentena sobre a saúde mental de estudantes universitários, principalmente quanto aos níveis de depressão, ansiedade e estresse. Em estudos chineses, o impacto psicológico foi classificado como moderado ou severo, principalmente quanto a ansiedade, depressão e estresse, com maior prevalência para o sexo feminino (WANG, 2020; WENJUAN, SIQING, XINQIAO, 2020).

O estudo de Maia e Dias (2020) analisou os níveis de depressão, ansiedade e estresse de universitários durante o período pandêmico e se houve alteração em relação a períodos anteriores e apontou que a pandemia e as mudanças inerentes ao comportamento e a

pouca previsibilidade tornaram as pessoas mais ansiosas, logo, aqueles que participaram do estudo durante a pandemia apresentaram níveis significativamente mais elevados de depressão, ansiedade e estresse. Os resultados confirmam um aumento significativo de perturbação psicológica (ansiedade, depressão e estresse) entre os estudantes universitários no período pandêmico comparativamente a períodos normais.

Esses resultados vão ao encontro de outros estudos internacionais que analisaram o efeito psicológico da COVID-19 e de outras pandemias. Informações em diversos meios, discussão social sobre o confinamento, o acompanhamento da situação em nível global e o aumento dos casos positivos para COVID-19 parecem ter gerado níveis de ansiedade, depressão e estresse entre os estudantes universitários, mesmo se sabendo que este não seria um grupo de maior risco em termos de letalidade (WEISS; MURDOCH, 2020; ZHOU et al., 2020).

Um estudo realizado em uma Faculdade de Medicina na China mostrou que a prevalência de depressão entre os estudantes foi de 35,5% e a prevalência de ansiedade chegou a 22,1%, e a maioria apresentava um estado de depressão ou ansiedade leve ou moderada. Com resultados semelhantes, outro estudo realizado na Faculdade de Medicina da Universidade King Saud identificou que 23,5% dos estudantes se sentiam desanimados ou deprimidos. No entanto, pesquisas realizadas na China com estudantes de Medicina demonstraram que apenas uma pequena parcela dos discentes relatou ansiedade moderada (2,7%) ou grave (0,9%). Esse estudo também mostrou que morar com os pais estava associado a taxas muito mais baixas de ansiedade severa em estudantes, enquanto morar em áreas rurais, sem ter uma renda estável e conhecendo alguém infectado com Covid-19 aumentava o risco de ansiedade severa. (RODRIGUES et al, 2020).

Além disso, ações como a busca de informações confiáveis sobre a pandemia, com orientações práticas de profissionais da saúde (e protocolos de proteção) se mostra uma ação simples para controlar a ansiedade e de possíveis desconfortos psicológicos durante o período, também é possível orientar os estudantes a prestar atenção aos próprios sentimentos e necessidades, realizar atividades relaxantes, fazer exercícios e buscar ajuda tão logo sinta necessidade ou perda do controle emocional da situação, de modo a evitar agravamento dos quadros até aqui apresentados (ORNELL et al, 2020; MAIA, DIAS, 2020; WHO, 2020).

Os resultados demonstram que se faz imprescindível não só identificar essa prevalência de TMC, como da importância de criar meios para investigar e intervir sobre queixas específicas que podem agravar o quadro de saúde do estudante universitário.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o que a pandemia pode causar na saúde emocional de estudantes e, por conseguinte,

permita posteriormente o planejamento de programas de promoção e prevenção à saúde mental do grupo em questão.

Posto que a presente pesquisa se restringiu apenas a uma única instituição de ensino superior, visamos à possibilidade de estudos longitudinais para aprofundar os resultados e discussões acerca dos efeitos deletérios que a pandemia do COVID-19 ocasionou na saúde emocional dos estudantes universitários.

Importa, então, continuar a explorar as implicações da pandemia na saúde mental dos estudantes, para que se possam prevenir e minorar os seus efeitos, visto que a Pandemia gerou mudanças na sociedade, como o isolamento social, a suspensão das atividades acadêmicas e adoção de novos métodos de ensino universitário.

Essas mudanças, levaram os estudantes a situações incertas sobre a vida acadêmica e o futuro da própria educação, considerada a mudança de metodologia e do formato das relações sociais, como impactantes à carga emocional dos universitários.

Como consequência, muitos transtornos mentais podem ser desencadeados nesse momento de instabilidade, tornando a saúde mental dessas pessoas um foco de pesquisa. Além disso, a própria formação inserida nesse ambiente pandêmico está passando por um processo de transformação e isso deve ser mais bem discutido.

Sendo assim, percebe-se que são inúmeros os impactos causados pela pandemia, relacionados diretamente à saúde mental e em diversas áreas da vida dos acadêmicos, visto que já estão num momento de pressão por conta da própria vida acadêmica em si e ainda precisam se organizar às aulas remotas, textos e atividades digitais, contato com colegas, amigos e professores pela tela de dispositivos, gerando certo sofrimento, o que influencia diretamente no aprendizado de crianças, adolescentes ou adultos, na escola de ensino regular ou no ensino superior.

Tais efeitos podem se prolongar, por isso traçar estratégias de prevenção, acolhimento e/ou tratamento se fazem fundamentais, principalmente frente aos principais quadros sintomáticos já apontados pelo presente estudo.

Sensibilizar e desenvolver recomendações para acolher e confrontar sentimentos de tristeza, ansiedade ou confusão geradas pelas informações provenientes da pandemia, bem como manter ou criar estilos de vida saudáveis, manter as redes de apoio através das tecnologias, e buscar uma postura mais criativa ou de mobilização e enfrentamento a tais situações adversas podem ser caminhos na construção de planos e ações que façam frente ao sofrimento psíquico resultante da pandemia.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G. S.; LEGENTIL, J.; DAMASCENA, M.; MIRANDA, L.; FEITAL, C.; NEIVA, E. R. Percepções de teletrabalhadores e trabalhadores presenciais sobre desenho do trabalho. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, 2019, 19(4), 772-780.

ALMEIDA, A. M. et al . Common mental disorders among medical students. *J. bras. psiquiatr.*, Rio de Janeiro , v. 56, n. 4, p. 245-251, 2007 .

ANSOLIN, A. G. A. et al. Prevalência de Transtorno Mental Comum entre estudantes de Psicologia e Enfermagem. *Arquivos de Ciências da Saúde*, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 42-45, out. 2015. ISSN 2318-3691. Acesso em: 23 maio 2021. <https://doi.org/10.17696/2318-3691.22.3.2015.83>

ARINO, D. O.; BARDAGI, M. P. Relação entre fatores acadêmicos e a saúde mental de estudantes universitários. *Psicol. Pesq.* Vol. 12 no 3 juiz de fora set/ dez. 2018.

BAO, Y.; SUN, Y.; MENG, S.; SHI, J.; LU, L. 2019-nCoV epidemic: address mental health care to empower society. *The Lancet*. 2020. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30309-3](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30309-3)

BORGES, L. O.; GUIMARÃES, L. A. M.; SILVA, S. S. Diagnóstico e promoção da saúde emocional no trabalho. In: Borges, L. O.; Mourão, L. (Org.). *O Trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION [CDC]. *Mental health and coping during COVID-19*, Atlanta: CDC, 2020.

CHEN, Q.; LIANG, M.; LI, Y.; GUO, J.; FEI, D.; WANG, L. et al. Mental health care for medical staff in China during the COVID-19 outbreak. *The Lancet Psychiatry*. 2020. V. 7, I. 4, E15-16. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30078-X](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30078-X)

COSTA PADOVANI, R. et al. Vulnerabilidade e bem-estar psicológico do estudante universitário. *Rev. Bras. Ter. Cogn.* Vol.10 no 1 Rio de Janeiro jun. 2014.

GOMES, C.; PEREIRA JUNIOR, R.; CARDOSO, J.; SILVA, D. Transtornos mentais comuns em estudantes universitários. *SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 16(1), 1-8, 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.157317>

GONÇALVES, D. M. Self-reporting questionnaire (SRQ). In: Gorenstein, Wang & Hungerbühler, *Instrumentos de avaliação em saúde mental*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

GRANER, K. M.; CERQUEIRA, A. T. A. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. *Ciênc. Saúde Coletiva*. V. 24 Rio de Janeiro Apr. 2019 Epub may 02, 2019.

GUIMARÃES, L. A. M. Fatores psicossociais de risco no trabalho. In: J. J. FERREIRA, L. O. PENIDO (orgs), *Saúde mental no trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás* (pp. 273-282). Goiânia, GO: Cir Gráfica, 2013.

HAHN, M. S.; FERRAZ, M. P. T.; GIGLIO, J. S. A saúde mental do estudante universitário: sua história ao longo do Século XX. *Rev. bras. Educ. med.* V23, n 2-3 Brasília may/ dec. 1999 epub sep 2, 2020.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, 2020, e200067. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>

OMS. *Saúde Mental: nova concepção, nova esperança*. Climepsi. 2002

ORNELL, F.; SCHUCH, J. B.; SORDI, A. O.; KESSLER, F. H. P. "Pandemic fear" and COVID-19: mental health burden and strategies. *Braz. J. Psychiatry*, São Paulo, 2020.

PARK, S. C.; PARK, Y. C. Mental health care measures in response to the 2019 novel coronavirus outbreak in Korea. *Psychiatry Investig.* 2020; 17: 85-6. <https://doi.org/10.30773/pi.2020.0058>

PADOVANI, R. C. et al. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. *Rev. bras. ter. cogn.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 02-10, jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20140002>

REMUZZI, A.; REMUZZI, G. COVID-19 and Italy: What Next? *Lancet.* 2020; 395: 1225–28. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30627-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30627-9)

RODRIGUES, B. B. et al. Aprendendo com o Imprevisível: Saúde Mental dos Universitários e Educação Médica na Pandemia de Covid-19. *Rev. bras. educ. med.*, Brasília, v. 44, supl. 1, e149, 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200404>.

SHIGEMURA, J.; URSANO, R. J.; MORGANSTEIN, J. C.; KUROSAWA, M.; BENEDEK, D. M. Public responses to the novel 2019 coronavirus (2019-nCoV) in Japan: mental health consequences and target populations. *Psychiatry Clin Neurosci*; 2020 Apr;74(4):281-282.

SILVA, A. M.; GUIMARÃES, L. A. M. Occupational Stress and Quality of Life in Nursing. *Paidéia*, v. 26, n. 63, p. 63 - 70, 2016.

SILVA, R. S.; COSTA, L. A. Prevalência de transtornos mentais comuns entre estudantes universitários da área de saúde. *Encontro: Revista de Psicologia*, 15, n 23, 2012, p. 105-112.

SOBRAL, J. M.; LIMA, M. L. (2018). A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico. *Ler História*, 73, 45-66. <http://dx.doi.org/lerhistoria.4036>

WANG, C. et al. Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 Coronavirus Disease (COVID-19) epidemic among the general population in China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(5), 1729, 2020. <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph17051729>

WEISS, P.; MURDOCH, D. R. Clinical course and mortality risk of severe COVID-19. *The Lancet*, 395(1022), 1014-1015, 2020. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30633](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30633)

WENJUAN, G.; SIQING, P.; XINQIAO, L. Gender differences in depression, anxiety, and stress among college students: a longitudinal study from China. *Journal of Affective Disorders*, 263(15), 292-300, 2020. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jad.2019.11.121>

WHO. *Mental health and psychosocial considerations during COVID-19 outbreak*. 2020.

ADOLESCÊNCIA E VIVÊNCIA DO VAZIO EXISTENCIAL EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 19/11/2021

Anna Julia Fontana

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Curitiba-Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6811612699535154>

RESUMO: O crescente número de adolescentes que tem apresentado grande sofrimento psíquico, desenvolvido transtornos psicológicos como a ansiedade e a depressão, bem como comportamentos de automutilação, tentativas de suicídio e suicídios consumados, trouxe à luz questionamentos importantes acerca desses fenômenos e sua relação com a transcendência. Em uma situação inesperada como a pandemia – em que há uma quebra brusca com o status quo vigente de segurança –, o adolescente se vê mais apto a se confrontar com questões existenciais e de sentido de vida. A partir de temáticas centrais da Logoterapia, de Viktor Frankl, o presente estudo tem como objetivo avaliar o impacto do isolamento social no cotidiano dos adolescentes, tendo como ênfase a verificação da relação entre o sentimento de vazio existencial em adolescentes e o isolamento social promovido pela pandemia do COVID-19. Participaram deste estudo 8 (oito) adolescentes, com idades compreendidas entre 15 (quinze) e 17 (dezessete) anos. Trata-se de uma pesquisa explicativa, transversal e de campo, sendo utilizados métodos qualitativos e quantitativos. O instrumento para a coleta de

dados foi a plataforma do *google forms*. A partir dos resultados obtidos, foi possível identificar que o uso excessivo de redes sociais, a ansiedade, o sentido de vida e o vazio existencial propriamente dito se constituem com grande relevância para a compreensão da vivência do vazio existencial pelos adolescentes durante o período de isolamento social. Conclui-se que a sensação de vazio existencial foi intensificada nos adolescentes e as possibilidades de escape deste sofrimento foram limitadas. Da mesma maneira, o exercício da autonomia – tão essencial ao processo de amadurecimento e direcionamento de um sentido de vida – foi limitado pelo contexto pandêmico. Sustenta-se, portanto, que a compreensão de sentido de vida individual é peça fundamental para o entendimento dos fenômenos que hoje circundam a infelicidade nos jovens e é um caminho possível para a superação dos problemas enfrentados na adolescência.

PALAVRAS-CHAVE: Isolamento social; adolescentes; pandemia; vazio existencial.

ADOLESCENCE AND EXPERIENCE OF EXISTENTIAL VACUUM IN TIMES OF SOCIAL ISOLATION

ABSTRACT: The increasing number of adolescents who have shown significant psychological distress, developed psychological disorders such as anxiety and depression, as well as self-mutilation behaviors, suicide attempts and completed suicides, has brought to light important questions about these phenomena and their relationship with transcendence. In an unexpected situation such as the pandemic

– in which there is a sudden break with the current security status quo – adolescents find themselves more vulnerable to confront existential issues and the meaning of life. Based on the central themes of Viktor Frankl's Logotherapy, this study aims to assess the impact of social isolation in the daily lives of adolescents, with an emphasis on verifying the relationship between the feeling of existential emptiness in adolescents and the social isolation promoted by COVID-19 pandemic. Eight (8) adolescents participated in this study, aged between 15 (fifteen) and 17 (seventeen) years. This is an explanatory, cross-sectional and field research, using qualitative and quantitative methods. The instrument for data collection was the google forms platform. From the results obtained, it was possible to identify that the excessive use of social networks, anxiety, the meaning of life and the existential emptiness itself are of great relevance to the understanding of the experience of existential emptiness by adolescents during the isolation period Social. It is concluded that the feeling of existential emptiness was intensified in adolescents and the possibilities of escape from this suffering were limited. Likewise, the exercise of autonomy – so essential to the process of maturing and directing a sense of life – was limited by the pandemic context. It is supported, therefore, that the understanding of the meaning of individual life is a fundamental part of understanding the phenomena that today surround unhappiness in young people and is a possible path to overcoming the problems faced in adolescence.

KEYWORDS: Social isolation; adolescents; pandemia; existencial vacuum.

INTRODUÇÃO

Com o início da pandemia do coronavírus (COVID-19) algumas medidas tiveram que ser tomadas, como por exemplo o distanciamento social, que objetivava diminuir o contato entre as pessoas para conter a transmissão. Com isso, as escolas e universidades adotaram o modelo virtual de ensino, impactando de diversas maneiras na vida do adolescente, principalmente no que diz respeito às relações sociais.

A perda de liberdade, separação dos amigos, professores, familiares, mudanças na rotina, falta de privacidade – entre outros fatores que são consequência do distanciamento social – podem ter influenciado na saúde mental dos adolescentes, implicando em um sentimento de vazio existencial. Nesse sentido, é importante entender os impactos que a pandemia pode ter causado na saúde dos adolescentes e identificar os aspectos que contribuem para a vivência do sentimento de vazio existencial em adolescentes.

Dados que reforçam a relevância dessa investigação são fornecidos pela Organização Pan-America de Saúde (OPAS, 2020), ligada a Organização Mundial da Saúde (OMS), e que revelam que o suicídio é a segunda causa de morte entre a faixa etária que vai dos 15 até os 29 anos. Na mesma perspectiva um estudo realizado nas grandes cidades brasileiras revelou que a taxa de suicídio nesta faixa etária teve um aumento de 24% entre 2006 e 2015. Entre as pessoas de 10 e 19 anos, foram registradas 48.204 ocorrências de 2011 a 2016 (MARCOLAN & DA SILVA, 2019) .

Portanto, abordar o sentimento de vazio existencial enfrentado pelos adolescentes como possíveis causas de sofrimento psíquico, contribui para que novas estratégias de

prevenção possam ser desenvolvidas. Objetiva-se avaliar o impacto do isolamento social no cotidiano dos adolescentes, relacionar o sentimento de vazio existencial com o isolamento social e identificar os aspectos que contribuem para o sentimento de vazio existencial em adolescentes.

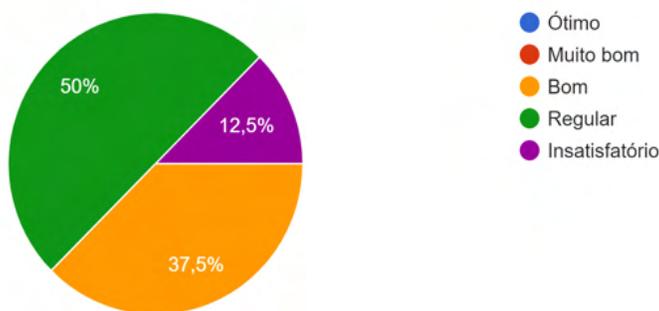
METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa explicativa, transversal e de campo, sendo utilizados métodos qualitativos e quantitativos. O instrumento para a coleta de dados foi a plataforma da *google forms*. Para a participação da presente pesquisa optou-se por adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 17 (dezesete anos) selecionados independentes do sexo e que estavam cursando o primeiro, segundo ou terceiro ano do ensino médio. O critério de inclusão se deu pela escolaridade e pela capacidade de compreensão de texto e abstração. Na ocasião, os estudantes estavam cursando algum dos períodos do ensino médio. Outro critério de inclusão foi a assinatura do responsável no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário elaborado pelas pesquisadoras com perguntas referentes ao tema proposto para a pesquisa. O questionário foi composto de 27 perguntas, com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha.

RESULTADOS

A coleta de dados foi realizada no período de 03 a 07 de maio de 2021. Participaram da pesquisa oito adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 17 (dezesete) anos.

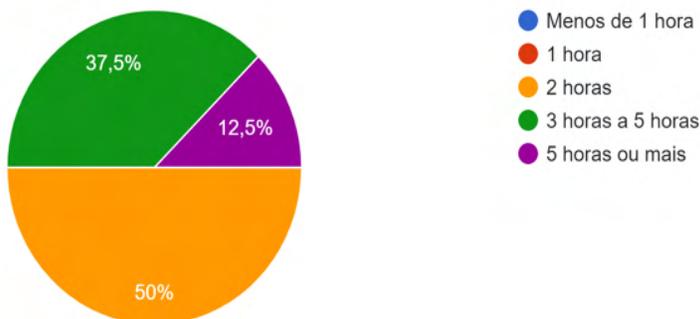
Sobre a autoavaliação do rendimento na escola antes da pandemia, a amostra indicou 37,5% para regular, 37,5% para muito bom e 25% para bom, já durante o período da pandemia, o gráfico 1 demonstra as alterações:



Com relação às atividades de lazer antes e depois da pandemia, foi constatado que essas diminuíram significativamente. Antes da pandemia, 75% responderam que as atividades eram frequentes. Após a pandemia, 87,5% responderam que as atividades de

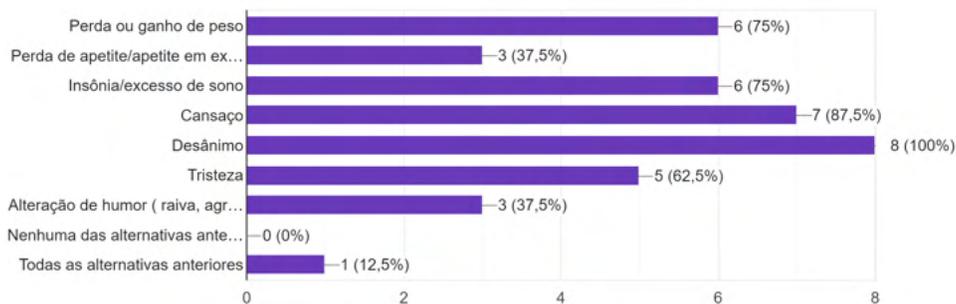
lazer diminuíram. Ademais, a prática de esportes também diminuiu, caindo de 75% de pessoas que praticavam esportes, para 25% após a pandemia.

O uso das redes sociais aumentou em 87,5% no decorrer do isolamento social, em comparação com o tempo médio de uso no período anterior à pandemia, conforme demonstra o gráfico 2.

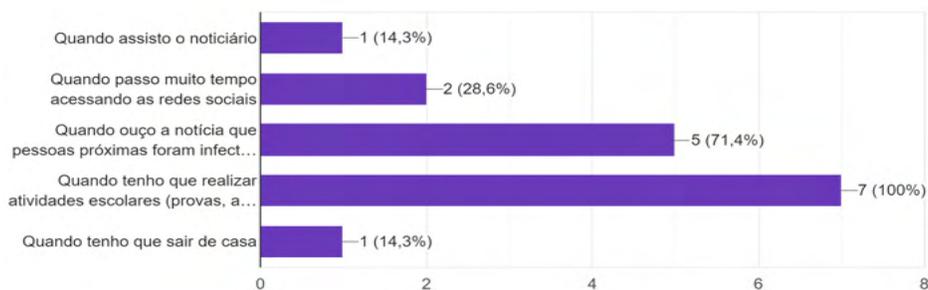


Já no que se refere à participação dos adolescentes em alguma entidade religiosa antes do período de isolamento social, 62,5% responderam que já frequentavam assiduamente, 25% frequentavam eventualmente e 12,5% que não frequentavam. Durante a pandemia, 75% responderam que continuaram com as atividades religiosas de forma remota e 25% não continuaram mesmo tendo opções.

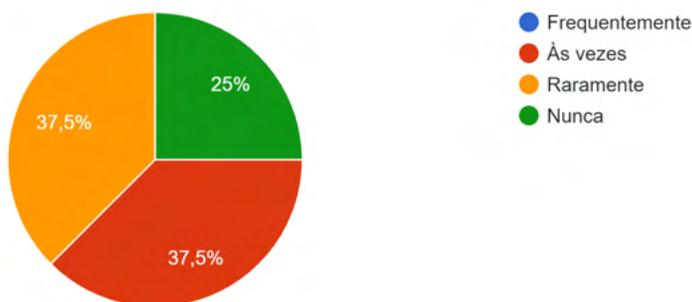
Sobre a percepção da presença de sintomas relacionados à alteração de humor durante a pandemia, o gráfico 3 apresenta os resultados:



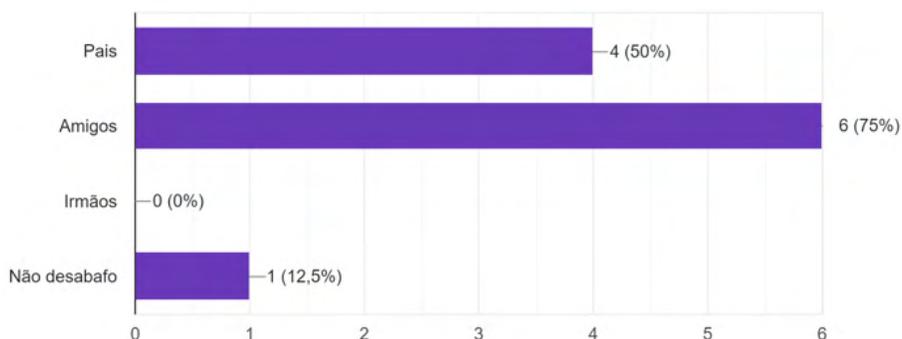
Na temática ansiedade, 87,5% da amostra respondeu que estão se sentindo mais ansiosos durante o isolamento social. As situações em que estes adolescentes se sentem mais ansiosos estão descritas no gráfico 4:



A respeito dos relacionamentos interpessoais, foi questionado se os adolescentes possuíam amigos próximos, 87,5% responderam que sim. Quanto à frequência em que se sentiam sozinhos, o gráfico 5 indica que:



Os participantes responderam com quem eles têm necessidade de desabafar, conforme apresenta o gráfico 6:



Quanto a se sentirem mais felizes antes do isolamento social, 87,5% responderam que sim, mesmo percentual dos que pensam que a vida é difícil.

Ao serem questionados sobre qual área de sua vida o isolamento social tem causado maior impacto, 50% apontam a área emocional, 37,5% a área escolar, e 12,5% a área social.

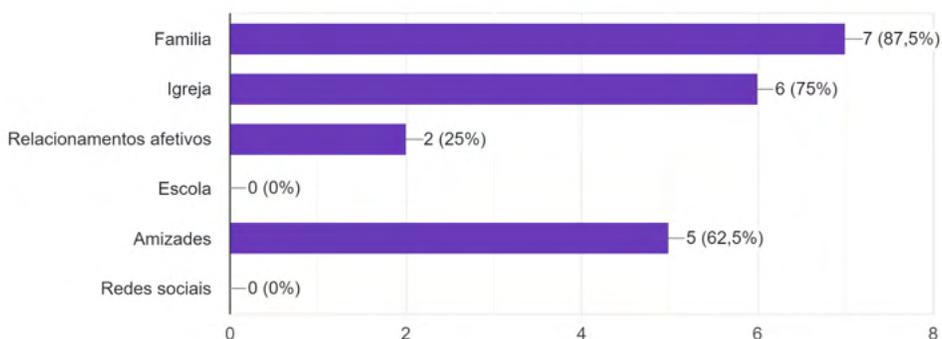
Acerca da existência de um sentido para a vida, 87,5% responderam que a vida tem um sentido. Através de uma pergunta aberta foi solicitado que compartilhassem qual o sentido da vida em sua perspectiva, sendo obtidas as seguintes respostas:

Viver, ser feliz, ser amado entre outros...
Viver
Desfrutar do que há de bom
acho que é a vivência com os outros e deixar um legado para as próximas gerações
Ajudar o próximo

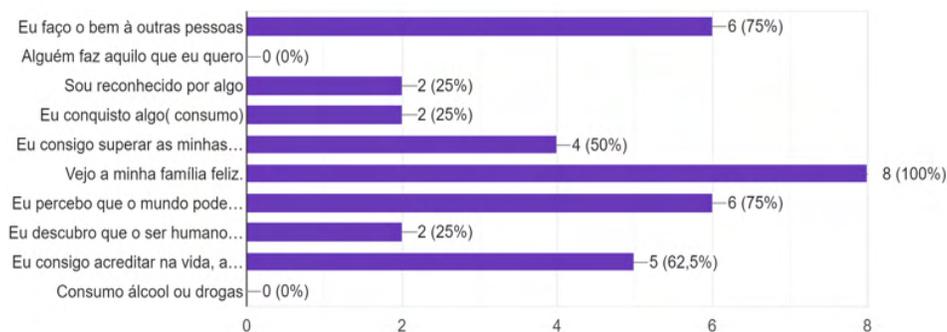
Para o participante que respondeu que a vida não teria um sentido, a resposta foi a seguinte:

Eu nunca descobri um sentido

Quanto aos locais em que os adolescentes identificaram como relevantes e com maior valor para a busca de respostas sobre o sentido da vida, é possível observar segundo o gráfico 7:



Ao abordar questionamentos sobre situações em que atribuiriam sentido para sua vida, foi possível observar as seguintes respostas, conforme os dados no gráfico 8:



DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através dos resultados obtidos pela pesquisa realizada, identificou-se três aspectos/ elementos de maior relevância para a compreensão da vivência do vazio existencial pelos adolescentes durante o período de isolamento social, quais sejam: (i) o uso excessivo de redes sociais; (ii) a ansiedade; e (iii) o sentido de vida e o vazio existencial propriamente ditos.

De acordo com dados da literatura, o uso excessivo das redes sociais contribui de modo negativo para a vivência de sentido, favorecendo que o indivíduo permaneça centrado em si mesmo, distanciando-se do outro, afastando-se, portanto, daquilo que seria capaz de lhe proporcionar um sentido para a vida, uma vez que em uma perspectiva existencialista o ser e o mundo não estão separados, e, é através dessa relação que o indivíduo constrói a sua essência (RODRIGUES & BARBOSA, 2018).

Os dados da amostra demonstram que o uso das redes sociais aumentou durante o período de isolamento social se comparado ao período anterior à pandemia, esta informação relacionada a referência de que as redes sociais não seriam um local de interação onde seria possível encontrar um sentido para a vida, torna possível compreender que um dos espaços mais utilizados pelos adolescentes não seria capaz de lhes gerar uma perspectiva de sentido existencial, refletindo no que Kierkegaard denominou de tédio existencial (PÓ, 2015).

Victor Frankl (2015) também abordou questões relacionadas ao tédio existencial que podem resultar na vivência de um vazio existencial. Vazio que, na presente pesquisa, mostrou-se decorrente do uso intenso das redes sociais, uma vez que, após o uso, o adolescente está imerso em um universo de imagens – em uma realidade que não lhe pertence, dificultando assim que entre em contato consigo mesmo e com seus valores, pois, além de comprometer as habilidades sociais, instaura uma confusão entre a realidade e o mundo virtual (SILVA & SILVA, 2014).

Observa-se que as atividades que proporcionavam uma interação social entre os

adolescente, como atividades de lazer, esportivas, religiosas e escolares, foram diretamente impactadas, migrando em grande parte para o ambiente virtual, o que de acordo com os achados da literatura indicam que quando o adolescente constrói grande parte de seus relacionamentos de modo virtual, ele acaba por se afastar das relações de interação social com pessoas próximas, se vinculando muito mais com os relacionamentos obtidos virtualmente, perdendo a essência da vivência na interação interpessoal (RODRIGUES & BARBOSA, 2018).

O uso excessivo das redes sociais também está relacionado a uma maior exposição do adolescente na busca de aprovação dos demais usuários, e que vem ao encontro do conceito denominado de “conformismo”, criado por Victor Frankl (2015), e que consiste em fazer somente aquilo que o outro espera que eu faça, na tentativa de evitar críticas ou por simplesmente não saber o que o outro espera de mim. Assim, a autenticidade de uma vida dotada de liberdade existencial e, conseqüentemente, de sentido, acaba por se perder entre o desejo de aprovação, de elogios ou de uma resposta afirmativa da própria existência pelo outro (FRANKL, 2015).

Conforme observado nos resultados da pesquisa, a ansiedade parece ter se intensificado com a pandemia do Covid-19, os dados obtidos na amostra relatam mudanças de rotina e no estilo de vida dos adolescentes. Assim, há uma tendência das pessoas se sentirem mais ansiosas, e mesmo sendo comum se depararem com mudanças de humor, inseguranças e solidão durante o isolamento, quanto maior for o tempo de confinamento, piores podem ser os resultados para saúde mental (USHER et al., 2020 apud MANGUEIRA et al., 2020).

Analisando os resultados obtidos, observou-se que grande parte dos adolescentes responderam que houve um aumento da ansiedade devido ao isolamento social. Esses resultados são concordantes com os obtidos por outros pesquisadores (SAURABH K et al. 2020; DUANL et al., 2020; GHOSH et al., 2020; RODRIGUES BB et al., 2020 apud DA MATA et al, 2021) que constataram que as incertezas sobre o rumo da pandemia, bem como o medo dos adolescentes de se infectarem com o coronavírus e transmitirem para parentes, gerou um estresse adicional – promovendo ainda mais insegurança e, como consequência, aumentou os níveis de ansiedade vivenciado por eles (DA MATA et al, 2021).

De acordo com a amostra, observou-se que a ansiedade esteve presente em situações escolares, como na realização de provas, apresentação de trabalhos e atividades em grupo, visto que o acúmulo de tarefas durante as atividades de *homeschooling*, *homeworking* e utilização de redes sociais também foram evidenciadas como fatores estressantes (BROOKS et al., 2020 apud FORTALEZA & SILVA, 2021). Portanto, a ansiedade pode se manifestar no adolescente devido a uma preocupação em excesso e que pode ser mantida em diversas áreas como as relações sociais, as relações familiares, a saúde, a escolaridade e os acontecimentos mundiais (BRITO, 2011).

Nesse sentido, é importante destacar alguns sintomas que se manifestaram em

decorrência do isolamento social, como perda ou ganho de peso, distúrbios de sono, desânimo/tristeza e alterações de humor. Concomitantemente com esses aspectos, os trabalhos de Alencar Rocha et al. (2021) também evidenciaram que, dentre os sentimentos/sintomas mais relatados durante o período de isolamento social foram: tristeza, ansiedade, falta de ânimo, alterações nos padrões de sono. Esses dados revelam que ocorreram diversas mudanças nos hábitos e comportamento dos adolescentes, visto que a alteração na rotina, as condições estressantes e os efeitos psicológicos, físicos e emocionais levaram os adolescentes a um comportamento desadaptativo (CELL ZELIKOWSKY et al., 2018 apud FORTALEZA e SILVA, 2021).

A maioria dos participantes – à exceção de um – afirmaram que a vida possui sentido. E que esse sentido encontra caminho pelos valores, como os de vivência com as pessoas, “ser amado”, “deixar um legado para as próximas gerações” e “ajudar o próximo”. Essas respostas são caminhos para encontrar um sentido da vida (apontam para elementos transcendentais) que está sempre disponível mesmo diante da tríade trágica: sofrimento, culpa e morte (KROEFF, 2014).

A busca por *sentido na vida* se configura como um fenômeno autêntico e específico da espécie humana, resultante da necessidade do ser humano de ter uma vida significativa, alcançável pela realização de valores (AQUINO, 2013). Ao contrário das demais espécies, o ser humano possui liberdade de agir, e é constantemente convocado para agarrar essa liberdade. É justamente o seu livre arbítrio que lhe permite dar à sua vida uma narrativa própria, singular, diferente de qualquer outro semelhante (FRANKL 1984/1988, *passim*).

Essa perda também acontece quando existe a deturpação do sentido de vida, quando o sujeito o confunde com prazeres, auto realizações de toda ordem, materialismo e hedonismo. A resposta de outro participante aponta para uma deturpação, ou desconhecimento do que seja o sentido da vida. Quando escreve “Desfrutar de tudo que há de bom”. Ora, essa resposta é na verdade uma vontade de sentir prazeres na vida, e não de realizar um sentido por si só.

Em relação ao local onde podem buscar encontrar o sentido da vida, assinalam para o sentido como amor e ressignificação do sofrimento. Os lugares mais comuns foram: família, relacionamentos, amizade e igreja. Nas três primeiras, o sentido da vida se revela no amor familiar/fraterno e, na última, como possibilidade de alívio do sofrimento; pois a Igreja é reconhecida como um local de conforto, esperança (projeção ao futuro) e ressignificação da vida.

Há três formas de se encontrar o sentido da vida: (i) por meio do amor; (ii) por meio do trabalho; e (iii) ao suportar o sofrimento. Assim, o homem encontra seu sentido quando: (i) recebe algo do mundo (amor), seja através da pessoa amada, seja através da contemplação da arte e da natureza; (ii) quando age sobre o mundo (trabalho); e (iii) quando transforma seu sofrimento em realização (AQUINO, 2013).

Quando o sujeito está em grave sofrimento, ele não consegue mais vislumbrar o

futuro. Isto é, tem sua capacidade imaginativa tolhida, não conseguindo imaginar novas possibilidades de vida. A Igreja é apontada por Bispo (2020) como o principal espaço em que os adolescentes encontram sentido. Além disso, se configura como um local que traz esperança para uma nova forma de viver (BISPO, 2020).

Nenhum dos participantes responderam que a rede social seria um lugar para encontrarem o sentido, e de fato a literatura aponta que não seja. Porém, com a realidade da pandemia, o uso da rede social aumentou e algumas relações foram transferidas para lá, sem o contato olho a olho. Ainda, com os decretos a frequência de ida às Igrejas foi alterada, restringindo, em alguns casos, para o acompanhamento também online.

Outro dado obtido foi em relação a diminuição da felicidade durante a pandemia. A maioria dos participantes sentia que era mais feliz antes. O sentido de vida e a felicidade estão intimamente ligados. Ao contrário das ideias de Freud e Adler, a felicidade surge a partir de um sentido realizado e não dá vontade de prazer, reconhecimento e poder (ARTERO et al, 2020). A situação da pandemia modificou radicalmente os projetos futuros, gerando insegurança, instabilidade e vulnerabilidade.

Além disso, diminuíram as alternativas de escape do sofrimento, deixando o indivíduo mais propício a se confrontar com sua própria existência. Para Yalom (1980), o confronto inautêntico com os dados da existência transforma a vivência individual perturbada, fazendo com que se procure alternativas para fugir desse sentimento, o que gera angústia e infelicidade a longo prazo.

Apesar do sentimento de infelicidade ter aumentado, os participantes estavam pensando mais em como a vida é difícil, como constatado nas respostas a uma das perguntas. Essa percepção da existência do sofrimento – imanente à vida – pode surgir como uma possibilidade de abertura ao sentido de vida, caso esse aquele seja abraçado. A visão de pessoa de Frankl (1984, *passim*) é a do ser humano consciente e responsável, com liberdade para agir, por maior que seja o sofrimento ao qual lhe foi imposto e por menor que seja o seu grau de autonomia.

Diante de todo o exposto, verificou-se que a alta utilização das redes sociais – junto à redução de contato interpessoal físico – gerou insegurança, ansiedade e aumentou a sensação de infelicidade, em um ciclo vicioso. Neste cenário, a sensação de vazio existencial foi intensificada nos adolescentes e as possibilidades de escape deste sofrimento foram limitadas pelo contexto pandêmico. A visão de sentido da vida dos entrevistados, apesar de ainda carecerem de maior profundidade, é peça fundamental para a superação dos problemas enfrentados e para o alcance da verdadeira felicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que a pandemia do Covid-19 acarretou mudanças no estilo de vida das pessoas, impactando diretamente na qualidade de vida, sendo essas mudanças

influências tanto diretas, como a infecção pelo vírus, quanto indiretas, consequências do isolamento social.

Nesse contexto, as principais alterações de comportamento observadas foram: a alta utilização das redes sociais – junto à redução de contato interpessoal físico – que gerou insegurança, ansiedade e aumentou a sensação de infelicidade, em um ciclo vicioso; perda ou ganho de peso, distúrbios de sono, desânimo/tristeza e alterações de humor.

Neste cenário, a sensação de vazio existencial foi intensificada nos adolescentes e as possibilidades de escape deste sofrimento foram limitadas pelo contexto pandêmico. Também foi limitado os espaços de exercício da autonomia dos adolescentes, tão essencial para o processo de amadurecimento e orientação para o sentido de vida própria, já que a vivência do sentido está diretamente ligada à responsabilidade e à tomada de decisão da vida.

Dessa maneira, a visão de sentido da vida dos entrevistados, apesar de ainda carecer de maior profundidade, é peça fundamental para a superação dos problemas enfrentados e para o alcance da verdadeira felicidade. Diante disso, faz se necessário atentar para as condições de saúde física e mental do adolescente, visando amenizar as consequências que esse período trouxe.

REFERÊNCIAS

ALENCAR ROCHA, M. F., VELOSO, W. G., DE ALENCAR BEZERRA, R. E., DE ALMEIDA GOMES, L., & DE LUCENA MARCOLINO, A. B. O impacto da pandemia do covid-19 na saúde infanto-juvenil: um estudo transversal. **Brazilian Journal of Health Review**. Curitiba, v.4, n.1, p.3483-3497 Jan/Feb, 2021. <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/25137>. Acesso em 15 Jun. 2021

AQUINO, T.A.A. **Logoterapia e análise existencial: uma introdução ao pensamento de Viktor Frankl**. São Paulo: Paulus, 2013.

ARTERO, G.M.et al. Como a falta de sentido afeta a vida dos jovens na sociedade pós-moderna. **Metzger**, 2021. Disponível em <https://www.metzger.com/projects/como-a-falta-de-sentido-afeta-a-vida-dos-jovens-na-sociedade-pos-moderna-5fac7cab2836640018f5af6e>. Acesso em 15 jun.2021

BISPO, L. S. **Adolescência contemporânea e a busca pelo sentido da vida: contribuições a partir de um contexto escolar**. 2020. 326 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação, Faculdades EST, São Leopoldo, 2020. Disponível em <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SIFE/1033>. Acesso em 15 Jun. 2021

BRITO, I. Ansiedade e depressão na adolescência. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 208-14, mar, 2011. ISSN 2182-5181. Disponível em: <<https://rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/10842/10578>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

DA MATA, A. A., LANA, A. C. F., DE SOUZA BERNARDES, F., de ARAÚJO GOMES, G., SILVA, I. R., MEIRELLES, J. P. S. C., ... & de SOUZA BECHARA, L. Impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**.v.7, n.1, p.6901-6917, Jan, 2021. Disponível em <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/23381>. Acesso em 15 Jun. 2021

DOS SANTOS, ANTÔNIO J. et al. Isolamento social e sentimento de solidão em jovens adolescentes. **Análise Psicológica**, v.3, n.2, p. 117-127, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.14417/ap.591>. Acesso em 27 abr. 2021

FORTALEZA, M. A., SILVA, M. F. in TEODORO, J. V., PINTO I. M. (orgs.) AÇÕES EDUCATIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA. In: Comportamento Social de Adolescentes Escolares em Tempos de Pandemia da COVID-19. 1 ed. Campo Grande: **Editora Inovar**, 2021. 130p. Disponível em: *Acoes-educativas-em-tempos-de-pandemia.pdf (researchgate.net). Acesso em 27 mai. 2021

FRANKL, V. E. (1985). **Em busca de sentido** (W. Schlupp, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

FRANKL, V. **O sofrimento de uma vida sem sentido. Caminhos para encontrar a razão de viver**. 1.ed. São Paulo: É Realizações, 2015.

FRANKL, V. **A presença ignorada de Deus**. 21 ed. rev. São Leopoldo: Sinodal: Petrópolis: Vozes, 2020.

GERHARDT, T. E. **A construção da pesquisa**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

KROEFF, P. Logoterapia e superação de evento traumático em uma criança. **Revista da associação brasileira de logoterapia e análise existencial**, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/le/article/view/15221> . Acesso em 15 jun. 2021

MARCOLAN, J. F; DA SILVA, D. A . O comportamento suicida na realidade brasileira: aspectos epidemiológicos e da política de prevenção. **Revista M**. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 31-44, sep. 2019. ISSN 2525-3050. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/9290/7954>. Acesso em: 19 mar. 2021.

MANGUEIRA, L. F. B.; NEGREIROS, R. A. M.; DINIZ, M. de F. F. M.; DE SOUSA, J. K. Saúde mental das crianças e adolescentes em tempos de pandemia: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 11, p. e4919, 27 nov. 2020. Disponível em <https://doi.org/10.25248/reas.e4919.2020> . Acesso em 15 jun.2021

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Suicídio**. Brasília (DF); 2020. [ww.paho.org/pt/topicos/shttps://wuicidio](http://www.paho.org/pt/topicos/shttps://wuicidio) . Acesso em 15 jun. 2021

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Pandemia de Covid/19 aumenta fatores de risco para o suicídio**. Brasília (DF); 2020. <https://www.paho.org/pt/noticias/10-9-2020-pandemia-covid-19-aumenta-fatores-risco-para-suicidio>. Acesso em 15 jun.2021

PÓ, G. S. M. A Fenomenologia do Tédio no Livro do Desassossego: de Martin Heidegger a Fernando Pessoa. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Évora, Évora. 2015. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/62471422.pdf> . Acesso em 15 jun.2021

ROCHA, D., DEUSDARÁ, B. . Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea estudos latinos**: Rio de Janeiro. 2005. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2005000200010>. Acesso em 15 jun. 2021.

RODRIGUES, V. M. BARBOSA, F. C. As redes sociais e o vazio existencial. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**. v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <http://jornalold.faculdadecienciasdavidade.com.br/index.php/RBCV/article/view/639/286>. Acesso em 15 jun. 2021

SILVA, J.B., SILVA, L.B., Relação entre religião, espiritualidade e sentido da vida. **Logos & Existência Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial**. 3 (2), 203-215, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/le/article/view/22107/12148> . Acesso em 15 jun. 2021

YALOM, I. **Existential psychotherapy**. New York: Basic Books, 1980.

ANEXOS

Questionário

Idade

Gênero

Feminino Masculino Outro

Em que ano escolar você está?

1º ano EM 2º ano EM 3º ano EM

No período da pandemia a escola que você estuda ofertou aulas em qual modalidade?

Remota ao vivo Remota gravada Sem aulas remotas, somente atividades Outro

Como você avalia seu rendimento na escola antes da pandemia?

Ótimo Muito bom Bom Regular Insatisfatório

Como você avalia seu rendimento na escola durante a pandemia?

Ótimo Muito bom Bom Regular Insatisfatório

Antes da pandemia as atividades de lazer eram frequentes?

sim não

Durante a pandemia as atividades de lazer diminuíram?

sim não

Você praticava alguma modalidade de esporte antes da pandemia?

sim não

Você praticou alguma modalidade de esporte durante o período da pandemia?

sim não

Quanto tempo em média você passava nas redes sociais antes da pandemia?

menos de 1 hora 1 hora -2 horas 3 horas a 5 horas 5 horas ou mais

Durante a pandemia o tempo que você passa nas redes sociais aumentou?

sim não

Você faz parte de alguma entidade religiosa?

sim, frequento assiduamente sim, frequento eventualmente não frequento

Na pandemia você continuou com as atividades religiosas?

continuei on-line as atividades foram interrompidas não continuei mesmo tendo opções

Você apresentou algum desses sintomas durante a pandemia? (Você pode escolher mais de uma opção)

- perda ou ganho de peso
- perda de apetite/apetite em excesso
- insônia/excesso de sono
- cansaço
- desânimo
- tristeza
- alteração de humor (raiva, agressividade)
- nenhuma das alternativas anteriores
- todas as alternativas anteriores

Durante o isolamento social você tem se sentido mais ansioso (a)?

Sim Não

Se sim, em quais destas situações você se percebe mais ansioso? (Você pode escolher mais de uma opção)

- Quando assisto o noticiário.
- Quando passo muito tempo acessando as redes sociais.
- Quando ouço a notícia que pessoas próximas foram infectadas pelo COVID-19.
- Quando tenho que realizar atividades escolares (provas, apresentações de trabalho, trabalhos em grupo).
- Quando tenho que sair de casa.

Outro: _____

Você possui amigos próximos?

Sim Não

Com que frequência você se sente sozinho?

Frequentemente Às vezes Raramente Nunca

Quando você tem necessidade de desabafar a quem você recorre?

Pais Amigos Irmãos Outro

Você considera que era uma pessoa mais feliz antes do isolamento social?

Sim Não

Você tem pensado em como a vida é difícil?

Sim Não

Qual área de sua vida o isolamento social tem causado maior impacto?

social escolar religiosa emocional

Em sua opinião, a vida tem um sentido?

Se SIM, você poderia dizer qual o sentido da sua vida?

Se NÃO, por que, em sua opinião, a vida não tem um sentido?

Em quais dos espaços de interação social abaixo você encontra mais respostas para suas perguntas sobre o sentido da vida? (Você pode escolher mais de uma opção)

Família

Igreja

Relacionamentos Afetivos

Escola

Amizades

Redes sociais.

Minha vida tem sentido para mim quando... (Você pode escolher mais de uma alternativa)

Eu faço o bem à outras pessoas.

Alguém faz aquilo que eu quero.

Sou reconhecido por algo

Eu conquisto algo (consumo).

Eu consigo superar as minhas dificuldades.

Vejo a minha família feliz.

Eu percebo que o mundo pode ser melhor.

Eu descobro que o ser humano pode ser melhor do que parece.

Eu consigo acreditar na vida, apesar das dificuldades que ela apresenta

Consumo álcool ou drogas

AS INTERVENÇÕES SOCIAIS EXTERNAS AO QUILOMBO E O IMPACTO DESTA NA AUTOESTIMA DA MULHER AFRODESCENDENTE

Data de aceite: 01/02/2022

Mariane Rodrigues Duarte

Faculdade Morgana Potrich (FAMP), Psicologia
Mineiros – GO
<http://lattes.cnpq.br/3428383014370066>

Fabricio Malaquias Pereira

Faculdade Morgana Potrich (FAMP), Psicologia
Mineiros – GO
<http://lattes.cnpq.br/3576723447436841>

Gabriela Buchli

Faculdade Morgana Potrich (FAMP), Psicologia
Mineiros – GO
<http://lattes.cnpq.br/4509094857244209>

RESUMO: Introdução: Os países que se encontram os remanescentes da diáspora africana como o Brasil, as culturas negras ainda são consideradas como subculturas não sendo reconhecidas por parte da cultura dominante, sendo assim eles não conseguem alcançar a sua plenitude. Nesse sentido, é de grande relevância citar a Constituição de 1988, que trouxe reconhecimento para os quilombos através do artigo 68. O preconceito sobre os quilombos trazia a ideia de locais perigosos, de refúgio para negros e negras vadios, fugitivos e criminosos. Por muito tempo as mulheres negras não tiveram oportunidade de contar as suas próprias histórias e experiências, sendo que um dos estereótipos mais antigos é o das mulheres negras fortes, cuidadoras, trabalhadoras e que nunca se cansam. **Objetivo:** verificar como as interações sociais externas ao quilombo podem interferir

na autoestima da mulher afrodescendente.

Métodos: Pesquisa de campo com abordagem quanti-qualitativa e ocorreu na comunidade Quilombola Cedro em Mineiros-GO. Participaram 46 mulheres afrodescendentes da comunidade com idade entre 18 aos 59 anos. Respondendo ao questionário semiestruturado, Inventário de Habilidades Sociais (IHS 2) e a Escala de autoestima de Rosenberg (RSES). **Resultados:** Os contextos externos a comunidade interferem em como a mulher afrodescendente se autoavalia, pois os eventos traumáticos envolvidos do preconceito racial que elas já vivenciaram em algum momento de sua vida impactam e criando barreiras da forma como se comportam em ambientes sociais. **Conclusão:** As mulheres demonstram autoestima elevada, mesmo que com uma avaliação positiva sobre si, identificou-se a necessidade de desenvolver as habilidades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher Afrodescendente. Contextos Externos. Autoestima.

ABSTRACT: Introduction: In countries where there are remnants of the African diaspora such as Brazil, black cultures are still considered subcultures that are not recognized by the dominant culture, so they cannot reach their fullness. In this sense, it is very important to mention the 1988 Constitution, that brought recognition to the quilombos through article 68. The prejudice about the quilombos brought the idea of dangerous places, of refuge for black men and women vagrants, fugitives, and criminals. For a long time black women have not had the opportunity to tell their own stories

and experiences, and one of the oldest stereotypes is that of strong, careful, hardworking, and never tired black women. **Objective:** To verify how the social interactions outside to the quilombo can interfere with the self-esteem of Afro descendant women. **Methods:** Field research with a quanti-qualitative approach and took place in the Quilombola Cedro community in Mineiros-GO. Participated 46 afrodescendant women of the community with age between 18 years to 59 years. Answering the semi-structured questionnaire, Inventory of Social Skills (IHS 2) and the Rosenberg Self-Esteem Scale (RSES). **Results:** The contexts external to the community interfere in how the Afro-descendant woman evaluates herself, because the traumatic events involving racial prejudice that they have experienced at some point in their lives impact and creating barriers of how they behave in social environments. **Conclusion:** The women demonstrate high self-esteem, even with a positive evaluation about themselves, it was identified the need to develop social skills.

KEYWORDS: Afro-Descendant Woman. External Contexts. Self Esteem.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com Figueiredo (2013), os países que se encontram os remanescentes da diáspora africana como o Brasil, as culturas negras ainda são consideradas como subculturas não sendo reconhecidas por parte da cultura dominante, sendo assim, eles não conseguem alcançar a sua plenitude. Como consequência os negros ficam à mercê das influências da cultura dominante, fazendo com que eles tenham maior dificuldade em assumir uma posição identitária cultural.

As barreiras do racismo e machismo do período colonial, fez com que as mulheres negras fossem violentadas sexualmente, sendo tratadas como objetos sexuais e tendo os seus corpos hipersexualizados (RIBEIRO,2018). Por muito tempo as mulheres negras não tiveram oportunidade de contar as suas próprias histórias e experiências, sendo que um dos estereótipos mais antigos é o das mulheres negras fortes, cuidadoras, trabalhadoras e que nunca se cansam. A ideia de uma força inabalável é que a sociedade racista impôs a essas mulheres, tirando a humanidade e as colocando em um lugar onde tenham que lutar e resistir constantemente (ROSÁRIO, 2019).

Entretanto, “no campo da teoria da discriminação como interesse, a noção de privilégio é essencial. A discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito” (CARONE,2014, p. 28).

Nesse sentido, é de grande relevância citar a Constituição de 1988 que trouxe reconhecimento para os quilombos através do artigo 68, dando aos remanescentes o direito de permanência àqueles que ocupavam as terras de seus ancestrais (BRASIL, 1988). O preconceito sobre os quilombos trazia a ideia de locais perigosos, de refúgio para negros e negras vadios, fugitivos e criminosos. Contudo, os movimentos negros desde o início da fase do trabalho livre, já olhavam o quilombismo como fator heroico, demonstrando a

resistência negra na luta contra o sistema de injustiça social (CUNHA JUNIOR, 2012).

Conforme descreve o autor Moura (2007):

Atualmente, podemos conceituar Quilombos Contemporâneos como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. Os habitantes dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícitas, com consciência de sua identidade. São também chamadas de comunidades remanescentes de quilombos, terras de preto, terras de santo ou santíssimo (MOURA, 2007, p. 03).

Ao valorizarmos, considerarmos e respeitarmos as qualidades da cultura de um povo, respeitando os seus direitos, expressões e manifestações individuais e coletivas, sendo que quando houver liberdade frente a isso, o ambiente se torna mais propício para que o sentimento de autoestima se manifeste. Considerando que autoestima é algo que se aprende, cada sujeito vai se transformando à medida que se relaciona com os outros. Entretanto, para se ter autoestima é necessário se autoconhecer, pois, assim são maiores as chances de superar as suas limitações, ampliar suas possibilidades como indivíduo e se transformar através dos aprendizados que o cotidiano o envolve (JULIO, 2011).

Em uma sociedade que tem o racismo presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem como um problema a desigualdade racial irá perpetuar as práticas racistas consideradas “normais” na sociedade. Geralmente isso acontece nos governos, empresas e escolas que não tem mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais, tornando-se assim uma cadeia de transmissão de privilégios e violências raciais e sexistas. Sendo que para combatê-lo é preciso a implementação de práticas antirracistas efetivas pois o racismo pode ter sua forma modificada pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais-estado, escola entre outros (ALMEIDA, 2021).

Como descreve Ribeiro (2018):

Racismo tem a ver com poder, com privilégios. A população negra não tem poder historicamente. Racismo é uma problemática branca, portanto temos que começar pela desmistificação. Dentro de comunidades marginalizadas pode haver preconceito, isso é uma coisa, mas poder é a definição de racismo. Por sermos vistos como diferentes e por essa diferença ser considerada problemática, ficamos de fora das estruturas de poder. Esse é o racismo estrutural, institucional, acadêmico, do dia a dia etc. Quando sabemos o que é o racismo, sabemos que, independentemente dos conflitos entre as diferentes comunidades, não há racismo inverso (RIBEIRO, 2018, p. 75)

Sendo assim atribuir uma qualidade negativa ao fenótipo negro, como “cabelo ruim”, diz muito sobre o padrão de beleza racista imposto em nossa sociedade, sendo que a norma é branca, tudo que se difere é interpretado como negativo. Dessa forma, é de extrema importância com que as pessoas brancas entendam como funcionam os mecanismos que

o racismo opera, pois elas podem reproduzi-los pensando que não reproduzem, por terem um marido, esposa ou filhos negros sendo que amar alguém de um grupo minorizado não os tornam imunes ao racismo, contudo, deve-se entender as condições do outro para que assim possa realizar ações de combate nas opressões as quais a pessoa amada vivencia, questionando as próprias ações no lugar de usar a pessoa amada como escudo (RIBEIRO, 2019).

Segundo Ribeiro (2018), quando feministas e militantes da luta antirracista se deparam como profissionais que as entrevistam e, quando elas começam a falar sobre as desigualdades existentes da violência as quais as mulheres e a população negra estão submetidas, acabam enfrentando opiniões infundadas sem embasamento em pesquisas e estudos feitos no Brasil para demonstrar o mapa da violência, simplesmente a pessoa diz que não é bem assim. Quando as mesmas pacientemente argumentam e mostram dados os profissionais partem para a grosseria e elas acabam sendo chamadas de feminazis, coitadinhas e vitimistas. Tudo isso por apenas falar sobre fatores sociais.

Para efetivar esta análise, utilizou-se como metodologia a pesquisa de campo com abordagem quanti-qualitativa e ocorreu na comunidade Quilombola Cedro em Mineiros-GO. Outro recurso metodológico da pesquisa as mulheres participantes responderam ao questionário semiestruturado, Inventário de Habilidades Sociais (IHS 2) e a Escala de autoestima de Rosenberg (RSES). Sendo o intuito dessa pesquisa avaliar as interferências que uma sociedade externa à comunidade pode trazer de impactos para autoestima das mulheres afrodescendentes que fazem parte da Comunidade Quilombola - Cedro da cidade de Mineiros-Go. Neste sentido, este estudo tem por objetivo verificar como as interações sociais externas ao quilombo pode interferir na autoestima da mulher afrodescendente.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem quanti-qualitativa e ocorreu na comunidade Quilombola Cedro em Mineiros-GO. Inicialmente, mulheres afrodescendentes vinculadas a esta comunidade, foram convidadas a participar de uma breve apresentação deste estudo. As que concordaram em participar da pesquisa realizaram o preenchimento dos questionários e escalas, sendo assim contabilizando 46 participantes que se enquadraram nos critérios da pesquisa.

O perfil das participantes foram apenas mulheres afrodescendentes que fazem parte da comunidade quilombola Cedro de Mineiros-Go, com idade entre 18 aos 59 anos.

As que concordaram em participar responderam ao questionário semiestruturado, Inventário de Habilidades Sociais (IHS 2), que teve como objetivo avaliar as características e o desempenho social em diferentes situações (trabalho, escola, família, cotidiano), e a Escala de autoestima de Rosenberg (RSES).

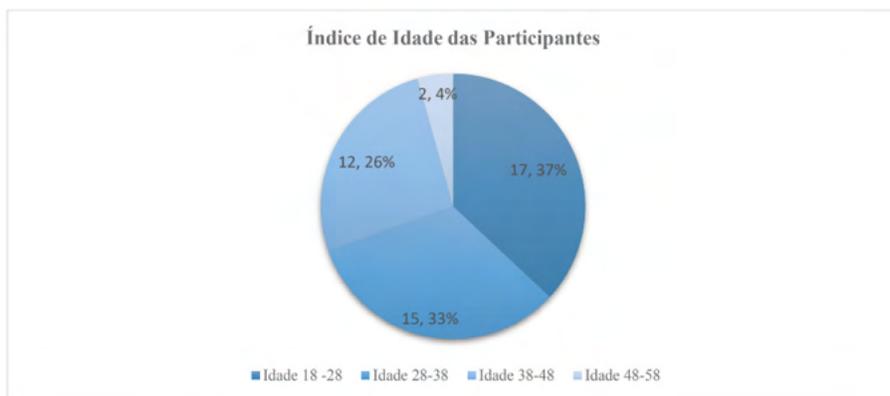
Os questionários e escalas foram mensurados e posteriormente tabulados em

pacote OFICCE EXCEL. Seguindo a diretriz da resolução 466/2012 do CNS, o estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa UNIFUNEC, sob o parecer 4.876.048.

As respostas discursivas do questionário foram avaliadas individualmente fazendo a correlação dos resultados com as respostas das escalas e inventários e análise das respostas do questionário.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Referente ao questionário demográfico foram coletadas as seguintes informações: estado civil, escolaridade, onde residem atualmente, vínculo profissional especificando o tipo de atividade que elas exercem para que assim, posteriormente, seja feita a análise global dos itens.



FONTE: própria – 2021.

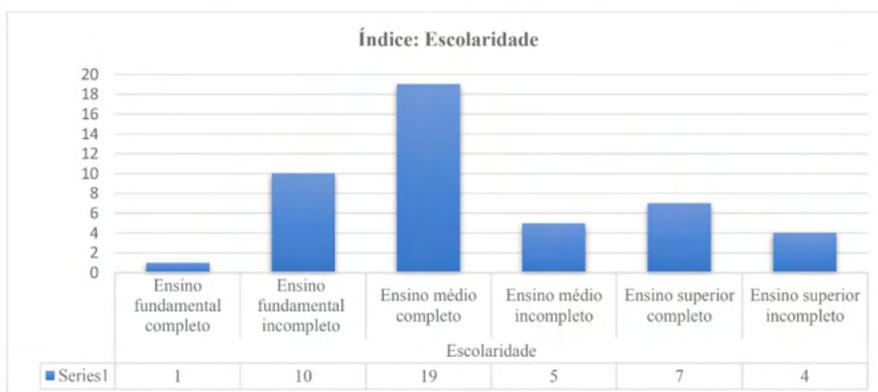
O questionário teve como objetivo obter dados demográficos das mulheres pesquisadas onde a primeira abordagem foi referente a faixa etária e obteve o seguinte resultado: Das entrevistadas, 17 mulheres se enquadram na faixa etária de 18 a 28 anos, 15 se encaixaram na faixa etária de 28 a 38 anos e 12 estavam na faixa etária entre 30 a 48 anos e 2 das participantes entre 48 a 58 anos, demonstrando assim que a maioria das pesquisadas são mulheres jovens.



FONTE: própria – 2021.

Quanto a tabulação dos dados referentes ao estado civil foi possível perceber que as mulheres afrodescendentes pesquisadas o maior índice foi de 32 mulheres solteiras e apenas 10 casadas e 3 viúvas.

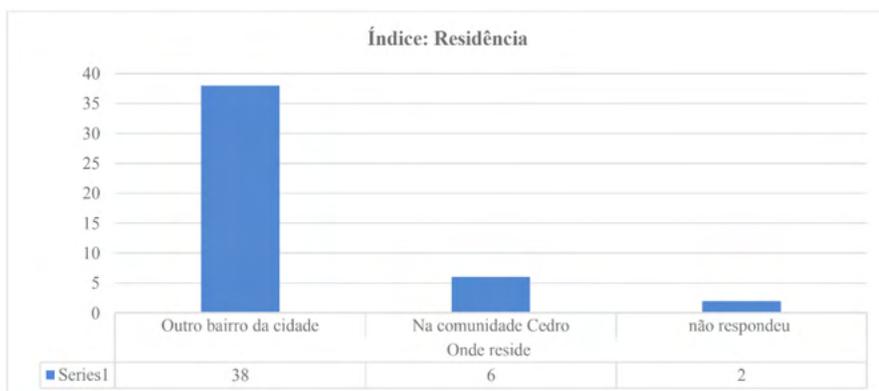
Com referência a esse índice podemos citar a fala da autora Assis (2018), a qual revela que um dos motivos referentes a solidão da mulher negra está muito vinculado aos padrões de beleza, sendo o padrão de beleza branco e os traços negroides ainda muito estigmatizado, faz com que mesmo que as mulheres negras tenham um relacionamento afetivo, os seus parceiros não assumem um relacionamento sério com elas e, muitas vezes, hesitam em surgir publicamente com uma mulher branca.



FONTE: própria – 2021.

Posteriormente procurou-se verificar a escolaridade das mulheres da comunidade Quilombola Cedro e obteve o resultado a seguir: o maior índice é de mulheres com o ensino médio completo contemplando 19 participantes enquanto 10 mulheres estão com o Ensino

Fundamental Completo e 1 incompleto, quando se volta o olhar para o Ensino superior apenas 7 mulheres concluíram e 4 não finalizaram a graduação. Podendo assim observar que entre as participantes não teve índice de analfabetismo.

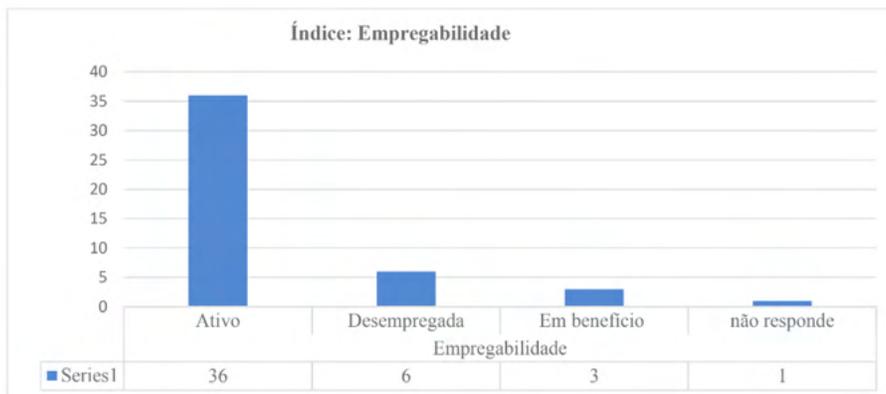


FONTE: própria – 2021.

Conforme os dados acima, apenas 6 mulheres residem na comunidade quilombola e as outras 38 mulheres moram em outros bairros da cidade, sendo que 2 participantes não responderam a essa pergunta. Demonstrado assim que a maior parte das pesquisadas não residem na comunidade Cedro.

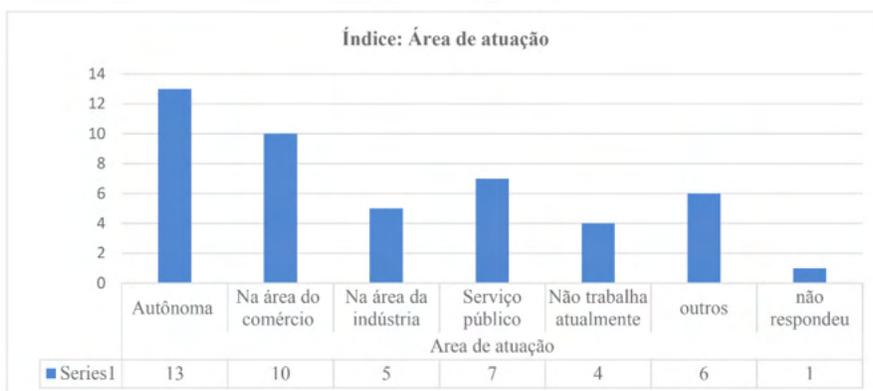
Importante compreender a expansão urbana sobre o quilombo e as implicações da modernidade no modo de vida tipicamente tradicional, conforme ressalta a autora Bentes (2018). O enfoque principal está relacionado às mudanças ocorridas no território e no modo de vida, analisando o processo de urbanização como elemento que contribuiu para ocasionar as perdas materiais e imateriais desses sujeitos.

Sendo assim, a autora acima citada destaca que a expansão urbana sobre o quilombo e as implicações da modernidade no modo de vida tipicamente tradicional, alterou as formas de ocupação e formação dos quilombos, assim como a organização espacial e as reações de vizinhança, solidariedade e compadrio.



FONTE: própria – 2021.

E referente a empregabilidade das participantes pesquisadas, 36 mulheres atualmente estão trabalhando e apenas 6 estão desempregadas, sendo 3 em benefício e 2 participantes não responderam a esta pergunta.



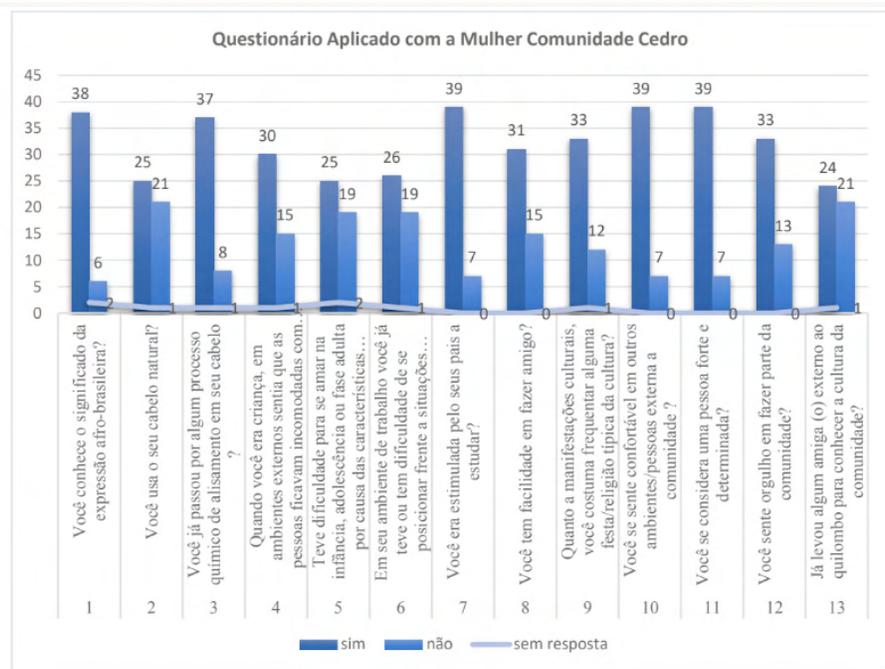
FONTE: própria – 2021.

Contudo, pode-se perceber que o maior índice de área de atuação entre as mulheres foi a de trabalho autônomo com 13 mulheres e 10 trabalham na área do comércio. Sendo apenas 7 mulheres trabalhando no serviço público, 5 mulheres na área da indústria e 4 mulheres não trabalham atualmente e outras 6 mulheres responderam outros, significando trabalhar em outros trabalhos não mencionados nas opções descritas no questionário.

Pesquisas referem que a mulher negra atualmente ocupa cargos inferiores, sendo explicitamente desvantajosa sua participação no mercado de trabalho, e quando consegue ocupar um cargo superior ainda enfrenta o preconceito racial, como demonstra o trecho de Bento (1995):

Há décadas a mulher negra vem sendo apontada como aquela que experimenta a maior precariedade no mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, os estudos que aprofundaram a perspectiva de gênero raramente levam em consideração a variável cor.

Após a avaliação da parte do questionário que buscou avaliar os quesitos sócios demográficos, buscamos entender alguns aspectos que a mulher afrodescendente vivenciou de situações de preconceitos e interferências sociais que elas sofreram ao decorrer de suas vidas, com as seguintes perguntas conforme demonstrado nos gráficos a seguir:



FONTE: própria – 2021.

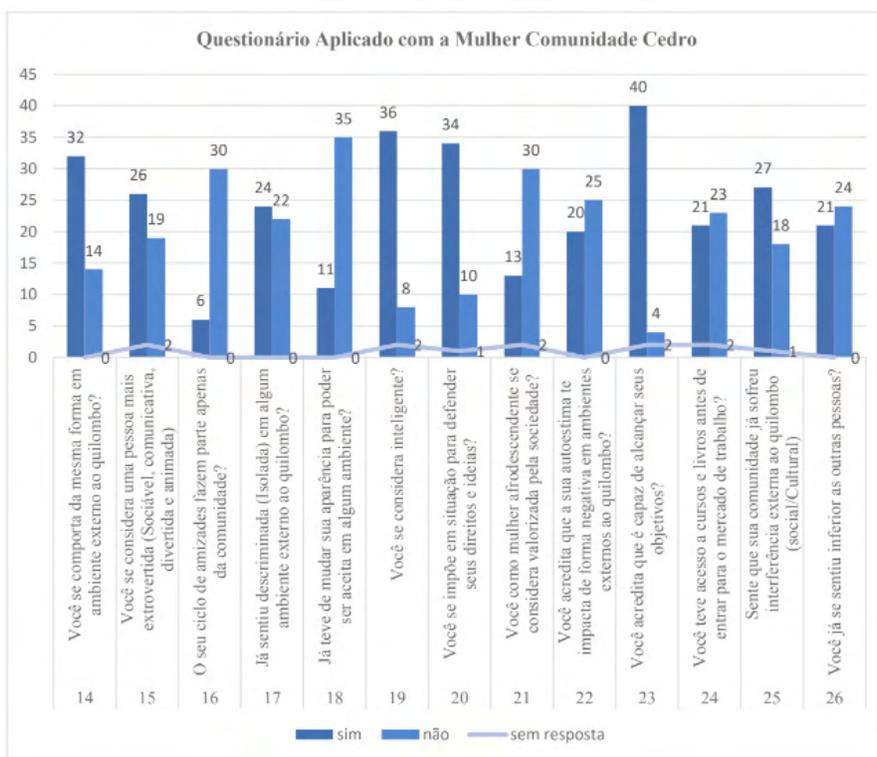
As participantes demonstraram ter conhecimento do significado da expressão afro-brasileira com um índice de 38 mulheres e um indicador de 6 demonstraram não ter conhecimento de tal terminologia.

Foram também questionadas quanto a usar o seu cabelo natural, evidenciando que 25 participantes relataram usar o cabelo natural e 21 não usam cabelo natural. Contudo o cabelo crespo é essencialmente uma expressão da identidade negra que sofreu e sofre com o preconceito racial, que pode levar os indivíduos à recusa de suas raízes crespas, indo à busca da estrutura capilar similar à de seus opressores. Desta forma, a estética eurocêntrica se torna uma arma de opressão sobre os corpos e os cabelos crespas da mulher negra, que tenta se enquadrar ao padrão de estética branca, sem perceber o quanto

foi influenciada, ao considerarem o cabelo crespo como ruim, sujo e duro (QUEIROZ, 2019).

E quando perguntadas se já passaram por algum tipo de procedimento químico de alisamento em seu cabelo, 37 mulheres afirmaram que já realizaram alguma forma de procedimento químico e 8 nunca fizeram nenhum tipo de procedimento e apenas uma participante não respondeu a esta pergunta. Ao observar uma pesquisa realizada pelo autor Queiroz (2019) a primeira variável qualitativa, a pergunta é se a mulher sempre utilizou o cabelo naturalmente crespo/cacheado, e 80% das mulheres responderam que não, ou seja, isso significa que em alguma vez de sua vida essa mulher já relaxou, alisou ou fez algum procedimento químico que mudasse a sua estrutura capilar.

E ao responderem a questão: “Em seu ambiente de trabalho você já teve ou tem dificuldade de se posicionar frente a situações negativas?”. Observa-se um indicador de 26 mulheres terem dificuldade de posicionar no seu ambiente de trabalho e 19 relataram não terem dificuldade. Pode-se afirmar que o mercado de trabalho brasileiro, em que pese a existência de mulheres negras, é influenciado pelas opressões intersectadas de raça, gênero e classe, pois elas não só ingressam menos no mercado de trabalho, mas ingressam em locais fixos, estereotipados e ainda mais explorados (BUENO, 2018).



FONTE: própria – 2021.

Pode-se observar a questão 26 do questionário a seguinte pergunta: Você já sentiu discriminada (Isolada) em algum ambiente externo ao quilombo? Nessa pergunta 22 participantes relataram não ter tido essa vivência e 24 relataram que já vivenciaram alguma forma de discriminação ou isolamento em ambientes externos ao quilombo. Destas somente 16 participantes evidenciaram as situações e os ambientes onde o fato ocorreu. Destacamos que 18 participantes não relataram ter vivenciado discriminação e 8 relataram ter vivenciado, mas não descreveram o ambiente e situação. Buscamos relatar as descrições conforme a escrita das participantes e relato no questionário, abaixo está descrito a evidência:

"Na rua em frente um bar quando eu minha irmã estava passando.... ouvir pretinhas putinhas gostei"

"Nas festas era motivo de chacota por conta de algumas características "

"quando cheguei na igreja fui maltratada devido a minha cor, está aconteceu há uns 10 anos atrás"

"Em todos os lugares nunca me sinto a vontade "

"Na escola muitas vezes, no comercio também, tive muita dificuldade para encontrar um trabalho."

"no meu trabalho e na igreja"

"Na escola meus colegas me chamavam de macaca eu ficava muito triste com esse apelido"

"Em várias situações em comercio e até mesmo na faculdade"

"Na igreja"

"em todo lugar"

"sim, fui discriminada por um professor no ensino médio"

"família"

"No comercio, fazendo compras percebi que estava sendo seguida pelo dono do estabelecimento, com receio que eu ia pegar algo."

"Comercio. "Entrei em uma loja para comprar uma sandalha, a atendente parou de me atender e foi atender uma família que chegou logo em seguida."

"Sim e sala de aula. Pelo fato de fala que eu sou da comunidade quilombola que só tem "negrinhos"

"Infância".

No que se refere a contextualização do preconceito Picazio, (1999), descreve o ato do preconceito como sendo um pré-julgamento, um sentimento ou resposta antecipado a coisas ou pessoas, desta forma não se baseia em experiências reais e para completar a ideia do autor anterior segue o trecho de uma outra obra:

O preconceito seria apenas a crença prévia (preconcebida) nas qualidades morais, intelectuais, físicas, psíquicas ou estéticas de alguém, baseada na ideia de raça. Como se vê o preconceito pode manifestar-se, seja de modo

verbal, reservado ou público, seja de modo comportamental, sendo que só nesse último caso é tido como discriminação (GUIMARÃES, 2004, p.18).

Na atual sociedade brasileira, mulheres continuam sendo vítimas de preconceitos em consequência da falta de tratamento igualitário. Apesar de terem conquistado espaços no âmbito institucional, ainda sofrem com as piores colocações no ambiente de trabalho (GROSSI, 2013). Um estudo feito por pesquisadores da Universidade do Texas mostra que pessoas que sofreram com discriminação estavam sujeitas a desenvolver alcoolismo e depressão. A discriminação para Sanz, (2017), tem impactos semelhantes à perda do emprego ou à morte de um ente querido.

Ao responderem à questão “Já teve de mudar sua aparência para poder ser aceita em algum ambiente?”. Observou-se que 11 relataram ter realizado mudança para serem aceitas em algum ambiente e destas, somente oito participantes relataram o ambiente que tiveram que realizar mudanças e 2 não identificaram o ambiente. Entretanto, 35 mulheres afirmaram não terem realizado mudança.

Segue o relato das participantes que relataram o ambiente:

“praia no shopping”

“quando comecei (escola) lá tive que alisar o cabelo”

“no trabalho ou em ambiente classe alta”

“escola”

“Percebo que você não tiver um cabelo liso o mundo não te aceita.”

“Foi dolorido não quero falar.”

“Para ter amigo”

“Meu marido”.

Porém quando elas foram questionadas através desta pergunta: “Você já se sentiu inferior as outras pessoas?” pode-se observar que 24 mulheres responderam não terem sentido inferior a outras pessoas, entretanto 21 participantes afirmaram que já se sentiram inferiores as outras pessoas. Quanto ao relato de vivência 15 participantes evidenciaram as situações e ambiente, outras 18 participantes não responderam e 6 responderam sim e não evidenciaram, sendo assim segue tais comentários descritos por elas na resposta da pergunta:

“trabalho, fui contratada para ser sacoleira, mas cheguei lá foi para (almoxarifado) “.

“Já se sentiu inferior por conta dos estudos, sobre bens materiais eu não ligo muito não. Meus familiares e minha mãe sempre me estimularam a estudar e eu não quis me sinto culpada”.

“em todos lugares citados”.

“ em tudo”.

“Muitas vezes, em tudo até em família mesmo. Um exemplo é quando eu vou

em algum lugar e percebo que tem apenas pessoas com mais condição do que eu”.

“quando levo uma criança no hospital você espera mais que as brancas e o convenio é o mesmo”.

“em sala de aula”.

“no comercio”.

“Em várias localidades, exemplo (entrevista), entre outros”.

“Trabalho, família, faculdade”.

“Não entendo muito, porque uns tem tanto outros tem nada”.

“Comercio local, ao ser deixado de lado por uma atendente”.

“Sim! Sim principalmente perante aos ‘pés da sociedade”.

“Grifou, sala de aula e comercio”.

“Em quase tudo”.

Segundo Kilomba, (2019), uma pessoa se torna diferente quando dizem para ela que ela difere daquela/es que têm o poder de se definir como “normal”. Geralmente a pessoa branca não se vê si mesmo como diferente, mas vê a pessoa negra como tal. Sendo que a diferença é habitualmente utilizada como uma marca para a invasão, uma violação para com os negros.

Sendo a pessoa negra assombrada por memórias e experiências que causaram uma dor desumanizante, uma dor da qual se tem pressa de fugir. O racismo cotidiano revela esse primeiro elemento do trauma quando alguém é inesperadamente agredido por evento violento que é experimentado como choque e persistem em assombrar o eu. Quando o negro denuncia o racismo, o sujeito branco regride a um comportamento imaturo com padrões infantis como ficar mal-humorado, irritado ou ofendido, utilizando como defesa para não lidar com tal informação, fazendo assim com que o sujeito branco se torne novamente a personagem central que precisa de atenção, enquanto o sujeito negro é colocado como secundário (KILOMBA, 2019).

Contudo na pergunta: “Sente que sua comunidade já sofreu interferência externa ao quilombo (social/Cultural)”, 27 depoentes responderam sim e destas, 14 evidenciaram as interferências que ocorreu na comunidade quilombola. E um total de 21 das pesquisadas relataram não ter sofrido interferência. Assim, quanto a resposta em aberto não responderam 15 participantes e 11 responderam sim, mas não relataram. E os demais participantes evidenciaram segue o relato de evidência das quatorze participantes.

“foi quando muitos acontecimentos que beneficiava os outros”.

“Demorou muito os quilombos ser visto, as coisas estão mudando, mudaram como está sendo vista”.

“Em todos os setores de uma sociedade externas”.

“Interferências políticas/ou conflito de interesses”.

"Em alguns eventos na cidade nossa comunidade tem espaço pra expressar".
"muda vida".
"no (cabelo) não podemos usar nossas vestimentas colocamos (peruca)".
"sim com a aproximação da cidade se perdeu a cultura do quilombo".
"acho que com a evolução foi mudando".
"As opiniões mudaram com a chegada de novas pessoas".
"com a espação de grupos, a comunidade foi perdendo sua identidade, ao ser introduzida pessoas fora do contexto cultural"
"Em tudo".
"Cultura".
"Vivemos um padrão branco".

Podendo perceber assim que a maioria das expoentes acreditam que a comunidade já sofreu algum tipo de interferência externa ao quilombo.

Dando continuidade à pesquisa, as entrevistadas foram abordadas com a seguinte pergunta: "Você gostaria de deixar alguma outra informação ou recado especial enquanto mulher negra?". Nessa questão a participante pode ficar à vontade para compartilhar algo que não tinha sido colocado no questionário para que assim elas pudessem trazer qualquer mensagem que elas acreditassem ser importante.

Segue as mensagens deixadas pelas participantes da pesquisa:

"Nas mulheres seria bem melhor para nós juntas adquirirmos mais coisas".
"Que mulher negra também sabe se amar... "
"Que todas mulheres se ame".
"não podemos esperar que o mundo melhor, para então sermos vistas".
"Nós mulheres Negras temos que nos dar e valorizar do jeito que somos "
"Aceite seu jeito de ser".
"igualdade".
"A mulher negra é linda e guerreira muito forte".
"eu gostava de trabalhar com as mulheres e (idosos) e adolescentes melhorar a autoestima e a solidão da mulher negra" .
"Se valoriza e se respeita! "
"As pessoas fazem muita diferença por causa da roupa e pele".
"Você é a menina dos olhos de Deus! "
"Tenham foco força e fé e que tudo dará certo".
"Ser mulher negra é muito difícil, somos resilientes desde nascidas, mulheres estudem, trabalhem, cresçam e sonhem também".
"Se ame do jeito que é".

“ Sim! A mulher negra querendo ou não sempre vai ser rejeitada pela sociedade pela cor da sua pele ou pelo seu estilo de cabelo aos poucos temos conquistado nosso espaço, mas ainda resta muita coisa para sermos respeitadas e reconhecidas pelo que somos”.

“ Temos que expor nossas opiniões sim, e fazer valer sempre nossos direitos na sociedade, mas para isso é preciso nos aceitar como somos mulher, negra. “

“ mulher independente de qualquer situação não abaixe sua cabeça a ninguém por causa de sua cor ou cultura”.

“ Vamos nós aceitar do jeito que somos”.

“ Um mundo igual”.

Através das mensagens deixadas pelas participantes, podemos observar mensagem de força e determinação, e uma consciência muito forte da importância das mulheres se apoiarem e, juntas, transformarem a sociedade em um lugar melhor para se viver, e com isso podemos perceber a importância da luta das feministas pela igualdade.

Segundo o autor Ludovico, (2018), o feminismo é um movimento que luta pela garantia da igualdade dos direitos sociais e políticos das mulheres. Devido a ele, surgiu a importância e relevância de criar algumas vertentes específicas para determinados grupos de mulheres, sendo uma delas o feminismo negro, que nasceu em virtude das discussões sobre as dimensões de gênero e raça (RIBEIRO, 2018).

Durante a segunda análise, verificou-se o Inventário de Habilidades Sociais (IHS-2) que é um instrumento de auto relato, permitindo caracterizar o desempenho social em diferentes situações (trabalho, escola, família, cotidiano). Sendo que as habilidades sociais são os “comportamentos sociais valorizados em determinada cultura que aumentam a probabilidade de resultados favoráveis para o indivíduo, seu grupo e comunidade e podem contribuir para um desempenho socialmente competente e, tarefas interpessoais” (A Del Prette, & Del Pretti, 2017).

As habilidades sociais são relacionadas como sendo situacionais, culturais e aprendidas. Conforme A Del Prette, & Del Pretti (2017) conceituando as habilidades sociais são situacionais, ou seja, uma pessoa pode apresentar uma classe de habilidades sociais em uma situação, porém em outras não. Sendo importante identificar as habilidades sociais que o indivíduo apresenta como recurso mais generalizado e as habilidades que se apresentam como deficitárias em situações específicas, ou de forma mais generalizada, para uma compreensão do seu funcionamento psicossocial e para um diagnóstico funcional que possa informar eventuais intervenções. Já as culturais, os comportamentos que contribuem para a competência social dependem dos valores e normas da cultura, embora se possa (e se deva) reconhecer que existem alguns valores universais como o direito à vida, à dignidade e à igualdade perante a lei. Quando uma pessoa ou grupo de pessoas infringe direitos interpessoais, estabelece-se uma demanda para o exercício das habilidades assertivas, seja em termos de defesa de direitos ou de reivindicação do

equilíbrio nas relações interpessoais ou entre categorias amplas.

O autor acima citado destaca que as habilidades sociais são aprendidas, comumente de forma assistemática, nas relações interpessoais e na família, na vizinhança, na escola, no trabalho com os demais. Importante ressaltar que essa aquisição não ocorre de forma natural, as habilidades sociais podem ser ensinadas de forma sistemática, por meio de programas de treinamentos de habilidades sociais, terapêuticos ou preventivos.

Com base nestas descrições do autor os dados obtidos da aplicação do IHS 2 realizadas nas mulheres afrodescendentes pertencentes da Comunidade Quilombola Cedro demonstraram os seguintes dados:



FONTE: própria – 2021.

Com análise dos gráficos podemos perceber que o escore geral maior foi o repertório inferior de habilidades sociais sendo este o indicativo de déficit e necessidade de treinamento de habilidades sociais, especialmente nas subescalas e itens mais críticos para ajustamento pessoal e profissional, sendo que o menor escore geral foi o de repertório elaborado de Habilidades Sociais que é indicativo de recursos interpessoais bastante satisfatórios.

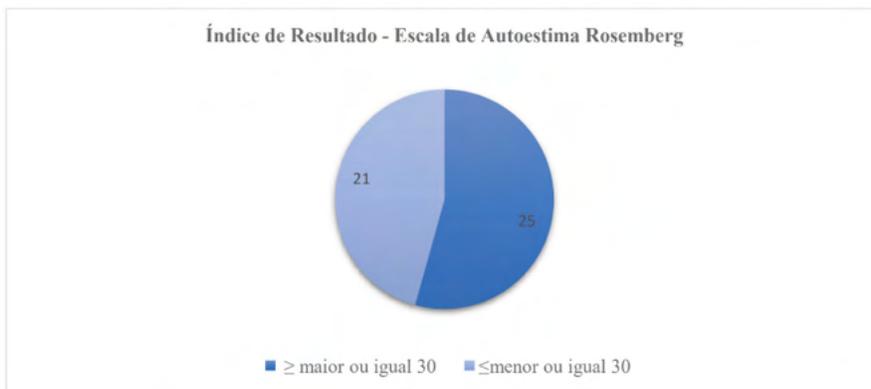
Apuração do Fator					
	F 1	F2	F3	F4	F5
Fator	Conversação assertiva	Abordagem afetivo-sexual	Expressão de sentimentos positivos	Autocontrole e enfrentamento	Desenvoltura social
Alto	18	15	6	10	1
Baixo	11	7	25	14	8

FONTE: própria – 2021.

Dentre os itens de cada fator analisado na pesquisa o que apresentou maior índice positivo foi o fator de conversação assertiva, sendo esta a habilidade de autoconfiança em situações de enfrentamento com risco potencial de reação indesejável por parte do interlocutor (possibilidade de rejeição, de réplica ou de oposição), como as de iniciar, manter e encerrar conversação, lidar com críticas e elogios, abordar autoridade, fazer perguntas e pedir favores a desconhecidos, negociar uso de preservativo, que podem requerer, iniciar e manter conversação, falar em público, expressar desagrado e pedir mudanças de comportamento.

E o fator com maior necessidade de desenvolver a habilidade foi a expressão de sentimentos positivos, que é a Habilidade para expressar e lidar com demandas de expressão de afeto positivo diante de familiares e outros, incluindo fazer e agradecer elogios, expressar afeto e amor, conversar com desconhecidos e mesmo lidar com críticas justas e defender outros grupos.

E por último, foi analisado a Escala de Autoestima de Rosenberg, a qual implica sentimento de valor, englobando um componente predominante afetivo, expresso em uma atitude de aprovação e desaprovação em relação a si mesmo. Partindo desta concepção, o instrumento é composto por 10 questões com conteúdos referentes aos sentimentos de respeito e de aceitação de si mesmo, sendo que a pontuação necessária para apresentar uma autoestima satisfatória é definida com o escore maior ou igual a 30 (VISCARD; CORREIA, 2017).



FONTE: própria – 2021.

Diante do que está exposto no gráfico, ficou evidenciado que entre a maioria das pesquisadas, 25 demonstraram ter uma autoestima alta, assim como Morais (2016) descreve em seu estudo, que as mulheres afrodescendentes têm aumentado a autoestima, pois passaram a se aceitar e a se conhecer, sendo por suas lutas, ou através de maior representatividade. Carvalho (2015), também concorda que para se possuir autoestima a

mulher afrodescendente precisa se reconhecer primeiramente, pois cabe a esta mulher se achar bonita, suficiente, forte, para que a autoestima se mantenha.

Souza e Araújo (2014), demonstraram em seu estudo que a autoestima das mulheres afrodescendentes está em ascensão, mas ainda está longe do que se considera aceitável, o que não contraria o que foi observado neste estudo, pois mesmo que a maioria tenha tido o resultado de autoestima alta, a diferença não foi muito grande, o que nos indica que ainda deve se ter mudanças, para que estas mulheres se aceitem e melhorem a autoestima.

4 | CONCLUSÃO

Contudo, pode-se perceber que as mulheres da comunidade quilombola apresentam autoestima satisfatória, porém com um indicativo de déficit em suas habilidades sociais do inventário IHS 2, sendo este um indicador da necessidade de reflexão sobre a importância dessas mulheres se sentirem confortáveis e confiantes perante a ambientes sociais, mesmo que elas reconheçam suas qualidades e pontos positivos elas não conseguem ainda assim ter um bom repertório social.

O indicador de Habilidades Sociais mostra a importância da avaliação e da promoção do desempenho interpessoal. As pessoas socialmente competentes nestas habilidades apresentam relações pessoais e profissionais mais produtivas, satisfatórias e duradouras, além de melhor saúde física e mental (RODRÍGUEZ, RUBIO & EXPÓSITO, 1995).

Dentre os itens de cada fator analisado na pesquisa, o que apresentou o melhor fator foi o de conversação assertiva, sendo esta uma habilidade de autoconfiança, e o fator o qual deve ser desenvolvido foi o de expressão de sentimentos positivos, que é a habilidade para expressar e lidar com demandas de expressão de afeto positivo diante de familiares e outros, incluindo fazer e agradecer elogios, expressar afeto e amor, conversar com desconhecidos e mesmo lidar com críticas justas e defender outros grupos.

Além dos contextos específicos, a relação direta entre habilidades sociais e saúde ou qualidade de vida, associada a sua relação inversa com transtornos psicológicos e outros problemas de funcionamento psicossocial trazem a tona a importância da avaliação (e a promoção) de habilidades sociais em contextos de atendimento terapêutico e preventivo. Já as consequências negativas da baixa competência social, podem constituir em sintomas de transtornos psicológicos, sendo eles: delinquência juvenil, desajustamento escolar e problemas conjugais, além de síndromes clínicas como depressão, pânico social e esquizofrenia e outros transtornos mentais, bem como problemas de comunicação e inadequação social associados a problemas psicológicos e psiquiátricos, como fobia social, timidez, isolamento social, ansiedade social e transtornos de espectro autista em geral (BRAZ, TEIXEIRA, & DEL PRETTE, 2018).

Constatou-se no questionário aplicado nas mulheres da comunidade Cedro o que as mulheres pesquisadas já sofreram com algum impacto do preconceito racial em

algum momento de sua vida, ocasionados pelo racismo estruturado de nossa sociedade em ambientes diversos como demonstrado através dos relatos das participantes nos questionários sendo eles: na rua, comércio, escola, trabalho e ambiente familiar.

O racismo cotidiano não é um evento isolado, mas sim um acúmulo de episódios que desencadeia os traumas de uma história colonial coletiva. Entretanto o trauma de ter sido atacada pelo racismo se torna uma possessão, que assombra o sujeito e interrompe, repetidamente, seu senso normal de previsibilidade e segurança. Viver o racismo é tão excessivo e intolerável para a organização psíquica, que a violência do racismo assombra o sujeito negro de maneiras que outros eventos não o fazem (KILOMBA, 2019).

Os eventos traumáticos envoltos do preconceito racial que as mulheres afrodescendentes da comunidade quilombola Cedro já vivenciaram em algum momento de sua vida, fez com que elas criassem barreiras internas em relação aos outros, como demonstra o IHS2 e com uma avaliação positiva de si faz com que elas tragam relatos de força e determinação no questionário, para que assim elas consigam se fortalecer perante uma sociedade que muitas vezes as trataram com desigualdade e com preconceito racial.

Segundo as análises feitas, pode-se concluir que os contextos externos a comunidade quilombola Cedro de Mineiros-GO, interfere em como a mulher afrodescendente se comporta frente a ambientes sociais. Entretanto ao olhar para autoestima das mulheres pode-se perceber que a maioria delas estão com uma autoestima/autoavaliação positiva sobre si, sendo esse um indicativo muito importante, pois mesmo que as mulheres da comunidade se autoavaliem positivamente, elas não conseguem ter uma boa relação com os contextos externos a comunidade, trazendo assim alguns prejuízos para sua vida. E pode-se observar também que durante a coleta dos dados as mulheres afrodescendentes não utilizavam itens de referências a sua cultura como roupas típicas, turbante. E poucas participantes estavam com o uso de seu cabelo natural solto e algumas usavam perucas (cabelo liso) e outras cabelo sintético trançado com linha.

Entretanto, a maioria das mulheres pesquisadas já se sentiu pressionadas a passar por processos químicos de alisamento em seu cabelo, sendo essa uma forma de controle e apagamento dos chamados “sinais repulsivos” da negritude, contudo as mulheres pesquisadas a maioria estão utilizando seu cabelo natural. Este diferencial nos mostra o quanto a mulher negra, ao usar seu cabelo natural, traz sinais de independência e descolonização em relação às normas brancas, sendo este, um fator de perturbação para o sujeito branco (KILOMBA, 2019).

Com referência a esses resultados, foi realizado a proposta da intervenção grupal com as mulheres da comunidade Cedro, em conjunto com os alunos de psicologia de uma instituição de Ensino Superior, a serem trabalhados temas como empoderamento feminino negro, autoestima entre outros temas.

E para finalizarmos a análise desse estudo reforçando as respostas dadas pelas mulheres afrodescendentes da comunidade quilombola Cedro de Mineiros-GO, quando

questionadas se gostariam de deixar algum recado especial enquanto mulher negra: “*Nos mulheres seria bem melhor para nós juntas adquirirmos mais coisas*”. “*Que mulher negra também sabe se amar...*”, “*Que todas mulheres se ame*”, “*não podemos esperar que o mundo melhor, para então sermos vistas*”. “*Nós mulheres Negras temos que nos dar e valorizar do jeito que somos*”, “*Aceite seu jeito de ser*”. “*A mulher negra é linda e guerreira muito forte*”, “*eu gostava de trabalhar com as mulheres e (idosos) e adolescentes melhorar a autoestima e a solidão da mulher negra*”, “*Se valoriza e se respeita!*”, “*Ser mulher negra é muito difícil, somos resilientes desde nascidas, mulheres estudem, trabalhem, cresçam e sonhem também*”, “*Se ame do jeito que é*”. “*Temos que expor nossas opiniões sim, e fazer valer sempre nossos direitos na sociedade, mas para isso é preciso nos aceitar como somos mulher, negra.*”.

Através destes relatos, pode-se perceber que mesmo com as interferências sociais externas, as mulheres afrodescendentes da comunidade Cedro buscam quebrar estereótipos e se fortalecerem dentro de sua cultura e tentam aceitar suas características.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, SÍLVIO. **RACISMO ESTRUTURAL: FEMINISMOS PLURAIS**. São Paulo: JANDAÍRA, 2021. 264 p.

ASSIS, Camila Vieira da Silva de. MULHERES NEGRAS, OPRESSÕES, FEMINISMO NEGRO E ENTRETENIMENTO. **VI SEMINÁRIO CENTROS CRISE E MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL DESAFIOS PARA A CLASSE TRABALHADORA**, [S. l.], p. 2-11, 24 ago. 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51242-15072018-114301.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

BENTO, MARIA APARECIDA SILVA. BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL. In: CARONE, IRAY (org.). **PSICOLOGIA SOCIAL DO RACISMO: ESTUDO SOBRE BRANQUITUDE E BRANQUEAMENTO NO BRASIL**. 6. ed. PETRÓPOLIS-RJ: VOZES, 2014. cap. 2, p. 25-57.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **A mulher negra no mercado de trabalho**. Revista Estudos Feministas, v.3, n. 2, p.479-488, 1995. Disponível em: [Doi:https://doi.org/10.1590/%25x](https://doi.org/10.1590/%25x). Acesso em: 05 de outubro 2021.

BENTES, Sílvia Rejane Souza. A relação campo cidade sobre uma análise do território quilombola a partir da comunidade remanescente da Lagoa dos Índios. In: VII SEMANA DE ARQUITETURA E URBANISMO, MOBILIDADE URBANA E SESTENTABILIDADE: POR ONDE TU ANDAS?, 2018, MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL. **MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE** [...]. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: https://www2.unifap.br/arquitetura/files/2018/10/Silvia-Bentes_VII-SAU.pdf. Acesso em: 1 nov. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Lex: Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp >. Acesso em: 26/02/2021.

BUENO, Winnie. Mulheres negras e trabalho – considerações a partir do pensamento de Patrícia Hill Collins. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@winniebueno/mulheres-negras-e-trabalho-considera%C3%A7%C3%B5es-a-partir-do-pensamento-de-patricia-hill-collins-pt1-1d90e14caded>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

CARVALHO, E.P. **A identidade da mulher negra através do cabelo**. 2015. Monografia especialização em Educação para as Relações Étnico-raciais. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP Satepsi - Lista Dos Testes Aprovados. Disponível em: <https://satepsi.cfp.org.br/testesFavoraveis.cfm>. Acesso em: 01/12/2020

CUNHA JÚNIOR, H. A. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. **Revista espaço acadêmico**, nº129, fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14999/8667>. Acesso em: 02/03/2021.

FIGUEIREDO, N. O. S. Mídia, cultura e identidade: fragmentos de um olhar. **Revista Momento**, v.4, n.2, jul.-dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/user/AppData/Local/Temp/Dialnet-MidiaCulturaEIdentidade-4798967.pdf>. Acesso em: 02/03/2021.

GROSSI, Míriam Pillar; SCHENDEILWEIN, Izabela Liz; MASSA, Jimena Maria. **Discriminação tem gênero no Brasil**. GV-executivo, v. 12, n. 1, jan.-jun. 2013. Disponível em: <https://rae.fgv.br/gv-executivo/vol12-num1-2013/discriminacao-tem-genero-no-brasil>. Acesso em: 14 outubro 2020.

JÚLIO, A.L. Por uma visão psicossocial da autoestima de negros e negras. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, RS, v. 24, n. 62, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/nep/article/viewFile/79/159> Acesso em; 02/04/2021.

KILOMBA, Granda *et al.* **Memórias da plantação**: Episódio de Racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.

LUDOVICO, Tânia. **A diferença entre o empoderamento feminino e o feminismo**. 2018. Disponível em: <https://aempreendedorora.com.br/a-diferenca-entre-o-empoderamento-feminino-e-o-feminismo/>. Acesso em: 14 outubro de 2021.

MOURA, Glória. Educação Quilomba. **TV ESCOLA /SALTO PARA O FUTURO**, RIO DE JANEIRO (RJ), ano 2007, p. 02-41, 10 jun. 2007. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MORAIS, N.C.P. **A importância da autoestima na vida da mulher afrodescendente**. 2016. Tese Doutorado em Ciências da Educação. Universidade Interamericana – políticas públicas, 2016.

PRETTE, Zilda A. P. Del; PRETTE, Almir Del. **INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS 2: MANUAL DE APLICAÇÃO, APURAÇÃO E INTERPRETAÇÃO**. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2018. 120 p.

PICAZIO, Cláudio. Sexo secreto: **Temas polêmicos da sexualidade**. São Paulo: Edições GLS, 1999.

QUEIRÓZ, Rafeale Cristina de Souza. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. **Cadernos de gênero e tecnologia**, [s. l.], v. 12, n. 40, p. 212-229, 15 nov. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/55649/Downloads/9475-37735-1-PB.pdf>. Acesso em: 8 out. 2021.

RIBEIRO, DJAMILA. **Quem tem medo do feminismo negro**. São Paulo: SCHWARCZ S.A, 2018.

RIBEIRO, DJAMILA. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Schwarcz S.A, 2019.

ROSÁRIO, T. S. A contribuição das youtubers e blogueiras negras à autoestima de mulheres negras. São Francisco do Conde: UNILAB, 2019. 20 p. – Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1752/1/2019_proj_thaisrosario.pdf> Acesso em 30/02/2021.

SANZ, Beatriz. **Racismo não dá descanso e impacta a saúde e o trabalho dos negros no Brasil**. EL PAÍS. 20 nov. 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/17/politica/1510954056_774052.html> Acesso em: 10 de outubro de 2021.

SOUZA, P.B; ARAÚJO, K.A. **A mulher quilombola: da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas**. Florianópolis, 20p. 2014.

VISCARD, Adriana Aparecida da Fonseca; CORREIA, Priscila Mari dos Santos. Questionários de avaliação da autoestima e/ou da autoimagem: vantagens e desvantagens na utilização com idosos. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 261-280, 15 nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/5845/4574>. Acesso em: 5 out. 2021.

CAPÍTULO 10

LAZER COM REFUGIADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (SOCIALIZAÇÃO EM UMA NOVA ETAPA DA VIDA)

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 31/10/2021

Bárbara Cardoso da Costa Santos

EACH – USP (Universidade de São Paulo)
Mestranda em Estudos Culturais
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/5970664899001163>
Orcid: 0000-0002-0211-6627

Madalena Pedroso Aulicino

EACH – USP (Universidade de São Paulo) Dra.
Professora na EACH USP
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/7851122716655864>
Orcid: 0000-0002-8236-7142

RESUMO: Este artigo trata a vida de refugiados cujas nacionalidades são: Sírio, Congolês, Beninense, Boliviana, Marfinense e Cubano em uma nova sociedade e que vivem no Brasil há alguns anos, vistos pela vertente da inserção por meio do lazer. A partir disso busca dificuldades encontradas para se ter acesso aos equipamentos e espaços de lazer, dificuldade de informações, e os passeios planejados pelas ONG's (Abraço Cultural e Compassiva) que são duas ONG's que trabalham com refugiados na Cidade de São Paulo, e ajudam os refugiados, se estabelecerem no País e, mais do que isso proporcionam atividades de lazer para todos eles. A metodologia deste trabalho recorreu a entrevistas, e observação em atividades de lazer com os refugiados: como passeios em museus

na Cidade de São Paulo, oficina gastronômica na Universidade EACH-USP, e entrevistas que foram aplicadas com seis refugiados sendo três do Abraço Cultural, e três do Compassiva. Dentre as hipóteses avaliadas duas foram totalmente negadas e uma delas afirmada; a primeira era saber se os refugiados encontram dificuldades em encontrar informações sobre atividades de lazer oferecidas na Cidade de São Paulo, o que foi negado, visto que os entrevistados disseram não encontrar dificuldades; já na segunda hipótese procurou-se saber se os refugiados já se sentiram mal acolhidos nos equipamentos e espaços de lazer, o que foi negado, porque os entrevistados nunca passaram por essa situação. Na última hipótese que era em relação se os refugiados se sentem seguros quando as atividades de lazer são preparadas pelas Organizações Não Governamentais como Abraço Cultural e Compassiva, essa foi afirmada, tendo em vista resultados das entrevistas porque todos os refugiados entrevistados se sentem mais seguros e felizes em fazer os passeios com as ONG's.

PALAVRAS-CHAVE: Refugiados. Lazer. Cultura. Deslocamento. Reintegração social.

LEISURE WITH REFUGEES IN THE CITY OF SÃO PAULO (SOCIALIZATION IN A NEW STAGE IN LIFE)

ABSTRACT: This article deals with the lives of refugees whose nationalities are: Syrian, Congolese, Beninense, Bolivian, Ivorian and Cuban in a new society and who have lived in Brazil for some years, seen from the perspective of insertion through leisure. From this, it seeks

difficulties to have access to leisure facilities and spaces, difficulty in obtaining information, and outings planned by NGOs (Cultural and Compassionate Hug) which are two NGOs that work with refugees in the city of São Paulo, and help refugees refugees, settle in the country and, more than that, provide leisure activities for all of them. The methodology of this work used interviews, and observation of leisure activities with refugees: such as tours of museums in the city of São Paulo, gastronomic workshop at EACH-USP University, and interviews that were applied with six refugees, three from Abraço Cultural, and three from Compassionate. Among the evaluated hypotheses, two were totally denied and one of them affirmed; the first was to know whether refugees find it difficult to find information about leisure activities offered in the city of São Paulo, which was denied, as the interviewees said they did not find it difficult; in the second hypothesis, we tried to find out if the refugees already felt unwelcome in the equipment and leisure spaces, which was denied, because the interviewees never went through this situation. In the last hypothesis, which was in relation to whether refugees feel safe when leisure activities are prepared by Non-Governmental Organizations such as Cultural and Compassionate Embrace, this was affirmed, in view of the interview results, because all interviewed refugees feel safer and happy to take the tours with the NGOs.

KEYWORDS: Refugees. Leisure. Culture. Displacement. Social reintegration.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema apresentar um estudo sobre o lazer e a vida de refugiados acolhidos em Organizações Não Governamentais, que atuam no Município de São Paulo sendo o “Abraço Cultural” e a “Compassiva” que são duas ONG’s que trabalham com refugiados onde o intuito das duas é ter uma troca de experiências diante das culturas que os refugiados podem oferecer, e ter a valorização cultural dentro da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito a práticas de lazer. E a importância deste trabalho está em retratar essa situação e ligação entre os refugiados das ONG’s Abraço Cultural e Compassiva com o lazer na Cidade de São Paulo.

O lazer pode ser uma forma de reintegração dos refugiados na Cidade de São Paulo. Tendo-se como princípio a experiência que o lazer proporciona, ou seja, a partir de experiências com novas atividades, e como afirma Kant (2003) que não há dúvidas que todo conhecimento principia da experiência entre o contato com novidades, e o lazer é um campo que abrange essa vivência do ser humano.

Diante desses pontos já citados partimos então para o objetivo geral da pesquisa, que é identificar a relação entre o lazer e refugiados em Organizações não governamentais como (Abraço Cultural e Compassiva), tendo como base atividades de lazer que são feitas no projeto PUB (Projeto Unificado de Bolsas) que é um projeto de cultura e extensão da Universidade de São Paulo que existe para os alunos de graduação serem bolsistas, podendo assim estudar sobre um determinado assunto e ter um contato entre dois lados o acadêmico e o externo, no caso o projeto sobre mobilidade e diásporas.

A pesquisa consiste em estudar sobre o assunto refugiados, e criar atividades de

lazer para que se sintam inseridos na Cidade; e o intuito é ter parceiros que tenham esse vínculo com refugiados. É então aí que entram as duas ONG's já citadas acima, onde criamos projetos que motivem o contato de refugiados das duas ONG's com atividades de lazer. O problema principal da pesquisa é identificar se existe relação entre o lazer e os refugiados em suas atividades cotidianas. Mas para realizar o estudo e pesquisa estabeleceu-se como hipóteses que os refugiados encontram dificuldades em encontrar informações sobre atividades de lazer oferecidas na Cidade de São Paulo, e que refugiados se sentem mal acolhidos em espaços/equipamentos de lazer, e por último que refugiados se sentem seguros quando as atividades de lazer são preparadas pelas Organizações Não Governamentais como Abraço Cultural e Compassiva.

A metodologia usada foi a entrevista temática sobre o tema do trabalho, e a observação direta e participante em atividades de lazer como, por exemplo, em passeios em museus na Cidade de São Paulo, em oficina gastronômica na Universidade EACH-USP, com caderno de campo e fotos. As entrevistas foram feitas com seis refugiados sendo três do Abraço Cultural e três do Compassiva, podendo seguir as entrevistas na linha de Freitas (2006, p. 19) que pode ser segmentada em três gêneros distintos: tradição oral, história de vida e história temática, utilizando então na pesquisa perguntas relacionadas ao objetivo geral. Além disso, houve participação em atividades de lazer com os refugiados do Abraço Cultural e Compassiva, com pesquisa de campo e anotações, e entrevista com refugiados que frequentam as duas ONG's, articulando os resultados obtidos com referenciais teóricos de autores como Goldberg (1994), Appadurai (2006), Parekh (1991) entre outros.

ONG'S ABRAÇO CULTURAL E COMPASSIVA

O Abraço Cultural começou sua história com um projeto pioneiro com sua primeira sede em São Paulo em 2015 e no ano de 2016 foi fundada uma segunda sede no Rio de Janeiro tendo atualmente essas duas sedes no Brasil sendo a sua localização em São Paulo no Bairro de Pinheiros na Rua dos Pinheiros, 706 casa 6 localizado perto do Metrô Fradique Coutinho. Já a sua localização no Rio de Janeiro é no Bairro da Tijuca na Rua Conde de Bonfim, 488 terceiro andar perto do Metrô Saens Peña. Os principais objetivos do Abraço são ter uma troca de experiências, gerar renda e ter a valorização cultural e pessoal de refugiados que residem no Brasil. (ABRAÇO, 2015)

E ao mesmo tempo pensar que alunos brasileiros têm a possibilidade de aprender novos idiomas com uma pessoa nativa do idioma, e ter uma quebra de barreiras e de aspectos culturais de outros países. O Abraço começou na Cidade de São Paulo em 2015 e chegou ao Rio de Janeiro em 2016, tendo então atualmente duas localizações para atender um público maior de refugiados e um público maior de alunos, e por fim o Abraço tem como uma perspectiva de transmitir muito mais que o aprendizado de uma nova língua, eles querem quebrar preconceitos e barreiras culturais, podendo assim aproximar diversos

povos em um único lugar, e trazem uma concretização de seus objetivos para uma troca de experiências, gerando renda para os refugiados que atuam como professores, além de sua valorização cultural e pessoal, trazendo então resultados positivos.

O Compassiva teve seu início em 1998 a partir de ações sociais para crianças em situação de rua, usuários de drogas, travestis e famílias da comunidade local e atualmente tem sua sede localizada no Bairro da Liberdade na Rua da Glória, 900. Desde o início propondo muitas atividades e projetos socioeducativos, envolvendo esportes, cultura e artes foram desenvolvidas, bem como acolhimento, acompanhamento de casos e de famílias e buscando reinserção comunitária. As equipes atuaram na região central da Cidade de São Paulo, principalmente nos bairros do Glicério, Luz, República, Vale do Anhangabaú, região da “Cracolândia” e Praça da Sé. (COMPASSIVA, 2000)

Por fim o Compassiva e o Abraço são mantidos com ajuda de projetos criados para se ter uma renda financeira com a ajuda dos parceiros citados, e as duas ONG’s têm como intuito fazer uma reintegração social dos refugiados por meio de atividades de lazer como esportes, arte e cultura, podendo assim criar oportunidades de transformação de vida para pessoas em situação de vulnerabilidade.

REFUGIADOS: ALGUNS MARCOS HISTÓRICOS

Mesmo por observação informal de meios de comunicação pode-se identificar a questão dos refugiados que são obrigados a sair de seus locais de origem. Por questões graves como perseguição de raça, nacionalidade, grupo social, religião, política, conflitos armados que acabam tendo uma violação em suas vidas que atingem os direitos humanos das pessoas, o que acaba obrigando milhões de refugiados a se deslocarem para outros países segundo as últimas pesquisas informadas pela ONU (2017).

De acordo com Barreto a questão dos refugiados é algo bem antigo, com decorrências das mais variadas diversificações de situações que obrigam as pessoas a deixarem seus locais de vivência.

O tema do refúgio é tão antigo quanto à humanidade. Por razões políticas, religiosas, sociais, culturais ou de gênero, milhões de pessoas já tiveram que deixar seus países e buscar proteção internacional em outros. (BARRETO, 2010, p. 12)

Logo depois da Segunda Guerra Mundial foi constituída a ONU fundada por 51 países entre eles o Brasil, e o objetivo principal da Organização das Nações Unidas foi colocar em prática mecanismos que visam à segurança de modo internacional, prezando pelo desenvolvimento econômico, respeito aos direitos humanos e o progresso social. Em 1951 foi criada dentro da ONU uma agência voltada para refugiados conhecidos como ACNUR que é um órgão das Nações Unidas, que começou sua atuação no mesmo ano com um mandato inicial de três anos para reassentar refugiados europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra Mundial. (ACNUR, 2017).

Em 1951, a convenção de refugiados estabeleceu a contemporânea definição de “refugiado” e iniciou suas ações de proteção. No Brasil, em 1948, estabeleceu-se um decreto que pretendia acolher 700.000 refugiados de guerra em todo território nacional. No entanto, em quatro anos de deslocamentos internacionais, o País acabou por receber cerca de 25.000 pessoas, não cumprindo com o pretendido. (ACNUR, 2019).

O Brasil tem uma legislação de refúgio (BRASIL.DECRETO 9.474,1997) e com essa Lei é adotado um reconhecimento de refugiados no País, ou seja, todo refugiado que queira solicitar abrigo no País tem livre o caminho para fazer suas documentações perante a Lei estabelecida; o Brasil tem uma população muito grande de refugiados que cresce cada vez mais com o decorrer dos anos, em (ACNUR,2017).

LAZER E A LIGAÇÃO COM OS REFUGIADOS

O lazer como uma forma de reintegração dos refugiados na Cidade de São Paulo vem ocorrendo de forma que se tenha o aprendizado de novos conhecimentos pelos sentidos; podendo fazer com que se sintam à vontade nessa nova Cidade que é tão diferente de suas origens árabes, congolosas, venezuelanas, entre outras, mas que pode ser um novo lar para recomeçar a vida. E mais do que isso que possam se sentir fazendo parte dessa grande diversidade e pluralidade da qual é composta a sociedade de São Paulo, que é uma mistura de imigrantes que compõem a origem dos brasileiros, pessoas que todo o dia vão e lutam para conquistar seus objetivos.

Desta forma é possível despertar o potencial criativo das pessoas e incluí-las cultural e artisticamente, sem esquecer que o lazer também está ligado ao âmbito pedagógico. Neste sentido, se ele é exercitado corretamente, pode colocar em prática os ‘Quatro Pilares da Educação’ de Delors 2001: aprender a conhecer e a pensar; a fazer; a viver juntos, ou com os outros; a ser., portanto, o papel do lazer não é somente divertir alguém, vai além desta vaga função.

Tendo como princípio a experiência que é o que o lazer proporciona, é como aponta Kant (2003) que não há dúvidas que todo conhecimento principia da experiência e o lazer é um campo que abrange totalmente e coloca em contraponto a vivência e experiência de todo ser humano, levando a afetar os sentidos elevando a faculdade intelectual podendo dar sentido a comparações sobre a importância do lazer nos sentidos de formação de sentidos na sociedade podendo entender melhor as situações fazendo com que o conhecimento seja sempre aprimorado.

Portanto como afirma Dumazedier (1976) o tempo livre e o lazer são parte de grande importância para a vida de toda pessoa, e quando tiramos um tempo depois de nossas obrigações sejam elas pessoais ou profissionais temos que nos lembrar do ócio e de sua importância. Quando nos reportamos ao lazer e à recreação, não podemos deixar de falar em cultura, diz remete à arte, teatro, música, literatura, entre outras formas de vivenciar o

lazer no seu tempo livre.

LAZER, CULTURA E MULTICULTURALISMO

A cultura traz uma vivência pela jornada da vida com emoções e momentos que trazem consigo significados que emanam os sentimentos do ser humano. Cultura é de todos e para todos, é vivências seus modos, transformações, relacionamentos e linguagens que sofrem uma expansão no decorrer de sua vivência.

A palavra e a conceituação de cultura passam a ter uma discussão mais aberta e expansiva, no entendimento da Alemanha a cultura é um conjunto de características sejam elas artísticas, intelectuais, e morais que fazem parte do conceito do patrimônio da nação. Surge um britânico chamado Edward Burnett Tylor (1832-1917) que traz para a sociedade uma definição etnológica da cultura no ano de 1871 onde leva um olhar mais apurado.

Tomando em seu amplo sentido etnográfico [cultura] é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (apud Laraia, 2001, p.25).

Tylor era defensor que conforme a humanidade vai tendo sua evolução todos se encaixando e tendo novos aprendizados, onde a cultura vai abrindo novos caminhos e portas.

A cultura leva as pessoas para um contato coletivo o que gera diversos signos e significados que vão sendo criados com as concepções e contato entre os seres humanos, ou seja, através da relação social as pessoas vão criando suas identidades de acordo com suas vivências do seu dia a dia. É como se diz Marilena Chauí que leva o conceito da cultura para os seres humanos e grupos, onde se tem as ideias e contribuições que cada um pode dar e contribuir para o outro, “de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres e sujeitos culturais” (1995, p.81). Portanto cada costume, tradição, valores devem ser considerados e levados em consideração com sua importância para a sociedade que trazem as características de cada grupo.

Com isso podemos começar a reforçar a ideia da importância de se ter o lazer na vida dos refugiados, além de terem seus deveres e preocupações todos tem o direito de no seu tempo livre ter um lazer envolvido como afirma HENDERSON (2001), para quem o lazer não tem somente uma definição, podemos ter diversas abordagens para expressar o quanto significativo o lazer pode ser para o desenvolvimento cultural das pessoas, podendo transformar a experiência dos refugiados em algo permanente em suas mentes, por estar ali dando uma nova oportunidade de ser vista e vivida pelo lazer e suas atividades.

O conceito de lazer é difícil de limitar a uma única definição. Como uma experiência compreendida por indivíduos diante de variados contextos, o estudo do lazer tem estado envolvido em três abordagens: tempo, atividade e estado da mente. (HENDERSON 2001, p.42)

Portanto é entendido que o meio desses vínculos que o lazer cria é fácil ver a sua importância na nova vivência de pessoas que passam por diversos conflitos, e em um novo país acabam conseguindo a oportunidade de ter novas experiências que sejam enriquecedoras e proporcionem por meio de atividades novas sensações, podendo assim ter e se sentir em um novo lar.

Normas e valores passam por diversas transformações, ainda mais quando se tem um distanciamento de sua cultura local e habitual, que acaba trazendo uma brecha em suas tradições, tradição e a tradução são combinadas de diversas formas com diversas culturas envolvidas (Robbins, 1991). Não é simplesmente algo relacionado ao deslocamento e habitação de suas origens, mas sim uma nova adaptação a uma nova cultura e imersão diante de uma nova cidade e sociedade, de certa forma é um encaixe ao hibridismo que Bhabha diz significar um:

Momento ambíguo e ansioso de ... transição, que acompanha nervosamente qualquer modo de transformação social, sem a promessa de um fechamento celebrativo ou transcendência das condições complexas e até conflituosas que acompanham o processo ... [Ele] insiste em exibir ... as dissonâncias a serem atravessadas apesar das relações de proximidade, as disjunções de poder ou posição a serem contestadas; os valores éticos e estéticos a serem "traduzidos", mas que não transcenderão incólumes o processo de transferência. (BHABHA 1997, p.83)

Ou seja, o autor ressalta que quando se tem uma miscigenação de culturas e etnias, na qual em uma sociedade convivem entre si enfrentando seus problemas sociais, em busca de uma nova identidade, mas de forma que não perca sua identidade original. Na Cidade de São Paulo, pode-se ver essa grande miscigenação de refugiados que enfrentam barreiras no seu cotidiano, e muito do que se pode sentir falta tanto em São Paulo quanto no Brasil é ter uma dedicação em políticas públicas, podendo assim ter uma administração, e governabilidade.

De acordo com Wallace (1994) temos que continuar buscando maneiras de se ter um encaixe, enfrentar os preconceitos que a sociedade impõe perante cultura, cor ou religião, e ir à luta para que dentro do multiculturalismo se encontre uma porta que seja significativa para novos ideais.

Todos sabem (...) que o multiculturalismo não é a terra prometida...[Entretanto] mesmo em sua forma mais cínica e pragmática, há algo no multiculturalismo que vale a pena continuar buscando (...) precisamos encontrar formas de manifestar publicamente a importância da diversidade cultural, [e] de integrar as contribuições das pessoas de cor ao tecido da sociedade. (Wallace, 1994, p.60)

Portanto todo refugiado que passa por esse momento de transição, de sair de sua terra natal por dificuldades conflitantes, que acaba obrigando esse deslocamento drástico e rápido para um país que traga uma segurança, ou seja, essas pessoas que acabam tendo que se adaptar em uma nova cultura, todos eles não passam livres de danos, intactos

ou ileso, infelizmente uma marca é deixada, seja ela psicológica física ou moral, que fere seus preceitos culturais, mas passam por um processo de transformação social e ter segurança que é mais importante para um refugiado.

A PESQUISA

A pesquisa tem o intuito de retratar através de entrevistas o estudo sobre o lazer e a vida de refugiados de Organizações Não Governamentais que tem atuação na Cidade de São Paulo, tendo como observação “Abraço Cultural” e “Compassiva”, partindo para o objetivo geral que é identificar a relação entre o lazer e os refugiados em ONG’s, tendo como base atividades que são propostas no projeto PUB (Projeto Unificado de Bolsas) que é um projeto de cultura e extensão da USP (Universidade de São Paulo). Diante da pesquisa estabeleceu-se hipóteses: os refugiados encontram dificuldades em encontrar informações sobre atividades de lazer oferecidas na Cidade de São Paulo, e que refugiados se sentem mal acolhidos em espaços/equipamentos de lazer, e por último que refugiados se sentem seguros quando as atividades de lazer são preparadas pelas Organizações Não Governamentais como Abraço Cultural e Compassiva.

Por fim o roteiro da entrevista foi pensado e feito de forma que as perguntas pudessem responder às hipóteses, e de maneira que ficasse claro e fácil para que os entrevistados entendessem. Foram feitas nove perguntas ao todo sendo elas: 1)Qual sua idade? 2)Qual a sua nacionalidade? 3)Há quanto tempo você está no Brasil? 4)Por que, qual motivo você veio para o Brasil? 5)Gostaria de saber de você se aqui na Cidade de São Paulo você encontra alguma dificuldade para a sua prática de lazer? E por quê? 6) Você se sente mais à vontade com passeios organizados pelo Abraço ou Compassiva? Por quê? 7)Você acredita que o lazer pode ser uma forma de socialização entre as pessoas, por quê? 8)Você encontra alguma dificuldade em informações sobre atividades de lazer na Cidade de São Paulo? 9)Você já se sentiu mal acolhido em espaços ou equipamentos de lazer?; Todas as perguntas foram de encontro com o objetivo da pesquisa podendo então ter perguntas claras e concisas sendo respondidas de maneiras simples, podendo então afirmar ou negatar as três hipóteses citadas e trabalhar em cima do objetivo central.

Foram realizadas seis entrevistas com refugiados, sendo metade do Abraço Cultural e a outra metade do Compassiva, as entrevistas foram gravadas no celular para que depois pudessem ser transcritas de forma coesa.

As entrevistas foram realizadas em atividades distintas nos dias 05/08/2019 e 09/08/2019, e todos foram muito receptivos em responder todas as perguntas.

Apesar de tido apenas uma dificuldade na realização da coleta de dados para a pesquisa, que foi em não conseguir falas muito extensas, pois eles são retraídos, tímidos e gostam de falar mais diretamente, mas tudo de forma coesa e norteada da melhor forma.

ANÁLISE DE DADOS

Para realizar a análise de dados, foram separados em seis temas sendo eles: perfil dos entrevistados, dificuldade para a prática do lazer na Cidade de São Paulo, organização de passeios pelo Abraço Cultural e Compassiva, lazer como forma de socialização entre as pessoas, dificuldade de informações sobre atividades de lazer na Cidade de São Paulo e sobre o acolhimento em espaços e equipamentos de lazer.

Além de ter perguntas como idade dos entrevistados, nacionalidade, por que está no Brasil e há quanto tempo está no Brasil, os temas tangem diretamente os objetivos da pesquisa e suas hipóteses sendo elas: primeira hipótese os refugiados encontram dificuldades em encontrar informações sobre atividades de lazer oferecidas na Cidade de São Paulo, segunda hipótese os refugiados sentem-se mal acolhidos em espaços/equipamentos de lazer, e a última hipótese é os refugiados se sentem seguros quando as atividades de lazer são preparadas pelas Organizações Não Governamentais como Abraço Cultural e Compassiva.

Através da análise das entrevistas transcritas com os refugiados entrevistados, é possível observar que das seis entrevistas realizadas nenhuma nacionalidade se repete, tendo um Sírio, Congolês, Beninense, Boliviana, Marfinense e Cubano e muito mais do que isso é saber que todos os entrevistados quando perguntado o motivo de vinda para o Brasil todos respondem com uma mesma fala “por conta da questão pós-guerra de seus países e pedir refúgio no Brasil”.

Contudo através das entrevistas foi possível observar que sobre os diversos aspectos o lazer é incluído de forma muito pertinente na vida dos refugiados, podendo ser uma grande ferramenta de socialização para todos, fazendo com que conheçam novos lugares, pessoas, e criem laços na Cidade de São Paulo.

Portanto podendo responder as três hipóteses que assim avaliadas duas foram totalmente negadas e uma delas afirmada, sendo a primeira hipótese que era saber se os refugiados encontram dificuldades em encontrar informações sobre atividades de lazer oferecidas na Cidade de São Paulo esta hipótese foi totalmente negada, visto que os entrevistados disseram não encontrar dificuldades. Já na segunda hipótese que era de extrema importância para a pesquisa é saber se os refugiados já se sentiram mal acolhidos nos equipamentos e espaços de lazer, e isso é um fator que foi totalmente nulo podendo assim ter o resultado que os entrevistados nunca passaram por essa situação; e na última hipótese que era em relação se os refugiados se sentem seguros quando as atividades de lazer são preparadas pelas Organizações Não Governamentais como Abraço Cultural e Compassiva, nesta foi obtido totalmente afirmação tendo em vista nos resultados das entrevistas que todos os refugiados se sentem mais seguros e felizes em fazer os passeios com as ONG's Abraço Cultural e Compassiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental o quesito lazer para a nova reintegração social dos refugiados na Cidade de São Paulo, diante do levantamento por meio de entrevistas é possível ver que todos levam em consideração a importância do lazer para suas vidas, podendo criar novas amizades, conhecimentos e contato com pessoas que tenham interesse pelo mesmo equipamento ou espaço de lazer, portanto o grande objetivo central da pesquisa era identificar a relação entre o lazer e os refugiados em Organizações não Governamentais como (Abraço Cultural e Compassiva), e isso foi atingido, embora a amostra tenha sido pequena.

Portanto é possível afirmar que o objetivo da pesquisa em saber se o lazer é importante para os refugiados de forma de reinserção em uma nova sociedade, foi totalmente atingido com sucesso podendo ter a resposta de que sim o lazer é importante para os refugiados e que através dele pode-se ter grandes resultados e bem estar para os refugiados, sendo assim usar como uma ferramenta para se ter bons resultados e uma sociabilização entre as culturas, podendo criar, organizar e potencializar novas ações de capacitação e adaptação e ascensão social sobre elementos de melhorias em políticas públicas que sejam voltadas para refugiados e imigrantes na Cidade de São Paulo, com isso tendo os resultados foram concluídos obtendo as respostas para a pesquisa deste trabalho.

E finalmente ter um olhar que dê mais importância para os refugiados, o refugiado quer ser reconhecido em sua situação, mas não necessariamente exposto. Sua privacidade é elemento de sua segurança. Lidar com o refugiado é, portanto, contribuir, sem vigiar ou tutelar; é potencializar e não necessariamente conduzir, de forma que possa contribuir no meio social, e ajudar a potencializar por meio de atividades de lazer, permitindo que sejam resgatados, e a partir destes momentos construir uma nova trajetória de vida colaborando para uma integração em uma nova sociedade que os aceite.

REFERÊNCIAS

ABRAÇO(2015) “**História do Abraço**” Nossa História disponível em: <http://www.abracocultural.com.br/sobre-o-abraco/#nossa-historia/> Acesso: 04 de julho de 2019

ACNUR (2017) “**Histórico sobre Refúgio**” Convenção de 1951 disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/historico/> Acesso: 13 janeiro 2019

ACNUR (2017) “**Protegendo as pessoas refugiadas no Brasil**” disponível em: <https://www.acnur.org/brasil> Acesso: 13 janeiro 2019 (ACNUR) 2018 “Mercado de Trabalho” Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf> / acesso em: 16 de agosto de 2019

APPADURAI, A. (2006). **Fear of small numbers: an essay on the geography of anger**. Durham, Duke University Press.

AZEVEDO (Fernando de). (1944) — **A Cultura Brasileira**. Companhia Editora Nacional. 2a. edição.

BHABHA, H. **The Voice of the Dom**. Times Literary Supplement, n 4.923, 1997.

BARRETO T; FERREIRA. (2011) **Os refugiados e as políticas de proteção e acolhimento no Brasil: História e Perspectivas**. São Paulo: Dimensões, vol. 27, p. 12.

BRASIL. DECRETO No 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997, Brasília, DF, mar 2019. **ESTATUTO DOS REFUGIADOS** Disponível em: http://www.imprensa nacional.gov.br/mp_leis>/ acesso em: 12 out. 2018.

COMPASSIVA(2000) “**História do Compassiva**” Quem somos disponível em: <http://compassiva.org.br/quem-somos/> Acesso: 04 de julho de 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural**. São Paulo: Estudos Avançados 9 (23), 1995, p.71-84.

DUMAZEDIER, J. (1976) **Questionamento teórico do lazer**. Porto Alegre: CELAR.

FREITAS, Sônia Maria. (2006) **História Oral. 2a edição**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

GOLDBERG, Jairo. (1994) **Clínica da psicose: um projeto na rede pública**. Rio de Janeiro, Te Corá Editora/Instituto Franco Basaglia.

HENDERSON, K. A. et. Al. (2001) **Introduction to recreation and leisure services** State College, USA: Venture Publishing.

KANT, Immanuel. (2003) **Crítica da razão pura**. Trad. Rodolfo Schaefer. São Paulo: Martin Claret.

LARAIA, Roque de Barros, **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ONU(2017) “**Dados ONU Vivência no Brasil**” Dados disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur/dados/do/brasil> Acesso: 17 de Junho de 2019.

CAPÍTULO 11

ENVELHE (SENDO) EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 09/11/2021

Nathália dos Santos Dutra

Docente na Faculdade Presidente Antônio Carlos (FUPAC-CL), Departamento de Psicologia
Conselheiro Lafaiete – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/3256532637420817>

RESUMO: Sabe-se que a população idosa cresce significativamente e, com ela, somam-se os desafios a serem enfrentados no que diz respeito à saúde, economia, moradia, dentre outros. Paralelamente ao crescimento de idosos, nota-se um aumento das Instituições de Longa Permanência, as quais se prestam a ofertar à eles, um cuidado específico. Vê-se avanços expressivos no que diz respeito às legislações que conferem direitos e deveres aos idosos, no entanto, percebe-se que, os idosos mais vulneráveis, àqueles desprovidos de cuidado familiar e/ou moradia própria, vivenciam uma qualidade de vida prejudicada em termos de bem estar individual e coletivo. Investir nas políticas públicas e legislações que amparam o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos faz-se necessário para garantia de um local digno de cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Idosos, Instituições de Longa Permanência, Moradia, Envelhecimento, Identidade, Velhice.

AGE (BEING) IN LONG STAY INSTITUTIONS FOR THE ELDERLY

ABSTRACT: It is known that the elderly population grows significantly and, with it, add up to the challenges to be faced with regard to health, economy, housing, among others. Parallel to the growth of the elderly, there is an increase in long-stay institutions, which lend themselves to offering them specific care. There are significant advances with regard to legislation that confer rights and duties to the elderly, however, it is clear that the most vulnerable elderly people, those without family care and/or their own housing, experience an impaired quality of life in terms of individual and collective well-being. Investing in public policies and legislation that support the operation of Long Stay Institutions for the Elderly is necessary to guarantee a place worthy of care.

KEYWORDS: Elderly, Long-Term Institutions, Housing, Aging, Identity, Old Age.

1 | INTRODUÇÃO

Camarano (2006) e Camarano e Kanso (2010) afirmam que, segundo o Censo Demográfico de 2000, foram identificadas 3.549 ILPIs no Brasil, sendo que apenas 107 mil idosos se encontravam residindo nessas instituições, o que representa menos de 1% da população idosa. Apesar de percentualmente poucos idosos se encontrarem nessas instituições, nota-se que a demanda por esse tipo de serviço está aumentando e, conforme dados do Ipea (2010), mais de 2.800 instituições foram abertas

em menos de 70 anos, representando em média 40 instituições por ano. Considerando este aumento significativo, será apresentado o histórico das ILPIs, bem como as políticas públicas para a população idosa.

Antes de iniciar a leitura deste capítulo, é importante ressaltar sobre a complexidade que envolve a existência e o funcionamento das ILPIs. Apesar de muitos estudos destacarem eventuais danos da institucionalização nas questões identitárias e afetivas, ressaltando a mortificação do eu, é interessante lembrar que a institucionalização muitas vezes se faz necessária e que, nem sempre, provoca, apenas, malefícios ao idoso. Várias questões se fazem presentes, quando se pretende avaliar a institucionalização: a dinâmica e organização do serviço e rotina da instituição; se a Instituição é aberta ou fechada; se filantrópica ou particular; pública ou privada; a quantidade e especialidade de profissionais no quadro de recursos humanos; forma e critérios de admissão do idoso, se o idoso se mostra envolvido e aceita a decisão de residir na Instituição; o estado de saúde do idoso; a dinâmica de cuidado. Pode-se dizer da ambiguidade presente nesse assunto, uma vez que a função das ILPIs é promover cuidado e dignidade ao idoso em uma moradia acolhedora, no entanto, estudos mostram que grande parte das ILPIs não se fazem ser dessa forma, seja por falta de recursos financeiros e/ou profissionais. Neste capítulo, serão consideradas as questões de forte complexidade, porém será dado maior ênfase aos aspectos que envolvem as Instituições de natureza pública e assistencial.

1.1 As instituições de longa permanência para idosos: Um pouco da história

Sabe-se que os asilos, atualmente denominados Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), surgiram na tentativa de solucionar a problemática das doenças, da pobreza e da mendicância, passando a abrigar pobres, mendigos, vagabundos e velhos. Araújo, Souza e Faro (2010) observam que há registros de que o Cristianismo foi precursor no acolhimento à velhice e que o primeiro asilo foi fundado nos anos 520-590 pelo Papa Pelágio II. Creutzberg, Gonçalves e Sobottka (2008) afirmam que, inicialmente, os asilos atrelados à caridade e ao assistencialismo assumiram dupla funcionalidade, amparando aqueles que não possuíam família, recursos financeiros e que eram mentalmente enfermos. A partir do advento do Iluminismo, ocorreram algumas mudanças e as ILPIs passaram a ser uma instituição única para velhos (TOMASINI & ALVES, 2007; SOUZA, 2003).

Sousa (2011) afirma que a reforma psiquiátrica, implementada no ano de 2001 no Brasil, tem relações com a história das ILPIs. A autora observa que, a partir dessa reforma, um grande número de leitos foi fechado, dando lugar a uma demanda que está se configurando nas atuais instituições. Contudo, cabe refletir sobre o processo da reforma psiquiátrica para com as pessoas idosas. Sousa (2011) lembra que a reforma prega a desinstitucionalização e o retorno dos egressos dos manicômios para a sociedade, com a criação de uma rede de cuidados substitutiva, como os Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) e as casas terapêuticas, por exemplo. Tal rede tem como propósito não só permitir

que os indivíduos saíam dos manicômios para serem sujeitos de direito, mas também para dar suporte à família dos egressos nesse processo.

No entanto, quando se trata das pessoas idosas, Sousa (2011) lembra que o destino que é dado a elas, na maioria das vezes, é o encaminhamento para as Instituições de Longa Permanência sob a alegação de que este é o espaço mais adequado para se viver. Tal fato revela a falta de apoio da rede substitutiva de saúde mental quando o assunto é a velhice; dessa forma, a “exclusão do louco” se reverte em “exclusão do idoso”: idosos que estavam no modelo manicomial e que deveriam ser reinseridos socialmente voltam para o modelo de fechamento em uma nova roupagem, as ILPIs. Nesse sentido, percebe-se um modelo de assistência abandonado e uma defasagem do tripé Família-Estado-Sociedade, permitindo que idosos sejam internados em instituições de forma precoce (CHAIMOWICZ & GRECO, 1999).

Sousa (2011) faz também um paralelo entre o percurso da infância e da velhice nos movimentos sociais e aponta que a infância, pela articulação com a demanda de políticas públicas, é bem mais estruturada e visível. Enquanto a infância teve seu Estatuto promulgado em 1990, apesar de já haver um histórico de abandono na época colonial, a velhice se tornou visível no contexto de políticas de proteção, apenas em 2003. Na época colonial, havia uma única instituição de combate ao abandono da criança, a Roda dos Expostos, mantida pela Igreja Católica e leigos da irmandade e extinta em 1950 devido à passagem da caridade para filantropia e participação do Estado nas esferas de proteção assistencialista.

Apesar de nas décadas de 60 e 70 o envelhecimento ser proeminente, pouco se abordava o assunto, e, mesmo com a Constituição de 1988, pouca coisa mudou nesse contexto. Interessante destacar que a primeira instituição destinada exclusivamente ao combate de abandono dos idosos foi o Asilo São Luiz da Velhice Desamparada, surgido em 1890 no Rio de Janeiro, e considerado uma instituição modelo da época, com capacidade para 260 leitos (SOUSA, 2011). Nesse período, a velhice era representada e simbolizada pela necessidade de caridade; fortalecendo tal representação, os jornais da época serviam como mediadores entre o Asilo e a sociedade, utilizando metáforas impactantes como “velhice desamparada” e “náufragos da vida” para despertar piedade da sociedade e conseguir donativos (GROISMAN, 1999). É interessante ressaltar que Groisman (1999) faz menção ao modelo de instituição total, à semelhança do Asilo São Luiz, local no qual os asilados rompiam os laços com o mundo externo, como se não houvesse outro lugar melhor para estar senão no asilo. Nas palavras do autor,

o asilo era visto como uma espécie de “limbo”, onde a velhice se encontraria fora do tempo e do espaço: *sacralizada*, encontrava-se entre o céu e a terra; *vista como degeneração*, entre a vida e a morte; *alienada do mundo*, entre o passado e o presente... Com o surgimento do asilo, a velhice ganhava um “lugar”, mas ao mesmo tempo perdia, simbolicamente, o seu lugar na vida.

1.2 Definindo as ILPIs

Não há um acordo único, no Brasil, sobre o que seja as Instituições de Longa Permanência para Idosos. Na Portaria MS810/89 (que aprova as normas de funcionamento destinadas a instituições de atendimento ao idoso), as instituições para idosos foram avaliadas como prestadoras de serviços de saúde, enquanto que a Portaria SEAS-MPAS 73/01 (referente à garantia dos direitos e cumprimento de deveres em direção a um envelhecimento saudável e com qualidade de vida) as trata como parte da rede de serviços de assistência social ao idoso. A Política Nacional do idoso (DECRETO 1.948 DE 3/07/1996) descreve as ILPIs como serviços de atendimento asilar (FREITAS, PY, CAÇADO, DOLL & GORZONI, 2006) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2005) considera as ILPIs domicílios coletivos que oferecem moradia, cuidados e algum tipo de serviço de saúde a pessoas com idade superior a 60 anos. Mesmo reconhecendo que as ILPIs devem realizar funções híbridas em seu atendimento, é muito comum associar tais instituições aos modelos de instituições totais, representadas pelo molde assistencialista (IPEA, 2010; CAMARANO & KANSO, 2010; CHRISTOPHE, 2009; SCHARFSTEIN 2006).

Goffman (1961) caracteriza as casas para velhos como instituições totais, estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internato onde um grande número de pessoas vive em tempo integral. Baseando-se nessa ideia, pode-se dizer que essas instituições apresentam três particularidades diferentes que se complementam: a segregação, pois ela exige um isolamento físico; o tratamento igualitário e simultâneo para todos os residentes; e o grau acentuado de controle dos fazeres e rotina dos residentes, limitando o grau de autonomia dos que lá vivem.

Passos (2009) e Moura (2013) apontam que, de forma análoga, três eixos da psiquiatria tradicional se reproduzem nas ILPIs, amparando o atendimento: periculosidade social e doença mental; movimento de tutela ao louco, em que este perde a possibilidade de praticar seus direitos; o fato de se considerar os doentes mentais como irresponsáveis e incapazes, devendo ser contidos.

É inegável que a institucionalização gera importantes consequências na qualidade de vida do idoso, uma vez que abala sua autonomia, poder de decisão e seu papel social. Rodrigues (2010) aponta que, ao ser admitido em uma instituição, o idoso precisará se adaptar a uma realidade sem privacidade e com regras rígidas de rotina. Além disso, deve lidar com o afastamento da família e da sociedade, vivendo em um ambiente desconhecido e com várias pessoas não familiares. Faleiros e Justos (2007, *apud* Rodrigues, 2010) afirmam que a institucionalização é um processo complexo que, além da internação do idoso, favorece o embotamento afetivo, o isolamento pessoal e a solidão.

Considerando-se que a população de idosos está crescendo rapidamente e, com ela, o aumento pela procura de ILPIs, torna-se necessário pensar em instituições que atendam de forma eficaz as necessidades dos idosos, quebrando a rotina de segregação

e isolamento social, resgatando a cidadania e preservando seus direitos. Nesse sentido, as ILPIs que ainda funcionam baseadas nos modelos assistenciais e total necessitam ser reorganizadas através de um trabalho reflexivo e conjunto para garantir uma melhor qualidade de vida aos idosos.

Defende-se a ideia da desinstitucionalização a médio e longo prazo e o incentivo e fortalecimento de formas alternativas de atendimento. No entanto, a maior parte das instituições, que se propõem a abrigar os idosos, contêm muitas características das instituições totalitárias, o que nos leva a repensar tais formas de acolhimento. Na próxima sessão, serão apresentadas as características das instituições totais baseadas no livro *Manicômios, prisões e Conventos*, de Erving Goffman (1961).

1.3 Instituições totais por Goffman

Goffman (1961) caracteriza a existência de vários tipos de instituições, mas em especial considera, em seu estudo, as instituições totais. Ele tipifica cinco modelos de instituições: 1) aquelas que se propõe a oferecer um refúgio do mundo, como os mosteiros, por exemplo; 2) aquelas que cuidam de pessoas incapazes de realizar o próprio cuidado e oferecem perigo não intencional à sociedade, como os hospitais para doentes mentais e tuberculosos; 3) locais destinados a proteger a comunidade de perigos intencionais; 4) locais que se destinam a organizar algum tipo de trabalho, como os quartéis e finalmente; 5) aquelas que cuidam de pessoas incapazes e inofensivas, como as casas para cegos, velhos e indigentes. A essas últimas, em específico, podemos dizer das atualmente denominadas Instituições de Longa Permanência para Idosos, de que trata este estudo.

Ele afirma que toda instituição oferece algo de um mundo a quem dela necessita, assinalando a tendência ao caráter de fechamento; tal tendência é simbolizada pela barreira ao mundo externo e às relações sociais, pela presença de grades e muros altos, que impedem/dificultam a interação com o outro que vive do lado de fora da instituição e, portanto, em outro mundo. A essas instituições ele dá o nome de instituições totais.

É interessante ressaltar que, já no início do livro, Goffman observa que tais instituições são “isoladas, naturais e produtivas” por reunir, em um único espaço, pessoas com características muito comuns. Em uma instituição total, como a maioria das ILPIs, o indivíduo idoso tende a realizar as atividades das três esferas da vida – dormir, brincar e trabalhar – no mesmo local e de maneira coletiva, sendo que todas elas seguem uma rotina diária com horários pré-estabelecidos e não flexíveis. Nesta lógica de rotina predeterminada, as necessidades básicas dos indivíduos são controladas pela organização burocrática da instituição; nesse sentido, Goffman (1961) ressalta que não se pode negar as consequências geradas.

É possível dizer que os idosos chegam às ILPIs com uma bagagem construída através de suas relações com o mundo social exterior juntamente com as relações estáveis e significativas. A partir do momento em que o idoso é admitido na ILPIs, segundo Goffman,

se inicia o processo de “rebaixamento/mortificação do eu”, uma vez que este se encontra despido das relações que o formaram. A primeira mutilação descrita é a barreira imposta entre o internado e o mundo exterior; dessa forma, o eu civil do indivíduo é barrado, ou seja, há o despojamento dos papéis que o indivíduo desempenhava na vida social e mesmo em sua rotina diária. Tudo isso é atropelado pela sequência de horários e rotinas da própria instituição que se torna responsável pelo cuidado básico do indivíduo.

O mesmo autor sinaliza que, após a admissão, o internado descobre outras perdas e continua o processo de mortificação. Geralmente, o processo de aceitação de um indivíduo em uma instituição vem acompanhado de tirar as impressões digitais, enumerar os bens pessoais para que sejam guardados, dar instruções, distribuir roupas, indicar o quarto, as companhias que terá, dentre outras coisas. Nesse aspecto, ressalta-se que o indivíduo é despido de seu “estojo de identidade” e, a partir daí, não escolhe mais como deseja se apresentar às outras pessoas, como a escolha e uso de roupas, cosméticos, acessórios, bem como a necessária visita a especialistas como barbeiros e costureiros. Dessa forma, ao serem admitidos em uma instituição total, tais indivíduos são desnudados de sua aparência usual, assim como dos serviços que o mantinham como sujeitos de si.

Tal acontecimento é denominado por Goffman de “desfiguração pessoal”, salientando a consequência negativa que traz ao “eu” do indivíduo, pois os internos são obrigados a seguir regras da instituição e a criar hábitos que, muitas vezes, não faziam parte de suas rotinas e concepções de si mesmos. Podemos citar como exemplo o fato dos internos não terem à sua disposição objetos pequenos como aparelhos de barba, shampoo, papel higiênico e cigarro, devendo solicitá-los.

Além desses tipos de mortificação, Goffman cita que não há fronteira entre o “eu” do indivíduo e do grupo, não havendo privacidade, pois viver em grupo, como em dormitórios coletivos, exige não só contato mútuo como a inevitável exposição, afinal em uma instituição total os menores gestos/situações estão sujeitos aos julgamentos da equipe.

Nesses locais, há uma divisão básica entre o grupo de internos ou grupo dirigido e a equipe dirigente ou diretora. O primeiro grupo diz respeito às pessoas que vivem por tempo integral na instituição e têm nenhum ou pouco contato com o mundo externo; o segundo grupo, que administra a instituição, é composto por pessoas que têm relação de trabalho com a ILPIs e, portanto, vivem em um mundo fora dela. Goffman destaca que a equipe dirigente tende a se sentir como seres superiores e corretos, em detrimento dos internos, que devem obediência aos dirigentes por sentirem-se inferiores e por estarem em um local que não lhes pertence. É importante lembrar que o fato dos internos não receberem chaves do estabelecimento, ou do próprio quarto, e as revisões periódicas dos bens acumulados reforçam ainda mais a sensação de não pertencimento. Pode-se dizer que, entre os grupos citados acima, há pouca mobilidade social e a distância social entre eles é limitada e prescrita.

As instituições totais, geralmente, ficam longe de seus objetivos oficiais, apesar de

estes não serem muitos; Goffman se refere a elas como “uma escola de boas maneiras, mas pouco refinada” (1961, p. 44). Como justificativa, traz a autoridade que qualquer pessoa da equipe dirigente tem sobre qualquer um dos internos, denominando tal autoridade de escalonada. Ele reflete que, no mundo externo, geralmente estamos ligados a uma única autoridade imediata e que esta nem sempre está presente por todo o tempo; no entanto, nas instituições totais, isso não acontece. A classe dirigente está presente em todos os lugares e, portanto, retira das pessoas a sensação de autonomia e liberdade de ação. Tais impedimentos retratam as “mortificações do eu” sofridas em tais instituições.

Como justificativa para os constantes ataques ao ‘eu’ do indivíduo, a instituição cita a necessária disciplina, controle da higiene e os interesses ideais para o bem estar do internado, todavia, para Goffman, tais justificativas são “simples racionalizações, criadas por esforços para controlar a vida diária de grande número de pessoas em espaço restrito e com pouco gasto de recursos” (1961, p. 48). Por outro lado, o autor aponta a existência dos pequenos prêmios ou privilégios previamente definidos pela equipe dirigente, os quais são oferecidos aos internos em troca de obediência ou bom comportamento. Em um mundo fora da instituição, os internos podem decidir se vão ou não vão fazer algo e em qual horário pretendem acender um cigarro ou mesmo tomar um café, por exemplo. Já na instituição, tais direitos podem se tornar problemáticos, uma vez que a rotina é sempre controlada.

Entretanto, Goffman aponta que a concessão de tais “privilégios” na instituição pode reintegrar o interno com o mundo do qual está afastado e distanciar os sintomas com relação ao “eu” perdido. Ele atenta para o fato de que os internos, em virtude de tais concessões, podem passar o dia inteiro com os “pensamentos concentrados a respeito da possibilidade de conseguir tais satisfações, ou na contemplação da hora em que devem ser distribuídas” (1961, p. 50). Os privilégios oferecidos aos internos não devem ser vistos como vantagens ou valores acrescentados, mas sim como a ausência de privações, tão comum nas instituições. Em contrapartida, há também os castigos em decorrência de desobediência às regras; estes, geralmente, se referem à suspensão temporária dos privilégios.

Em virtude das constantes formas de mortificação do eu na instituição e da necessidade de adaptação dos indivíduos a ela, Goffman aponta quatro formas táticas de adaptação dos internos: a primeira seria “a tática da intransigência” em que o interno desafia as normas da instituição e não coopera com a equipe dirigente; a segunda seria a fase de reação temporária, após a qual passaria para a segunda forma padronizada de adaptação – o “afastamento da situação”; nessa fase, o indivíduo deixa de dar atenção a qualquer tipo de interação, salvo as que afetam seu próprio corpo. Já a terceira forma de adaptação seria a “colonização” em que:

o pouco do mundo externo que é dado pelo estabelecimento é considerado pelo internado como o todo, e uma existência estável, relativamente satisfatória, é construída como o máximo de satisfações possíveis na

instituição. A experiência do mundo externo é usada como ponto de referência para demonstrar como a vida no interior da instituição é desejável, e a usual tensão entre os dois mundos se reduz de maneira notável (...) Geralmente, o indivíduo que aceita essa tática pode ser acusado, pelos outros internados, de “ter encontrado um lar” ou de “nunca ter tido nada melhor”. (1961, p.60)

A quarta e última forma apontada por Goffman diz respeito à aceitação plena do internado frente às imposições da instituição, estando sempre disponível a ela e sendo considerado como o interno perfeito. Esta forma é denominada de “conversão”.

O autor afirma que tanto as formas de condições de vida nas instituições, como as perdas constantes de contato social e com os pertences pessoais e a possibilidade de adquirir coisas que possam ser transferidas para a vida externa influenciam diretamente na mortificação do “eu” e na sensação de que o tempo passado na mesma é considerado perdido e sem vida. Em seguida reflete sobre o mundo da equipe dirigente da instituição, apontando que ela demonstra para o público externo que tais instituições são “organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades” (1961, p. 69), quando na realidade, na maior parte das vezes, são locais que parecem funcionar como “depósitos de internos”.

Diante dessas características que fazem parte do viver em ILPIs, torna-se relevante discutir sobre a identidade do idoso residente em instituições de longa permanência. Será que todo idoso asilado terá o “eu” mortificado como perda de identidade?

1.4 Identidade do idoso nas ILPIs: Outras possibilidades

Segundo Paulino-Pereira, Valuta e Soares (2012), a identidade é um processo através do qual o indivíduo desempenha os vários papéis que lhe são atribuídos, ao mesmo tempo em que passa por constantes mudanças de acordo com o momento histórico e a sociedade em que vive. Todo homem ao nascer já encontra a sociedade construída e organizada com um conjunto de normas, valores, hábitos e costumes já estabelecidos, aos quais tem que se adequar. Por constituir-se em um ser social, a sociedade é de fundamental importância para a construção e o desenvolvimento de sua identidade (PAULINO-PEREIRA, VALUTA & SOARES, 2012). Portanto, privá-lo desse contato corresponde a um ataque contra suas possibilidades de ser e estar em sociedade. Dessa forma, quando, em uma determinada situação, há a impossibilidade de metamorfose da identidade, o indivíduo é levado à mesmice, o que pode levar à morte – biológica ou simbólica.

Poderíamos dizer *a priori* que, no caso dos idosos institucionalizados em locais com o modelo de instituição total, estes estariam impedidos de realizar a metamorfose de sua identidade com vistas à emancipação, cristalizando-se na mesmice devido ao fato de não exercerem os diversos papéis sociais permitidos na vida civil, repetindo um único papel possível nas ILPIs. Neste caso, a emancipação ficaria prejudicada ou impedida pela violência ou coerção em virtude das regras impostas e da vigilância exercida pela equipe dirigente, havendo, portanto, a morte simbólica. No entanto, cabe aqui uma reflexão: o

mesmo seria verdadeiro para aqueles idosos que são encaminhados pela justiça à instituição por abandono ou maus tratos ou mesmo para aqueles que optam por viver nela?

Partindo do pressuposto de que emancipação é a capacidade de superação e construção de novas identidades, pode-se pensar que, pelo fato de o sujeito ter sido retirado da situação de desamparo ou de violência, esta poderia ser uma etapa de metamorfose. Tal etapa, talvez, poderia possibilitar a emancipação de um sujeito que, anteriormente, estava sem condições físicas e psíquicas de reagir frente às determinações do outro. Afinal, no momento em que vai para a ILPIs, pode se recuperar dos maus tratos, sair da instituição e resgatar a própria vida, social e privada, talvez em outro local ou mesmo na instituição, onde assumirá outros personagens, se a instituição permitir.

Duarte (2014) realizou uma análise das teses e publicações referentes às ILPIs entre os anos de 1999 e 2010 e concluiu que é frequente o número de idosos que optam por viver em instituições, apesar de terem convívio familiar. Nesse sentido, Camarano (2007 citado por Duarte, 2014) observa que, por meio de uma decisão mais independente, é possível que haja uma mudança de perspectiva da instituição, deixando o rótulo de “depósito” para guardar idosos, para transformar-se em um lugar onde “o idoso possa viver com dignidade”.

Graeff (2007), no artigo “Instituições totais e a questão asilar: uma abordagem compreensiva”, inicia seu questionamento indagando se todo asilo seria uma instituição total. O autor chama a atenção para o fato de que, ao ler o livro de Goffman (1961) “Manicômios, Prisões e Conventos”, encontraremos lá o retrato de todos os “lares”, “asilos”, “casas de repouso” e “albergues”. No entanto, alerta que é preciso um distanciamento desse ponto de vista, para que se possam visualizar outras formas e características possíveis do comportamento do “eu” institucionalizado que não sejam aquelas já confirmadas por Goffman.

Segundo Graeff, ir para o Asilo pode ser um projeto, afinal o idoso pode renunciar ao espaço doméstico, por ter um papel ambíguo e não autônomo no âmbito familiar, e optar por tentar resgatar tal autonomia no espaço asilar. Ele observa, no entanto, que seja qual for o motivo que leva o idoso para a instituição, haverá um tempo de adaptação e aprendizagem de novos padrões de cultura dentro do novo espaço.

Graeff fala especificamente de sua pesquisa etnográfica, realizada entre os anos de 2004 e 2005, no Asilo Padre Cacique, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Ele aponta que a diversidade de fenômenos observados serviu como contraponto às explicações sobre instituições totais já prefixadas. Seus questionamentos realmente vão à contramão do eu mortificado, sendo o espaço asilar uma oportunidade privilegiada de viver a tranquilidade pautada no silêncio e na solidão. Esses momentos, ao invés de sugerir uma velhice passiva, como se a morte fosse vingar a qualquer instante, seria uma chance de afirmar a intimidade. A partir de suas observações, o autor pondera que:

O limite entre o corredor e o jardim, abaixo de um arco, resguardou muitos instantes de intimidade, sempre silenciosos e solitários. Rui, em sua cadeira

de rodas, cochilou várias tardes ali durante o inverno, aproveitando o calor do sol em frente à entrada do refeitório. Novamente, para quem olha de fora, esse repouso remetia a imagens da velhice desamparada. Mas foi preciso reconhecer que a solidão e o silêncio costumam andar juntos com a intimidade, proporcionando o repouso necessário à habitação de um espaço privado. E, nesse repouso, constituía-se uma certa autonomia. Era um silêncio a ser interpretado em sua positividade, desde que percebido enquanto um mistério íntimo, muitas vezes carregado de valor social. (p. 18)

Segundo o autor, as explicações sobre a mortificação do “eu” foram geradas em uma época em que as instituições disciplinares estavam no ápice, entretanto, para ele, não se deve desprezar tais conceitos, mas sim considerá-los criticamente, para que o modelo de instituições totalitárias não se repita.

Valendo-se de tais características e contradições que ainda fazem parte do cotidiano das ILPIs, no próximo tópico, serão discutidos estudos sobre as formas de se envelhecer dentro dela.

1.5 A velhice institucionalizada

Apesar de haver um esforço das portarias (nº. 810/89, MPAS/SEAS nº. 73/01) e leis que regulamentam o funcionamento das Instituições de Longa Permanência no Brasil (Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso), o que se observa ainda é um panorama negativo associado a essas entidades, para as quais a denominação popular “asilo” continua a prevalecer. Sabe-se, como já afirmado por Goffman (1961), que a institucionalização costuma trazer consigo uma série de prejuízos aos idosos, tais como perdas de autonomia, liberdade, identidade e segregação geracional.

É sabido que o homem é essencialmente um ser de relações e que, portanto, privá-lo desse direito corresponde a uma agressão contra sua integridade física e moral, impossibilitando-o de atingir sua condição humana e a possibilidade de viver em sociedade. Diante disso, a contradição desse processo, afirmada pelo mesmo autor, encontra-se no fato de que, sob a justificativa da necessidade, são agredidos frontalmente outros direitos fundamentais desses indivíduos. A perda da liberdade é mascarada pelo discurso de que tal situação ocorre por um motivo justo, o qual seria assegurar a proteção e a segurança do idoso.

Ainda de acordo com Souza (2003), uma vez no asilo, o idoso, muitas vezes, fica afastado do contexto social que o construiu e que é capaz de estruturá-lo. Sua separação da sociedade mais ampla representa uma ruptura com os referenciais formadores de sua individualidade, situados no ambiente exterior ao asilo, ruptura essa que agride sua estrutura psicológica, comprometendo sua sanidade, individualidade, liberdade e cidadania.

Em virtude do isolamento e controle proporcionados por muitas instituições, os idosos constroem uma imagem interna que influencia e condiciona seu cotidiano, de forma que a instituição determina seus fazeres e eles, já conformados e dependentes, não se opõem ou resistem ao que é posto. Nesse sentido, a instituição não investe em atividades

que possibilitam a interação entre os residentes, o lazer e a participação na comunidade, se restringindo aos cuidados básicos como higiene, saúde e alimentação (XIMENES & CÔRTE, 2010). Andrade e Nery (2012) constataram que a maioria dos asilos, atualmente, não são locais apropriados às necessidades de uma pessoa idosa, por não oferecerem um atendimento global e por dificultar as relações interpessoais no contexto comunitário – fatores imprescindíveis à manutenção da qualidade de vida da pessoa idosa. Assim, o controle da vida imposto pela instituição dá ao idoso a sensação de abandono e tristeza, por viver em um ambiente sem investimento em vida (XIMENES & CÔRTE, 2010).

Moura e Souza (2014), através de estudo em 15 instituições filantrópicas da cidade de Belo Horizonte, que mantinham convênio com a prefeitura, revelaram como os gestores das instituições percebem as práticas de lazer ofertadas aos residentes. Como resultado, perceberam que, apesar de os coordenadores reconhecerem tais atividades como importantes no cotidiano da instituição, algumas dificuldades e desafios foram expostos, como a falta de recursos financeiros e de pessoal, o pequeno interesse dos idosos em tais práticas e a condição de dependência e patologia de muitos idosos.

Apesar de todos os coordenadores terem demonstrado que percebem a atividade de lazer como prática importante nas ILPIs, Moura e Souza (2014) notaram que grande parte das instituições tinha como característica a ociosidade dos idosos. As autoras também ressaltam a percepção diferenciada que os gestores têm sobre atividades de lazer, uma vez que alguns as consideram como qualquer prática oferecida na instituição, como a fisioterapia ou participação dos idosos no programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA), por exemplo. Apontam ainda que, enquanto alguns gestores se mostram preocupados em instigar a participação da comunidade e angariar voluntários para as práticas de lazer, há outros que reconhecem as limitações da instituição, como falta de recursos técnicos e financeiros e se conformam com isso.

Em virtude da alta demanda futura por vagas em ILPIs, torna-se primordial o melhor planejamento de atividades de lazer para os residentes, visto que é um direito disposto no Estatuto do Idoso, além de promover a integração ao meio e oferecer possibilidades de ressignificação dos papéis sociais e melhor adaptação ao espaço.

A fim de compreender como se dá a qualidade de vida nesses locais, diante das características acima descritas, serão apresentados estudos que verificam a qualidade de vida em ILPIs.

1.6 Qualidade de vida nas ILPIs

Sabe-se que chegar aos limites biológicos do envelhecimento sem qualidade de vida, transforma a velhice em uma etapa de sofrimento. De acordo com Neri (1993), o conceito de qualidade de vida na velhice é de difícil descrição, uma vez que engloba atributos nem sempre verificáveis. Os aspectos e condições socioculturais, médicas e psicológicas, abrangendo a renda, a educação, a urbanização, a qualidade dos serviços

oferecidos aos idosos, os valores e atitudes sociais dessa população e das instituições sobre a velhice, bem como o compromisso da sociedade com o bem-estar dos idosos estão diretamente envolvidos na mensuração da qualidade de vida.

Ainda de acordo com essa autora, o interesse pela qualidade de vida de pessoas idosas já existia desde a antiguidade, mas tornou-se foco de estudos somente no final do século passado, quando o envelhecimento populacional passou a ser realidade de boa parte da população mundial.

Segundo Fleck, Louzada, Xavier, Chachamovich, Vieira, Santos e Pinzon (2000), o termo “qualidade de vida” foi definido pelo Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde – OMS (2004) como a percepção do indivíduo de sua posição na vida, considerando o contexto de sua cultura e sistema de valores. As investigações sobre qualidade de vida revestem-se de importância científica e social, pois podem servir para subsidiar ações e fomentar políticas sociais, visando à promoção de maior dignidade e respeitabilidade da velhice (SILVA & REZENDE, 2006).

De acordo com Rodrigues (2010), são poucos os estudos realizados na psicologia sobre a qualidade de vida dos idosos institucionalizados e, portanto, a literatura científica sobre essa temática é pequena. Alguns desses estudos serão apresentados abaixo.

Martins, Soares, Sales, Frota, Barbosa e Santos (s.d) realizaram uma revisão sistemática e estruturada de artigos originais, publicados no período de 2006 a 2011 e, como resultado, identificaram que a maioria dos estudos mostrou uma diferença significativa na qualidade de vida de idosos institucionalizados, comparada com idosos não institucionalizados. Os idosos institucionalizados apresentaram pior qualidade de vida, principalmente no que diz respeito aos domínios da relação social e independência/ autonomia. O domínio relação social se refere às relações estabelecidas na comunidade em geral, às atividades sexuais e ao suporte/apoio recebido pela sociedade. O domínio independência/autonomia é relacionado à mobilidade, à capacidade para o trabalho, ao nível de dependência de medicação e tratamentos e atividades cotidianas.

Com o objetivo de conhecer e comparar a qualidade de vida de idosos institucionalizados e idosos participantes de centros de convivência, Silva e Rezende (2006) realizaram um estudo transversal na cidade de Uberlândia no ano de 2005 através da aplicação de entrevista e do questionário WHOQOL-bref em 86 idosos institucionalizados e 87 participantes de dois centros de convivência. Os resultados indicaram uma pior percepção, entre os idosos institucionalizados, de aspectos que envolvem as saúdes física, psicológica e sobre o ambiente em que vivem quando comparados aos dos centros de convivência. Além disso, os idosos institucionalizados apresentaram um número médio maior de doenças, bem como maiores níveis de dependência em atividades de vida diária.

Carneiro (2006) realizou um estudo sobre habilidades sociais e qualidade de vida com 30 idosos que frequentavam uma Universidade Aberta para terceira idade, 30 idosos de contextos familiares e 15 que viviam em ILPIs. Verificou-se, nesse estudo, que os idosos

residentes nas instituições apresentavam pior qualidade de vida em relação aos demais grupos, bem como menor repertório de habilidades sociais.

Andrade e Nery (2012) efetuaram também um estudo com o objetivo de avaliar a qualidade de vida dos idosos residentes em Instituições de Longa Permanência no município de Jequié-BA. Os participantes da pesquisa se constituíram em um total de 20 idosos e, por meio da observação sistemática e aplicação de alguns instrumentos que visaram a avaliar a (in) dependência dos idosos, foram identificados resultados como: maiores níveis de isolamento social, inatividade e risco maior de solidão vivenciado pelos idosos institucionalizados; observa-se que tais fatores são agravantes para a redução de suas capacidades cognitivas e funcionais, o que favorece a progressão da demência.

Rodrigues (2010) afirma que a manutenção e o desenvolvimento de uma boa rede social de apoio com a inserção de novos amigos é uma forma de minimizar o impacto das perdas e limitações da velhice, deixando os idosos menos vulneráveis a situações de abandono e sentimentos de solidão. Carneiro (2006) sugere ainda que a qualidade de vida está intimamente relacionada às habilidades sociais do idoso, ou seja, à sua capacidade de estabelecer e manter relações sociais. Assim pode-se perceber a relevância de se estimular as habilidades sociais e comunicativas dos idosos institucionalizados para, conseqüentemente, manter sua rede social de apoio.

Dutra e Rodrigues (2010), em um estudo descritivo, verificaram a qualidade de vida de nove idosos institucionalizados em uma ILPIs no interior de Minas Gerais, através do questionário WHOQOL-OLD; foi percebido que a média dos escores de qualidade de vida (escore total) encontrada foi de 57,29%, indicando que os idosos estudados avaliaram a QV como indiferente, nem satisfatória e nem insatisfatória. Da mesma forma, Nunes, Menezes e Alcchieri (2010) realizaram um estudo descritivo e exploratório, que objetivou analisar a qualidade de vida de 43 idosos institucionalizados no município de Natal, utilizando-se do WHOQOL-OLD. Os resultados indicaram que, no escore geral, os idosos avaliaram sua qualidade de vida como nem insatisfatória, nem satisfatória (52,9%). Tal fato, segundo os autores, pode estar relacionado à indiferença dos idosos quanto ao destino, ou mesmo uma acomodação passiva à situação, acompanhada por um desânimo presente em muitos deles.

Diante de tais estudos, pode-se notar que a qualidade de vida dos idosos que residem nas ILPIs é baixa. Neste sentido, verificar se as ILPIs dispõem de um regimento coerente com a legislação que ampara o funcionamento desses locais e compreender como se dá o gerenciamento do cotidiano institucional, seus desafios e facilidades pode ser uma possibilidade de descoberta das falhas desse sistema para que os residentes obtenham melhor qualidade de vida e, por conseguinte, melhor saúde e bem-estar social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. M. B., & NERY, V. A. S. **Avaliação da qualidade de vida de idosos institucionalizados.** *Revista Eletrônica da Fainor*, 5, 130–140, 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução RDC nº. 283 que Aprova o **Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos.** Brasília, DF. *Diário Oficial da União*, seção 1. 2005, 26 de setembro.

ARAÚJO, C. L. O.; SOUZA, L. A. & FARO, A. C. M. **Trajetória das Instituições de Longa Permanência para idosos no Brasil.** *História de enfermagem: Revista eletrônica*; 1(2), 250-262, 2010.

CARNEIRO, R. S. **A relação entre habilidades sociais e qualidade de vida na terceira idade.** *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 2(1), 2006.

CAMARANO, A. A., & KANSO, S. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil.** *Revista Brasileira Estudos Populacionais*, 27, 233–235, 2010.

CAMARANO, A. A. **Mecanismos de proteção social para a população idosa Brasileira.** *Texto para discussão 1179.* Rio de Janeiro: Ipea. 2006.

CHAIMOWICZ, F., & GRECO, D. B. **Dinâmica da institucionalização de idosos em Belo Horizonte, Brasil.** *Revista de Saúde Pública*, 33 (5), 454-60, 1999.

CHRISTOPHE, M. **Instituições de longa permanência para idosos no Brasil: uma opção de cuidados de longa duração?** Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro. 2009.

DECRETO Nº. 1.948. Regulamenta a Lei nº. 8.842, de 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a **Política Nacional do Idoso**, e dá outras providências. Brasília, DF. *Diário Oficial da União*, seção 1. 1996, 03 de julho.

DUARTE, L. M. N. **O processo de institucionalização do idoso e as territorialidades: espaço como lugar?** *Estud. interdiscipl. envelhec.*, 19 (1), p. 201-217, 2014.

DUTRA, N. S., & RODRIGUES, A. G. **Percepções de idosos residentes em ILPIs sobre a moradia na instituição.** *Anais do XIII Congresso de Produção Científica e Acadêmica*, Universidade Federal de São João del Rei, MG, outubro, 2014.

FREITAS, E. V., PY, L., CANÇADO, F., DOLL, J., & GORZONI, M. **A qualidade dos cuidados ao idoso institucionalizado.** In Freitas et al (org.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia* (pp.1131–1141). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2006.

FLECK, M. P. A, LOUZADA, S., XAVIER, M., CHACHAMOVICH, E., VIEIRA, G., SANTOS, L. & PINZON, V. **Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref".** *Rev. Saúde Pública*, 34 (2), 178–83, 2000.

GONÇALVES, D., MEDEIROS, R., ALTERMANN, C., VIEIRA, A., MACHADO, A. P., OLIVEIRA, A., PICCININI, A. M., & MELLO-CARPES, P. B. **Velhice e envelhecer: percepções de idosos institucionalizados de Uruguai/RS acerca do envelhecimento humano.** *Revista Contexto & Saúde*, 10 (20), 533-540, 2011.

GOFFMAN, E. **As características das instituições totais.** In Goffman. *Manicômios, prisões e conventos* (pp.13–108). São Paulo: Perspectiva. 1961.

GRAEFF, L. **Instituições totais e a questão asilar: uma abordagem compreensiva.** *Estud. interdiscip. envelhec.*, 11, 9-27, 2007.

GROISMAN, D. **Asilos de Velhos: passado e presente.** *Estudo interdisciplinar envelhecimento*, 2, 67–87, 1999.

IPEA. Infraestrutura Social e Urbana no Brasil subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. **Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil.** 2010.

MARTINS, A. B. T., SOARES, A. P., BARBOZA, M. C. C., SALES, R. M. FROTA, M. A., & SANTOS, Z. M. S. A. **Qualidade de vida em idosos institucionalizados: revisão sistemática.** Recuperado em 12 Dezembro, 2014, de http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/72/2012_72_4260.pdf. s.d.

MOURA, I. F. C. **Intervenções psicossociais em instituições de longa permanência para idosos: a ludicidade e suas implicações para a identidade e afetividade: Análises de relatos e imagens.** Tese de Mestrado, Psicologia, Universidade Federal de São João del Rei, MG. 2013.

MOURA, G. A., & SOUZA, L. K. **Práticas de lazer na ILPI: a visão dos coordenadores.** *Licere*, 17 (3), 24-43, 2014.

NERI, A. L. **Qualidade de vida e idade madura.** São Paulo: Papyrus. 1993.

PASSOS, I. C. F. **Loucura e sociedade: discursos, práticas e significações sociais.** Belo Horizonte: Argvmentvm. 2009.

NUNES, V. M. A. R., MENEZES, M. P., & ALCHIERI, J. C. **Avaliação da Qualidade de Vida em idosos institucionalizados no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.** *Acta Scientiarum. Health Sciences*, 32 (2), 119–126. 2010.

PAULINO-PEREIRA, F. C., VALUTA, P. M., & SOARES, S. R. **Identidade e sobrevivência do suicídio com fogo.** *Perspectivas em Psicologia*, 16 (1), 173-189. 2012.

PORTARIA MPAS/SEAS N.º 73 . Dispõe sobre normas de funcionamento de serviços de atenção ao idoso no Brasil. Diário Oficial da União: Ministério da Saúde. 2001, 10 de maio.

PORTARIA N.º 810. Dispõe sobre normas e os padrões para o funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos, a serem observados em todo o território nacional. Diário Oficial da União: Ministério da Saúde. 1989, 22 de setembro

RODRIGUES, A. G. **Habilidades comunicativas e a rede social de apoio de idosos institucionalizados.** Tese de Doutorado, Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

SCHARFSTEIN, E. A. **Instituições de longa permanência – uma alternativa de moradia para os idosos brasileiros na vida contemporânea.** Tese de doutorado, Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

SILVA, T. E., & REZENDE, C. H. A. **Avaliação transversal da qualidade de vida de idosos participantes de centros de convivência e institucionalizados por meio do questionário genérico Whoqol-Bref.** *Revista Eletrônica da Universidade Federal de Uberlândia* [online]. 2006.

SOUSA, I. C. **A pessoa idosa excluída da rede e da política de saúde mental no Brasil e na África, seja na ILPI ou no hospital Psiquiátrico: internamento até a morte.** XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. 2011.

SOUZA, J. L. C. **Asilo para idosos: o lugar da face rejeitada.** *Jornal da Universidade Federal do Pará*, 4, 77–86, 2003.

TOMASINI, S. L. V., & ALVES, S. **Envelhecimento bem-sucedido e o ambiente das instituições de longa permanência.** *Revista Brasileira Ciência do Envelhecimento Humano*, 4, 88–102, 2007.

XIMENES, M. A., & CÔRTE, B. **Idosos e seus fazeres na Instituição de Longa Permanência.** *Caderno Temático Kairós Gerontologia*, 8, 29–34, 2010.

PRÁTICAS DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Data de aceite: 01/02/2022

Marcos Alexandre Alves

Acadêmico de Graduação do Curso de Psicologia do Centro Universitário Sudoeste Paulista - (UNIFSP)

Josiane Fernandes

Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Sudoeste Paulista - (UNIFSP)

RESUMO: Em território nacional, o contexto prisional tem se mostrado um grande problema. Historicamente, marcado por coercitividade e punição, as prisões foram sendo modificadas em busca de cuidados humanizados e ressocialização dos encarcerados. Ainda que, com modificações, o viés estruturante se mantém com negligência e violência em relação aos prisioneiros. Destacam-se as falhas, as quais proporcionam a piora do sistema conforme o passar dos anos e, com isso, a manutenção de estigmas sociais e marginalização dos povos. Em meio a este cenário, buscam-se formas de superação de sua concretude histórica com a elaboração do conceito de Reintegração Social. Este conceito possibilita o cuidado de forma ampla e multidisciplinar para com o indivíduo encarcerado e sua família, a fim de viabilizar a reinserção deste em sociedade e mercado de trabalho, melhores condições de vida e diminuição da reincidência em instituições prisionais. Porém, há autores que comentam a inviabilização da reintegração social na forma atual do sistema prisional. Neste sentido, uma revisão sistemática de literatura foi

elaborada com o objetivo de investigar práticas positivas efetivadas nas prisões brasileiras, que demonstrem a implementação da reintegração social. A pesquisa ocorreu por meio das bases de dados Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PubMed, Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), Index Psi, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), PBI-USP (Portal de Buscas Integradas da Universidade de São Paulo) e REDIB (Rede Ibero-Americana) com o esquema de palavras: (*Penitentiary Or Prisoners*) And (*Intervention Or Education Or Reintegration Or Recovery Or Strategies*). A partir disso, 18 artigos foram encontrados com uma variabilidade de áreas aplicadas no contexto prisional. No entanto, o pequeno número de resultados demonstra um grande déficit de intervenções dentro do sistema penitenciário brasileiro, bem como a reintegração social como meta idealizada e inviabilizada de ser alcançada em totalidade no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema prisional. Reintegração Social. Intervenção. Prisões.

PRACTICES OF SOCIAL REINTEGRATION IN BRAZIL: A SYSTEMATIC REVIEW

ABSTRACT: In national territory, the prison context has been a big problem. Historically, marked by coercivity and punishment, prisons have been changing in search of humanized care and resocialization of inmates. Even so, with modifications, the structuring bias remains with negligence and violence in relation to prisoners. It highlights the flaws in which the system worsens over the years and, with that, the maintenance

of social stigmas and the marginalization of peoples. In the midst of this scenario, ways are sought to overcome its historical concreteness with the elaboration of the concept of Social Reintegration. This concept makes it possible to provide comprehensive and multidisciplinary care to the incarcerated individual and to the family, in order to enable the reinsertion of this subject in society and in the labor market, better living conditions and a reduction in recidivism in prison institutions. However, there are authors who comment on the impossibility of social reintegration in the way the prison system is doing. In this sense, a systematic literature review was prepared with the aim of investigating the positive practices carried out in Brazilian prisons that show the implementation of social reintegration. The research took place through the databases Lilacs (Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences), PubMed, Pepsic (Electronic Journals in Psychology), Index Psi, Scielo (Scientific Electronic Library Online), PBI-USP (Portal of Integrated Research of the University of São Paulo) and REDIB (Ibero-American Network) with the word scheme: (Penitentiary Or Prisoners) And (Intervention Or Education Or Reintegration Or Recovery Or Strategies). From this, 18 articles were found with a variability of areas applied in the prison context. However, the small number of results demonstrates a great deficit of interventions in the Brazilian penitentiary system, as well as social reintegration as an idealized and unfeasible goal to be fully achieved in Brazil.

KEYWORDS: Prison system. Social Reintegration. Intervention. Prisons.

1 | INTRODUÇÃO

Um olhar crítico ao sistema prisional se faz necessário em nossa realidade. Desde sua gênese, configurações foram ocorrendo e sendo relacionadas às formas de coerção. Historicamente, o sistema prisional surge como forma de punir e conter todos os indivíduos que extrapolam as normas e regras sociais (MUELLER, 2014). Anteriormente, durante séculos, eram prevalentes os métodos de coerção e até a morte. Houve uma configuração, de forma idealizada, voltada à ressocialização no século XVI, porém sem efetividade (PINHEIRO; GAMA, 2016). No século XVIII, modificações ocorreram provenientes da Revolução Industrial e das práticas capitalistas, o que justificou um papel também idealizado de cuidados mais humanizados através da privação de liberdade (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1998; PINHEIRO; GAMA, 2016).

Vale ressaltar que a adesão às instituições penais na América Latina se iniciou diferentemente dos países norte-americanos e europeus (PINHEIRO; GAMA, 2016). Somente a partir do século XIX são abandonadas, em sua maioria, as práticas de execução para a construção de instituições de privação de liberdade e ressocialização (PINHEIRO; GAMA, 2016).

Com a estruturação dos sistemas de privação de liberdade, modificações culturais começam a existir, assim as instituições penais passaram a atuar em um papel social maniqueísta, separando as pessoas “boas” das “más”; estas estariam em tratamento para sua ressocialização (KARAM, 2011). Nesse sentido, segundo Karam (2011), constituiu-se na população encarcerada uma estigmatização, uma amplificação das desigualdades

sociais e a culpabilização do sujeito, recortando a colaboração social da construção de criminosos e dificultando qualquer benefício que pudesse existir dentro das prisões.

Segundo Silva (2012), a constituição institucional das prisões foi aplicada de forma fracassada, refletindo problemáticas da sociedade extramuros e não demonstrando eficácia na segurança pública. Para o autor, os cuidados dentro deste contexto são pautados pelas práticas de exploração e coercitividade, mas camufladas pelo pensamento ressocializador e humanista (SILVA, 2012).

Dentre as muitas problemáticas existentes dentro do contexto prisional, destaca-se o alto número de encarcerados no Brasil. Atualmente, de acordo com o site do Departamento Penitenciário Nacional (2020) e com a World Prison Brief (2021), o Brasil contabiliza 811.707 pessoas presas entre homens e mulheres, sendo a capacidade total das instituições penais de 455.283 vagas. As plataformas apontam que os dados foram atualizados pela última vez em 31 de dezembro de 2020, no entanto, a quantidade de instituições penais não foi divulgada na mesma data, sendo contabilizadas 2.608 instituições prisionais até 2019 (WPB, 2021).

Devido ao fracasso do projeto de encarceramento, buscou-se uma superação da ressocialização idealizada, não se pensando no tempo e no espaço em que os indivíduos cumpririam sua pena, mas em como isso seria procedido (BARATTA, 2004). Segundo o referido autor, a superação ocorreria através do conceito de reintegração social, que abarca o olhar dos direitos humanos, com acesso "(...) à educação, ao trabalho e à assistência social, e desenvolver cada vez mais essas possibilidades na esfera do legislativo e da administração penitenciária." (p. 3); assim em conjunto ao rompimento de estigmas sociais para uma interação mais direta entre prisão e sociedade.

Estudos realizados por profissionais da Secretaria Administrativa Penitenciária (2009) do Estado de São Paulo, proporcionaram a confecção de um manual que descreve estratégias interventivas relacionadas à Reintegração Social, subdivididas de acordo com as especificidades estruturais de regimes e sentenças. Tais estratégias se mostram como ideal de execução para o melhor processo de saúde psicossocial dos indivíduos em privação de liberdade.

O material descreve como práticas de reintegração social um conjunto de atividades que abrange a pessoa presa contextualizada, os grupos familiares, a instituição intramuros, de forma multidisciplinar, e instituições extramuros (SAP, 2009). Destarte, as atividades individuais e grupais impactam na modificação de perspectiva e promoção de saúde mental. Essas atividades podem ser realizadas por meio de projetos interventivos de áreas multidisciplinares, ações continuadas, atendimentos psicológicos e sociais, além de proporcionar acesso à educação e trabalho (SAP, 2009).

De acordo com Pompeu e Dias (2015), a reintegração e ressocialização se faz necessária para a diminuição da reincidência e, também, é dada com um direito do indivíduo privado de liberdade. No entanto, sua efetividade se mostra fracassada ao se deparar

com um sistema estruturado na exclusão social e desigualdade, ou seja, a reintegração tal como é proposta “(...) não pode ser alcançada por meio de uma instituição como a prisão” (POMPEU; DIAS, 2015; p.98). Assim, para as autoras, mais uma vez as instituições não auxiliam na configuração dos déficits e fatores negativos gerados pela sociedade, mas sim atuam como mantenedoras da criminalidade.

Mesmo com dificuldades, a compreensão das práticas de reintegração social se faz necessária para uma melhor instrumentalização nesse contexto deficitário. O contexto prisional vem acompanhado de mãos dadas com a exclusão social desde seus primórdios, dificultando uma modificação estrutural e ideológica com relação aos sujeitos que estão submetidos à penalização. No entanto, investigar métodos positivos que apontam resultados otimistas em meio à defasagem do sistema prisional, pode ajudar em sua replicabilidade, bem como em estruturar novos instrumentos para a mesma finalidade. Desta forma, com a execução da reintegração social é possível propiciar a ressignificação de vida dos sujeitos deste contexto.

Portanto, com este estudo, espera-se identificar as práticas de reintegração que vêm sendo efetivadas no contexto prisional brasileiro. Concomitante à coleta, a pesquisa pode favorecer a apresentação das áreas de conhecimento que estão atuando na promoção da atenção ao indivíduo encarcerado e, ainda, proporcionar questionamentos e reflexões sobre a realidade penitenciária no Brasil.

2 | MÉTODO

A pesquisa foi elaborada de forma a investigar, por meio de revisão sistemática de literatura, estudos pautados em intervenções dentro do contexto prisional brasileiro. A revisão sistemática, de acordo com Atallah e Castro (1997), é um instrumento positivo na coleta de dados de áreas diversas, principalmente na área da saúde. Para eles, este instrumento possibilita a síntese de informações que validam e viabilizam tomadas de decisões mais eficazes, principalmente em intervenções.

Desta maneira a busca foi realizada tendo em vista artigos que estivessem de acordo com a temática da pesquisa, sendo estudos realizados em território brasileiro e em língua portuguesa. Estes artigos precisariam se caracterizar como experimentais e estudos in loco, com período de 2011 até 2021.

A filtragem dos artigos foi feita por meio da leitura dos títulos e dos resumos. Foram excluídos os materiais que se mostraram retidos, em língua estrangeira e duplicados. Dos artigos selecionados para leitura na íntegra, que inicialmente ocorreu por uma leitura dinâmica e depois uma leitura crítica, foi feita a filtragem de acordo com o tema.

Para a coleta dos artigos, foram utilizados os indexadores eletrônicos Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PubMed, Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), Index Psi, Scielo (Scientific Electronic Library

Online), PBI-USP (Portal de Buscas Integradas da Universidade de São Paulo) e REDIB (Rede Ibero-Americana). No acesso à PBI-USP e à REDIB, os resultados foram refinados na pesquisa pelas classificações “Artigos” e “Língua Portuguesa”.

A coleta de dados nas plataformas foi realizada utilizando as palavras-chave em inglês para uma maior amostragem de dados e foram subdivididas em dois conjuntos: 1) *Penitentiary* (Penitenciária) e *Prisoners* (Prisioneiros); 2) *Intervention* (Intervenção), *Education* (Educação), *Reintegration* (Reintegração), *Recovery* (Recuperação) e *Strategies* (Estratégias). Cada agrupamento de palavras-chaves foi pesquisado entre parênteses com a presença da palavra *OR* (Ou) e entre ambos os grupos foi feita a adição da palavra *AND* (E), para que fosse possível uma ampliação do escopo da pesquisa. Nesse sentido, o esquema de palavras foi (*Penitentiary Or Prisoners*) And (*Intervention Or Education Or Reintegration Or Recovery Or Strategies*).

Em sua análise, foi realizada a leitura dos artigos coletados para a sua descrição e, posteriormente, feita a discussão com embasamento teórico.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da aplicação do método, foram alcançados 550 artigos. No processo de exclusão e inclusão, do todo foram descartados 532 artigos. O processo de exclusão ocorreu por meio do título (n=373), por resumo (n=71), retidos (n=7), duplicados (n=31) e por idioma (n=10), assim como demonstra a Figura 1. Foram coletados 59 artigos para leitura dinâmica na íntegra, os quais foram filtrados pelo tema/ tipo de pesquisa (n=34). Assim, resultaram 24 artigos para uma segunda leitura, que foi realizada de forma crítica, culminando em 18 artigos para a composição final desta pesquisa.

Processo de coleta de dados obtidos para compor a pesquisa, sendo considerados a identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos dados:

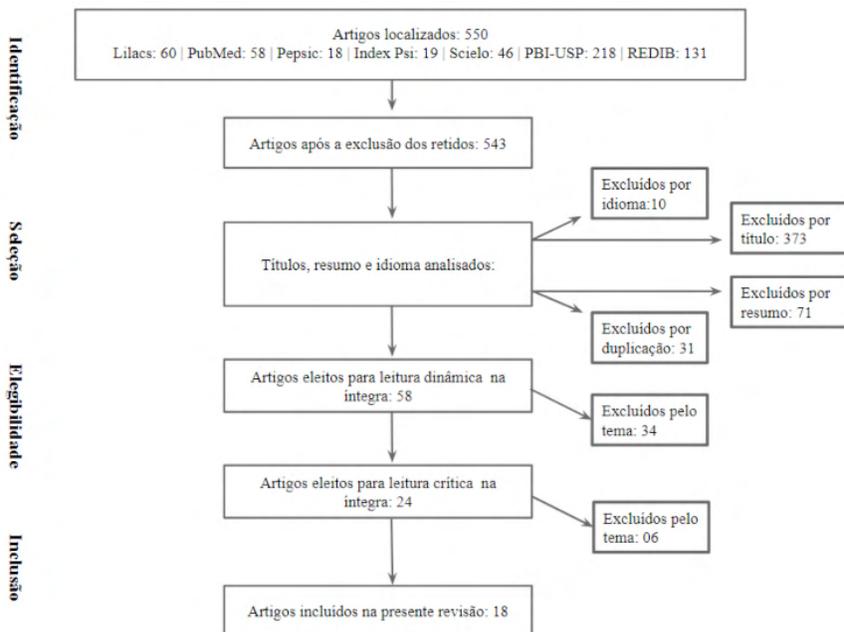


Figura 1 - Na ilustração acima, está sendo demonstrado o processo de coleta, inclusão e exclusão de artigos na qual se baseia a pesquisa. Todo o processo foi subdividido em quatro categorias, sendo: 1) a identificação dos artigos, contendo a quantidade total dos materiais encontrados pela pesquisa; 2) a seleção dos materiais, demonstrando os critérios de exclusão, como o idioma, título, resumo e duplicação; 3) a elegibilidade na qual já se encontram os artigos utilizados como leitura na íntegra e, por fim; 4) a inclusão, que se baseia nos resultados finais dos materiais utilizados nesta pesquisa.

Dentre os materiais resultantes, foi possível observar uma variabilidade de áreas aplicadas ao contexto prisional na promoção da reintegração social. As áreas são: educação (n= 04), saúde (n= 02), psicologia (n= 06), trabalho (n= 02), terapia ocupacional (n= 01) e artes cênicas (n= 03), tal como ilustra a Figura 2, no gráfico de resultados.

Gráfico estatístico de apresentação das intervenções de acordo com as áreas de conhecimento:

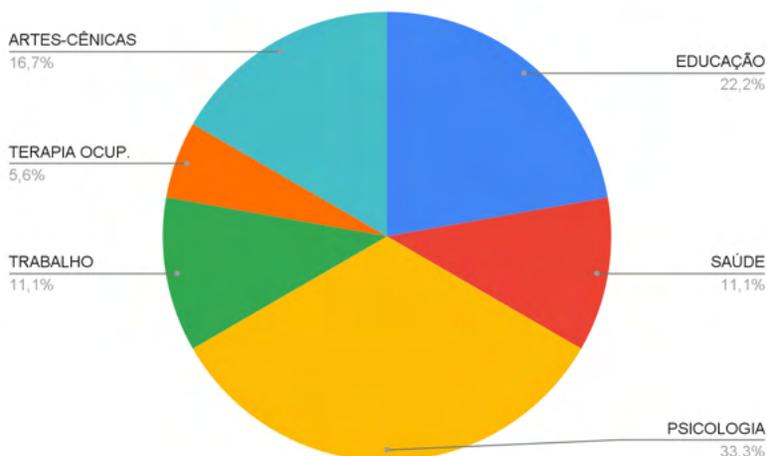


Figura 2 - Resultados estatísticos definidos por área do conhecimento em um gráfico formato pizza. Nele estão sendo apresentadas as áreas de terapia ocupacional (5,6%), saúde (11,1%), trabalho (11,1%), artes cênicas (16,7%), educação (22,2%) e psicologia (33,3%).

Cada pesquisa se mostrou única em seu aspecto prático, mesmo em suas devidas áreas de estudos e seus campos de conhecimento e viés teórico. Dentre os resultados obtidos no recorte metodológico desta pesquisa, destaca-se intervenções proporcionadas pela Psicologia. No entanto, com o grande número de pessoas encarceradas no país, ainda está distante de ser uma prática que privilegie o sistema prisional brasileiro.

Por vista disso, comparativamente, é importante observar que num país que possui 2.608 instituições penais se mostra preocupante o número de 18 estudos intervencionais proporcionados dentro do contexto prisional nos últimos 10 anos, o que corresponde a aproximadamente 0,69% da totalidade de estabelecimentos privilegiados pela reintegração social, de acordo com este recorte metodológico. Ressaltam-se também déficits demonstrados nas instituições com base do Departamento Penitenciário Nacional (2020), pois dentro das estruturas penais brasileiras, encontram-se 372 estabelecimentos sem módulos de saúde; 458 estabelecimentos sem módulos para atividades de ensino e educação; 802 estabelecimentos sem módulos para oficinas profissionalizantes, trabalho remunerado ou artesanatos; 666 estabelecimentos sem locais específicos para visitação social; 373 unidades sem espaço para atendimento sociais; e 425 estabelecimentos sem espaço para atendimento psicológico. Desta forma, demonstra-se inviável a aplicação de práticas de reintegração nas prisões e sua idealização como meta inalcançável (BARATTA, 2004; POMPEU; DIAS, 2015; DEPEN, 2020; WPB, 2021).

Ainda assim, embora rara, considerando a totalidade dos materiais coletados, é observável a interdisciplinaridade em que a reintegração social pode ser proporcionada quando aplicada nos locais que possuem estrutura para seu desenvolvimento (BARATTA,

2004; SAP, 2009).

Nestes estudos, as práticas que se destacam são: diálogo individual, discussão e coleta das narrativas de uma penitenciária do Ceará, com embasamento teórico da Psicologia Ambiental (ALBUQUERQUE; CAVALCANTE; FERREIRA, 2020); atendimento e acolhimento semanal com familiares dos encarcerados em uma penitenciária de Porto Alegre (ALTENBERND; BARCINSKI; LERMEN, 2015); projeto em grupo com discussão de temas e tarefas com viés da Terapia Cognitivo-Comportamental em Natal (AMORIM-GAUDÊNCIO et al., 2017); encontros com grupos de conversação de temas diversificados, orientados através da perspectiva psicanalítica em Ribeirão Preto (RODRIGUES; KYRILLOS NETO; ROSÁRIO, 2019); discussão e entrevistas individuais com viés psicanalítico junto a egressos em Uberlândia (SANTOS; SILVA, 2017); e encontros grupais para atividades sociodramáticas em uma penitenciária de Minas Gerais (CARDOSO; CAMPOS, 2016).

As práticas psicológicas se fazem imprescindíveis dentro de um contexto no qual, em teoria, deveria serem proporcionadas a reinserção, ressocialização e reintegração dos sujeitos encarcerados, tal como a educação, trabalho, saúde, artes e outras áreas do conhecimento (BARATTA, 2004).

No campo da educação, foi possível localizar os seguintes dados: leitura e debates em grupos sobre literatura, vinculados ao projeto de leituras para remissão em uma unidade prisional do estado do Paraná (LIMA; MELO, 2015); grupo coordenado por atuantes da área da psicologia, proporcionando leituras e ensino complementar em áreas diversificadas, em uma unidade prisional do Porto Alegre (CAMARGO; ROSA, 2019); programa de leitura e remissão por meio de resumos e resenhas dos livros, no estado do Paraná (FARIA; OLIVEIRA, 2016); e utilização de novo modelo educacional à distância com aplicação de provas presenciais concomitante com cursos profissionalizantes, em uma unidade prisional de Rondônia (ARAÚJO; LEITE, 2013).

Na perspectiva do cuidado ressignificador das populações vulneráveis dentro e fora do sistema carcerário, a saúde vem proporcionando atividades positivas, como: conversação e entrevista com familiares de mulheres presas sobre acesso à saúde, no Distrito Federal (PEREIRA, 2016); e encontros temáticos sobre à saúde e uso de substâncias psicoativas com encarcerados que fazem uso de psicotrópicos, no Espírito Santo (FREITAS; CALIMAN, 2017). Destaca-se que a reintegração social deve ser ampla e pensada nas especificidades das populações, sobretudo as marginalizadas (KARAM, 2011). Desta maneira, a atuação aplicada nesse recorte populacional deve ser para além dos encarcerados, mas também às famílias e comunidades que estão próximas deste sujeito incluso no sistema prisional, assim como é apresentado no manual da Secretaria Administrativa Penitenciária do estado de São Paulo (2009).

Estar reintegrado na sociedade também diz respeito a ser incluído nos diversos espaços sociais. Nestes espaços, o campo do trabalho permeia a sociedade como um todo e é um elemento importante na promoção deste indivíduo enquanto ser social. Com isso,

foram encontrados estudos que proporcionaram encontros para discussões e palestras de forma transdisciplinar, mas com foco da reinserção de egressas no mercado de trabalho, em Presidente Prudente (BETINI; SOUZA, 2011) e acompanhamento de egressos do sistema prisional num programa de reintegração do estado de Minas Gerais (BARBALHO; BARROS, 2014).

Nestes estudos, é possível analisar que as práticas voltadas ao trabalho devem ser organizadas e propiciadas para o sujeito fora da instituição e, não somente, dentro das prisões como instrumento de remissão. Poucos estudos foram localizados demonstrando a viabilização da inserção do indivíduo no mercado de trabalho extramuros, mas os encontrados deixam explícita a importância e necessidade desse olhar, bem como apontam Baratta (2004), Secretaria Administrativa Penitenciária (2009) e Pompeu e Dias (2015).

Das propostas incluídas como instrumento de reintegração, foi localizado um estudo com práticas de artes cênicas e terapia ocupacional: no Rio de Janeiro, detentos atuaram em um teatro que foi apresentado para os trabalhadores do sistema prisional (ROCHA, 2020); experiência teatral com mulheres detentas em uma unidade prisional, no Rio Grande do Sul (STÜRMER et al., 2020); oficinas de teatro em uma penitenciária, no Distrito Federal (RODRIGUES, 2020); e encontros com grupo de detentos, pautados nas práticas da terapia ocupacional, em Maceió (BEZERRA; SANTOS, 2017).

As intervenções proporcionadas no âmbito da educação, artes e terapia ocupacional também se incluem, de forma inegável, na multidisciplinaridade da proposta de reintegração social (BARATTA, 2004; SAP, 2009). Tais instrumentos, nomeado por Bezerra e Santos (2017) como tecnologias de intervenção, proporcionam a superação de entraves sistêmicos apontados pela coercitividade e punição existentes na história constitutiva do sistema prisional (SILVA, 2012; MUELLER, 2014).

Ressalta-se que, para além das dificuldades intramuros existentes decorrentes das estratégias interventivas, a reintegração social pode romper com os estigmas e preconceitos construídos nas sociedades (BARATTA, 2004; KARAM, 2011). Com isso, o foco dos estudos explorados pelos autores Altenbernd, Barcinski e Lermen (2015), Pereira (2016), Betini e Souza, (2011), Barbalho e Barros (2014) e Rocha (2020) demonstram que as práticas devem criar pontes com as comunidades que estão fora do sistema prisional.

Somente com atividades pautadas em ajudar o sujeito, o modelo falso de ressocialização apontado por Silva (2012) e o fracasso de prisões apontado por Pinheiro e Gama (2016) e Pompeu e Dias (2015) podem ser superados, proporcionando a desestigmatização, rotulação e vulnerabilização da população dentro do sistema carcerário brasileiro (BARATTA, 2004).

Ainda assim, as estratégias de reintegração se mostram pouco exploradas ou pouco estudadas no contexto brasileiro. Ao observar o pequeno número de resultados obtidos por este recorte metodológico, fica claro o quão distante o sistema prisional está de ser um ambiente socializador e reeducador. Esta observação concorda com os apontamentos

de Pompeu e Dias (2015), pois o ambiente carcerário, tal como é, torna-se inviável para aplicação da proposta de reintegração social em sua totalidade.

Com isso, é compreensível que as práticas interventivas se mostrem por iniciativa terceirizada, ou seja, por organizações não-governamentais e universidades. Destarte, como aponta Baratta (2004), a proposta de reintegração ainda é um projeto idealizado e que está sendo negligenciado pelo próprio Estado. A negligência reafirma as críticas de Silva (2012), demonstrando que a proposta humanizada de reintegração está permeada de punitividade e coerção.

Contudo, neste cenário crítico e deficitário, as poucas práticas de reintegração que foram implementadas se mostraram positivas para proporcionar a reinserção do sujeito em sociedade extramuros, viabilizar a crítica e pensamento dos encarcerados e familiares, bem como auxiliar no enfrentamento aos estigmas sociais que passaram a vivenciar (BETINI; SOUZA, 2011; ARAÚJO; LEITE, 2013; BARBALHO; BARROS, 2014; ALTENBERND; BARCINSKI; LERMEN, 2015; LIMA; MELO, 2015; FARIA; OLIVEIRA, 2016; PEREIRA, 2016; CARDOSO; CAMPOS, 2016; FREITAS; CALIMAN, 2017; SANTOS; SILVA, 2017; AMORIM-GAUDÊNCIO et al., 2017; RODRIGUES; KYRILLOS NETO; ROSÁRIO, 2019; CAMARGO; ROSA, 2019; ALBUQUERQUE; CAVALCANTE; FERREIRA, 2020; ROCHA, 2020; STÜRMER et al., 2020; RODRIGUES, 2020). Mesmo com déficits, as tecnologias interventivas têm seu valor e necessitam de sua amplificação nesta realidade e em nível nacional.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema prisional se estruturou em uma perspectiva de correção moral com base na coerção e punição. Ao longo dos séculos, novas perspectivas vêm sendo elaboradas, mas a concretude das prisões se mantém na mudança de conduta do sujeito de forma negativa. Este modelo mantém a culpabilização do sujeito, o estigma deste nas sociedades extramuros e na marginalização das populações mais vulneráveis socialmente.

Em meio a este cenário, foi construído e pensado um conceito que pudesse superar a perspectiva negativa da relação indivíduo-prisão-sociedade. Neste conceito, a reintegração social abarca intervenções multidisciplinares com o sujeito e grupos encarcerados, bem como os familiares e comunidades com que este possui alguma relação. Em sua proposta ideal, ela possibilitaria a reinserção deste sujeito no mercado de trabalho, a ressignificação de sua história e vida, possibilitaria melhores condições dentro do cárcere e poderia diminuir o número de reincidência da população que esteve dentro do sistema prisional.

No entanto, ressalta-se que há autores que expõem ser inviável a reintegração dentro das prisões, atualmente, pela forma de como ela é administrada e procedida. Ainda assim, práticas são necessárias, pois olhar para a população encarcerada se faz de extrema importância.

Neste sentido, esta pesquisa propôs analisar em nível nacional a efetividade das práticas de reintegração social. Como resultados, foram obtidos 18 artigos, o que demonstrou se tratar de estudos espalhados em diversos estados, com atividades diferenciadas em áreas multidisciplinares. Porém, reconhecendo que o Brasil está em terceiro lugar com maior número de pessoas encarceradas no mundo, totalizando 811.707 pessoas presas em 2.608 instituições prisionais, somente 18 estudos escancaram os déficits na propiciação da reintegração social no país. Este dado também demonstra sobre como se está distante de modificações na realidade brasileira com relação ao cárcere e na marginalização das populações.

Acrescenta-se, o déficit na atenção dos meios acadêmicos, estatais e não-governamentais. O estudo, com tal recorde metodológico, apresentou a existência de 0,69% de intervenções procedidas na realidade prisional e da totalidade de estabelecimentos em território nacional. Com isso, fica sinalizada a negligência e marginalização existente para com a população encarcerada e seus familiares, também em espaços críticos como as academias e em espaços de execução de direitos, como o Estado e Políticas Públicas.

Desta maneira, conclui-se a necessidade de fomentar uma ampliação desta discussão nos espaços acadêmicos para produção de conhecimento e técnicas que possam ser implementadas no sistema prisional, assim como buscar maior atuação das organizações não-governamentais e do próprio Estado com Políticas Públicas eficazes e efetivas nesta realidade do sistema prisional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, N. G. C.; CAVALCANTE, S.; FERREIRA, K. P. M. Percepções e afetos na prisão: análise de narrativas de presos e agentes penitenciários. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v. 32. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/jTtzBqTMsYq5CQmqqXYLFmw/?lang=pt#>

ALTENBERND, B.; BARCINSKI, M.; LERMEN, H. S. Integralidade e intersetorialidade nas práticas psicológicas: um relato de experiência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 156, p. 390-408. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cb538pZWRBtdzx89J57gTDy/?lang=pt#>

AMORIM-GAUDENCIO, C.; CORREIA-DE-OLIVEIRA, K. G.; BRAZ, L. F. G.; FIGUEIREDO FILHO, V. N. Promoção de comportamentos proativos em reeducandos em processo de reintegração: Um relato de experiência. **Estud. psicol.**, v. 22, n. 2, p. 152-159. Natal, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2017000200004&lng=pt&nrm=iso

ARAÚJO, S. S.; LEITE, M. C. L. A assistência educacional no sistema penitenciário federal – A Penitenciária Federal em Porto Velho/RO. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, no. 1, p. 395-415. São Carlos, 2013. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/675/239>

ATALLAH, A. N.; CASTRO, A. A. Revisão Sistemática da Literatura e Metanálise: a melhor forma de evidência para tomada de decisão em saúde e a maneira mais rápida de atualização terapêutica. **Diagnóstico & Tratamento**, v. 2, n. 2, p. 12-15, 1997. Disponível em: http://centrocochranedobrasil.org.br/cms/apl/artigos/artigo_530.pdf

BARATTA, A. **Ressocialização ou Controle Social**: Uma abordagem crítica da "reintegração social" do sentenciado. Universidade de Saarland, R. F. A. Alemanha, 2004. Disponível em: <http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf>

BARBALHO, L. A.; BARROS, V. A. Entre a cruz e a espada: a reintegração de egressos do sistema prisional a partir da política pública do governo de Minas Gerais. **Psicol. rev.**, v. 20, n. 3, p. 549-565. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682014000300009&lng=pt&nrm=iso

BETINI, G.; SOUZA, S. Z. S. A transdisciplinaridade como alternativa no processo de reintegração social. **Revista de Psicologia da UNESP**, 10(1), p. 184-194. 2011. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/579/536>

BEZERRA, W. C.; SANTOS, C. F. Tecnologias de intervenção em Terapia Ocupacional Social: reflexões a partir de uma oficina de produção de fanzine no contexto prisional. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v.1(3), p. 414-426. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/10124/pdf>

CARDOSO, L. F. V.; CAMPOS, M. G. C. O sociodrama como metodologia de intervenção com condenados. **Rev. bras. psicodrama**, v. 24, n. 2, p. 69-79. São Paulo, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932016000200008&lng=pt&nrm=iso

CAMARGO, W. C.; ROSA, L. R. (Re)Pensando o Fazer Psi no Sistema Prisional: Relato de Experiência. **PSI UNISC**, v. 3(2), p. 156-171. Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334859528_RePensando_o_Fazer_Psi_no_Sistema_Prisional_Relato_de_Experiencia

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Online database. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depem/pt-br/sisdepem/mais-informacoes/relatorios-infopen/brasil>

FARIA, M. L. C.; OLIVEIRA, V. B. M. A leitura no ambiente prisional. **Revista Travessias**, v. 10, n. 2, p. 399-413. Cascavel, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/14705>

FREITAS, M. M. B.; CALIMAN, L. V. A Saúde e o Psicotrópico no Sistema Prisional. **Rev. Polis Psique**, v. 7, n. 3, p. 61-83. Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2017000300005&lng=pt&nrm=iso

KARAM, M. L. Psicologia e sistema prisional. **Revista Epos**, vol. 2 n° 2. Rio de Janeiro, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2011000200006

LEMOS, A. M.; MAZZILLI, C.; KERING, L. R. Análise do trabalho prisional: um estudo exploratório. **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 2, n° 3, p. 129-149. Curitiba, set./dez. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65551998000300008&script=sci_arttext

LIMA, S. O.; MELO, H. F. Leitura literária e vivência criativa no espaço carcerário. **Via Atlântica**, n. 28, p. 293-309. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/98635/107104>

MUELLER, B. A Reintegração social do egresso do sistema prisional e o papel da psicologia: Estudo de caso. **Cadernos de Segurança Pública**, ano 6, n° 5. Rio Grande do Sul, jun. 2014. 10p. Disponível em: <http://www.isprevista.rj.gov.br/download/Rev20140603.pdf>

PEREIRA, É. L. Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 2123-2134. 2016. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2016.v21n7/2123-2134/#>

PINHEIRO, L. F.; GAMA, T. da S. As Origens do Sistema Penitenciário Brasileiro: uma análise sociológica da história das prisões do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade Em Debate**, 22(2), p. 157-190. 2016. Disponível em: <https://www.rle.ucpel.tche.br/rsd/article/view/1438>

POMPEU, B. F.; DIAS, M. T. Reintegração Social Do Preso No Brasil. In: **Diálogo entre o Direito e Sociologia**. IDP, 1° Edição. Brasília, p. 87-100. 2015. Disponível em: https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/1986/1/DI%C3%81LOGOS_ENTRE_DIREITO_E_SOCIOLOGIA.pdf#page=87

ROCHA, M. L. N. A dramaturgia da prisão em cena: um experimento teatral na Penitenciária Lemos Brito, no Rio de Janeiro. **Urdimento**, v. 3, n. 39. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/18799/12425>

RODRIGUES, B. F.; KYRILLOS NETO, F.; ROSARIO, A. B. Método APAC: emergência do sujeito no discurso sobre a mulher. **Rev. SPAGESP**, v. 20, n. 1, p. 126-139. Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000100010&lng=pt&nrm=iso

RODRIGUES, J. Educação e Teatro na Cadeia: Práticas pedagógicas realizadas no Sistema Penitenciário da Papuda/DF. **Urdimento**, v.3, n. 39. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/18884/12591>

SANTOS, T. M.; SILVA, L. C. A. Os sujeitos egressos prisionais e o processo de (re)inserção social. **Psicol. rev.**, v. 23, n. 3, p. 975-993. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000300012&lng=pt&nrm=iso

SECRETARIA ADMINISTRATIVA PENITENCIÁRIA. **Manual de Ações em Reintegração Social**. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/db/crsc-kyu/archives/fbd3a352708e47274c600760f28999c6.pdf>

SILVA, A. L. A. da. **Retribuição e história: para uma crítica do sistema penitenciário**. 2012. 232 f.: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, Serviço Social, Recife-PE, 2012. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/10638/1/TESE%20UFPE.pdf>

STÜRMER, F. L.; MEIMES, L. A.; BARP, N. S.; LIMA, R. A.; SILVA, T. C. Outros territórios: relato de uma experiência teatral em penitenciárias femininas. **Urdimento**, v. 3, n. 39. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/18860/12601>

WORLD PRISON BRIEF. Online database. 2021. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/>

CAPÍTULO 13

MOVIMENTOS E COLETIVOS DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE ENQUANTO AGENTES DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Data de aceite: 01/02/2022

Bianca Rocha Fiuza Sátiro

Estudante de Psicologia do Centro Universitário
Doutor Leão Sampaio

Maria Vanessa de Souza Araújo

Estudante de Psicologia do Centro Universitário
Doutor Leão Sampaio

Nara Raysa de Souza

Estudante de Psicologia do Centro Universitário
Doutor Leão Sampaio

André de Lima Gomes

Graduado em Psicologia. Docente no Centro
Universitário Doutor Leão Sampaio

RESUMO: Ao longo da história, movimentos e coletivos sociais geraram importantes transformações nas esferas pública e privada, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade civil e política. Desse modo, torna-se pertinente realizar um estudo mapeando os principais grupos presentes que atuam como agentes de transformações sociais. A princípio pretendeu-se realizar um levantamento bibliográfico, considerando três movimentos sociais: Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), Coletivo Camaradas e Frente de Mulheres no Cariri. O recorte justifica-se por se tratar dos principais e mais reconhecidos grupos presentes na região e por já terem sido objetos de estudos científicos.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Social; Cariri; Coletivo.

ABSTRACT: Throughout history, social movements and groups have generated important changes in the public and private spheres, contributing to the development of civil and political society. Thus, it is pertinent to carry out a study mapping the main groups present that act as agents of social change. At first, it was intended to carry out a bibliographical survey, considering three social movements: Grupo de Valorização Negra no Cariri (GRUNEC), Coletivo Camaradas e and the Frente de Mulheres no Cariri. The cut is justified because they are the main and most recognized groups present in the region and because they have already been objects of scientific studies.

KEYWORDS: Cariri; social movement; collective.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, movimentos e coletivos sociais geraram importantes transformações nas esferas pública e privada, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade civil e política. Estes grupos são utilizados pelos cidadãos para reivindicar e ver reconhecidos seus interesses e anseios coletivos. Para adentrar o assunto é necessário compreender, primeiramente, que somos seres de comportamento grupal, ou seja, é inato ao ser humano estruturar-se em grupos. Fatores como estrutura socioeconômica, histórico cultural e política são alguns dos elementos que contribuem para a formação da identidade de uma organização coletiva.

Segundo Gohn (2000, p.13) os movimentos sociais podem ser definidos como:

Ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

No Brasil, observa-se a presença de lutas e movimentos sociais desde a época do Brasil Colônia, com o enfrentamento à dominação, à exploração econômica e à exclusão social. Assim a resistência dos negros no Quilombo dos Palmares (1675-1695), as Ligas Camponesas em Pernambuco e na Paraíba (1945-1964), movimentos messiânicos como o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (1926 - 1937) são alguns exemplos dessas organizações e lutas. Este último se desenvolveu no município de Crato, localizado no cariri cearense.

O Cariri se constitui enquanto região interiorana do Ceará e atua como um dos maiores polos de comércio do Nordeste. Formado por 28 municípios, destacando-se a região “Crajobar” (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha), possui um território muito marcado pela religiosidade e é conhecido por ser o palco de grandes romarias ao Padre Cícero. Para além da fé e devoção, o Cariri cearense nos últimos anos desenvolveu-se como um grande polo universitário. Assim, jovens impulsionados pela curiosidade acadêmica ou pela percepção da importância de um engajamento nos grupos e coletivos da região tem cada vez mais buscado uma aproximação nos movimentos e lutas sociais.

Na atualidade é notório um aumento crescente do número de movimentos e coletivos sociais atuantes que apresentam resultados positivos para a sociedade. Desse modo, torna-se pertinente realizar um estudo mapeando os principais grupos presentes que atuam como agentes de transformações sociais. A princípio pretendeu-se realizar um levantamento bibliográfico, considerando três movimentos sociais: Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), Coletivo Camaradas e Frente de Mulheres no Cariri. O recorte justifica-se por se tratar dos principais e mais reconhecidos grupos presentes na região e por já terem sido objetos de estudos científicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Percebe-se que os movimentos sociais atuam nas mais diversas frentes da sociedade, por exemplo, no cenário econômico e no político, com o objetivo principal de lutar por mudanças sociais no país. Buscam contribuir para a construção de uma sociedade igualitária, abandonando a exclusão e incorporando a inclusão social nos seus propósitos.

Desse modo, Correia (2001) afirma que a sociedade civil serve-se dos movimentos sociais para conquistar direitos negados ou não disponibilizados pelo Estado. Os movimentos e coletivos sociais do Cariri adequam-se a essas características.

O GRUNEC surgiu com o intuito de introduzir discussões sobre a população negra, debatendo a complexa área das relações raciais brasileiras, principalmente no Cariri cearense. O objetivo “é combater a discriminação racial contra os negros na região do Cariri, além de desenvolver e acompanhar políticas públicas que valorizam esse segmento na sociedade.” (VALÉRIO, p. 106. 2014). No cenário da luta antirracista, o grupo apropriase, gera e dissemina informação etnicorracial através de atividades educativas, como debates, eventos e rodas de conversa que discutam os interesses da população negra.

O grupo tem como público alvo toda a sociedade - incluindo os negros e não negros - e elabora pesquisas relevantes no fornecimento de informações referentes à comunidade negra. Além disso, o movimento articula-se com as instituições educacionais disponibilizando a informação etnicorracial, em uma tentativa de suprir as necessidades da comunidade negra da região, para auxiliar a população na tomada de decisão nas situações de racismo vivenciadas.

A Frente de Mulheres do Cariri surgiu em 2014 após a dissolução da Marcha das Vadias no Cariri. O movimento constitui uma Frente de Mulheres enquanto articulação feminista anti-patriarcal, anticapitalista, antirracista, laica e suprapartidária. O grupo realiza reivindicações por melhores condições de vida e trabalho, além de enfrentar a violência contra as mulheres na região, inclusive no interior dos movimentos sociais mistos, partidos e sindicatos. O combate à violência também é uma das pautas centrais da plataforma reivindicatória feminista local.

Segundo Soares (2019, p. 165) “a Frente de Mulheres intenciona não interferir na organização política e na autonomia dos seus grupos integrantes, já que o objetivo principal é contribuir com a construção da unidade nas lutas contra a exploração/opressão de classe, gênero, raça e orientação sexual na região.” O movimento social desenvolve atividades na área artístico-performativo, através de saraus de poesia, performances, constituição de um bloco para as prévias carnavalescas no Crato intitulado “Craterdamas”, exposição de cinema, ações de literatura e eventos de música.

O Coletivo Camaradas foi desenvolvido por artistas da Comunidade do Gesso que, em 2007, organizaram-se para articular um movimento de combate à estigmatização social. O surgimento do grupo foi incentivado através da consciência coletiva criada na comunidade em consequência dos problemas sociais e do descaso do poder público. Diante desse cenário de luta pela formação de uma identidade positiva do local, o Coletivo Camaradas começou a ser desenvolvido.

Gomes, Siqueira e Nunes (p. 08, 2018) afirmam que o grupo tem como objetivo “contribuir para o processo de organização política da comunidade atuando no sentido do desenvolvimento de práticas que possibilitem a desinvisibilização territorial, pensando na

perspectiva de construção de novas narrativas sobre a comunidade”.

As ações do Coletivo Camaradas são desenvolvidas por meio da criatividade, baseando-se na Arte Política, uma ferramenta de luta de caráter emancipatório e humanizador desenvolvida para e pelas camadas populares. As narrativas da Comunidade do Gesso não consistem apenas na reprodução dos estigmas sociais. Suas atividades são realizadas através de ações como roda de Poesias, brinquedoteca, batalha de rap, cine-Gesso, aulas de dança e oficinas, e mantém diálogo com as instituições educativas do município e da região.

É notório que os três movimentos e coletivos sociais do Cariri encontram-se em sintonia no objetivo de buscar uma sociedade igualitária e com melhores condições sociais. Portanto, faz-se necessário ampliar cada vez mais o espaço para a atuação destes grupos, visto que seus trabalhos geram retorno positivo para sociedade enquanto agentes de transformação social.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente resumo utilizou-se do método de revisão bibliográfica recorrendo como critério de inclusão materiais que abordassem o assunto, com foco em publicações voltadas a região do Cariri cearense. Na pesquisa foram utilizados trabalhos, dissertações e artigos científicos encontrados nos bancos de dados das bibliotecas virtuais Google Scholar e SciELO, através de palavras-chave como movimentos sociais, coletivos e cariri. A critério de exclusão foram barrados trabalhos que não se enquadram no tema ou não fossem escritos em língua portuguesa. Não houve critérios de exclusão quanto a data de publicação, visto que existe uma escassez de trabalhos no que se refere a região em foco na produção deste resumo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa foram encontrados 3 trabalhos que abordam os movimentos sociais no Cariri, sendo 1 artigo publicado pela editora “Realize” para o evento VII ENALIC, 1 referente a uma tese de doutorado em serviço social e 1 referente a uma dissertação de mestrado em ciência da informação, ambas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Dois deles foram escritos por apenas um autor e o artigo possui mais de dois autores, ficando claro a necessidade de se construir mais grupos de pesquisa para abordar esse tipo de produção. Pode-se notar que a pesquisa está predominantemente na região nordeste, mais precisamente nos estados do Ceará e Pernambuco. Constatou-se ainda que os trabalhos analisados neste resumo são de cunho bibliográfico e de campo.

A partir das informações expostas no presente resumo pode-se ratificar a influência dos grupos e coletivos sociais citados para a formação e consolidação política e social da região do Cariri cearense. É fundamental evidenciar a importância desses movimentos em

trazer à tona debates sobre temas até então negligenciados em uma região que, apesar de desenvolvida, ainda é demarcada pelo coronelismo e conservadorismo. Seja o Frente de Mulheres do Cariri abordando temáticas como violência de gênero e feminicídio, o GRUNEC apontando questões de temática racial ou o Coletivo Camaradas utilizando da arte enquanto emancipadora, é nítida a importância das suas intervenções para a sociedade e o quanto se faz necessário fornecer visibilidade a esses movimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora já existam alguns estudos que abordem o Cariri cearense, é importante ressaltar a necessidade de se construir mais pesquisas científicas na região voltadas às ciências sociais, principalmente no que refere aos movimentos e coletivos, pois tornou-se evidente, durante o processo de produção deste resumo, a escassez de trabalhos voltados ao tema. É essencial reforçar o debate acerca dos diversos tipos de coletivos e movimentos comunitários e olhar para eles enquanto objeto de estudo, construindo um acervo teórico e histórico para futuros grupos que venham a surgir. Diante do que foi posto aqui, podemos concluir que os movimentos sociais e coletivos do Cariri exercem um papel fundamental no tocante às transformações da região, reforçando a atuação ativa da população na busca pelos seus direitos.

REFERÊNCIAS

CORREIA, F. João Carlos. Comunicação e Cidadania: os Media e as Identidades nas Sociedades Pluralistas. Portugal: Universidade da Beira Interior. Tese de Doutorado, 2001.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000.

GOMES, Maria Cíntia; SIQUEIRA, Luiz Carlos Carvalho; NUNES, Cícera. **Coletivo Camaradas: ressignificação da formação e prática docente através da arte política no cariri cearense**. Fortaleza: Editora Realize, 2018.

SOARES, Suamy Rafaely. Feminismo no Sertão: as particularidades da Frente de Mulheres no Cariri cearense. 2019. Dissertação de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri-GRUNEC. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE POLICIAIS MILITARES: REFLEXÕES PSICOSSOCIAIS A PARTIR DE CONTEXTOS EDUCACIONAIS E DE TRABALHO

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 10/11/2021

Maria de Fátima Quintal de Freitas

Professora Titular do PPGE/UFPR, Doutora em Psicologia Social pela PUCSP
Curitiba-PR
<http://lattes.cnpq.br/4983108112468250>
<https://orcid.org/0000-0002-0414-199X>

Dênis Wellington Viana

Doutorando e Mestre em Educação pela UFPR
Curitiba-PR
<http://lattes.cnpq.br/3413408671588291>
<https://orcid.org/0000-0001-5218-1681>

RESUMO: Tornar-se policial militar é um processo que, também, passa pelo contexto educativo. Antes dos atendimentos à população, o policial militar realiza um período de formação profissional. No estado do Paraná, os policiais recém-ingressos passam por uma etapa acadêmica, uma de estágio operacional e após a conclusão desse período é que passam a condição de soldados aptos à prestação de serviços à população. Este capítulo busca compreender, a partir dos contextos educacionais e de trabalho, que aspectos contribuem para a construção da identidade profissional de policiais militares no estado do Paraná. Foram realizadas nove entrevistas em profundidade com policiais militares da cidade de Curitiba com o intuito de compreender aspectos ligados aos seus períodos de formação acadêmica, aos estágios

operacionais e às práticas de atendimento na rua. Os aspectos ligados à construção da identidade foram organizados a partir de três categorias criadas a posteriori: a busca pela profissão e as mudanças de escolaridade, o convívio com outros policiais e os impactos da vida policial militar. Cada um dos eixos foi analisado, tendo a Psicologia Social Comunitária como referencial teórico, a partir das seguintes dimensões psicossociais: condições de trabalho, aspectos educativos e situações cotidianas vivenciadas pelos profissionais, e possíveis impactos no atendimento à população. Foi possível perceber que a busca pela profissão está ligada à necessidade financeira, que as mudanças de escolaridade dos entrevistados não apresentam ligação direta com a profissão de policial militar nem com o atendimento à população; que o convívio com os policiais mais antigos é indicado como um importante elemento de aprendizagem, mas carente de uma mediação reflexiva; e que os impactos da vida policial se refletem em mudanças consideráveis no modo como os policiais militares passam a vivenciar suas relações sociais para além da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação formal; educação não formal; educação informal; práticas cotidianas; Segurança Pública.

ABSTRACT: Becoming a military police officer is a process that also involves the educational context. Before attending the population, the military police perform a period of professional training. In the state of Paraná, newly admitted police officers go through an academic stage, an operational stage, and after the end of

this period, they become soldiers able to provide services to the population. This chapter seeks to understand, from the educational and work contexts, which aspects contribute to the construction of the professional identity of military police officers in the state of Paraná. Nine in-depth interviews were conducted with military police officers in the city of Curitiba in order to understand aspects related to their periods of academic training, operational stages and street service practices. Aspects linked to the construction of identity were organized from three categories created a posteriori: the search for the profession and changes in education, living with other police officers and the impacts of military police life. Each of the axes was analyzed, having Community Social Psychology as a theoretical framework, based on the following psychosocial dimensions: working conditions, educational aspects and daily situations experienced by professionals, and possible impacts on serving the population. It was possible to notice that the search for the profession is linked to financial need, that the changes in education level of the interviewees do not have a direct connection with the profession of military police nor with the service provided to the population; that the interaction with senior police officers is indicated as an important element of learning, but lacking in reflective mediation; and that the impacts of police life are reflected in considerable changes in the way military police officers start to experience their social relationships beyond the profession.

KEYWORDS: Formal education; non-formal education; informal education; everyday practices; Public security.

INTRODUÇÃO

A identidade e os processos grupais podem ser considerados categorias fundamentais para os estudos, as pesquisas e as práticas em Psicologia Social Comunitária (VIEIRA-SILVA, 2015; CIAMPA, 1984; LANE, 1984 mais autores). Tais categorias estão mutuamente imbricadas: não há como falar de identidade sem ter como parâmetro um grupo de referência, seja para afirmá-lo, contradizê-lo ou reafirmá-lo, uma vez que a construção identitária se dá na relação com outro (LANE, FREITAS, 1997).

Ao construírem uma identidade do grupo, ao lhe atribuírem um significado social e ao se sentirem pertencentes ao grupo, as pessoas podem, então, construir as suas identidades individuais, conseguindo ter referências para si próprias na vida social e atribuindo um significado social para a sua existência (LANE, FREITAS, 1997, p. 307).

As relações de diferença e de igualdade constituem-se em um primeiro fator identitário a ser considerado (CIAMPA, 1984). Especificamente no caso dos policiais militares, o pertencimento à corporação costuma trazer à tona sentimentos de alto prestígio pessoal e de distinção em relação aos não policiais militares, ou seja, aos civis. Estabelece-se uma fronteira entre aquilo que é próprio aos policiais militares - e só este grupo vive, compreende e compartilha - e aos outros que são percebidos como civis. Diferentemente dos civis, os policiais militares possuem elementos marcantes que os distinguem: visualmente o uso da farda e a ostensividade da presença da arma de fogo trazem impactos em quem

a veste e em que a vê; e ainda, a pressão social compartilhada de que cabe ao policial a tarefa e a responsabilidade de resolver quaisquer problemas. A título de exemplo, quando uma pessoa enfrenta uma situação conflituosa (um acidente, uma briga, um tumulto, um desastre natural, etc.) sua reação é a de ligar para a polícia. Por sua vez, o que faz um (a) policial ao se deparar com tais situações e que alternativas teria? Em verdade, esse (a) policial precisa dar soluções e resolver, de alguma maneira, aquilo que se apresenta a ele (a): não tem mais a quem recorrer, a não ser a si próprio e ao (à) seu (sua) companheiro (a), com quem, cotidianamente, realiza as atividades de trabalho.

Se de um lado, devemos analisar o sujeito policial militar, a partir da corporação a que pertence, não podemos esquecer que “toda análise que se fizer do indivíduo terá de se remeter ao grupo a que ele pertence, à classe social, enfocando a relação dialética homem-sociedade, atentando para os diversos momentos dessa relação” (LANE, 1984, p.84). Isto nos remete a pensar sobre o contexto específico no qual olhamos para este sujeito. Pode-se, então, perguntar sobre quais os movimentos da História- social, econômica e política - em que esse profissional está inserido e da qual faz parte. Isso significa considerá-lo como construindo e sendo construído pela própria história, e cujo processo produz repercussões em sua biografia e trajetória pessoal.

Ciampa (1984) refere-se a esta múltipla determinação no processo identitário, ao dizer que

em cada momento de minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito. (...) [N]em eu compareço frente aos outros apenas como portador de um único papel, mas sim como o representante de mim (CIAMPA, 1984, p. 67).

Isto nos faz pretender analisar quais os papéis desempenhados, quais as crenças e quais os valores que conferem aos policiais militares o pertencimento à sua corporação e, ao mesmo tempo, sua diferenciação em relação aos demais membros da sociedade a que pertencem. Como bem assinala Lane (1984), precisamos estar atentos ao fato de que “o estabelecimento de papéis a serem desempenhados [pode] levar à sua cristalização, (...) sob a forma de crenças e valores que mantêm a diferenciação social, visto estar fundamentada na distribuição social do conhecimento e na divisão social do trabalho.” (LANE, 1984, p.83).

Em pesquisa, realizada por Minayo, Souza e Constantino (2008), com policiais militares cariocas, notou-se um forte espírito de corpo, ou seja, um sentimento de pertencimento e de internalização das propostas da cultura corporativa a que pertencem, sem deixar de notar uma rigidez excessiva por parte de superiores hierárquicos. Ao mesmo tempo, “a imagem que um policial militar tem de si é permanentemente edificada sobre um conjunto de movimentos interativos com a realidade que vivencia: com a instituição (...) e com a sociedade que aplaude ou reage às práticas policiais, construindo avaliações e

interpretações”. (MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO, 2008, pp. 154-155).

Em estudos realizados a respeito das condições de vida e trabalho dos policiais militares (MENANDRO, SOUZA, 1996; FREITAS, PERES, GOEDERT, 2015), encontrou-se um conhecimento desses profissionais sobre a avaliação negativa que sofrem por parte da sociedade, com relação à sua profissão; como também a percepção de que seus grupos de referência, como família e amigos, valorizam e enaltecem a profissão policial destacando mais aspectos ligados às iniciativas pessoais.

Em uma pesquisa sobre cotidiano e a identidade dos docentes, a qual pode ser transposta para análise da realidade da profissão policial militar, Freitas (2003) indicou a necessidade de perceber que outros atores sociais, para além da profissão a que se pertence, passam por dificuldades de ordem similar. Tais situações não refletem “... um problema ou dificuldade de ordem individual e de capacidade ou de aptidão, mas sim historicamente referenciada, (...) [d]aí que as estratégias de sobrevivência e de enfrentamento, necessariamente, passam pelo fortalecimento de uma rede de relações compartilhadas.” (FREITAS, 2003, pp. 148-149)

Policiais Militares paranaenses, inseridos em programas de pós-graduação *stricto sensu*, têm se dedicado, em suas pesquisas de mestrado e/ou doutorado, a analisar as relações entre a profissão policial militar e os processos educativos (PEROVANO, 2006; BLASIUS, 2008, 2014; KARPINSKI, 2008; PERES, 2016, 2019; GOEDERT, 2016; VIANA, 2018). Mais do que o fato de terem sido realizadas no mesmo Programa de Pós-Graduação – em Educação – essas pesquisas têm em comum o fato de terem se voltado à compreensão sobre a profissão policial militar e suas interfaces com o público-alvo do trabalho de tais profissionais, que é a própria sociedade.

Derenusson e Jablonksi (2010) indicam que a formação policial e o desempenho das funções típicas da profissão são marcadores relevantes no processo de constituição da identidade de policiais militares. Apesar desta influência, pode-se entender esse processo como uma possibilidade de compreender que a construção das identidades torna-se relevante para reflexões a respeito das práticas profissionais gestadas em contextos educativos formais, informais e, também, não formais. Ou seja, formação, prática cotidiana e construção de identidade não podem ser categorizadas linearmente dentro de um parâmetro causa-consequência, mas sim, como elementos mutua e dialeticamente ligados (GADOTTI, 2005; GOHN, 2006).

A pesquisa de Viana (2018) buscou compreender de que forma a frase repetida por policiais paranaenses - “se aprende a ser polícia na rua” -, verbalizada no contexto de suas vivências cotidianas, se efetiva em seus processos formativos. Uma das conclusões é que os aprendizados, importantes para a construção da identidade profissional de policiais militares, acontecem no contexto da informalidade da/na rua, e também no contexto mais formalizado da preparação educacional acontecida dentro da academia policial.

Para a construção de um instrumento mais próximo da realidade concreta dos

policiais, realizaram-se conversas informais com dois policiais militares, com mais de 20 anos de trabalho na instituição militar. A análise dessas entrevistas permitiu a construção de um “tópico-guia” (Merlino, 2009), orientado para essa questão central relacionada as aprendizagens para além dos espaços formais.

Foram realizadas nove entrevistas em profundidade com policiais militares da cidade de Curitiba no final do segundo semestre de 2017. A pesquisa seguiu os procedimentos éticos necessários, obtendo autorização do Comando da Polícia Militar do Paraná e a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Foi disponibilizado ao participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo todos informados de que poderiam, a qualquer momento, se recusar a dar continuidade às respostas.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE POLICIAIS MILITARES

A partir das nove entrevistas, identificadas com a letra E, seguidas de um número para diferenciar os participantes, pudemos selecionar trechos relacionados à temática da construção da identidade profissional do policial militar, os quais foram organizados em três categorias *a posteriori*: a busca pela profissão e as mudanças de escolaridade, o convívio com outros policiais e os impactos da vida policial militar.

A BUSCA PELA PROFISSÃO E AS MUDANÇAS DE ESCOLARIDADE

O fator econômico é relevante para o ingresso na Polícia Militar, uma vez que a estabilidade do concurso público é entendida como uma possibilidade ante aos cenários de desemprego.

Eu acho que devido à situação de quem está entrando na polícia vir mais uma questão de emprego do que aquela vontade de defender a população... temos muitos aí que entram, até conversando: “Eu entrei na polícia, porque eu estava desempregado!” (E2)

Para mim era tudo novo (...). Eu já tinha passado em outros dois concursos, estava esperando me chamarem (...). Eu fiz a inscrição, eu tinha estudado um pouco e como eu tinha feito o cursinho há pouco tempo para outro concurso... mas só que levou um tempo para me chamarem. Eu estava até perdendo a esperança... (E5)

Dois pontos merecem atenção nos trechos aqui apresentados: o policial como concurseiro¹ e a busca da profissão como fator para evitar o desemprego. Eles estão intimamente relacionados, uma vez que a cada ano em que os concursos públicos para soldados da Polícia Militar são abertos ocorre um acréscimo significativo no número de concorrentes. Os dois últimos concursos para soldados policiais militares no estado do Paraná foram realizados anos de 2009 e de 2012. O concurso de 2009 teve 58.101 inscritos

¹ Trata-se de uma expressão usada em contexto coloquial. Segundo o dicionário online Michaelis (2020), refere-se a pessoas que frequentemente prestam concursos públicos.

com uma relação de 52 candidatos por vaga, e no ano de 2012 foram inscritos 106.543 com uma relação de 24 candidatos por vaga. Essa diferença no número de candidatos em função do número de vagas, explica-se pelo fato de que, no concurso de 2012, o número de vagas foi 4.445, e no concurso de 2009 foi de 1.100 vagas. (PARANÁ, 2019).

O último concurso para soldados foi realizado em 2012 e as chamadas de candidatos continuaram a ser realizadas nos anos seguintes, fazendo com que o tempo de espera entre a aprovação no concurso e chamada para o início do curso tenha um tempo bastante variado em função da classificação de cada candidato e do número de chamadas realizadas. O novo concurso aberto em 2020, devido à Pandemia COVID-19 encontra-se, no momento, ainda no último quadrimestre de 2021, em fase de realização com 137.377 inscritos para 2.000 vagas (PARANÁ, 2021).

Eu fiz o primeiro concurso, e graças a Deus, já passei de primeira. (...). Um choque de cultura muito grande, né. Eu morava no sítio, na roça e estudava na cidade vizinha que ficava a 12 km do sítio, então era meio sofrido. E, dali eu vim para cá [Curitiba]. Daí fiquei um mês desempregado e já passei no concurso, quando era setembro eu já estava empregado. (E2)

Seis dos nove entrevistados que ingressaram na Polícia Militar até o ano de 2011, tinham o Ensino Médio completo e, os demais entrevistados (em número de três) tiveram acesso ao Ensino Superior antes mesmo de ingressar na corporação. Dos seis entrevistados que ingressaram na corporação tendo como formação inicial o Ensino Médio, cinco deles chegaram a ingressar na faculdade, sendo que um ainda não tinha concluído seu curso superior, um estava em fase de conclusão do Mestrado e outro estava concluindo cursos de especialização.

O CONVÍVIO COM OUTROS POLICIAIS MILITARES

Após o período de formação acadêmica, os policiais, ainda em formação, realizam estágios operacionais, acompanhando policiais com mais experiência no atendimento e contato com a população. Após esta etapa, é que deixam de ser estagiários e passam a trabalhar na mesma condição que os demais. O período de estágio e os primeiros momentos de atendimento na rua, após a conclusão da formação, são marcantes na construção da identidade profissional dos policiais militares novatos, pois é nessa etapa que se inicia os processos de convívio real e possíveis trocas de experiências com os policiais “antigos”. Esse processo trouxe dois pontos de destaque: a relação de mútua dependência entre os policiais e as possibilidades de aprendizado dos policiais novatos com os policiais antigos.

A mútua dependência foi retratada pelos entrevistados no sentimento de união que a profissão proporciona. Esta união é indicada sob dois aspectos: a necessidade de que os profissionais sejam “companheiros” uns dos outros nas atividades realizadas e a importância de que entre eles haja uma parceria que os faça ser menos individualistas. A fala de um dos entrevistados nos permite compreender este cenário.

... um depende do outro, um precisa do outro... é meio insano às vezes você pensar que está, por exemplo, numa troca de tiros, e o outro está com um armamento muito maior e você olha do lado e o seu companheiro está atirando, atirando, atirando e você ... o primeiro pensamento de sobrevivência (...). Mas você acaba indo ao confronto para cooperar com o outro. Você acaba pensando além do instinto de sobrevivência. Eu acho bem interessante, bem valioso, esta experiência de viver com o outro, se importar com o outro. Eu acho bem válido para vida, é uma experiência que muitas pessoas comuns, digamos assim, não militares, não vivenciam durante a experiência de vida deles. (E4)

A dependência mútua é tão significativa na atividade policial militar, na visão de um dos entrevistados, que até a segurança pessoal, através das respostas de sobrevivência como de fuga ou esquiva em casos de perigo acabam sendo substituídos por atitudes de enfrentamento para a defesa do outro, chegando a “ultrapassar o instinto de sobrevivência”. Tal atitude na visão do entrevistado é algo que caracteriza profissionais militares. O espírito de grupo também é destacado como uma característica militar, em que o corpo e em que a mente foram preparados e que somente “guerreiros” dariam conta de tais vivências. Atitudes como a de “saber dividir com o outro” e ser menos individualista contribuem para o companheirismo, segundo os entrevistados.

... o tempo de escola você não tem o conhecimento geral do que é ser polícia, então eles te ensinam como funciona o militarismo assim, de certa forma que seria a união de todos ali... porque o que nós passamos ali. Não desmerecendo, mas se fosse qualquer um do povo, um civil não suportaria tudo aquilo ali. Só você sendo guerreiro mesmo. Porque o teu corpo foi preparado, a tua mente foi preparada para aquele momento. Acho que é mais espírito de grupo, uma união, um corporativismo, mesmo entre nós militares. (E1)

As relações com os companheiros com mais tempo de profissão também proporcionam aprendizados que contribuem para a construção da identidade de profissional policial militar. As experiências relatadas pelos entrevistados foram desde as mais positivas em que houve um processo de transmissão efetiva de conhecimentos da prática cotidiana do policial antigo ao policial recruta, até situações em que o policial mais novo notava que a atuação do mais antigo era inadequada com que tinha aprendido durante a fase teórica do seu curso de formação. Apresentamos na sequência três trechos de entrevistas com diferentes concepções sobre a relação entre policiais recrutas, os novatos, e policiais antigos.

... depende muito de quem você pega como parceiro: alguns eram bons, outros eram ruins. Teve um soldado que eu falo, assim, que foi um paizão para todo mundo. A forma que ele trabalha, que ele mostrou para gente como funciona na rua, isso eu levo até hoje para mim. Outro, assim que eu acho que foi muito ruim, eu acabo nem...[levando em consideração] (E9)

O que mais eu me recordo de todo o tempo, foi à primeira vez que eu fui trabalhar na rua com o soldado Pedro. A gente entrou na viatura, ele começou a falar... “Tá vendo aquele poste ali... aborda”... daí ele posicionava a gente

de uma forma de rua. Aquilo foi incrível para mim, eu respeito o cara até hoje por causa da primeira semana com o cara. Ele era soldado que viveu muitas ocorrências, então ele sabia o que ele tava falando, ele tinha conhecimento. Ele passou coisas que a gente não recebeu na escola inteira, sabe. (...) A experiência de rua dele foi foda, e ele está na rua até hoje... (E6)

Até uma conversa... pode ser... "ah, naquela ocorrência eu agi desta forma", pode servir de parâmetro para minha ocorrência futura. Então, tudo é aprendido e acontece através das relações entre as pessoas (E4)

OS IMPACTOS DA VIDA POLICIAL MILITAR

Os relatos dos entrevistados indicam uma série de alterações em suas vidas após o ingresso na Polícia Militar. Agrupamos estas alterações, relatadas pelos entrevistados, em três aspectos: mudanças estéticas, de rotina e nas relações sociais.

As mudanças estéticas estão ligadas às novas formas de falar, somando-se ao estilo próprio de falar dos policiais militares de maneira firme, polida e em obediência à hierarquia, às novas posturas corporais e ao uso da farda. Alguns relatos dos entrevistados sinalizam estas mudanças.

Cabelo, fardamento tinha que ser impecável, a maneira de andar tinha que ser impecável, tudo lá tinha que ser impecável e, principalmente, em termos de fardamento, postura era bastante cobrado. (E2)

Foi uma adaptação às regras que eram impostas e que ao mesmo tempo eu tinha que cumprir. (...) Primeiro de asseio pessoal, que tinha que estar com o cabelo... (aponta para o próprio cabelo) e no mundo civil eu já era mais largado. (E8)

Você se sente o super-homem, veste aquela farda ali... na verdade é a responsabilidade, além de você sentir elogiado por estar ali, saber que muita gente queria estar no teu lugar e não consegue, porque os concursos são muito concorridos. Você valorizar. É uma coisa assim que fica para a vida inteira. Você pega fotos antigas recordando ali e vê que a história é bacana. (E2)

...você colocou a farda, você alinha os ombros e já começa a prestar atenção mais no restante do ambiente em que está. (E4)

A segunda mudança é na rotina, na qual os entrevistados destacaram que a vida policial militar trouxe, como impacto, a atenção e o cuidado com a organização pessoal e com a disciplina nos horários.

Acho que toda cobrança é válida, por causa de farda, de chegar atrasado, fui cobrado por não usar algumas coisas obrigatórias, por não andar da maneira que se deve, por não andar direito e tudo foi válido. A cobrança foi válida, porque depois do atraso nunca mais cheguei atrasado, da farda passei a andar com a farda sempre certinha... (E7)

O primeiro foi organização, eu sempre fui meio desorganizado, lá eu aprendi, a organizar mais as coisas, a manter pelo menos o ambiente em comum, onde todos convivem, organizado... (...) A disciplina de horários, eu gosto muito

de seguir, eles são bem rigorosos nesse negócio de chegar no horário e de ficar pronto rápido. Então, eu acabei me acostumando tanto com isso que não consigo me enrolar mais. (E5)

A terceira mudança indicada, pelos participantes, foram as das relações sociais, uma vez que sua profissão alterou o modo como passaram a se relacionar com os seus amigos e até mesmo com a família.

... o convívio familiar mudou bastante... tinha coisas que você se reserva a não fazer quando você é militar, você muda algumas características como pessoa. Algumas pessoas que a gente anda, a gente não anda mais, então essa parte que é uma mudança que diz da vida militar. (E3)

Eu vejo que o meu emprego em si impacta mais na minha vida familiar, do que o dela [da esposa] ou o da minha filha mais velha. (...) A gente vai num restaurante e fica olhando o lugar que seja mais seguro e fica tentando antecipar as coisas, conversa sobre possíveis coisas que possam acontecer (...), de antecipar, para proteger. E outra coisa é minhas escalas que... hoje elas já estão bem acostumadas, elas já sabem que não podem contar 100%... Ou pela nossa profissão de polícia, pode acontecer de eu sair daqui de dentro na rua e dar alguma ocorrência e acaba se estendendo, né... e foge do meu controle. (E8)

DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS NA BUSCA PELA PROFISSÃO

As categorias indicadas anteriormente, foram analisadas no sentido de compreender as seguintes dimensões psicossociais: condições de trabalho, aspectos educativos e situações cotidianas vivenciadas pelos profissionais, e possíveis impactos no atendimento à população.

No estudo de Rosemberg (2010) sobre a Polícia Militar de São Paulo, observa-se que os critérios para seleção dos policiais, entre os anos de 1868 e 1896, eram reduzidos já que as corporações eram procuradas por homens em condições financeiras difíceis, uma vez que buscavam roupas, alimentação e moradia, ou seja, condições mínimas de subsistência. Já Albuquerque e Machado (2001), ao estudarem a Polícia Militar da Bahia, em fins do século XX e início do XXI, indicam que a busca da profissão policial continua a ser encarada como possibilidade de ascensão econômica e social.

Os recrutas são oriundos predominantemente da classe média baixa, residentes, em geral, em bairros próximos de onde se situa a APM, numa área urbana pouco valorizada de Salvador. São jovens que bateram na porta da Academia com o sonho da ascensão social que, de outro modo, não poderiam alcançar, já que suas famílias não dispõem de condições financeiras para custear-lhes estudos, e favorecer, assim, seu ingresso nas vagas disputadas das Universidades públicas do Estado. (ALBUQUERQUE, MACHADO, 2001, p.216)

Uma das possíveis consequências que pode explicar a variedade de escolarização na busca por formações superiores pode não ter trazido impactos diretos sobre a atuação

policial, uma vez que os cursos buscados pelos entrevistados estariam voltados para o exercício de uma atividade profissional diferente da policial militar.

Quanto à escolaridade dos policiais militares e suas condições de trabalho, nota-se que até o ano de 2012 existia uma legislação específica que bonificava financeiramente os policiais militares que tivessem curso superior completo, independente da área do saber. Posteriormente, essa legislação foi revogada e em 2018, uma nova legislação passou a considerar os cursos superiores e de especialização realizados por soldados e cabos também para efeito de promoções na carreira. Tais situações ligadas às condições do trabalho policial repercutiram no cotidiano de pelo menos duas maneiras: os policiais buscam os cursos por conta própria com a expectativa de bonificação (entre os anos de 2005 e 2012) e, além dessa possibilidade, alguns desses cursos procurados poderiam contribuir para que os policiais olhassem para o exercício de outras profissões, externas à polícia.

Do ponto de vista educativo, as bonificações funcionaram como espécie de “isenção” da corporação no oferecimento de qualificação profissional. Do ponto de vista psicossocial, o aumento do nível de escolaridade não possibilitou necessariamente um fortalecimento da identidade do profissional enquanto policial militar. Quanto às expectativas e impactos no atendimento à população pode-se perceber que a mudança no nível de escolaridade não parece trazer um impacto direto sobre o atendimento à população, ao mesmo tempo em que a busca por tais cursos é motivada para beneficiar o próprio policial, seja pela expectativa de bonificação ou pelo planejamento de uma atividade fora da polícia. Apesar disso, entendemos que a mudança de escolaridade e a possibilidade de acesso a conhecimentos variados pode ser um importante meio, se devidamente processado por estratégias de gestão de pessoas, para impactar o atendimento à população.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos aspectos importantes na busca pela profissão e mudanças de escolaridade, em função das dimensões psicossociais analisadas (condições de trabalho, aspectos educativos e cotidiano, e impacto no atendimento à população).

Dimensões psicossociais	Categoria: Busca pela profissão e mudança de escolaridade	
Condições de trabalho	Estabilidade do concurso	Bonificações financeiras e/ou de promoção para profissionais com maior nível de instrução.
Aspectos educativos e cotidianos	Evitação do desemprego	Aumento da escolaridade com o aumento do tempo de serviço. Investimento particular do policial em formações fora da corporação.
Impactos no atendimento à população	A busca pela carreira não representa identificação direta com a profissão	Não se nota um impacto direto no atendimento à população.
A busca pela profissão e o aumento do nível de escolaridade não necessariamente indicam um fortalecimento da identidade do profissional enquanto policial militar.		

QUADRO 01- Dimensões psicossociais da busca pela profissão e das mudanças de escolaridade nos policiais militares entrevistados

Fonte: Freitas, Viana (2021).

“No processo de sua produção, a identidade é influenciada, é determinada pelas atividades que realizamos e pelas características e papéis que nos são atribuídos e que rejeitamos ou incorporamos como nossos, em vários momentos e ações.” (VIEIRA-SILVA, 2015, p. 316) O modo como os policiais militares, após o acesso aos cursos superiores, incorporaram ou rejeitaram aspectos aprendidos, vivenciados e repetidos em sua profissão inicial e na nova profissão aprendida nos bancos acadêmicos pode vir a ser uma temática para novas pesquisas.

Quanto ao convívio com outros policiais, destaca-se a união e o companheirismo entre policiais militares como sendo um fator que contribui para o fortalecimento da identidade profissional. Observa-se nas falas dos policiais entrevistados que esse aspecto contribui para um distanciamento e certa diferenciação destes com relação aos não militares ou civis. Isso aparece mais fortemente nas expressões “guerreiro”, “um civil não suportaria tudo aquilo” ou “pessoas comuns não vivenciam aquilo”, como elementos demarcadores entre o “nós” e o “eles”. As vivências da atividade policial militar, desde a formação até os atendimentos à população são muito peculiares, havendo códigos e realidades somente partilhadas entre os profissionais da mesma área. No entanto, há de se questionar se a exacerbação desses códigos fortalece ou não o atendimento qualificado à população.

Nota-se que, quando há discussões sobre os atendimentos prestados no turno de serviço, o conhecimento do cotidiano é transmitido com base em experiências vividas, e o relato oral de ocorrências é o modelo de aprendizagem predominante entre os pares. Apesar de relevante, esse modelo carece de mediação de aprendizagem, no sentido de possibilitar uma análise e uma reflexão do cotidiano vivido e partilhado, sob a ótica das aprendizagens da fase acadêmica. Pode-se notar que os aprendizados dessa fase exercem uma grande influência sobre a construção da identidade profissional do policial, já que são suas primeiras experiências e vivências sobre o que é “ser polícia”.

A seguir, é apresentado um quadro com uma síntese sobre o convívio com outros policiais em função das dimensões psicossociais analisadas (condições de trabalho, aspectos educativos e cotidianos e impactos no atendimento à população).

Dimensões psicossociais	Categoria: Convívio com outros policiais	
Condições de trabalho	Relação de mútua dependência	Possibilidades de aprendizado
Aspectos educativos e cotidianos	Sentimento de união e companheirismo da profissão. Repasse de informações conforme as experiências de atendimento são vividas.	Transmissão efetiva do conhecimento por parte do policial mais antigo. Policial novato percebe pontos incoerentes no trabalho do policial mais antigo.
Impactos no atendimento à população	Esteriotipação da relação com não policiais militares	Possibilidade de reprodução de práticas indesejadas no atendimento à população.
O convívio com outros policiais indicam fortalecimento da identidade do profissional enquanto policial militar.		

QUADRO 02- Dimensões psicossociais do convívio com outros policiais segundo os entrevistados

Fonte: Freitas, Viana (2021).

Nota-se que as situações cotidianas vivenciadas são do atendimento às pessoas em situações variadas, sendo que o policial mais antigo tende a tomar a iniciativa na condução do atendimento, enquanto o policial mais novo pode ajudá-lo no processo ou observá-lo. Quanto aos aspectos psicossociais envolvidos, concordamos com Lane (1984) de que “a antiguidade de um membro no grupo lhe atribui poder e direitos sobre os demais, poder este que é ideologizado em termos de ‘experiência, sabedoria, títulos e mesmo dedicação, seriedade, etc.’. (p.90)

Do ponto de vista educativo temos dois aspectos a serem indicados. Um deles, revela que os membros mais antigos já possuem este conjunto de atributos conferidos pelo grupo, notando-se que os policiais mais novos, buscam respeitar a posição dos que estão há mais tempo, seja buscando aprender pela observação ou pela escuta de relatos de ocorrências anteriormente atendidas que conferem um “corpus” de experiências exitosas dos mais antigos aos mais novos. No outro aspecto, não podemos deixar de levar em conta, que os policiais mais novos também verificam atitudes indesejadas nos policiais mais antigos, podendo adotar na sequência ações de rechaço e discordância ou mesmo “normalizar” tais atitudes e encará-las como intrínsecas à profissão.

Quanto à categoria impactos da vida militar, percebe-se que, enquanto condição de trabalho, o policial militar é ensinado a apresentar-se em público da melhor maneira possível, o que se reflete em sua farda impecável, na sua postura, no cumprimento de horários. Sirimarco (2013) analisa o uso da farda como parte do processo simbólico de incorporação no corpo dos relatos e vivências institucionais que identificam o militar com o

grupo ao qual pertence.

A farda é, ao menos à primeira vista, a marca distintiva de um policial. Aquela que o aponta como tal. Imagem da força policial, seu uso desencadeia múltiplos significados. (...) Farda e instituição são – ou pretende-se que sejam – uma coisa só. (...) Como uma segunda pele, ou melhor, uma extensão da própria pele, a vestimenta cobre e descobre, ao mesmo tempo, o corpo; dá indícios daquilo que se é. Como a farda vai unida ao indivíduo, indivíduo e farda constituem um todo. (SIRIMARCO, 2013, p. 35)

A autora aponta que a farda investe de certos poderes a quem a usa, de tal modo que são permitidos ou impedidos determinados comportamentos:

A farda compele o policial a uma nova aprendizagem: como mover-se usando botas, camisa, quepe e acessórios. E, ainda mais, o compele a mover-se, no contexto da instituição e da sociedade, conforme o trajar dessa farda. Para ambas as óticas, policial e civil, a farda se transforma em um tipo de investidura: é seu simples uso o que habilita ou desautoriza práticas e comportamentos, de tal modo que, nesse jogo entre pessoa e farda, já não é tão fácil distinguir quem deve ser merecedor de quem. (SIRIMARCO, 2013, p. 35)

Todos estes aspectos parecem ter reflexos diretos nas situações cotidianas vivenciadas pelos profissionais, uma vez que estes aspectos identitários da profissão em muito transcendem o exercício profissional passando a fazer parte da vida cotidiana e influenciando suas relações com as pessoas de seus círculos de convívio.

A rotina de trabalho dos policiais militares, de modo semelhante a outras profissões, como as de professor, por exemplo, acaba se defrontando com “um perverso subproduto que é o desmanche das fronteiras entre o início e o fim do trabalho, ou seja, ele nunca acaba e sempre invade a vida privada, os seus tempos, os seus espaços e as relações existentes.” (FREITAS, 2003, p. 143). Em relação aos possíveis impactos no atendimento à população, nota-se que o policial militar, mesmo quando fora de seu horário de serviço, tem por referência a sua profissão e coloca-se num estado de vigilância constante e de eterno alerta, já que se caso algo ao seu redor fugir do esperado, alguma atitude ou ação deverá ser tomada.

A seguir, é apresentado um quadro com uma síntese sobre os impactos da vida militar em função das dimensões psicossociais analisadas: condições de trabalho, aspectos educativos e cotidianos e impactos no atendimento à população.

Dimensões psicossociais	Categoria: Impactos da vida policial militar		
Condições de trabalho	Mudanças estéticas	Mudança de rotina	Mudança de relações sociais
Aspectos educativos e cotidianos	Linguagem Postura corporal Uso da farda	Organização pessoal Rotinas Horários	Relações com os amigos Relações familiares
Impactos no atendimento à população	Constante estado de vigilância e de alerta, sentimento de que deve tomar atitudes caso algo fuja do esperado.		
Os impactos da vida policial militar indicam fortalecimento da identidade do profissional.			

QUADRO 03- Dimensões psicossociais dos impactos da vida militar segundo os entrevistados

Fonte: Freitas, Viana (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A procura pela profissão militar foi se alterando ao longo da história, já que os homens que comporiam o corpo de militares, inicialmente eram procurados nos setores menos favorecidos e com menor escolaridade, resultando a escolha por aqueles que se submetiam a realizar os trabalhos policiais (ROSEMBERG, 2010, ALBUQUERQUE, MACHADO, 2001). Assim, se antes havia uma busca pelos homens que iriam compor os quadros da corporação, hoje a procura para o ingresso na carreira policial militar dá-se por meio de concurso e cresce ano a ano. Apesar da mudança na forma de ingresso, há de se considerar que o fator econômico ligado à remuneração e garantia financeira da profissão, relacionada à garantia dos proventos totais na aposentadoria que já acontece em idade jovem e acaba por favorecer a busca por um segundo emprego com nova remuneração, agregando ao salário integral já assegurado, é um ponto de destaque.

Este fator pode ser notado, pela mudança no nível de escolaridade da maioria dos entrevistados quando do ingresso na corporação, que também reforça as chances de ascensão na carreira para patamares mais altos com conseqüente aumento de salário. Tanto o ingresso com base em fatores de ordem econômica como a permanência na instituição militar havendo a possibilidade de ascender em níveis de escolaridade e de carreira leva-nos à reflexão sobre que identidades profissionais - retratadas no tipo de comprometimento com a profissão e com o trabalho em sociedade - tem sido constituídas.

O segundo aspecto liga-se ao relacionamento dos policiais militares recrutas com os policiais militares antigos, assim como aos processos de aprendizagem envolvidos nessas interações. Nota-se que não há uma sistematização específica e compilação dos aprendizados acontecidos, entre os mais novos e os mais velhos, apesar de haver uma intencionalidade educativa a partir da experiência dos mais antigos: que o mais novo saiba realizar as atividades práticas no atendimento às pessoas. Dependendo do nível de envolvimento e responsabilidade com o ensino, o policial mais antigo pode colaborar

muito com o policial mais novo. Entretanto, não podemos esquecer que o ensino, sem uma mediação ética e comprometida com as necessidades concretas ao mundo real das comunidades pode ter como consequência o aprendizado de saberes indesejados e o fortalecimento de uma subcultura policial que em muito diverge do que se espera socialmente e do que se institui em legislações e documentos nacionais e internacionais que tratam do trabalho policial (PONCIONI, 2007).

Por fim, o terceiro aspecto abordado está ligado aos impactos provocados pela transição do mundo civil para a atividade policial militar, a qual se refletiu em mudanças de ordem estética, de rotina e de relações sociais. Em suma, muito dos aspectos presentes na constituição da pessoa até o momento do ingresso na instituição militar, parecem deixar de ter importância ao optarem pela carreira policial militar. Um aspecto destacado no âmbito do convívio com pessoas que faziam parte do círculo de vida dos policiais militares, antes do seu ingresso, referiu-se ao fato de que essas convivências se alteraram, especialmente no campo das relações com amigos e familiares.

Uma possibilidade para propostas e práticas no campo de uma formação comprometida com a realidade concreta, poderia ser a criação de programas de formação para policiais que levem em conta não apenas aspectos ligados à progressão de carreira, mas que tenham como fundamento suas práticas cotidianas, os relacionamentos que estabelecem entre os pares, a inserção nos diferentes espaços das comunidades nas quais atuam, e a mediação que constroem com outros membros da comunidade externa à corporação policial.

A compreensão da constituição de identidade(s), entendendo-a como um processo em movimento e transição (Ciampa, 1984; Lane, 1984), pode contribuir para uma análise mais aprofundada a respeito de aspectos relevantes a serem considerados, também, nas etapas de formação de profissionais. Se outras pesquisas puderem ser realizadas, analisando e refletindo sobre aspectos psicossociais centrais ao processo de formação do policial, dimensões da subjetividade humana também poderão ser considerados, inclusive, como elementos numa agenda de atualização e formação, permitindo que haja uma flexibilidade na constituição da identidade profissional e pessoal.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carlos de Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 5, p. 216-239, June 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Nov. 2019.

BLASIUS, L. A resiliência na formação do policial militar, Dissertação de Mestrado. 84 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/M08_blasius.pdf. Acesso em 16 nov. 2019.

_____. Compreensão da violência escolar no âmbito da Polícia Militar do Paraná. 147f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62943>. Acesso em 16 nov. 2019.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In LANE, Sílvia Tatiane Maurer & CODO, Wanderley (Eds.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo, SP: Brasiliense, pp. 58-75, 1984.

DERENUSSON, Fernando C.; JABLONSKI, Bernardo. Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial. *Aletheia*, n. 32, 2010.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Docência, vida cotidiana e mundo contemporâneo: que identidades e que estratégias de sobrevivência psicossocial estão sendo construídas?. **Educar em Revista**, v. 21, n. 2, p. 137-150, 2003.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Identidade e processo grupal**. Curitiba, 2019. Disciplina ministrada no Programa de Pós Graduação em Educação da –Universidade Federal do Paraná.FPR.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; PERES, Marcos Roberto de Souza; GOEDERT FILHO, Valdir. Dimensões da prática cotidiana e (des)humanização do policial militar. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 41, p. 51-64, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752015000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 nov. 2019.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não formal. **Institut International Des Droits De L'enfant (IDE)**. Sion (Suisse), p. 1-11, 2005.

GOEDERT FILHO, Valdir. Práticas comunitárias na Polícia Militar do Paraná? Reflexões nas perspectiva da Psicologia Social Comunitária como processo comunitária. 176f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em : <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47304/R%20-%20D%20-%20VALDIR%20GOEDERT%20FILHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 nov. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, Mar. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 06 maio 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>.

KARPINSKI, Marcelo Trevisan. Formação do Oficial da Polícia Militar do Paraná. 126f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/33832>. Acesso em 16 nov. 2019.

LANE, Sílvia Tatiane Maurer O processo grupal. In LANE, Sílvia Tatiane Maurer & CODO, Wanderley (Eds.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo, SP: Brasiliense, pp. 78-98, 1984.

LANE, Sílvia Tatiane Maurer, & FREITAS, Maria de Fátima Quintal. Processo grupal na perspectiva de Ignacio Martín-Baró: Reflexões acerca de seis contextos concretos. *Revista Interamericana de Psicologia*, 31(2), 293-308, 1997.

MERLINO, A. La entrevista em profundidad como técnica de producción discursiva. In.: MILLÁN, A. M., MERLINO, A. (coord.). *Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales*. Buenos Aires, Cengage Learning Argentina, p.112- 132, 2009.

MENANDRO, Paulo Rogério Meira; SOUZA, Lídio de. O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade. **Psicologia USP**, v. 7, n. 1-2, p. 133-141, 1996.

MINAYO, MCS., SOUZA, ER., and CONSTANTINO, P. Imagem e identidade. In.: MINAYO, MCS., SOUZA, ER., and CONSTANTINO, P., coords. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp. 153-175, 2008.

MORÉ, C. L. O. O. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada” no contexto da saúde: dilemas epistemológicos e desafios da sua construção e aplicação. Atas CIAQ, Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, v. 3, p. 126-131, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/158> . Acesso em 17 nov. 2019.

PARANÁ. Concursos encerrados para a Polícia Militar do Paraná. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Concursos-Encerrados> . Acesso em 18 nov. 2019.

_____. Concursos em andamento para a Polícia Militar do Paraná. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Concursos-em-Andamento>. Acesso em 06 maio 2021.

PERES, Marcos Roberto de Souza. Concepções de cadetes da Polícia Militar do Paraná sobre futuras práticas profissionais: um estudo psicossocial a respeito das expectativas quanto à atuação na comunidade e nas Unidades Paraná Seguro. 262f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) .- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/63405/R%20-%20T%20-%20MARCOS%20ROBERTO%20DE%20SOUZA%20PERES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 nov. 2019.

_____. Retratos das Unidades Paraná Seguro em notícia: repercussões psicossociais e pedagógicas. 190f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/40108> . Acesso em 16 nov. 2019.

PEROVANO, Dalton Gean. Concepção dos instrutores do programa educacional de resistência às drogas e a violência sobre a sua formação. 205f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/14444/Dissert.%20Dalton.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 nov. 2019.

PONCIONI, P. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, n. 1, p. 22–31, 2007.

ROSEMBERG, André. Retrato policial: um perfil da praça de polícia em São Paulo (1868-1896). História, Franca , v. 29, n. 2, p. 95-115, dez. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 nov. 2019.

SIRIMARCO, Mariana. A vida com farda: a vestimenta policial como relato institucional em disputa. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 28, n. 82, p. 31-43, June 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Nov. 2019.

VIANA, Dênis Wellington. Entre a academia militar e a rua: um estudo sobre a formação e a prática de policiais militares na perspectiva da educação e da psicologia social comunitária. 267f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58494>. Acesso em 16 nov. 2019.

VIEIRA-SILVA, Marcos. Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 10, n. 2, p. 292-300, 2015. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/Vieira-Silva. Acesso em 16 nov. 2019.

CAPÍTULO 15

ITINERÁRIOS DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA E A FAMÍLIA DE USUÁRIOS DE UM CAPS DE BELÉM: CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA

Data de aceite: 01/02/2022

Renata Raiol Magalhães

Universidade Federal do Pará- Programa de Pós-graduação em Psicologia
Belém-PA
<http://lattes.cnpq.br/8246827930839403>

Lucivaldo da Silva Araújo

Universidade Federal do Pará- Programa de Pós-graduação em Psicologia
Belém-PA
<http://lattes.cnpq.br/1913486630666649>

RESUMO: Possíveis relações entre experiência religiosa e a saúde mental têm sido recorrentemente debatidas por inúmeras áreas de conhecimento. Nesse campo, a espiritualidade/religiosidade (E/R) podem figurar como demanda dos usuários no cotidiano dos serviços de saúde, suscitando a reflexão e manejo dos profissionais envolvidos. Com base em tal cenário, este capítulo foi elaborado como parte integrante dos resultados de uma pesquisa que objetivou compreender como a experiência espiritual/religiosa de usuários de um CAPS interage com os modos de cuidado em saúde mental e analisar os sentidos da experiência espiritual/religiosa para essas pessoas. O estudo qualitativo de cunho fenomenológico e hermenêutico ocorreu em um CAPS III de Belém-PA e pautou-se na realização de entrevistas semidirigidas. Participaram oito usuários que realizam o acompanhamento em saúde mental no local de pesquisa, cumprindo todos os critérios

previstos de inclusão e exclusão. As entrevistas tiveram os áudios gravados, transcritos e submetidos à análise do discurso, a partir da hermenêutica de Ricoeur. As informações foram organizadas em categorias a partir das unidades de sentido, dentre as quais destacamos a que descreve os itinerários da experiência religiosa e a família. A perspectiva dos colaboradores sobre a experiência religiosa e a interferência do núcleo familiar mostrou-se como território com fronteiras fluidas que se entrelaçam continuamente, ora interagindo de maneira a criar um ambiente que inspira segurança e harmonia para a saúde mental dos mesmos, ora contribuindo para o surgimento de obrigações e sobrecargas que aprisionam e causam desconforto.

PALAVRAS-CHAVE: Religiosidade. Espiritualidade. Saúde Mental. Fenomenologia.

ITINERARIES OF RELIGIOUS EXPERIENCE AND THE FAMILY OF USERS OF A CAPS IN BELÉM: CONTRIBUTIONS FROM THE PHENOMENOLOGY

ABSTRACT: The research revolves around religious experience and its interface with mental health. Possible relationships between these two theoretical fields have been recurrently debated by numerous areas of knowledge. Spirituality/religiosity (S/R) can appear as a demand of users in the daily life of health services, prompting reflection and management of the professionals involved. Based on this scenario, the objective was to understand how the spiritual/religious experience of users of a CAPS interacts with the modes of care in mental health and to analyze

the meanings of the spiritual/religious experience for these people. The qualitative study of a phenomenological and hermeneutic nature took place in a CAPS III in Belém-PA and was based on semi-structured interviews. Eight users who carry out monitoring in mental health at the research site participated, fulfilling all the inclusion criteria. The interviews had their audios recorded, being later transcribed and submitted to discourse analysis, based on Ricoeur's hermeneutics. The information was organized into categories based on the units of meaning, among which we highlight the one that describes the itineraries of the religious experience and the family. The employees' perspective on the religious experience and the interference of the family nucleus proved to be a territory with fluid borders that continuously intertwine, sometimes interacting in a way to create an environment that inspires security and harmony for their mental health, sometimes contributing to the emergence of obligations and burdens that imprison and cause discomfort.

KEYWORDS: Religiosity. Spirituality. Mental Health. Phenomenology.

1 | INTRODUÇÃO

Deus existe? Se existe, qual sua definição? De que é constituído? Existiria um céu para onde são encaminhadas as pessoas que apresentaram bom procedimento moral ao longo de suas vidas? Ou um inferno que acolhe aqueles que não viveram em consonância com as leis humanas ou divinas?

Referenciando tais reflexões, este capítulo aborda parte dos resultados de uma pesquisa que objetivou compreender como a experiência espiritual/religiosa de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial-CAPS interage com os modos de cuidado em saúde mental, considerando a emergência rotineira da temática nos dispositivos de saúde (BRAGHETTA et al., 2018), com destaque para a análise da influência espiritual/religiosa advinda dos núcleos familiares.

Ressalta-se que o Brasil é um país com múltiplas manifestações no campo espiritual/religioso. Neste cenário, significativa parcela da população se autodeclara praticante de alguma religião/seita/credo religioso. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os resultados do Censo Demográfico de 2010 mostram o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil. Segundo o levantamento, as religiões praticadas pela população brasileira dividiam-se nas seguintes proporções: católicos (64,6%); evangélicos (22,2%); espíritas (2,0%); umbanda e candomblé (0,3%) e os que se declararam sem religião (8,0%).

Em termos históricos, alguns pensadores, a exemplo de Freud (1856-1939), assumiram ser impossível uma investigação científica da E/R, culminando esse fato com a afirmação por parte dos mesmos de que, ao longo do século XX, a E/R desapareceria com o avanço da ciência e da razão.

Entretanto, o que assistimos no decorrer do século XX e XXI, foi uma retomada dos estudos do fenômeno da E/R (NETO,2018; GERONE, 2020), por meio da realização de

pesquisas que buscaram conhecer a maneira como o envolvimento espiritual e/ou religioso, através do engajamento em atividades de natureza análoga, poderia impactar na saúde global do ser humano, incluindo-se a saúde mental (MOREIRA-ALMEIDA; LUCCHETTI, 2016).

A questão da distinção e das relações entre religião e espiritualidade tornou-se foco de intensos debates e discussões entre psicólogos e pesquisadores em Psicologia interessados no fenômeno religioso e seus correlatos (ZACHARIAS, 2010).

Desse modo, para melhor compreensão acerca desses significados, é forçoso circunstancia-los em suas respectivas searas conceituais, já que parece não haver consenso quando se trata de delimitar o sentido de cada uma das mencionadas expressões. De maneira sintética, pode-se dizer que, enquanto a espiritualidade e a religiosidade podem ser caracterizadas pela dimensão essencialmente experiencial, a religião está fundamentada no aspecto institucional, ritualístico e doutrinário (ALETTI, 2012; FREITAS, 2017)

Em relação a experiência religiosa, seu objetivo seria reconstituir o objeto religioso em interação com um sujeito concreto. Tal ponto de vista faz menção à posição fenomenológica de que a religião somente se dá em sua manifestação como uma vivência religiosa, a qual se ergue frente ao mistério, ao sacro e ao inexplicável (HOLANDA, 2017).

Quanto ao local da pesquisa, é preciso dizer que os CAPS são importantes dispositivos voltados à assistência de pessoas em sofrimento mental grave e persistente que requerem cuidados específicos em saúde mental, despontando como recursos extra-hospitalares nascidos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira, com intuito de substituírem os manicômios (BRASIL, 2002).

Dentre os resultados obtidos por este levantamento, ressalta-se a complexa influencia que a família pode exercer sobre o percurso das experiências espirituais/religiosas dos usuários do CAPS. Os colaboradores, por meio dos seus discursos, expressaram suas percepções sobre a maneira como a família direcionou a adesão à sistemas religiosos ou, por meio de postura impositiva, determinou o afastamento dos entrevistados em relação ao arcabouço de crenças professadas pela parentela.

Por fim, destaca-se que as reflexões sobre o assunto anunciado podem auxiliar na compreensão da relação estabelecida entre a experiência religiosa, saúde mental e família no âmbito dos dispositivos responsáveis pelos cuidados às pessoas em sofrimento psíquico. Assim, a relevância desse trabalho se consolida na colaboração para melhor elucidar o fenômeno da E/R e suas repercussões na saúde mental das pessoas.

2 | MÉTODO

Este estudo qualitativo de cunho fenomenológico existencial e hermenêutico, na perspectiva de Heidegger e Paul Ricoeur, ocorreu em um CAPS III da região metropolitana de Belém, Pará, e pautou-se na realização de entrevistas semidirigidas com usuários do

serviço, sua principal fonte para obtenção de dados.

A pesquisa fenomenológica é uma forma de investigação qualitativa que, de acordo com Amatuzzi (2005, p. 6), “designa o estudo do vivido, ou da experiência imediata pré-reflexiva, visando descrever seu significado; ou qualquer estudo que tome o vivido como pista ou método.

A entrevista foi composta por questões abertas, baseada em um roteiro que contemplou questões relativas às vivências da experiência religiosa dos usuários. O instrumento foi estruturado com o intuito de abarcar campos temáticos tais quais a experiência religiosa do indivíduo ao longo da vida, a atual rotina de vida religiosa, além de explorar sobre a interface entre E/R e saúde mental no trânsito institucional dos colaboradores em atendimento no CAPS.

Participaram do estudo oito usuários que realizavam acompanhamento em saúde mental no local de pesquisa por pelo menos seis meses e que não apresentassem sintomas psicóticos ou outra manifestação de alteração do estado mental que inviabilizasse o acesso do ponto de vista do acesso às narrativas. Na tabela 1 são apresentadas algumas informações dos colaboradores. O diálogo foi gravado em áudio e posteriormente transcrito. Ao longo do processo, houve a desistência de uma usuária, direito que lhe foi garantido mediante os parâmetros éticos assumidos pela pesquisadora.

Pseudônimos	Idade	Autodeclaração espiritual/religiosa	Escolaridade
Moisés	49	Protestante	Ensino Fundamental Completo
Nazaré	32	Católica	Ensino Médio Completo
Raul	23	Sem religião	
Sophia	20	Agnóstica	Superior Incompleto
André	39	Espírita Kardecista	Superior completo
Aline	55	Protestante	Ensino Médio Completo
Martinho	49	Protestante	Ensino Superior Completo
Ana Paula	22	Protestante	Ensino Médio Completo

TABELA 1- Informações dos colaboradores

É válido salientar que em tempos de pandemia do COVID-19, foram tomadas todas as precauções recomendadas pela OMS no tocante à prevenção da disseminação do vírus, sendo as entrevistas realizadas em ambientes arejados, com a utilização de máscaras de proteção tanto pelos colaboradores como pela pesquisadora, manutenção do distanciamento espacial e disponibilização de álcool em gel no local.

As entrevistas foram transcritas e submetidas à análise do discurso de acordo com a hermenêutica de Ricoeur. As informações obtidas foram organizadas em categorias a partir das unidades de sentido. A análise do material empírico, portanto, foi constituída pelos

discursos dos colaboradores e desenvolveu-se por meio de reflexões que consideraram os atos do discurso constituídos de elementos verbais e não verbais.

Na definição de Ricoeur (1978), a hermenêutica se associa à questão do signo e da significação, propondo-se a compreender um texto a partir de sua intenção. Sob a ótica fenomenológica, o sentido é desvelado por meio do discurso, o qual é entendido como significação que permanece (ARAÚJO; PIMENTEL, 2017). Significa trabalhar com sentidos e significados que transbordam a si mesmos, moldando-se ao olhar e a temporalidade histórica do indivíduo, o qual tem suas expressões mediadas e transportadas pela linguagem.

A obtenção de dados foi iniciada somente após a aprovação da pesquisa por Comitê de Ética e Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP). Os colaboradores declararam seu consentimento em participar do estudo por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após receberem os devidos esclarecimentos sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, de acordo com a Declaração de Helsinque e do Código de Nuremberg e as normas de pesquisa envolvendo seres humanos (Resolução CNS 466/2012 e 510/16). Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, sob o parecer nº 4.017.811 e foi realizada por meio de financiamento próprio.

3 | ITINERÁRIOS DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA E A FAMÍLIA

A presente análise surgiu a partir dos expressivos depoimentos dos colaboradores sobre a maneira como eles foram influenciados pelas experiências espirituais/religiosas dos seus pais e de outros membros da família. Para Assis et al. (2006), a adesão às práticas espirituais/religiosas pode ser considerada um fator protetivo, uma vez que permite o fortalecimento de vínculos no relacionamento familiar, na provisão de apoio, suporte, respeito mútuo e a consolidação da identidade.

Bom, a minha família toda era católica, só que, quando cada um foi caindo no leito de dor, foi ter a consciência que a nossa carne não é nada e se aproximaram de Cristo, e eu tenho uma irmã que já é falecida [...] então quer dizer, ela me trouxe pro evangelho [religião protestante] antes de falecer, pro evangelho de Cristo. (Moisés).

Meu pai é espírita e a minha mãe é da umbanda. E aí, o que que acontece, próximo da minha casa... quando eu era mais novo, tinha um terreiro de umbanda, então ela dizia que eu deveria ir lá pra tomar passe. Então eu sempre fui tomar passe, e era bom. (André).

Bom, eu fui introduzida na religião através da minha família que é católica, a maior parte, no caso. Então, eu participei de catequese, crisma; eu ia no início meio que obrigada, como todo jovem. Aí depois, quando eu estava fazendo a crisma, eu conheci um grupo lá na Igreja Católica que é a JAR; que é a Juventude Agostiniana Recoleta. Eu me apaixonei! (Nazaré).

Eu nasci dentro de uma família católica romana. Para mim era, digamos, a única religião cristã existente no momento; eu acreditava nisso. E, com o passar do tempo, já adolescente, eu comecei a participar dentro da igreja, trabalhar lá no movimento de jovens na comunidade. Eu sempre, sempre quis...achava importante participar com os padres que vinham, eu achava isso maravilhoso! E, assim eu fui crescendo dentro da igreja católica romana (Martinho).

Os quatro colaboradores referiram uma vinculação harmoniosa com o legado espiritual/religioso associado aos familiares. Para eles, a busca pelo Sagrado que se desenrolou como consequente ao processo de intervenção da parentela, representou a vivência do encontro no horizonte da experiência espiritual/religiosa. Se a pessoa que nasceu no seio de determinada tradição religiosa, transforma a sua afiliação herdada em prática pessoal, o referido proceder pode ser denominado de conversão: uma experiência subjetiva e intransferível (BRUSCAGIN, 2004).

A riqueza simbólica e cultural de determinado sistema religioso é como patrimônio recebido ao nascimento, constituído de todo aparato sócio-religioso-espiritual que o caracteriza. A adesão ou não-adesão a tal perspectiva no porvir demarca maneiras diversas de se reagir ao fenômeno que afeta toda a sociedade, ressoando de forma diferente em cada ser humano em seus variados momentos da existência (VERGOTE, 1997).

A busca pelo Sagrado pode ser uma via que se potencializa a partir dos modelos comportamentais adotados pelo familiar: os mais velhos podem fecundar valores religiosos em sua descendência, de maneira subjacente, por meio de atitudes e gestos no dia a dia que sensibilizam o outro pelo ato da exemplificação. Isso significa que o membro procedente desse ambiente familiar terá maior probabilidade de aderir à religião dos seus ascendentes. Entretanto, além de consolidar a união, questões referentes à E/R podem causar discórdia, separação e a indução ao sofrimento na família (ANGERAMI, 2008).

A esse respeito, alguns colaboradores atribuíam a origem de conflitos subjetivos e interpessoais à questão da interferência espiritual/religiosa exercida pelo grupamento familiar (HENNING-GERONASSO; MAIS, 2015). Tomando a perspectiva dos colaboradores, nota-se que a experiência espiritual/religiosa como herança transmitida aos descendentes no contexto familiar é recebida de diferentes modos por cada um, soando de maneira repressiva e imposta em alguns momentos:

A minha família é completamente cristã; todos são cristãos católicos. E, desde criança eu fui designada para isso... em continuar católica. E o que acontece; ao longo desse tempo é que eu fui tentando aprender mais sobre a religião, né? Mas, assim, não era por vontade própria; era mais pela família, entende? Nunca foi um interesse meu aprender mais sobre o que é ser católico, o que é ser cristão; eu ia mais guiada pela família, entende? Eu fui ensinada, não pela parte dos meus pais, mas pela parte mais radical da família, que era a irmã mais velha do meu pai. E aí, eu tentei falar com a minha mãe; disse que não estava me sentindo confortável com essa questão e ela ficou preocupada porque ela também foi criada da mesma forma que eu... dessa maneira católica de que você tem que acreditar e é isso, entende? (Sophia).

Eu nasci numa família de parentes católicos apostólicos romanos, porém, os meus pais não são religiosos; não são católicos. O meu pai é agnóstico, então ele não acredita em Deus, nem num princípio criacionista. E a minha mãe se define como cristã. Eu só fui batizado basicamente porque, como eu era o primeiro filho, a família muito católica, os pais cederam... 'tá, tudo bem, batiza'. Mas eu não tive crisma, não tive nenhum outro sacramento, nenhum outro título assim. Então, foi meu único contato direto com um desejo dos meus familiares; assim, natal, cirio, que eu sempre me vi de modo muito coadjuvante na minha família (Raul).

[...] [eu era] católica. Meus pais eram muito católicos! Foram eles que passaram a religião pra mim. Eu ia pra missa todo o domingo. Eu não gostava de ir. Achava eles muito agarrados com imagem. Tudo era imagem, imagem, imagem [enfática]. Ai, eu ia pra missa, pegava o jornalzinho, sentava no banco com a minha mãe, lia todo o jornalzinho, cantava os hinos, as coisas, as orações, tudo; mas eu não me sentia assim... satisfeita de estar lá, entendeu? É como se não fosse eu que tivesse indo, entendeu? (Aline).

Para Angerami (2008), existe um movimento de contraposição formado por um elevado número de indivíduos que abandonam as religiões dos pais, por razões que envolvem divergências familiares e os desacordos teológicos. Fowler (1992) descreve a postura opositora como a procura de uma fundamentação identitária própria, com o desenvolvimento de opinião singular não mais orientada por definições ou significados de outrem. Nessa etapa, a fé anterior pode ser questionada, com símbolos ou mitos passando por processo de desmistificação.

A colaboradora Sophia é uma jovem universitária, que faz acompanhamento no CAPS há cerca de dois anos após vivenciar situação pessoal que lhe trouxe profundo abalo: o suicídio do namorado. Durante a entrevista, foi claramente percebido o modo como a discussão da temática da E/R deixou feridas ainda não cicatrizadas em Sophia, as quais foram desnudadas por ela ao longo do processo dialógico.

Aparentemente, a pressão dos familiares, para que ela abraçasse a religiosidade cristã, constituía para Sophia fonte de inquietação e angústia, ocasionando diversos embaraços ao seu transcurso existencial. Suas expressões faciais e entonações de voz, mesmo abafadas pela máscara, deixavam transparecer o sofrimento que lhe ocorria ao recordar de suas querelas com familiares, em função da persuasão em torno de uma crença que não era sua, forçando uma aderência religiosa não desejada.

Friedrich Nietzsche (2005) aborda essa questão ao enfatizar que é imprescindível a construção de uma crença pessoal liberta das imposições culturais e morais. A proposta de Nietzsche perpassa pelo entendimento de que é preciso que haja o fenômeno de substituição de valores, com a desintegração dos velhos padrões para a criação de novos. Ele ilustrou esse movimento de mudança por meio das três transformações simbólicas do espírito.

Primeiramente, este tornar-se-ia um camelo, cujas corcovas representam todo peso sociocultural imposto. Depois, no meio do deserto, frente ao dragão denominado

“Tu deves”, o espírito se transforma num leão, o qual enfrenta e deve destruir o monstro, uma vez que este representa as obrigações frente as tradições. Posteriormente, ocorre a terceira e última transformação do espírito: ele vira uma criança, livre das amarras e imposições, simbolizando o recomeço para a criação de novos juízos (NIETZSCHE, 2005).

Essa alegoria pode nos ajudar a compreender o movimento de transformação de Sophia: lutou contra as forças impositivas que a intimidaram, causando, inclusive, prejuízos a sua saúde mental. Em seguida, a colaboradora se empenhou na busca do soerguimento de novos preceitos que fizessem sentido para si, o que a conduziu a uma sensação libertária e de afirmação da própria identidade espiritual/religiosa, tendo em vista que escolheu abraçar o agnosticismo.

Raul e Aline também manifestaram incômodo pelo fato de se sentirem “coagidos” a acolherem a filiação religiosa indicada pelos familiares, demonstrando em seus corpos e vozes expressões de descontentamento e decepção. Raul, de maneira mais evidente, suspirava profundamente e baixava o volume da voz ao recordar das interferências malsucedidas no âmbito da E/R realizadas pela família. Seu discurso foi marcado por muitos momentos de silêncio que antecediam as respostas, indicando possíveis oportunidades de elaboração das vivências negativas.

Outra questão acerca da experiência religiosa intrafamiliar abordada por alguns dos usuários foi o matrimônio inter-religioso. André se intitula espírita, sendo casado com uma pessoa envolvida com a religião católica, filha de um diácono com bastante atuação na igreja do bairro. Ao ser questionado sobre a sua percepção acerca do fato de ser casado com alguém que professa uma religião diferente da sua, assim se expressou o colaborador:

É o famoso jugo desigual! É o evangelho que fala isso. A probabilidade de não dar certo é muito grande! Porém, eu acredito que a gente consegue conviver muito bem. O católico, o espírita é uma coisa muito mais tranquila. Conseguimos [conciliar]. Tanto é que ela faz oração comigo na vertente espírita e eu faço com ela e tal (André).

A expressão “*jugo desigual*” empregada por André remete à imagem de um instrumento de madeira usado para unir dois animais de tração, de maneira que possam deslocar-se lado a lado. No sentido atribuído pelo entrevistado, o jugo ilustra as dificuldades enfrentadas durante a união entre pessoas que professam credos diferentes. Pelo que anuncia em seu discurso, André dá a entender que vivia um matrimônio harmonioso relativamente à questão das diferenças religiosas, posto que um buscava respeitar o ponto de vista do outro e estavam dispostos a encontrar um lugar comum. Todavia, ao ser questionado sobre o assunto da orientação espiritual/religiosa que seria dada à filha, posicionou-se:

Ela vai ter o livre arbítrio de chegar um determinado momento e dizer: papai, eu quero ir com o senhor, entendeu? Como ela não tem discernimento ainda, ela vai para igreja. Bora para a tradicional, né? A gente não tem essas crises com a igreja, entendeu? A gente vai lá, e tal, e a igreja tem todo aquele papel social

de você ir lá ver o padre... O padre: 'olha o pecado..., não pare de se benzer' [em tom de deboche, rindo], essas coisas assim, né? (André).

Chama atenção o fato de, ao mesmo tempo em que afirma respeitar a religião da esposa, esforçando-se por consolidar uma vivência pacífica a esse respeito, exprime certo menosprezo ao adotar um tom jocoso para se referir à autoridade do padre e a alguns ritos católicos. Manteve postura semelhante em diversas ocasiões ao longo da entrevista. Um sentido possível para essa postura nos anuncia que talvez André não fosse tão tolerante com as liturgias da Igreja Católica, porém, por causa da esposa, procurava assumir opinião mais conciliadora, ao menos aparentemente.

Sobre a questão do casamento e as influências da E/R, Williams e Lawler (2001) fizeram um levantamento o qual constatou que casais que frequentavam diferentes sistemas religiosos apresentavam níveis mais baixos de religiosidade do que aqueles que compartilhavam o mesmo credo. Também observaram que casais pertencentes a religiões distintas educavam seus filhos, predominantemente, numa das vertentes religiosas.

Marks (2005), por sua vez, investigou a interferência da religião sobre o matrimônio na visão de cristãos, judeus, mórmons e muçulmanos altamente envolvidos em atividades religiosas. Nesse estudo, pais e mães casados falaram sobre três dimensões da religião – comunidade de fé, práticas religiosas e crenças espirituais – que poderiam influenciar na dinâmica da união. A pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevistas indicou o surgimento de temas como a importância da oração, influência religiosa na conexão familiar, prática da fidelidade conjugal, dentre outros, o que poderia trazer benefícios ao casamento, mas também impunha desafios.

Foi possível observar as repercussões da E/R na dinâmica intra-familiar, as quais funcionaram como elemento que agrega nos casos em que os usuários se identificavam com a filiação espiritual/religiosa herdada pela família. Por outro lado, alguns pontuaram que aspectos espirituais/religiosos cultivados no ambiente doméstico produziram constrangimentos e fomentaram a fragilização da saúde mental, demonstrando a complexidade das relações que podem ser engendradas na intersecção entre a E/R e a família.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs tanto em compreender como a experiência espiritual/religiosa de usuários de um CAPS interage com os modos de cuidado em saúde mental, quanto a analisar os sentidos da experiência espiritual/religiosa para essas pessoas.

Dentre os sentidos apontados, a família foi citada por todos como relevante instância, a qual pode direcionar os caminhos do desenvolvimento religioso trilhado pelo indivíduo, seja como local de contato com as primeiras experiências religiosas, seja como influência a ser desconstruída na busca por uma identidade religiosa consolidada, o que requer muitas

vezes a fuga de ambientes repressores que interditam o diálogo, fatores que podem induzir à vivência do sofrimento psíquico.

A experiência religiosa produziu constantes atravessamentos na saúde mental dos colaboradores, influenciando por vezes na maneira como estes interagem com os cuidados em saúde mental vivenciados no CAPS. Por isso, os profissionais que atuam no CAPS e nos diversos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), devem estar atentos aos fatores oriundos no campo da E/R que podem causar tensionamentos ou benefícios à saúde mental dos usuários, incluindo-se os gerados no núcleo familiar.

Por fim, os posicionamentos dos usuários entrevistados, assim como a linguagem não verbal das intenções implícitas, apontam no sentido de que há uma complexa trama tecida a partir das interações entre a família e a E/R. As percepções dos colaboradores variaram entre opiniões que consideram os aspectos edificantes da E/R, enquanto legado sociocultural, e a influência desfavorável no processo de construção identitária das pessoas, principalmente pela marca de obrigatoriedade, repressão e possíveis repercussões negativas em sua saúde mental.

Considerando a emergência da temática de modo tão vivaz nos apontamentos dos usuários, é preciso que mais pesquisas sejam realizadas para o aprofundamento do estudo do fenômeno ora em evidência, tão presente nas vidas de todos nós.

REFERÊNCIAS

- ANGERAMI, V. A. **Religiosidade e psicologia**: a contemporaneidade da fé religiosa nas lides acadêmicas. In: ANGERAMINI, V. A. *Psicologia e Religião*. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 135 p.
- ARAÚJO, L S.; PIMENTEL A. **A Prática da Pesquisa Fenomenológica para Doutorandos**. In: PIMENTEL, A; LEMOS, F; NICOLAU R. *A Escuta Clínica na Amazônia*. Belém: UFPA, 2017.
- ASSIS, S. G. et al. **Resiliência**: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006. 144 p.
- BRAGHETTA, C. C. et al. **Espiritualidade, saúde e suas aplicações práticas**: desenvolvimento do Programa de Saúde, Espiritualidade e Religiosidade. *Revista, Juiz de Fora*, v. 44, n. 4, p. 507-514, out./dez. 2018. DOI: 10.34019/1982-8047.2018.v44.26389.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 336**, de 19 de Fevereiro de 2002. Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 fev. 2002.
- BRUSCAGIN, C. **Família e religião**. In: CERVENY, C.M.O. *Família e Religião*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2004.
- FOWLER, J.W. **Estágios da fé**: a psicologia do desenvolvimento humano e a busca de sentido. São Paulo: Sinodal, 1992.

FREITAS, M.H. **Psicologia religiosa, psicologia da religião/ espiritualidade, ou psicologia e religião/espiritualidade?** Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 9, n. 1, 89-107, jan.-abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/2175-1838.09.001.DS04>. Acesso em: 02 abr. 2018.

GERONE, L. G. T. **A espiritualidade no contexto da ciência da Saúde.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 09, Vol. 01, pp. 121-136. Setembro de 2020. Disponível em: < <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencia-da-religiao/ciencia-da-saude>.> Acesso em 27/07/2021.

HENNING-GERONASSO, M.C.; MAIS, C.L.O.O. **Influência da Religiosidade/ Espiritualidade no Contexto Psicoterapêutico.** Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 35, n. 3, p. 711-725, set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932015000300711&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 fev. 2021.

HOLANDA, A.F. **Fenomenologia e psicologia da religião no Brasil:** fundamentos, desafios e perspectivas. Revista Pistis Praxis, v. 9, n. 1, p. 131-151, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/7241>. Acesso em: 12 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticiacenso.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2170&busca=1&t=censo2010numerocaticoscaiaumentaevangelicos-espíritas-sem-religiao>. Acesso em: 18 maio. 2019.

MARKS, L. **How does religion influence marriage?** Christian, Jewish, Mormon, and Muslim perspectives. Marriage & Family Review, New York, v. 38, n. 1, p. 85-111, 2005.

MOREIRA-ALMEIDA, A.; LUCCHETTI, G. **Panorama das pesquisas em ciência, saúde e espiritualidade.** Cienc. Cult., São Paulo, v. 68, n. 1, p. 54-57, mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000100016>. Acesso em: 21 ago. 2019.

NETO, E. F. S. **Religião, religiosidade e espiritualidade:** uma compreensão a partir da Ciência da Religião. Sacrilogens, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 1477-1508, jul-dez/2018.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

RICOEUR, P. **O conflito das interpretações:** ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1978.

VERGOTE, A. **Religion, belief and unbelief:** a psychological study. Leuven: Leuven University press and Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1997.

WILLIAMS, L.M.; LAWLER, M.G. **Religious heterogamy and religiosity.** A comparison of interchurch and same-church individuals. Journal of the Scientific Study of Religion, Malden, v. 40, n. 3, p. 465-478, 2001.

ZACHARIAS, J. J.M. **Ensaio sobre psicologia e religião:** uma questão do olhar. Psicol inf., São Paulo, v. 14, n. 14, p. 171-180, out. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141588092010000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27/07/2021.

CAPÍTULO 16

ANÁLISE DA PERSONALIDADE DE UMA EQUIPE DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO PELO TESTE PALOGRÁFICO

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 30/11/2021

Stefânia Martins Teixeira Torma

Centro Universitário IDEAU

Bagé/RS

<http://lattes.cnpq.br/3286788699256784>

Camila Espíndula da Silva

Centro Universitário IDEAU

Bagé/RS

<http://lattes.cnpq.br/4228891583842024>

Suzana Catanio dos Santos Nardi

Centro Universitário IDEAU

Bagé/RS

<http://lattes.cnpq.br/8395586506063530>

Bianca De Bem Lucas

Centro Universitário IDEAU

Bagé/RS

Edinara Bellini Taetti

Centro Universitário IDEAU

Bagé/RS

Josemara dos Santos Rodrigues

Centro Universitário IDEAU

Bagé/RS

<http://lattes.cnpq.br/7009930818386273>

Suélen Rocha Centena Pizarro

Centro Universitário IDEAU

Bagé/RS

<http://lattes.cnpq.br/7076642470907544>

Andreia Quadros Rosa

Centro Universitário IDEAU

Bagé/RS

<http://lattes.cnpq.br/1698927753200654>

Lenise Alvares Collares

Centro Universitário IDEAU

Bagé/RS

<http://lattes.cnpq.br/2803493672095505>

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é analisar as características da personalidade de uma equipe de contabilidade de um Grupo Empresarial, localizado no município de Bagé/RS, através da aplicação do Teste Palográfico. A pesquisa utilizou-se do método de estudo a abordagem quali-quantitativa. A amostra foi composta por (07) sete funcionárias. O critério de inclusão dos participantes foi realizado pela Gestora da empresa. Para este estudo, utilizou-se como instrumento principal, o teste Palográfico para análise dos dados obtidos, levando em consideração, as seguintes características: a produtividade, ritmo de produção, relacionamento interpessoal, organização ou ordem. Conclui-se que a equipe de contabilidade, de modo geral, indica produtividade mediana de trabalho, revelando instabilidade em sua produtividade, porém, a equipe é capaz de executar e satisfazer adequadamente as atividades rotineiras, bem como, apresenta um relacionamento interpessoal equilibrado, respeitando limites entre os indivíduos, ponderação e moderação em situações de liderança, colaborando com os resultados do Grupo Empresarial.

PALAVRAS-CHAVE: Personalidade – Teste Palográfico, Equipe de Contabilidade.

ANALYSIS OF THE PERSONALITY OF AN ACCOUNTING TEAM: A STUDY BY THE PALOGRAPIC TEST

ABSTRACT: The objective of this research is to analyze the personality characteristics of an accounting team of a Business Group, located in the city of Bagé/RS, through the application of the Palographic Test. The research used the method of study the quali-quantitative approach. The sample consisted of (07) seven employees. The criteria for inclusion of participants was performed by the company's Manager. For this study, the Palographic test was used as the main instrument to analyze the data obtained, taking into account the following characteristics: productivity, production pace, interpersonal relationships, organization or order. It is concluded that the accounting team, in general, indicates average work productivity, revealing instability in its productivity, however, the team is capable of adequately performing and satisfying routine activities, as well as having a balanced interpersonal relationship, respecting limits between individuals, consideration and moderation in leadership situations, contributing to the results of the Business Group.

KEYWORDS: Personality - Palographic Test - Accounting Team.

1 | INTRODUÇÃO

Considerando o trabalho e sua essencialidade para o homem, é claro que um ambiente com liberdade e diversidade no processo é fundamental. Mas para tanto, é necessário que os profissionais que fazem parte da Gestão de Pessoas (GP) observem e avaliem como cada colaborador pode contribuir e ainda, sentir-se bem. Com as constantes mudanças, as organizações passaram a ampliar a sua missão e atuação estratégica, e, com isso, perceberam que as pessoas são mais que empregados contratos, elas são parceiras e fornecedoras de conhecimentos, habilidades e competências, e, sobretudo, as pessoas constituem o principal ativo da organização (CHIAVENATO, 2014).

No âmbito organizacional, conforme expõe Santos (2020), a personalidade é composta pelas características de uma pessoa que influenciam seu modo de agir e pensar, interferindo diretamente nas relações interpessoais no trabalho. Desse modo, de acordo com a autora, perceber a influência da personalidade no ambiente de trabalho, e, entender como superar as diferenças individuais na equipe, contribuirá para evitar conflitos que poderão influenciar diretamente na produtividade da empresa.

Bertoletti (2017) em seu estudo, esclarece que inobstante da teoria utilizada, o tema da personalidade baseada nas diferenças individuais, precisa indicar as características, traços e comportamentos do sujeito. Desta maneira, o instrumento de avaliação tem que estar apto para avaliar e descrever os traços da personalidade que identifique e diferencie o indivíduo. Chiavenato (2014) enfatiza a importância de perceber, como cada personalidade é determinante para o sucesso profissional.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar as características da

personalidade de uma equipe de contabilidade de um Grupo Empresarial, através da aplicação do Teste Palográfico. Diante disso, espera-se com os resultados do teste, analisar as seguintes características da personalidade da equipe: a produtividade, ritmo de produção, relacionamento interpessoal, organização ou ordem.

2 | DESENVOLVIMENTO

A atividade laboral é essencial na vida das pessoas, amparando a sua sobrevivência no mundo. Levando em consideração, que as pessoas passam grande parte de suas vidas no ambiente de trabalho, o ambiente deve ser o mais agradável possível, colaborando para seu bem estar (DESSEN & PAZ, 2010).

Atualmente, a gestão mudou, e o funcionário tem outra posição e colaboração na empresa. Aqui, vemos a Psicologia Organizacional atuando, termo esse usado desde a década de 90 (TONETTO et al., 2007). Essa trajetória da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) trouxe muitos ganhos para a empresa, para a gestão e para seus colaboradores, pois torna esse ambiente mais saudável, com melhor qualidade de vida, avaliação de desempenho, saúde mental, entre outros.

A partir desse enfoque, as empresas além de buscar recrutamento e avaliação, visam também um novo ambiente de trabalho. Para tanto, o colaborador além de realizar o seu trabalho precisa estar sentindo-se parte deste espaço e bem, pois evita assim prejuízos emocionais (CHIAVENATO, 2014). E a Psicologia Organizacional e do Trabalho tem um papel importantíssimo, para avaliar esta pessoa reconhecendo suas potencialidades e possíveis problemas.

2.1 Referencial Teórico

2.1.1 O trabalho e sua relação com o homem

Do ponto de vista sócio histórico, o trabalho para o homem, em uma visão marxista e não marxista, “não só como uma característica importante da espécie humana, mas como a essência do homem”. Além disso, essa busca pelo trabalho, também é uma busca essencial da sua força, da sua significância e principalmente sentir-se incluído e contribuindo para um lugar do qual faça parte (ENRIQUEZ, 2014).

De acordo com Chiavenato (2014) considera-se o trabalho, fonte de sobrevivência e de valor subjetivo, que agregado às empresas, ao empreendedorismo e as mudanças tecnológicas, sociais, políticas trazem uma visão de trabalho incerta, ao mesmo tempo vislumbra os novos tempos. As organizações empresariais, foram se organizando conforme as expectativas futuras e um dos recursos que mais poderia influenciar eram os recursos humanos.

No Brasil, conforme a demanda do mercado de trabalho, as empresas dispõem em seu quadro de funcionários, cargos que buscam desempenhar atividades operacionais

e de suporte, agregando valor e resultados positivos nas empresas. Assim, espera-se do profissional da área de contabilidade, criatividade, adaptação às mudanças, bom relacionamento e interação com todos os setores da empresa (CARDOSO, 2012).

Frente ao aumento das exigências fiscais nos últimos anos, o mercado passou a buscar mais profissionais contábeis que atendam às exigências impostas e que desempenham seu papel com competência e responsabilidade, conduzindo as decisões para a melhoria dos resultados operacionais. O profissional contábil tem um importante papel decorrente da relação que interliga os conhecimentos contábeis e as demais áreas dos saberes, destacando sua relevância no contexto empresarial (KRUGER et.al, 2018).

No momento atual, a gestão de pessoas em uma organização traz não só benefícios para a empresa quanto para as pessoas que operam. Segundo Chiavenato (2014), um depende do outro para progredir, crescer. Ora a organização oferecendo um trabalho que dignifica e a pessoa que além de crescer colabora com o sucesso da empresa.

2.1.2 Gestão de Pessoas

Como seu conceito propõe, a Gestão de Pessoas mobiliza, engaja, treina e dá sentido às pessoas de acordo com sua atividade e função. Além disso, intervém diretamente nas pessoas que estão juntas no processo para juntos crescer e perceber que as pessoas passam a ser uma peça fundamental para o progresso da organização (CHIAVENATO, 2014).

Gerir pessoas é um processo complexo, um desafio para toda organização e precisa ser planejado para assegurar o comprometimento humano junto aos objetivos e estratégias a fim de alcançar melhores resultados (BIANCHI, 2008). Armstrong (2006) considera que a integração da gestão de pessoas com os valores organizacionais, contribui para que os objetivos e metas sejam alcançados. Evidenciando o relacionamento interpessoal como um dos instrumentos mais importantes para a obtenção dos objetivos da organização. Algumas estratégias de ações, negociações e tomada de decisão são praticadas através dos relacionamentos estabelecidos e a integração da equipe.

Na área de Gestão de Pessoas, o processo de agregar pessoas tem um papel de suma importância. E, tem como objetivo, selecionar e contratar pessoas que preencham adequadamente determinado cargo, contribuindo para que a empresa atinja os resultados pretendidos. Sendo que este processo envolve duas principais funções: o Recrutamento: recrutar pessoas para uma determinada vaga; e a Seleção que busca candidatos apropriados aos cargos oferecidos, por meio de técnicas de seleção como: “a entrevista, provas de capacidades e testes psicológicos, testes de personalidade e técnicas de simulação” (CHIAVENATO, 2014).

O termo recrutamento teve origem no exército a fim de captar recrutas para as vagas disponíveis. Este termo de captar pessoas se incorpora ao Recursos Humanos e

Seleção de Pessoas, e segundo Chiavenato (2014), o uso das técnicas de recrutamento nas organizações, serve para atrair candidatos potencialmente qualificados. O método de recrutar, é rigoroso pois procura o profissional certo para a vaga certa.

Para Pedroso et. al, 2013, através da técnica de Seleção de Pessoas que os testes de personalidade vão contribuir com as informações sobre o indivíduo, revelando aspectos das características superficiais das pessoas como os traços adquiridos ou traços inatos, ou seja, por meio dos testes, pode-se pesquisar traços ou aspectos da personalidade como equilíbrio emocional, motivação, interesses, etc.

No contexto Organizacional, a personalidade é mais determinante do que o conhecimento para o sucesso profissional, destacando, que os gestores “deveriam reconhecer suas características de personalidade, pois o autoconhecimento é essencial para a sobrevivência profissional” (D’AMICO & MONTEIRO, p.384, 2012).

2.1.3 Avaliação Psicológica da Personalidade

Os instrumentos da avaliação psicológica, dividem-se em dois tipos: os projetivos e os psicométricos. Os testes projetivos avaliam as características da personalidade por meio da expressão subjetiva, como aspectos da personalidade com a presença de transtornos psicológicos, interesses, conflitos internos e motivação, por exemplo. Já os testes psicométricos, apresentam valores mensuráveis sobre os aspectos avaliados, ou seja, são utilizados para medir aptidões e determinar escores que servirão como medida padrão para determinar a classificação do avaliado (GOMES, 2018).

Hutz et al. (2018), as técnicas projetivas referem-se aos instrumentos onde o sujeito projeta suas características de personalidade. A expressão técnica projetiva envolve a apresentação de uma situação estimuladora planejada ou escolhida, onde o sujeito responderá através de alguma forma de ação ou emoção, que representada pela sua personalidade, cuja principal característica é a apresentação de um estímulo ambíguo. O estímulo é formado pelas percepções, emoções, ideias, atitudes e todos os aspectos da personalidade do indivíduo.

Um dos instrumentos disponíveis para a avaliação da personalidade é o Teste Palográfico, que consiste na reprodução de traçados simples, aplicado individualmente ou em grupo, que possibilita avaliar traços da personalidade para ligá-los às características comportamentais, como: produtividade; organização; adaptação ao ambiente; firmeza e segurança em relação às atitudes pessoais; vitalidade; adaptação às normas e regimentos; capacidade para estabelecer e cumprir metas; relacionamento interpessoal; ritmo de trabalho; capacidade de concentração; impulsividade e inteligência emocional, entre outros (LIMA et al., 2017).

Avaliação psicológica “é realizada por meio de instrumentos como testes, entrevistas, estudos de caso, observação comportamental e aparatos e procedimentos de medida

especialmente projetados”. Geralmente, uma avaliação busca responder alguma questão, solucionar um problema ou constatar algo por meio do uso de instrumentos de avaliação, através de padrões comportamentais, relações interpessoais, vivências emocionais, entre outros aspectos (COHEN, SWERDLIK & STURMAN, pg. 31, 2014).

Avaliar pessoas no âmbito organizacional, é um processo complexo, intenso e exige um conhecimento técnico/político específico, capaz de integrar seus resultados a um conjunto mais amplo de processos e decisões que decorrem de toda a organização (HUTZ et al., 2020). Uma vez que, por meio da avaliação psicológica, o avaliador consegue identificar os melhores candidatos, qual possui o melhor perfil para a vaga disponível, ainda, pode-se analisar aspectos da equipe de trabalho e como eles se relacionam (CUSTÓDIO, 2021).

A personalidade engloba uma construção pessoal de nossas vivências e experiências, desenvolvida ao longo da vida, onde seus alicerces são o meio social na qual estamos inseridos, a forma de agir e pensar nas diversas situações, a maneira como nos comportamos estão relacionados com a personalidade. Portanto, é definida como um processo dinâmico, associado a um conjunto de traços que influenciam o funcionamento psicológico de cada pessoa (D’AMICO & MONTEIRO, 2012).

3 | MATERIAL E MÉTODOS

Para o presente estudo foram analisadas as características da personalidade dos profissionais da equipe que atuam na área de contabilidade, através da aplicação do Teste Palográfico. Lima et al. (2017) mencionam que o Teste Palográfico foi criado por Salvador Escala Milá, na Espanha, no Instituto Psicotécnico de Barcelona. No Brasil, foi desenvolvido e divulgado por Agostinho Minicucci. O instrumento consiste em realizar traços verticais de acordo com o modelo padronizado, cuja aplicação divide-se em duas etapas: a primeira etapa não é avaliada, pois tem a função de reduzir as inibições naturais resultantes do momento da avaliação que qualquer teste produz. A segunda etapa, foi a aplicação, onde avalia-se e obtém-se as informações sobre a personalidade.

Para a escolha da empresa, foi contatado (via telefone) a Gestora do Grupo Empresarial, a qual demonstrou interesse nos resultados da pesquisa. Fez-se então, um primeiro encontro apresentando e esclarecendo os objetivos do Projeto de Aperfeiçoamento Teórico Prático (PATP), salientando os possíveis retornos para a empresa, a fim de estabelecer o compromisso ético com a empresa. Após aceitar participar da pesquisa, as participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice), assegurando-lhes o anonimato e a confidencialidade. A amostra é composta por (07) sete funcionárias, divididas em (02) dois grupos, para melhor aplicação do teste e evitar aglomeração devido a situação pandêmica. O critério de inclusão da equipe participante da amostra, se deu por meio de escolha da própria Gestora da empresa.

A aplicação do teste, foi realizado de forma presencial e coletiva, pelas discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário IDEAU, no dia 12 de abril do ano de 2021, nas dependências do Grupo Empresarial, localizado no município de Bagé. Após estabelecer um rapport com os grupos, explicando e esclarecendo eventuais dúvidas sobre o projeto e sobre a aplicação do teste, foram-lhes entregues a folha de aplicação padronizada, junto com o lápis. O teste foi aplicado conforme instruções do manual, que consiste na realização de traços verticais de 7mm de altura cada palo, com espaço de 2,5mm entre eles, no tempo de (05) cinco minutos. A cada minuto é dado o comando “sinal”, no qual o avaliado deverá riscar um traço na horizontal, continuando a fazer traços na vertical. A aplicação é dividida em duas partes. A primeira é um treino inicial de 2 minutos e 30 segundos, dividido em 5 tempos de 30 segundos cada, que serve como uma espécie de treinamento e adaptação do avaliado com o material e a tarefa a realizar. Após um pequeno intervalo de 2 a 3 minutos, para verificação da exata compreensão das instruções dadas, é aplicado o teste propriamente dito, considerado para a avaliação, com 5 tempos de 1 minuto (60 segundos) cada. O tempo total da avaliação realizada com cada grupo, teve duração de 20 – 30 minutos, isto é, o tempo previsto no manual de aplicação.

A pesquisa utilizou-se do método de estudo a abordagem quali-quantitativa, uma vez que o Palográfico proporciona os dois tipos de avaliação. Hutz et al. (2018), explica que a avaliação final deve integrar os resultados qualitativos e quantitativos. A avaliação quantitativa é realizada através da mensuração das características do teste, como produtividade, ritmo de trabalho, tamanho e distância entre os palos, entre outras. Já a avaliação qualitativa considera o protocolo como um todo, através da observação de alguns aspectos formais: tipo de pressão do lápis, qualidade dos traços (palos), a organização ou ordem na execução da tarefa.

Para os resultados desta pesquisa, foram levantados os dados pessoais das participantes, sendo no total (07) sete participantes, todas do gênero feminino, com idade entre 18 a 40 anos. Em relação a escolaridade 85,7% (n=6) seis informaram ter o ensino médio completo e 14,3% (n=1) um ensino superior completo.

Para análise, utilizou-se o levantamento de dados, com base nas instruções do Teste Palográfico, cujo teste psicológico é padronizado e regulamentado pelo SATEPSI – Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para este estudo utilizou-se como instrumento principal, o teste Palográfico para análise dos dados obtidos, cuja correção é composta pelas análises quantitativas e qualitativas, levando em consideração, seguintes características da personalidade da equipe: a produtividade, ritmo de produção, relacionamento interpessoal, organização ou ordem.

Quanto à análise quantitativa levou-se em consideração a produtividade e o ritmo. Para Alves (2009), a produtividade está relacionada à “quantidade de trabalho que o examinando é capaz de fazer, tanto em termos profissionais como em outros tipos de atividade”. Verificou-se que a equipe analisada, obteve o percentil de produtividade Médio, que reflete rendimento médio de trabalho, isto é, 85,7% (n=6) da amostra e 14,3% (n=1) obteve percentil inferior, que “apresenta rendimento no trabalho muito abaixo da média, com capacidade de produção deficiente em relação à média”.

Referente ao ritmo de trabalho, avaliado através do Nível de Oscilação Rítmica (NOR), no qual reproduz as flutuações de produtividade no desenvolvimento das tarefas, a maioria das participantes teve classificação Médio (57,2%; n=4), “corresponde à pessoa que, embora apresente instabilidade no ritmo de produção, consegue adaptação adequada às tarefas rotineiras”; classificação Baixo (28,5%; n=2), “denota estabilidade no ritmo de produção, que permite desenvolver tarefas com certa uniformidade”; e, classificação Alto (14,3%; n=1), “significa flutuações e instabilidade no desempenho das tarefas” (ALVES, pg. 60, 2009).

Quanto à análise qualitativa, foram considerados os seguintes itens: a Distância entre linhas e Organização e Ordem. A distância entre linhas denota o relacionamento entre a equipe, respeito mútuo de convivência, além de maior ou menor distanciamento entres os indivíduos, apresentou um resultado positivo. Os resultados indicaram que 71,4% (n=5) da amostra Normal ou Média, “revela um relacionamento interpessoal equilibrado, respeitando limites adequados no convívio com os outros”; 14,3% (n=1) da amostra Aumentada, indicando “certo distanciamento no contato com outras pessoas, precaução e cautela nas suas relações, o que aumenta a formalidade nos relacionamentos interpessoais”; e, 14,3% (n=1) da amostra Irregular, demonstrando “instabilidade nos relacionamentos, com momentos de certa reserva e distância e outros de grande proximidade, o que pode causar dificuldades nos relacionamentos” (ALVES, p. 96 a 99, 2009).

Referente à organização ou ordem, considera-se a forma de pensar e de agir, corresponde à “estrutura geral da personalidade, capacidade de organização e método no trabalho e maturidade psicológica”, os dados apontaram: classificação Ruim, pontuada por 14% (n=1) da amostra, “apresenta trabalho com baixa qualidade, descuidado e sem método, levando a certa desordem na execução das tarefas”; classificação Regular, pontuada por 43% (n=3) da amostra, “reflete qualidade regular na execução das atividades, sem muita preocupação com a ordem e a apresentação do trabalho, mostra certa dificuldade em relação a limites”; e classificação Boa, pontuada por 43% (n=3) da amostra, indicando “boa qualidade na realização das atividades, com esmero e cuidado. Possui boa capacidade discriminativa, capacidade de realizar trabalho com ordem e método” (ALVES, pg.138 a 142, 2009).

Segundo Alves (pg. 138, 2009) a organização indica inteligência e moral, e corresponde à educação, à cultura e a adaptação; já a ordem é indicativo de capacidade

de organização e adaptação às normas e deveres sociais.

5 | CONCLUSÃO

Aponta-se com os resultados, que a equipe de contabilidade, de modo geral, indica produtividade mediana de trabalho, revelando instabilidade em sua produtividade, porém, a equipe é capaz de executar e satisfazer adequadamente as atividades rotineiras. Observou-se, ainda, que a maioria da equipe apresenta um relacionamento interpessoal equilibrado, respeitando limites entre os indivíduos, ponderação e moderação em situações de liderança, além de indicar escrúpulos no contato com os outros, colaborando com os resultados da empresa. Vale ressaltar, que as relações interpessoais são muito importantes para uma empresa, as relações começam por empatia, são indivíduos que compartilham o mesmo interesse e também estabelecem foco no objetivo comum, para que no momento de crise, possam se engajar com mais facilidade e principalmente, ter uma boa comunicação.

Contudo, notou-se a importância em entender a atuação da personalidade no ambiente de trabalho e conhecer as diferenças individuais na equipe, a fim de evitar conflitos que poderão afetar, diretamente, na produtividade da empresa. Os dados obtidos colaboram para a compreensão dos traços da personalidade da equipe de contabilidade. No entanto, sugerem-se novos estudos, investigando o tema proposto, uma vez que o Teste Palográfico, mensura todas essas características da personalidade, mas por si só não é suficiente para uma melhor análise da equipe. Um estudo para ter melhores resultados, mais consistentes, precisa de outros complementos como uma entrevista com profissional habilitado e outros tipos avaliações, a fim de reunir elementos que melhor definam a personalidade que o indivíduo expressou.

As dificuldades e limitações encontradas no decorrer do semestre como a pandemia, o distanciamento, entre outros, não impediram a realização do estudo, apenas limitou para um número aquém do que era esperado de participantes. Entretanto, se reconhece que este processo fará parte do ambiente de todas as futuras psicólogas que por identificação e escolha seguirão esta linha de trabalho. Assim fez sentido conhecer, aprender, aplicar e corrigir o Teste Palográfico. Face ao exposto, todos os desafios foram válidos para agregar à empresa nosso conhecimento e a prática para nosso crescimento pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Irai Cristina Boccato. **O teste palográfico na avaliação da personalidade** / Irai Cristina Boccato Alves, Cristiano Esteves. – 2 ed.- São Paulo. Vetor, 2009. (Coleção palográfico; v 1).

ARMSTRONG, Michael, 1928 - **Armstrong's handbook of human resource management practice.** / Michael Armstrong. -- Eleventh ed. p. cm. Rev. ed. of: A handbook of human resource management practice. 10th ed. 2006. Includes bibliographical references and index. ISBN 978-0-7494-5242-1.

BERTOLETTI, Elisa. **Avaliação dos interesses profissionais e sua associação com os traços de personalidade.** 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172297/001059251.pdf?sequence=1>. Acesso em 13/04/2021.

BIANCHI, Eliane Maria Pires Giavina. **Alinhando estratégia de negócio e gestão de pessoas para obtenção de vantagem competitiva.** 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.12.2008.tde-07102008-101426.

CARDOSO, Renata Perin. **O perfil do profissional da área de contabilidade com o avanço da tecnologia.** 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79379>.

CARVALHO, Adriano Dias de; SILVA, Bianca Alves dos Reis. **A Gestão de Pessoas e o Relacionamento Interpessoal no Cooperativismo.** 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20503/recape.v7i3.34942>. Acesso em: 17/05/2021.

COHEN, Ronald Jay, SWERDLIK Mark E., STURMAN Edward D. **Testagem e avaliação psicológicas: introdução a testes e medidas.** Tradução: Maria Cristina G. Monteiro; revisão técnica: Claudio Simon Hutz, Ana Claudia Vazquez, Juliana Cerentini Pacico. – 8. ed. – Porto Alegre: AMGH, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações** / Idalberto Chiavenato. -- 4. ed. -- Barueri, SP: Manole, 2014.

CUSTÓDIO, Bruna Gomes. **Instrumentos de avaliação psicológica utilizados nos processos seletivos: um estudo com psicólogos organizacionais na cidade de Criciúma/SC.** 2021. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7931>. Acesso em: 02/05/2021.

D'AMICO, Simoni Missel; MONTEIRO, Janine Kieling. **Características de personalidade e qualidade de vida de gestores no Rio Grande do Sul.** Revista de Administração Contemporânea, v. 16, n. 3, p. 381-396, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552012000300004&script=sci_arttext&lng=pt Acesso em: 05/03/2021.

DESSEN, Marina Campos; PAZ, Maria das Graças Torres da. **Bem-estar pessoal nas organizações: o impacto de configurações de poder e características de personalidade.** Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 26, n. 3, p. 549-556, Sept. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02/04/2021.

ENRIQUEZ, Eugène. **O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho? Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 17, n. spe, p. 163-176, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 08/ 04/ 2021.

GOMES, Anielle Goulart. **Análise comparativa do perfil psicológico dos profissionais em atividade consideradas criativas e não criativas.** Revista Pensamento & Realidade. v. 33, n. 3, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/39308>. Acesso em: 02/04/2021. (DOI: <https://doi.org/10.23925/2237-4418.2018v33i3p1-16>).

HUTZ, Claudio Simon. et.al. **Avaliação psicológica da inteligência e da personalidade** / Organizadores, Claudio Simon Hutz, Bandeira, Denise Ruschel Bandeira, Clarissa Marceli Trentini. – Porto Alegre: Artmed, 2018.

_____, Claudio Simon. et.al. **Avaliação psicológica no contexto organizacional e do trabalho /** Organizadores, Claudio Simon Hutz... [et al.]. – Porto Alegre: Artmed, 2020.

KRUGER, Silvana Dalmutt et al. **Perfil do profissional contábil demandado pelo mercado de trabalho na região sul do Brasil.** Revista de Contabilidade da UFBA, v. 12, n. 1, p. 54-73, 2018.

LIMA, Felipe Fernandes de et al. **Estudo de ampliação da faixa etária para o teste palográfico.** / Bol. psicol, São Paulo, v.67, n.146, p.83-99, jan. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432017000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02/04/2021.

PEDROSO, Maria Carolina Araujo et al. **A importância dos testes psicológicos no processo de recrutamento e seleção. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia., XVI SEGeT,** p. 1-16, 2013. <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/29418235.pdf>

SANTOS, Camila Rodrigues Silva. **A influência da religiosidade e das práticas religiosas, mediadas pela personalidade, na atuação do indivíduo no contexto organizacional.** 2020. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38583>. Acesso em: 09/04/2021.

TONETTO, A. M. et al. Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil (POT). **Desenvolvimento Científico Contemporâneo.** / Aline Maria Tonetto, Mayte Raya Amazarray, Sílvia Helena Koller e William Barbosa Gomes Recebido: 03/08/2007 1ª revisão: 22/02/2008 Aceite final: 25/02/2008.

VASCONCELOS, Angélica et al. **Características e Competências Exigidas pelo Mercado dos Praticantes da Contabilidade na Segunda Metade do Século XIX.** Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/18UsplInternational/ArtigosDownload/775.pdf>.

EPIDEMIOLOGIA OU INDÚSTRIA DE AUTISMO? ANÁLISE DOS EFEITOS PROVOCADOS PELA MUDANÇA NO DSM-V E A BUSCA DE PRÁTICAS TERAPÊUTICAS PARA A “CURA DO AUTISMO”

Data de aceite: 01/02/2022

Alcione do Socorro Andrade Costa

Instituto Federal do Maranhão (IFMA),
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
São Luís, Maranhão - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2239897265791255>

RESUMO: Este artigo segue o horizonte teórico de uma sociologia pública; orgânica (BUROWOY, 2009), que traz para a eira do diálogo, os sujeitos envolvidos na discussão. É assim, que como mãe de uma criança com diagnóstico de autismo, trago para este espaço de visibilidade acadêmica, a discussão dos efeitos da mudança do DSM-V e como essa alteração, em linha gerais, opera uma fagocitose diagnóstica que absorve características etiológicas dos transtornos mentais, comportamentais e cognitivos e, o dispõe sob um único “guarda-chuva” denominado de Transtorno do Espectro Autístico (TEA). Segundo Leda Bernardino (2010), essa definição reduziu o sofrimento psíquico a dimensões organicistas e a uma perspectiva de medicalização da existência, que abre espaços para o desenvolvimento de práticas experimentais e controversas, pois a mudança do DSM-V levou a produção de uma economia interpretativa e conceptual, que permitiu a emergência de paradigmas diversos, como o paradigma neurobiológico, que “fabricou especialista específicos” de um lado e de outro, um mercado consumidor de pais em busca de tratamento e “cura para o autismo” onde, movimento DAN e algumas práticas terapêuticas

como MMS, ozônioterapia, câmara hiperbólicas, medicamentos ortomoleculares. Não tenho dados suficientes e não existem pesquisas ainda sobre os efeitos dessas novas terapias, por isso, o questionamento: Estamos lidando, com que os grupos e associações de pais e profissionais denominam na linguagem nativa de epidemia de autismo? Ou de fato estamos lidando com uma espécie de indústria do autismo? Uma vez que, qualquer alteração do desenvolvimento passou a ser passível de ser classificada como autismo. Assim, o objetivo desse trabalho, é construir uma análise compreensiva, a partir da perspectiva da sociologia da saúde, dos efeitos dessas mudanças e seus impactos na vida de familiares e de pessoas com TEA. Para tanto, adotei como método de pesquisa o interacionismo simbólico, realizado a partir de coleta de dados em quatro grupos locais de familiares de pessoa com autismo e com base nesses dados, construo algumas reflexões sobre os efeitos e perigos dessas práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista (TEA), DSM-V, Sociologia.

EPIDEMIOLOGY OR AUTISM INDUSTRY?
ANALYSIS OF THE EFFECTS CAUSED
BY THE CHANGE IN DSM-V AND
THE SEARCH FOR THERAPEUTIC
PRACTICES FOR THE “CURE OF
AUTISM”

ABSTRACT: This article follows the theoretical horizon of a public sociology; organic (BUROWOY, 2009), which brings the subjects involved in the discussion to the threshold of dialogue. Thus, as the mother of a child diagnosed with autism,

I bring to this space of academic visibility the discussion of the effects of the DSM-V change and how this change, in general terms, operates a diagnostic phagocytosis that absorbs etiological characteristics of the mental, behavioral and cognitive disorders and, it disposes it under a single “umbrella” called Autistic Spectrum Disorder (ASD). According to Leda Bernardino (2010), this definition reduced psychic suffering to organicist dimensions and to a perspective of medicalization of existence, which opens spaces for the development of experimental and controversial practices, as the change in the DSM-V led to the production of an economy interpretive and conceptual, which allowed the emergence of different paradigms, such as the neurobiological paradigm, which “manufactured specific specialists” on both sides, a consumer market of parents in search of treatment and “cure for autism” where, DAN movement and some therapeutic practices such as MMS, ozone therapy, hyperbolic chambers, orthomolecular drugs. I do not have enough data and there is no research yet on the effects of these new therapies, therefore, the question: Are we dealing with what groups and associations of parents and professionals call in native language the autism epidemic? Or are we in fact dealing with some kind of autism industry? Once, any developmental alteration became possible to be classified as autism. Thus, the objective of this work is to build a comprehensive analysis, from the perspective of the sociology of health, of the effects of these changes and their impacts on the lives of family members and people with ASD. For that, I adopted symbolic interactionism as a research method, carried out from data collection in four local groups of family members of people with autism and based on these data, I build some reflections on the effects and dangers of these practices.

KEYWORDS: Autistic spectrum disorder, DSM-V, sociology.

1 | INTRODUÇÃO

“Epidemia ou indústria de autismo? Análise dos efeitos provocados pela mudança no DSM-V e a busca de práticas terapêuticas para a “cura do autismo”, faz parte de um exercício de pré-campo que tem por objetivo a construção de indicadores sociais, para realização de “Geolevantamento biopsicossocial de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em São Luís-MA”. Trata-se de pesquisa em desenvolvimento, inédita e comprometida com a perspectiva de uma sociologia pública (BUROWOY, 2009), pois surge como demanda de pais, familiares e amigos de pessoas com TEA, que lutam por redes de

1 A primeira tentativa de classificações de patologias psiquiátricas foi em 1840 a partir da medição da frequência de duas categorias. A última classificação que antecede o primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) surge em 1918, com 22 categorias mentais. Na prática clínica há muitas controvérsias em relação às classificações em psiquiatria, pois esta rompe com as teorias de cunho crítico filosófico que constituíam as características das patologias mentais. A história nos mostra que houve uma fissura no modo de entender o sofrimento psíquico, e ali esvaíram-se a subjetividade e a história de vida dos sujeitos. No ano de 1952 é publicada a primeira edição do DSM, posteriormente, o Manual foi reformulado até a quinta edição, lançada em 2013. As classificações em psiquiatria foram criadas com a finalidade de obter dados estatísticos sobre a população e buscar uma linguagem universal sobre as patologias. O DSM –V definiu o autismo pelos *déficits* na comunicação e interação social; padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados; e um repertório restrito de interesses e atividades, presentes antes dos três anos de idade. Classificado no hall das doenças mentais com o CID-10. O DSM –V, absorveu outras síndromes, a saber: F84 Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), F84.0 Autismo infantil, F84.1 Autismo atípico, F84.2 Síndrome de *Rett*, F84.3 Outro Transtorno Desintegrativo da Infância, F84.4 Transtorno com hiperinesia associado a retardo mental e movimentos estereotipados, F84.5 Síndrome de *Asperger*, F84.8 Outros transtornos globais do desenvolvimento e F84.9 Transtornos globais não especificados do desenvolvimento. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1807-1384.2019v16n1p73>>. Acesso em 08 de jul. de 2016.

cuidados.

A pesquisa visa compreender o perfil dessa população e sua interação com a sociedade ludovicense em termos de acessibilidade e inclusão social, assim como as representações sociais construídas em torno do autismo. Neste contexto de pesquisa ocupo o lugar na ordem do discurso como pesquisadora-nativa, pois o autismo aconteceu em minha vida após a minha formação em antropologia e essa ordem de acontecimentos me diferencia tanto das mães, quanto dos antropólogos do campo. Em defesa dessa posição, cito a frase de Eduardo Viveiro de Castro, que afirma: “Ninguém nasce antropólogo e, menos ainda, por curioso que pareça, nativo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.121). A frase marca a discussão da relação pesquisador-nativo, que segundo ele, envolve uma dimensão de ficção, pois se trata de colocar em ressonância interna dois pontos de vistas heterogêneos, que só podem ser conciliáveis, quando se afirmar a equivalência de direito entre o discurso do antropólogo e o discurso do nativo.

Para obter a equivalência entre o discurso do antropólogo e do nativo, há que se reconhecer que “o conhecimento antropológico se define por sua objetividade relativa” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002 *apud* WAGNER, 1981, p.02), isto é, uma objetividade relacional ou uma objetividade situada, pois ela emerge e torna evidente o conjunto de relações que as constituem. Além disso, minha dupla condição questiona a posição e a descontextualização da epistemologia tradicional (MENEZES, SANTOS, 2010). Aqui não se trata de representar a voz de excluídos, mas se trata de falar nessa condição subalterna, uma vez que, na dinâmica do cotidiano, compartilho dessa identidade. E mais, se trata de assumir o que Burowoy (2009), definiu como sociologia pública, que se apresenta como uma forma de atuação política em estreita correlação com os grupos sociais desfavorecidos.

No exercício de pré-campo tive a oportunidade de acessar grupos de *WhatsApp*. Um deles me chamou atenção pela organização e pela produção de estruturada de consumo de uma série de procedimentos terapêuticos que vinham na esteira explicativa de uma epidemia de autismo, ao mesmo tem que se atribuía esse aumento às causas ambientais; e pela circularidade de produtos e pela movimentação econômica, elaborei o questionamento: Estamos lidando com uma epidemia ou uma indústria de autismo?

2 | MARCO TEÓRICO/MARCO CONCEPTUAL:

Historicamente as pessoas com TEA constituem um grupo numeroso e invisível para a sociedade. Essa característica é inerente ao caráter nosológico do transtorno que pode apresenta patologias associadas de ordem gástrica, genética, autoimune, psiquiátrica e neurológica.

A primeira nomeação foi dada em 1911 pelo psiquiatra Eugener Bleuler que identificou o autismo como uma forma de esquizofrenia. Depois em 1943, Leo Kanner que o define como um distúrbio do contato afetivo, caracterizado por três sintomas: ausência de contato

afetivo, atraso na comunicação verbal e não-verbal (ou ausência completa de ambas) e angústia ao ser deslocada de um ambiente para outro (CAVALCANTI, ROCHA, 2007 apud ANDRADE, 2014, p.12). Em 1944, Has Asperger classifica-o como “psicopatia autista na infância”. Em 1952 na primeira versão do DSM-I, foi classificado como uma subcategoria da esquizofrenia infantil. Em 1978 o psiquiatra Michael Rutter apresenta-o como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, criando um marco na compreensão do transtorno, propondo uma definição com base em quatro critérios: atraso e desvio sociais não só como deficiência intelectual; problemas de comunicação não só em função de deficiência intelectual associada; comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos e, início antes dos 30 meses de idade. Em 1980 o DSM-III, reconhece pela primeira vez, o autismo como uma condição específica e colocado em uma nova classe, a dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID).

Em 1981 a psiquiatra Lorna Wing desenvolveu o conceito de autismo como um espectro e cunhou o termo Síndrome de Asperger, em referência à Hans Asperger. Seu trabalho revolucionou a forma como o autismo era considerado, e sua influência foi sentida em todo o mundo. Como pesquisadora e clínica, bem como mãe de uma criança autista, ela defendeu uma melhor compreensão e serviços para indivíduos com TEA e suas famílias. Fundou a *National Autistic Society*, juntamente com Judith Gold², e o Centro *Lorna Wing* e em 2013, sua nomeação como Transtorno do Espectro Autista (TEA) pelo DSM-V, publicado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA).

O deslizamento da nomeação de autismo evidencia a ausência de uma etiologia específica; embora haja uma corrida pela indústria farmacêutica pela busca de um “autismo genético” (AFLALO, 2008 n.p.) que, até o momento não teve grandes avanços, sendo o diagnóstico construído exclusivamente pelo olhar e discurso da clínica.

O que distingue o diagnóstico clínico das outras formas diagnósticas é que; o primeiro recorre ao campo patológico, enquanto os demais se apropriam do patológico. Segundo Cristian Dunker (2015), cada vez mais, um conjunto de signos clínicos são dotados de valor diagnóstico, que criam uma colonização, que incide sobre as formas de nomear a existência e o sofrimento sob o signo do patológico, sendo o DSM expressão desse movimento.

O DSM, enquanto um sistema de classificação, recebe críticas por se deter nos sintomas. Nesses termos:

O DSM, ao obliterar a falta de um saber clínico, de natureza etiológica e fisiopatológica, contribui para que se paralise os esforços de investigação e sistematização de um saber sobre o Real em jogo na clínica psiquiátrica. No conforto de sua categorização, acomoda-se a ignorância quanto à causa do sofrimento mental. E a abordagem que recusa a causa enquanto implicada na complexidade da experiência sociocultural humana, também não a encontra no plano biológico e organicista, pois encontrar uma droga que anestesie os

² Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/>. Acessado em 04 de jun. de 2015.

sintomas nada prova quanto à construção de um saber sobre o sofrimento humano (SILVA, 2013, p.65).

Em razão disso, foi criado em 2011, um movimento internacional denominado de “*Stop DSM*”. A principal crítica do movimento refere-se à utilização do manual, como ferramenta de obturação das possibilidades de pensar e interrogar sobre os sujeitos para além de seus sintomas, deixando vazio o espaço para a subjetivação ou realizando-a no contexto de um sistema classificatório. Cristian Dunker (2015, p.28), argumenta que o DSM opera uma *repatologização* generalizada, uma vez que, ao descrever grupos de sintomas cada vez mais reduzido e distante de uma descrição teórica específica, há uma expansão do quantitativo dos diagnósticos.

No caso do autismo, as mudanças de classificação sucessivas do DSM, converteu-o em um problema de Saúde Pública e conseqüentemente, um problema de Estado, primeiro nos EUA e posteriormente nas demais nações, onde citamos a França, que em 2012 torna-o uma questão nacional e revela a existência de um campo de disputa entre psicanálise e terapias comportamentais.

Eric Laurent (2008), afirma que a clínica do autismo, no âmbito da psicanálise exige o enfrentamento político que se inscreve na resistência de ação de classificação diagnóstica e de uma patologização, que buscam acionar componentes genéticos ou biológicos como determinantes na assunção do autismo. O autor compreende que mais importante do que a localização genética ou não do autismo, o que importa à psicanálise é a particularidade do sujeito no caso a caso. Assim, a batalha que a psicanálise travaria no campo do autismo, seria contra os modos de ver, de forma protocolada, os aspectos únicos de uma história “[...] é uma batalha pela diversidade das abordagens [...] é uma proposição de respeito à forma de ser de cada um” (LAURENT, 2008 p. 11). Além disso, a leitura psicanalítica do autismo não depende das hipóteses etiológicas sobre o orgânico, como diz Laurent (2014, p. 33): “o fato de haver algo de biológico em jogo não exclui a particularidade do campo de constituição do sujeito como um ser falante”.

Outro efeito que Éric Laurent (IBDT) identifica é o da ampliação da quantidade de sujeitos supostamente afetados pelo autismo, “multiplicou-se por dez em apenas vinte anos, até atingir a frequência de uma criança em cada cem. Se incluirmos nesse espectro aqueles ditos ‘não especificados’, esse número cresce ainda mais ” (LAURENT, 2014, p.65). O nome classificatório que o autismo se tornou é que se deve reconhecer a ausência farmacológica correspondente a essa patologia e o desenvolvimento de pesquisas e teorias que visam dar conta dessa pandemia que se tornou o autismo. Um exemplo disso são as tentativas de explicação como as baseadas no excesso de testosterona (que explicaria a prevalência nos sujeitos masculinos), que se mostrou infrutífera em função de estudos ingleses, que observaram a defasagem entre homens e mulheres em relação ao processo de sociabilidade, que produziria um subdiagnóstico em meninas. Outros exemplos são citados pelo autor, mas gostaria de me deter no fato de que esse processo de inflação

de diagnóstico, abre espaço para a construção do discurso de epidemia, que associam as causas do autismo ao contexto de toxidade da vida moderna, conforme encontrei em campo de pesquisa.

3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta um caráter exploratório de pré-campo e traz um pequeno recorte, baseada no interacionismo simbólico, cuja observação sistemática se estende de dezembro de 2015 a agosto de 2017. Trata-se de uma construção realizada partir do horizonte etnográfico. Nela pesa a narrativa em primeira pessoa, a fim de revelar que a natureza das informações se dá numa perspectiva nativa, numa leitura de primeira mão (GEERTZ, 1978).

Observo que é o processo teórico-reflexivo que me permite organizar essa experiência, uma vez que, as tramas e redes de diagnósticos e cuidados são confusas, há “[...] uma multiplicidade de estruturas complexas, sobrepostas e amarradas umas às outras, inscritas com exemplos transitórios de comportamento modelados” (GEERTZ, 1978, p. 20). Isto significa afirmar, que muitas dimensões importantes do campo, só podem ser compreendidas em suas tramas invisíveis, inscritas no comportamento dos sujeitos e na forma como eles constroem suas teias de relações. Tento apresentar essas teias, sob a forma de narrativa, a fim de revelar um pouco dessas dinâmicas.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para os objetivos deste artigo, problematizo um achado de campo, que é a articulação de um grupo duzentas mães pela busca de tratamentos alternativos para “curar o autismo”. Essa perspectiva de “cura” é inerente a adoção do paradigma que toma o autismo como resultado de causas ambientais e, portanto, faz parte de uma das muitas interpretações sociais imputadas ao autismo, cuja origem etiológica ainda hoje é desconhecida.

O paradigma das causas ambientais, surge em 1988, quando o médico britânico Andrew Wakefield e sua equipe publicaram o artigo “MMR vaccination and autism” no periódico *The Lancet*, relacionando a vacina tríplice MMR (sarampo, caxumba e rubéola) ao desenvolvimento do autismo. Em decorrência, a mídia vinculou o aumento do número de diagnósticos aos programas de vacinação. No entanto, os dados tinham sido fraudados e, em 2010, Wakefield perdeu sua licença médica por conduta antiética (Haertlein, 2012; Poland, 2011). [...] Ainda, que as vacinas e o envenenamento por mercúrio não sejam mais considerados um risco pela comunidade científica, esse paradigma ganhou força nos últimos anos com o crescimento de pesquisas que relacionam outros fatores ambientais ao desenvolvimento do autismo, e dentre elas se destaca a de Sandin et al. (2014). Para melhor compreensão dos fatores de risco ambientais atuais, três grupos principais serão apresentados de acordo com os tipos de agentes, a saber: (a) os agentes infecciosos que procedem de uma doença, como a rubéola congênita

e o citomegalovírus; (b) os agentes químicos que procedem do contato com substâncias químicas, como o uso do ácido valproico e da exposição à poluição atmosférica; e (c) que será denominado de “agentes associativos”, e que procedem, por exemplo, do aumento da idade parental e de doenças maternas gestacionais, como o diabetes e a hipertensão. [...]. Embora, os fatores ambientais sejam apenas correlacionais, e não totalmente consistentes, há inúmeros tratamentos alternativos propostos, dependendo de quais possíveis agentes são previstos em cada caso. Segundo as pediatras Levy e Hyman (2008), os tratamentos alternativos encontrados para a diminuição dos sintomas podem ser classificados em: (a) suplementos alimentares: vitamina B6, magnésio, dimetilglicina, melatonina, vitamina C, aminoácidos, ômega 3, ácido fólico e secretina; (b) farmacológicos: antibióticos, agentes antifúngicas, medicamentos gastrointestinais, oxigenoterapia hiperbárica e terapias imunológicas; e (c) outras terapias com dietas livres de glúten ou caseína, ou ainda a quelação, que prometem a desintoxicação do organismo. Entretanto, não há ainda uma completa comprovação científica desses tratamentos (FADDA; CURY, 2016 p.414 – 416).

Essa concepção ambiental, impactam no Sistema de Saúde pela via judicial, a partir do pedido de fórmulas alimentares sem glúten, caseína e lactose, há crianças que não apresentam marcadores de alergia alimentar ou intolerância, mas pelo fato de serem autistas, essa demanda é levada ao Estado com base em pesquisas ainda não sedimentadas e apaziguadas, sobre os efeitos inflamatórios dessas substâncias no cérebro da pessoa com TEA, mas que são amplamente vinculadas em redes e mídias sociais, sendo um dos expoentes desse movimento o médico Rogério Rita³, que afirma que os autistas são os canários de mina moderno, que devido a sensibilidade, são aquelas que alertam para os níveis de toxidez e problemas advindos pelo estilo de vida moderna.

A explicação de epidemia de autismo pelo viés ambiental tem o efeito nefasto, de aprisionar tanto os familiares, quanto autistas numa estrutura desumana, como a restrição alimentar, há protocolos que consiste na retirada de todos os alimentos para desinflamação do intestino e do cérebro da pessoa com TEA. Assim indica-se uma alimentação exclusiva por fórmulas como *Neocate advance* por uma média de três meses. Observei esse processo *in loco* com crianças com seis e oito anos, acostumadas a alimentação sólida, que manifestavam situações *stress* em função da falta da alimentação de costumes. Acompanhei também relatos no grupo de crianças não verbais, que nas palavras das mães, “surtavam” nos primeiros dias de dieta.

Para que não diminuir “as baixas” é estabelecida uma corrente de “bons relatos”, que visa manter a esperança na “cura do autismo”. Interpreto que os cuidados que envolvem a dieta, receitas, criam uma espécie de sentimento de eficácia, de que existe uma ação concreta para derrotar do autismo. De outra ponta, em uma linha que não se cruza, tive o cuidado de escutar médicos psiquiatras que descreveram o aumento de desnutrição em pacientes que adotam a dieta restritiva e alguns casos, quadros de psicose. Interpreto que

³ Pioneiro no protocolo DAN no Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1PBNa_gUevE>. Acessado em 15 de out. de 2016.

sem a construção do DSM-V e seu nível de “abertura nosológica” não seria possível falar em “cura para o autismo” ou epidemia ou talvez, indústria de autismo.

É importante situar que essa crença na cura do autismo, tem sua penetração em São Luís em 2015, a partir da articulação do grupo pesquisado que viabilizou a partir contribuições coletivas, a vinda de médicos especialista em autismo, ou seja, ligados ao movimento DAN (*Defeat Autism Now*⁴).

Observo que junto com a vinda desses especialistas, surgiu uma demanda por produtos importados, naturais e outras séries de serviços para autistas. Embora careça de comprovação científica, o engajamento provocado, reproduz aquilo que Claude Lévi-Strauss trata em “O Feiticeiro e sua magia” (1970) analisa sobre a emergência de um pensamento mágico que cria um novo sistema de referência, que permite que dados até então contraditórios passem a se integrar, pelo desejo na “cura”. E, em busca desse pressuposto, os grupos de mães pesquisado, promove a demanda, a difusão e o consumo desses produtos, construindo toda uma sistemática, conforme pode-se ler em protocolos de orientação abaixo:

Para os iniciantes:

1 - Ter fé em Deus que nossas crianças serão curadas.

2- Ler muito sobre o assunto das dietas sem glúten, lactose (caseína), milho, soja, conservantes e começar o mais rápido possível independente de médicos.

Sugestão livro: Autismo esperança pela nutrição.

3- Substituir as panelas de alumínio por panelas inox.

4 - Não utilizar mais o forno Micro-ondas.

5- Tentar marcar uma consulta com um médico para solicitar os exames de metais pesados, alergia, fungos e bactérias do GP ou do Brasil e exame genético do 23 ANDM e começar a eliminação destes com alguns médicos apropriados.

[..]

Obs1: Se a criança está contaminada com mercúrio. Ele vai influenciar no raciocínio devido ao armazenamento no cérebro e vai influenciar os fungos e bactérias devido ao fato do sistema imunológico está sobrecarregado.

6. Se seu filho apresentou níveis de metais altos o interessante é focar neste tratamento, ou seja, iniciando com apoio do passo 7 e 8;

7. Nunca faça testes de provocação injetável pois podem liberar grandes quantidades de metais e o corpo da criança pôde não suportar esta carga. Faça a forma mais segura que é oral e aos poucos. Cuidados com os falsos quelantes pois, os mesmos podem está

⁴ O Movimento DAN é baseado no Protocolo DAN, cujo nome vem da sigla para *Defeat Autism Now*, em tradução para o português, Derrote o Autismo Já (em português), é um protocolo de diversas ações para o tratamento do autismo através de métodos diferentes dos abordados pela neurologia atual, através da biomedicina. Esse movimento iniciou-se nos Estados Unidos, pelo Instituto de Pesquisas sobre Autismo (ARI, na sigla em inglês), fundado em 1967 pelo médico e cientista PhD Bernard Rimland, autoridade no assunto e pai de um garoto com autismo. Uma das principais ações é a dieta totalmente isenta de duas proteínas: glúten e caseína, esta última, presente no leite animal, conhecida como Dieta SGSC (sem glúten e sem caseína).

movendo os metais no corpo em grandes quantidades e não removendo. Provocando efeitos graves na criança.

8- São os suplementos alimentares. Para repor a falta de algum nutriente devido a dieta ou devido ao nível baixo acusado no exame médicos. [...]: Ozonioterapia; A pessoa fica deitado e é introduzido uma sonda via retal com aplicação do ozônio. Existem um protocolo a ser seguido. O ozônio não faz mal e usados em vários países. É uma alternativa para melhora da flora intestinal e do combate ao fungo e melhorar o organismo, cérebro e até a fala.

9- Uso da Methy B-12: existem a oral e injetável. Porém a melhor forma é a injetável. A metil ajuda na metilação. Existem alguns fornecedores que são Pineda, Citofarma e Hopwell.

Obs. A maioria das crianças usam e tem ótimo retornos. Porém existem crianças que não responde ou regride. Por isso os exames do 23 ADM para ter auxiliar que não vai fazer mal. Mas o interessante é começar com doses pequenas e sempre observando alguma reação.

10- Outras alternativas que pode servir de estudo e apoio; Câmera Hiperbárica (HBOT): A pessoa fica em uma câmara com baixa pressão ATM (sempre abaixo de 2 ATM) respirando oxigênio à 100%. Ajudar todo o organismo desde inflamações do organismo como neurônios. Além de ajudar na eliminação de metais tb. É um dos mais difíceis devido ao mesmo não ser autorizado aqui no Brasil para Autismo. Mas estamos conseguindo com algumas clínicas particulares aqui do Brasil respostas positivas em Pernambuco, Bahia, Tocantins e Sergipe, porém particular. Em fé em Deus logo, logo vai ser autorizado pelo plano médico.

Obs: A câmara não faz mal somente o desconforto de alguns minutos e as vezes pode ocorrer dores de ouvidos ou mesmo dor de cabeça. Mas o interessante ter em mão o exame 23 ADM para ver se a criança pode. Somente para não gastar dinheiro a longo prazo. [...]

(Dados de campo, coletado em 20 de junho 2016).

Tenho acesso a esses dados de forma privilegiada em função de meu *status* de mãe de autista, porque há nesse cenário algumas práticas que precisam ser resguardadas em função da ilegalidade, para o que cito o MMS⁵.

O MMS é um protocolo focado na eliminação e limpeza das bactérias, fungos e vermes, que seriam os causadores do autismo, por segregarem uma substância que alterariam a função neurológica, criando os sintomas Autísticos. Essa tese é apresentada no documentário canadense do diretor Mario Gruner e Christopher, traduzido para o português como “O Enigma do Autismo”⁶. Nesse documentário a “epidemia de autismo” tem

5 *Miracle Solução Mineral*, que é proibido na Europa e no Brasil é associado ao consumo de coisas de água do mar e desparasitas feitos de acordo com a fase da lua

6 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T4F4t_Q4_pQ> Acessado em 18 de julho de 2016.

causas ambientais e para tal, apresentam experimentos com ratos, que após contaminação com poluentes e infestação por vermes, apresentam as características autísticas, as quais são sanadas com a aplicação de administração medicamentosa. No documentário há uma clara crítica ao mundo industrializado, ao mesmo tempo em que se abre um mercado para os produtos industrializados com selos de pureza e livres de contaminação.

“Com um impressionante aumento de 600% em diagnósticos nos últimos 20 anos, o autismo é o transtorno de desenvolvimento que mais cresce no mundo industrializado. A partir de descobertas recentes sobre os efeitos que bactérias intestinais podem ter no cérebro, e graças aos esforços dos pais, ávidos por respostas sobre o comportamento dos filhos, pesquisas científicas começam a investigar uma possível relação entre essas bactérias e o autismo”

(Dados de Campo, 18 de junho de 2016)

O MMS é administrado via oral ou retal, sendo seu composto químico equivalente a água sanitária, por isso pode causar descamação do intestino. Pude acessar um grupo de MMS nacional, onde as mães costumam exibir fotos das fezes das crianças com alguns fragmentos que afirmam ser “biofilmes de vermes”, enquanto que para os médicos que denunciam essa prática, se trata de lesões causadas pela descamação da mucosa intestinal, que despreendem matéria orgânica. Além do MMS, outras medicações e substâncias são utilizadas conforme podemos observar nesse diálogo extraído do grupo:

[18:16, 27/02/2016] +55 15 xxxxxxxxx: *Final de mebendazol hoje*

[18:16, 27/02/2016] +55 15 xxxxxxxxx: *Fizemos dose dupla*

[18:16, 27/02/2016] +55 15 xxxxxxxxx: *Laura bem graças a Deus*

[18:16, 27/02/2016] +55 15 xxxxxxxxx: *Fica chorosa nas horas de mms*

[18:16, 27/02/2016] +55 15 xxxxxxxxx: *Depois fica super bem*

[18:17, 27/02/2016] +55 15 xxxxxxxxx: *Ontem a terapeuta da equoterapia falou que ela tava tentando falar*

[18:17, 27/02/2016] +55 15 xxxxxxxxx: *Hoje tá bem ligada*

[18:17, 27/02/2016] +55 15 xxxxxxxxx: *Olhar bom*

[18:17, 27/02/2016] +55 15 xxxxxxxxx: *Tomando banho* 

Poderíamos supor que se trata de uma modalidade de prática que estaria restrita a leigos, entretanto, pude conversar com uma médica brasileira, com especialização em cirurgia neuropediatra que mora na Alemanha, que afirmou que seu filho de cinco anos ficou curado com o MMS, mas que não poderia falar publicamente sobre o tema, porque poderia ter seu diploma cassado e seu filho retirado pela assistência social alemã, já que essa prática é proibida no país. Pude olhar vídeos que ela enviou para dar testemunho de tal fato, mas o que me pareceu foi uma criança autista de nível suporte dois⁷ e fisicamente

7 O conjunto de sintomas do TEA são mensurados em função de três níveis de severidade: o nível 1 indica a necessidade de suporte, o nível 2 de suporte substancial e o nível 3 de suporte muito substancial. Entretanto, embora o manual descreva detalhadamente os diferentes tipos de déficits e dificuldades inerentes a esses transtornos, não há qualquer discussão sobre o que seria esse suporte e que tipo de benefício ele ofereceria à pessoa autista (RIOS, 2016, p.03).

desnutrida em função das restrições alimentares que são impostas junto com o protocolo,

Observo que o termo “cura” é adjetivo-subjetivo, que tem claramente uma ideiação de melhora do desenvolvimento de algumas habilidades como fala, mas que objetivamente não há uma apresentação de casos factuais que atestem essa “cura”. Além disso, estamos falando de um espectro e que não há como dizer de forma precisa, que tratamento trouxe de fato ganhos, pois normalmente as pessoas de classe média alta, possuem redes de escolas inclusivas e terapias cognitivas comportamentais associadas, entretanto há uma produção discursiva que pode ser sintetizada no título do livro “Autismo, esperança pela nutrição”. Ou seja, há muito mais um desejo, uma esperança que se move em busca de uma “solução para o autismo”, o que pode revelar dentre outras coisas a falta de aceitação dessa condição pelos pais.

Considero que a emergência dessas interpretações é possível em função do deslocamento interpretativo gerado pelo DSM-V, que apagou a especificidade de síndromes antes classificadas separadamente, ao mesmo tempo em que apagou a condição “*psi*” e o colocou dentro de uma ciranda multifatorial, que permite uma infinidade de representações e interpretações, ao mesmo tempo que promove um recorte de classe social, pois o movimento DAN, assim como seus protocolos de dietas, não são acessíveis a famílias de classe média-baixa. Observamos que além desse mercado, há a movimentação de outros grupos que trabalham o autismo a partir do paradigma comportamental, que levam também a um dispêndio financeiro em função da sofisticação do saber, voltado exclusivamente para autista, enquanto no final da ponta da assistência social pública temos um grupo maciçamente medicado e subdiagnosticado, crianças com hiperatividade que foram por anos tratadas como autistas, o que revela, a existência de uma dinâmica de classe e de biopoder abertas pela reformulação conceitual do autismo pelo DSM-V.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, com base no exposto e na experiência com o campo, que a combinação que a reformulação do DSM-V, a partir de uma “fagocitose diagnóstica” criou uma hiperinflação de autismo, que se um lado visibilizou essa população e fomentou o protagonismo das famílias, por outro produziu um discurso de “epidemia” que abriu espaço para interpretações de “autismos” de causas ambientais, genéticas e orgânicas que suprime de forma perigosa, dimensões subjetivas e *psi*, além de inflacionar as diferenças de classe e colocar na agenda pública das políticas de saúde, tratamentos ainda sem comprovações, mas que são movimentados em função da manutenção de uma cultura “da possibilidade de cura do autismo”; que em última instância pode significar a falência da alteridade e o instauração de um biopolítico perversa da busca pela produção de um sujeito neurotípico a qualquer custo.

REFERÊNCIAS

AFLALO, Agnés. **Autismo: Nuevos espectros.** Nuevos Mercados In. RUIZ, Iván (org.) Evidencia Científica y autismo: una burbuja de certidumbre, Barcelona: Agros, 2020.

BERNARDINO, Leda. **Mais além do autismo: A psicose infantil e seu não lugar na atual nosografia psiquiátrica** In:Revista Psicol. Argum. abr./jun 2010.

BUROWOY, Michael. “Por uma sociología pública”. In. BRAGA, Ruy; BUROWOY, Michael (org.). **Por uma sociologia pública.** São Paulo: Alameda, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DUNKER, Cristian Ingo Lenz. **Sobre mal-estar, sofrimento e sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre Muros.** São Paulo: Boitempo, 2015.

FADDA, Gisella Mota; CURY, Vera Engler. **O enigma do autismo: contribuições sobre a etiologia do transtorno** In. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 21, n.3 p. 411-423, jul/set. 2016.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1978.

JACOBINI, Maria Lucia de Paiva. **Paradigmas em crise: Novas vozes em destaque.** Revista Galáxi, São Paulo, n. 20, dez/2010.

JUNIOR, Lanna; MARTINS, Mário Cleber (comp.) **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil** –Brasília: Secretária de Direitos Humanos. Secretária Nacional, de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia. In: **Antropologia estrutural.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970

LAURENT, Éric. **A batalha do autismo: Da Clínica à política.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar,2014.

MELLO, Ana Maria S Ros. de; ANDRADE, Maria América, CHEN HO, Helena; SOUZA DIAS, Inês de. **Retratos do autismo no Brasil.** São Paulo: AMA, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, **Linha de cuidado para a atenção integral às Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e suas famílias no Sistema Único de Saúde.** Série A. Normas e Manuais Técnicos, Brasília, 2013. Disponível em:< www.saude.gov.br/bvs>. Acessado, 12/03/2017.

SILVA, Vera Lúcia de Oliveira. **Stop DSM.** Revista Iátrico, 2013 <http://www.crmpr.org.br/publicacoes/cientificas/index.php/iatrico/article/view/387/378>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo.** Mana [online]. 2002, vol.8, n.1.

WHITMAN, Thomas L. **O desenvolvimento do autismo: Social, cognitivo, linguístico sensório-motor e perspectiva biológica.** São Paulo: M. Books, 2015.

O QUE PREDIZ O ENVOLVIMENTO PARENTAL NAS ATIVIDADES ESCOLARES?

Data de aceite: 01/02/2022

Myrian Machado de Paula Silveira

<http://lattes.cnpq.br/3927640217181261>

Vinícius Junio Goes da Silva

<http://lattes.cnpq.br/9877347969460511>

Leonardo Vasconcellos Munayer

RESUMO: Neste capítulo é demonstrado os principais achados relacionados ao envolvimento parental nas atividades escolares e os impactos desse envolvimento no desempenho, motivação e processo de aprendizagem dos alunos. Além disso, foi apresentado um estudo breve investigando fatores preditivos para do EP na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Envolvimento parental, escola, tarefa de casa.

ABSTRACT: In this chapter, the main findings related to parental involvement in school activities and the acts of this involvement in the performance, motivation and learning process of students are main. In addition, a brief study investigating predictive factors for PE at school was presented.

KEYWORDS: Parenting involvement, school, homework.

O envolvimento parental (EP) na vida escolar dos filhos é um fator importante para o desempenho acadêmico das crianças. A

literatura mostra uma relação existente entre a participação dos pais nas atividades escolares dos filhos e a motivação dos alunos para o estudo e melhora na qualidade do processo de aprendizagem (Watkins, 1997; Dettmers et al., 2019).

Vários fatores se mostraram fatores mediadores que impactam os efeitos do EP, por exemplo, a frequência e a qualidade da comunicação dos professores com os pais e os níveis de habilidade dos cuidadores para o envolvimento. O desempenho escolar da criança também é visto como uma variável importante para impulsionar o envolvimento (Watkins, 1997). Assim, a relação bidirecional e dependente entre o desempenho e o envolvimento parental deve ser considerada, pois, um menor desempenho em anos escolares iniciais prediz um maior controle parental em séries posteriores, assim como um desempenho escolar mais alto nos estudantes prediz menores taxas de controle parental (Dumont et al., 2014).

Hoover-Dempsey and Sandler (1995, 1997, 2005) propuseram um modelo teórico explicativo do EP composto por 5 níveis sequenciais de envolvimento. O modelo, conforme foi proposto, explica os antecedentes e as consequências do EP na escola. No primeiro nível estão as razões para os pais se envolverem com a escola. Os pais percebem a “construção do seu papel” (por exemplo ao se sentirem obrigados a ajudar os filhos), recebem

convites da escola, professores e percebem o seu senso de autoeficácia para ajudar a criança. No segundo nível são considerados os tipos de envolvimento em casa e na escola. Ambos envolvem o encorajamento, modelagem, reforço e a instrução. No terceiro nível temos a percepção das crianças sobre os tipos de EP obtidos dos pais (encorajamento, modelagem, reforço e instrução). No quarto nível há a descrição das variáveis mediadoras do processo, tais como os atributos dos pais, da criança e o uso apropriado do EP. Por fim, no quinto nível, há a consideração dos resultados escolares.

O envolvimento dos pais pode se configurar enquanto uma espécie de parceria família-escola ou mediante a ampliação da comunicação do professor com os pais, visando sempre a ampliação da participação dos cuidadores na vida escolar dos filhos. Além disso, pode haver também a participação exclusiva ou mais ativa dos pais auxiliando os filhos durante o dever de casa.

De todo modo, a participação dos pais nas atividades escolares dos seus filhos é considerada um elemento chave para resultados como desempenho, motivação e bem-estar dos estudantes. Independentemente da condição socioeconômica e raça, o desempenho escolar das crianças pode melhorar em relação à qualidade disponibilizada de EP durante a aprendizagem. Um dos motivos de que os pais devem estar presentes durante a tarefa de casa é o de estabelecer um espaço confortável e maleável de aprendizagem. Dessa forma, os próprios pais conseguem adquirir um conhecimento prático sobre uma habilidade específica de seu filho, de modo a guiá-lo na superação de obstáculos (Levin et al, 1997). Schunk & Zimmerman (1994) apontam, nesse mesmo raciocínio, que o dever de casa é uma oportunidade de amparo e incentivo ao desenvolvimento dessas habilidades, ao gerenciar o tempo e progresso das atividades, visando a construção de um arcabouço teórico educacional próprio da criança. Seja o ambiente de interação ou a oportunidade de se corrigir um erro, o EP se legitima na efetividade e na frequência de uma comunicação apropriada entre pais e filhos (Cia et al., 2008).

Apesar do EP ter o potencial de melhorar o aprendizado da criança, esta é uma relação complexa e que precisa ser observada com cuidado. Mais importante do que a quantidade do envolvimento, é a sua qualidade, que vem se mostrando ainda mais importante para os resultados escolares. Watkins (1997), por exemplo, afirma a importância de se observar o tipo de envolvimento dispensado e o tipo de resultado gerado na aprendizagem para, a partir daí, se determinar a relação ou mesmo influência entre esses fatores.

Um outro fator que pode funcionar como intermediário no EP com as atividades escolares são as crenças parentais nutridas por estes cuidadores quanto ao seu papel diante da educação dos seus filhos. Ames & Ames (1984) e Ames e Archer (1987) levantaram como a ocorrência de duas crenças parentais distintas acerca da educação impactam diferencialmente na maneira como os pais se envolvem com as tarefas escolares dos filhos. Por um lado, haveria aqueles dirigidos por uma crença na performance educacional das crianças, enquanto por outro haveriam aqueles impingidos por uma crença no domínio

dos conteúdos.

Na primeira crença, aquela que estaria mais associada à performance, os pais se preocupariam mais com as avaliações aplicadas aos estudantes e sua performance geral na escola e menos com o aprendizado e a compreensão profunda ao completar as tarefas. Neste sentido, esses pais se preocupariam mais com as notas e dariam preferência por atividades mais fáceis e menos educativas aos seus filhos. Como consequência, eles tenderiam a valorizar mais nos filhos as suas habilidades do presente, mas teriam dificuldade em adotar estratégias com potencial de desenvolver motivação, autoconceito e autonomia nas crianças.

Contrariamente, os pais cujas crenças educativas seriam mais associadas ao domínio dos conteúdos seriam aqueles cujo foco de atuação e ajuda seria mais direcionado para o aprendizado e compreensão das atividades e menos focado nas avaliações e notas obtidas. Esse segundo grupo seria composto por cuidadores que dariam preferência a atividades mais difíceis, mas igualmente mais educativas e também estariam mais abertos a receber informações dos professores sobre o grau de aprendizado dos seus filhos. Esse grupo teria maior facilidade para desenvolver na criança as habilidades de persistência, motivação intrínseca e associariam o sucesso ao esforço.

Desta forma, os autores apontaram como esses padrões de crenças parentais predominantes poderiam levar os pais a avaliar diferencialmente o sucesso dos filhos e preferir resultados diferentes em atividades com base nessas crenças associadas aos objetivos e metas de aprendizagem.

A diferença entre crenças parentais e o seu impacto diferencial no tipo de envolvimento nos ajuda a relembrar que nem sempre o EP estará relacionado positivamente ao resultado escolar. Isso se dá porque o EP pode ocorrer de forma quantitativa - por exemplo com os pais acompanhando a criança em todos os trabalhos escolares, mas fornecendo facilmente as respostas a ela - ou de forma qualitativa - onde os pais evitam as distrações, fornecem regras claras para a hora do dever e oferecem suporte para a criança encontrar por si as respostas necessárias.

Na mesma linha, Dettmers e colaboradores (2019) lançam luz sobre os possíveis fatores com potencial de melhorar a qualidade do EP nas atividades escolares, principalmente no dever de casa, trazendo aos estudantes melhoria dos resultados e bem-estar. Os autores apontaram como a criação de uma relação de parceria entre a escola e os cuidadores é uma variável relacionada com um alto EP. Além disso, o contato mais próximo da família com os professores pode funcionar como um impulsor das habilidades dos pais em ajudar seus filhos em casa.

Alguns autores salientam as diferenças existentes entre os tipos de EP e como eles podem ser motivados por perspectivas de controle ou suporte (Dettmers et al., 2019; Knollmann & Wild, 2007b; Xu et al., 2010). Xu e colaboradores (2010) encontraram relações positivas entre a habilidade dos pais em promover ambientes domésticos favoráveis ao

estudo e a possibilidade de a criança desenvolver melhores taxas de autorregulação para o estudo e maiores índices de autonomia.

Eles ainda constataram que o tipo de EP direcionado ao suporte para a autonomia esteve positivamente associado ao desempenho da criança e seu bem-estar, ao contrário de condutas mais intrusivas e direcionadas pelo espectro do controle, que tiveram efeitos negativos para o desempenho.

Na mesma direção, Knollmann e Wild (2007b) apontaram como o EP baseado na autonomia e suporte emocional esteve relacionado positivamente à satisfação dos estudantes, enquanto baixos níveis de autonomia e suporte emocional foram preditores para maiores níveis de ativação da raiva e frustração. Os tipos de envolvimento baseados no suporte e direcionamento para a autonomia estão mais alinhados com as necessidades da criança, fornecendo bases para o desenvolvimento de um relacionamento mais saudável em casa, fundamentado na valorização do esforço e competência.

As já citadas crenças parentais estão diretamente associadas ao tipo de EP mais provável de ser fornecido: enquanto pais cujas crenças educacionais são embasadas no domínio têm maior probabilidade de se envolver na educação dos filhos dando maior suporte para o desenvolvimento da sua autonomia, pais cujas crenças educativas são fundamentadas pela performance tendem a se envolver com a educação dos filhos mediante condutas de maior controle ou interferência direta.

Do mesmo modo, as crenças dos pais quanto a auto-eficácia e nível de habilidade dos filhos são preditivas do tipo de EP que eles vão adotar. Deste modo, pais que acreditam mais na auto-eficácia dos filhos tendem a fornecer mais suporte a eles, enquanto aqueles que não acreditam nas habilidades dos filhos tendem a adotar posturas de maior interferência.

Portanto, compreender os fatores que impactam na quantidade e na qualidade do envolvimento parental se torna importante para o desenvolvimento de intervenções do tipo orientação ou de treinamento parental que auxiliem os pais a desenvolverem repertórios mais positivos na prática do EP nas atividades escolares dos filhos.

Apresentação de um estudo com pais brasileiros sobre os fatores que explicam o envolvimento dos pais nas atividades escolares:

Foi realizado um estudo com o objetivo de avaliar os efeitos preditivos dos fatores: estilos parentais, crenças parentais voltadas para o desempenho, crenças voltadas para o esforço, total de problemas de comportamento e saúde mental dos pais na qualidade de envolvimento parental.

MÉTODOS

Participantes:

Os dados foram coletados utilizando o método *survey* online. Os participantes,

após consentirem em participar da pesquisa, responderam a um formulário online com questionários autoaplicáveis adaptados para o contexto virtual. Para este estudo foram utilizadas as respostas de 126 cuidadores (8 pais, 118 mães; média de 40,86 anos; média de idade dos filhos igual a 9,57 anos). Este estudo se trata de um recorte de um projeto maior de intervenção parental o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais.

Instrumentos:

Questionário de Envolvimento Parental (Watkins, 1997): escala sem validade para o português brasileiro, traduzida por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (Glidden, 2015), e baseado nos tipos de envolvimento mencionados por Epstein (1993). Avalia 3 componentes: 1) Envolvimento parental voltado para o desempenho: no qual os pais enfatizam o rendimento do filho(a) em detrimento ao processo de aprendizado, 2) Envolvimento voltado para o processo e esforço e 3) Envolvimento Parental geral nas atividades escolares. Alfa de Cronbach =0.81 para 126 indivíduos.

Inventário de Estilos Parentais (Gomide, 2006): com 42 itens, avalia as práticas parentais, a partir de descrições das interações dentro dos seguintes estilos: Monitoria Positiva, Comportamento Moral, Punição Inconsistente, Negligência, Disciplina Relaxada, Monitoria Negativa, Abuso Físico, Índice total

Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ – Comportamento Infantil) (Fleitlich et al., 2000): respondido pelos pais e avalia as características comportamentais das crianças até 16 anos com um foco no rastreamento dos comportamentos indesejados. Com 25 questões, o questionário avalia os seguintes aspectos: Comportamento Pró-Social, Comportamento de falta de atenção e hiperatividade, Sintomas emocionais, Problemas de conduta, Problemas com pares e Total de problemas.

Escala de Ansiedade e Estresse (Depression Anxiety and Stress Scale - DASS-21) (Vignola & Tucci, 2014): avalia sintomas de Ansiedade, Depressão e Estresse em adultos. Em uma versão reduzida, essa escala possui 21 itens e funciona a partir de um autorrelato de frequência e intensidade dessas emoções durante o período tratado.

Análises de dados:

Foi realizada uma análise de regressão linear múltipla (método forward) utilizando o Software Statistical Package for the Social Sciences 26 (SPSS).

Variável dependente: Subescala de Envolvimento Parental geral nas atividades escolares (Watkins, 1997).

Variáveis dependentes: índices das subescalas do questionário de Estilos parentais; Subescalas de Envolvimento parental voltado para o desempenho e Envolvimento voltado para o processo e esforço; índice de total de problemas de comportamento e índices de saúde mental dos pais.

RESULTADOS

As variáveis estilo parental negligente, crenças parentais voltada para o desempenho, presença de sintomas de déficit de atenção e hiperatividade nas crianças e ansiedade parental entraram no modelo que melhor explicou a variância do envolvimento parental ($F(4,393) = 248,68, p < 0,001; R^2 = 0,203$). As variáveis que mais impactaram os níveis de envolvimento parental foram o estilo parental negligente e crenças parentais ($R^2=0,128$).

Preditores	Coefficientes padronizados	T	Sig.	R ²	
	Beta				
(Constant)	-	29,822	0,000	-	-
IEP Negligência	-0,344	-4,183	0,000	0,062	-
Envolvimento voltado para o desempenho	0,274	3,382	0,001	0,128	0,072
Comportamento de desatenção e hiperatividade	0,239	2,967	0,004	0,180	0,058
Sintomas de ansiedade parental	0,173	2,095	0,038	0,20	0,028

Tabela 1: Resultado Regressão Múltipla Método Forward.

DISCUSSÃO

Os resultados mostram que práticas parentais negligentes predizem um menor envolvimento dos pais nas atividades. Pais negligentes são aqueles que têm dificuldade em dar limites e ao mesmo tempo não participam muito da vida da criança, ou participam sem demonstrar interesse, validação e supervisão suficientes. Diante disso, esse resultado pode ser explicado uma vez que a participação dos pais na escola para ter resultados positivos é necessário que pais tenham habilidade de manter interesse, cuidado e supervisão em relação à vida acadêmica dos filhos (Knollmann & Wild, 2007b).

A segunda variável que mais impactou na qualidade do envolvimento foi o envolvimento voltado para o desempenho. Era esperado que este tipo de envolvimento predizer se um menor envolvimento dos pais, porém os resultados do estudo mostraram o contrário. Isso pode ser explicado pelo fato de que a variável dependente utilizada é altamente correlacionada com a variável de envolvimento voltado para o desempenho por fazerem parte da mesma escala. Pode ser também que os pais que buscam no envolvimento parental um maior rendimento acadêmico, acabam realmente se envolvendo com uma frequência maior.

Os outros resultados estão de acordo com a literatura de que fatores como comportamento das crianças e presença de sintomas de ansiedade influenciam o

envolvimento parental. Além disso, uma maior participação da presença de comportamento de desatenção e hiperatividade se justificaria pelo fato de que esses comportamentos seriam os mais frequentes durante o contexto da tarefa de casa.

Vale ressaltar que o estudo foi realizado durante o contexto de pandemia no qual os pais precisaram se envolver mais com as atividades escolares dos filhos. O aumento de envolvimento ocorreu tanto com a elevação dos níveis de exigência quanto com a maior participação de supervisão e orientação direta dos filhos. Nossas hipóteses seriam de que os pais que estavam menos envolvidos na vida escolar das crianças, durante a pandemia acabaram aumentando o nível de exigência, se tornando mais controladores e se envolvendo de formas menos adaptativas ou começaram a supervisionar com mais proximidade as atividades que antes não eram supervisionadas. Os pais que apresentavam uma frequência maior de envolvimento positivo, continuaram suas práticas e intensificaram o contato e a relação com a escola e professores.

Os resultados encontrados neste estudo, portanto, podem ser diferentes no contexto pós pandemia quando as aulas presenciais voltarem por definitivo. Compreender também as mudanças dos modos de envolvimento antes e pós pandemia também é um fator a se considerar em estudos futuros. Além disso, a amostra é representativa a apenas grupos socioeconômicos mais elevados. Para pesquisas futuras, recomenda-se também a aplicação da mesma análise também em amostras por ano escolar. Apesar das limitações do estudo, entender como alguns fatores se relacionam com a qualidade do envolvimento dos pais na vida escolar do aluno traz contribuições bastante importantes para intervenções pedagógicas e de orientação parental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo foi demonstrado os principais achados relacionados ao envolvimento parental nas atividades escolares e os impactos desse envolvimento no desempenho, motivação e processo de aprendizagem dos alunos. Além disso, foi apresentado um estudo breve investigando fatores preditivos para do EP na escola.

REFERÊNCIAS

- Ames, C., & Ames, R. (1984). Systems of student and teacher motivation: Toward a qualitative definition. *Journal of Educational Psychology*, 76, 535 - 556.
- Ames, C., & Archer, J. (1987). Mothers' beliefs about the role of ability and effort in school learning. *Journal of Educational Psychology*: 79, 409-4 14
- Dettmers, S., Yotyodying, S., & Jonkmann, K. (2019). Antecedents and Outcomes of Parental Homework Involvement: How Do Family-School Partnerships Affect Parental Homework Involvement and Student Outcomes?. *Frontiers in psychology*, 10, 1048. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01048>

- Dumont, H., Trautwein, U., Nagy, G., and Nagengast, B. (2014). Quality of parental homework involvement: predictors and reciprocal relations with academic functioning in the reading domain. *J. Educ. Psychol.* 106, 144–161. doi: 10.1037/a0034100
- Fleitlich, B., Cortázar, P. G., & Goodman, R. (2000). Questionário de capacidades e dificuldades (SDQ). *Infanto rev. neuropsiquiatr. infanc. adolesc.* 8(1), 44-50. (275954). BVS. <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=275954&indexSearch=ID>
- Epstein, M. H., Polloway, E. A., Foley, R. M., & Patton, J. R. (1993). Homework: A comparison of teachers' and parents' perceptions of the problems experienced by students identified as having behavioral disorders, learning disabilities, or no disabilities. *Remedial and Special Education*, 14(5), 40-50. <https://doi.org/10.1177/074193259301400507>
- Glidden, R. F. (2015). Práticas coercitivas docentes: relações com envolvimento, monitoria parental e comunicação entre pais e filhos. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná] Arquivo UFPR. <http://hdl.handle.net/1884/38339>
- Gomide, P. I. C. (2006). Inventário de estilos parentais: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação. Editora Vozes.
- Hoover-Dempsey, K. V., and Sandler, H. M. (1995). Parental involvement in children's education: why does it make a difference? *Teach. Coll. Rec.* 97, 310–331.
- Hoover-Dempsey, K. V., and Sandler, H. M. (1997). Why do parents become involved in their children's education? *Rev. Educ. Res.* 67, 3–42.
- Hoover-Dempsey, K. V., and Sandler, H. M. (2005). Final performance report for OERI grant#R305T010673: The social context of parental involvement: A path to enhanced achievement. Presented to Project Monitor (Washington, DC: Institute of Education Sciences, U.S. Department of Education)
- Knollmann, M., and Wild, E. (2007b). Alltägliche Lernemotionen im Fach Mathematik: Die Bedeutung emotionaler Regulationsstrategien, motivationalen Faktoren und der Instruktionsqualität [Daily learning emotions in mathematics: the role of emotion regulation, motivation, and quality of instruction]. *Unterrichtswissenschaft* 35, 334–354
- Thomas J. Watkins (1997) Teacher Communications, Child Achievement, and Parent Traits in Parent Involvement Models, *The Journal of Educational Research*, 91:1, 3-14, DOI: 10.1080/00220679709597515To
- Vignola, R. C. B., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of affective disorders*, 155, 104-109. https://www.academia.edu/11572196/Adaptation_and_validation_of_the_depression_anxiety_and_stress_scale_DASS_to_Brazilian_Portuguese
- Xu, M., Kushner Benson, S., Mudrey-Camino, R., and Steiner, R. (2010). The relationship between parental involvement, self-regulated learning, and reading achievement of fifth graders: a path analysis using the ECLS-K database. *Soc. Psychol. Educ.* 13, 237–269. doi: 10.1007/s11218-009-9104-4

SOBRE O ORGANIZADOR

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA - Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2011), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2016) e graduação em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Goiás (2019). Especializou-se em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2012), História e narrativas Audiovisuais pela Universidade Federal de Goiás (2016), Psicopedagogia e Educação Especial, Arteterapia, Psicanálise pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Alto Paranaíba (2020). Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2015). É doutorando em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor na FacUnicamps, pesquisador da Universidade Federal de Goiás e psicólogo clínico - ênfase na Clínica Psicanalítica. Pesquisa nas áreas de psicologia, educação e teatro e nas interfaces fronteiriças entre essas áreas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: inconsciente, arte, teatro, arteterapia e desenvolvimento humano.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso sexual 50, 54, 57, 58, 60, 61

Adolescentes 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 102, 108, 183

Auto da Compadecida 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12

Autoestima 89, 91, 92, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110

B

Bibliometria 14, 16, 17, 19, 23, 24, 25

C

Carnavalização 1, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12

Comicidade 1, 3, 4, 5, 7, 11, 12

Contextos externos 89, 107

COVID-19 35, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 55, 56, 59, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 81, 83, 84, 85, 87, 161, 177

Cultura 2, 4, 5, 7, 12, 13, 35, 49, 57, 89, 90, 91, 102, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 130, 133, 158, 161, 192, 206, 216

D

Decolonial 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Deslocamento 68, 111, 117, 206

DSM-V 196, 197, 199, 203, 206

E

Educação formal 156, 171

Educação informal 156

Educação não formal 156

Envelhecimento 122, 124, 125, 132, 133, 136, 137

Equipe de contabilidade 185, 186, 187, 193

Espiritualidade 86, 174, 176, 183, 184

Estado 6, 15, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 61, 62, 65, 66, 70, 72, 91, 93, 94, 116, 123, 124, 136, 140, 145, 146, 147, 148, 150, 153, 156, 160, 164, 168, 169, 177, 200, 202

F

Feminismo decolonial 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Fenomenologia 85, 174, 184

I

Identidade 5, 29, 91, 97, 102, 109, 117, 122, 127, 129, 131, 136, 151, 152, 153, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 178, 181, 182, 198, 207

Idosos 40, 65, 102, 108, 110, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Instituições de longa permanência 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 134, 135, 136, 137

Intervenção 39, 42, 57, 107, 138, 142, 146, 149, 179, 212

Isolamento social 38, 39, 45, 54, 55, 56, 58, 59, 63, 65, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 106, 126, 134

K

Kurt Lewin 26, 27, 28, 29, 31, 34

L

Lazer 36, 52, 57, 68, 76, 77, 81, 86, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 132, 136

Liderança 26, 31, 32, 185, 193

M

Manifestações 1, 5, 6, 7, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 58, 91, 175

Moradia 36, 122, 123, 125, 135, 137, 164

Morte 35, 40, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 64, 75, 82, 85, 100, 124, 129, 130, 137, 139

Mulher afrodescendente 89, 92, 97, 106, 107, 109

N

Necroliberalismo 42

Necropolítica 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 48, 49

P

Pandemia 35, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 161, 177, 193, 200, 214

Personalidade 29, 33, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195

Poder popular 26, 28

Práticas cotidianas 156, 170

Prisões 126, 130, 136, 138, 140, 144, 146, 147, 150

R

Refugiados 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Reintegração social 111, 114, 120, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150

Religiosidade 152, 174, 176, 180, 182, 183, 184, 195

Resistência política 1

S

Saúde emocional 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72

Saúde mental 32, 33, 62, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 75, 81, 84, 85, 124, 137, 140, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 187, 211, 212

Segurança pública 46, 55, 140, 150, 156, 172

Sistema prisional 138, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150

Soberania 15, 27, 35, 36, 37, 40, 47

Sociologia 12, 48, 150, 196, 197, 198, 207

T

Teste palográfico 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 195

Transtorno do Espectro Autista (TEA) 196, 197, 199

U

Universitários 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73

V

Vazio existencial 74, 75, 76, 80, 83, 84, 86

Velhice 122, 123, 124, 130, 131, 132, 133, 134, 136

Vida 3, 6, 7, 8, 15, 27, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 57, 63, 65, 66, 68, 71, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 95, 98, 102, 103, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 147, 153, 156, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 187, 190, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 208, 209, 213, 214

Violência contra crianças e adolescentes 50, 52, 53, 57, 59

Violência sexual infantil 50, 61

A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2



Atena
Editora
Ano 2022

A psicologia no Brasil:

Teoria e pesquisa

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2



Atena
Editora
Ano 2022